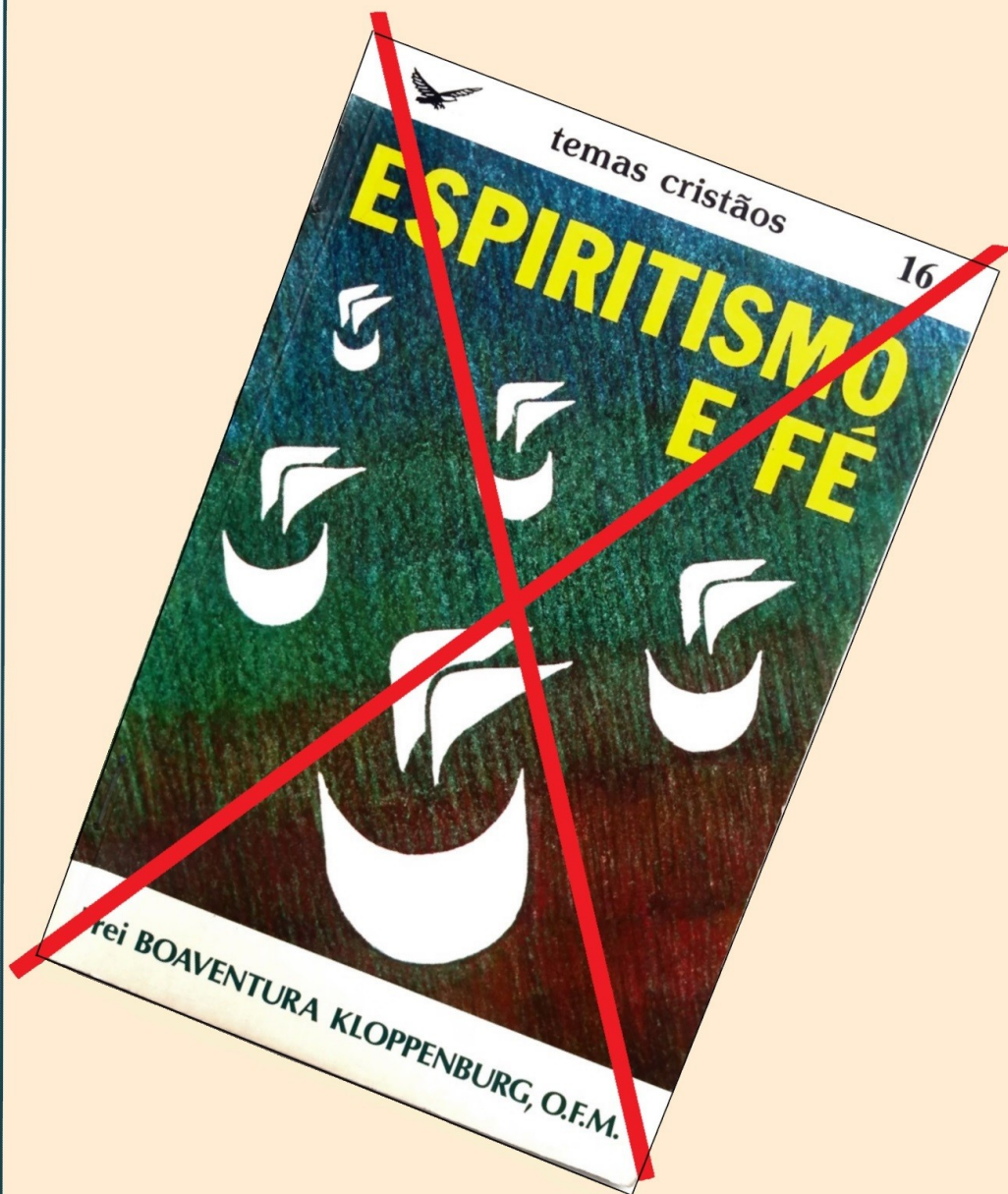


Espíritismo e má-fé

(Resposta ao bispo D. Boaventura Kloppenburg)



Paulo Neto

ESPIRITISMO E MÁ-FÉ

(Resposta ao bispo D. Boaventura Kloppenburg)

“Deixemos nossas diferenças de lado e tentemos construir uma melhor relação para o futuro com as convicções que temos em comum.” (João Paulo II)

“É tempo para tirarmos o Cristo e seu Evangelho da penumbra das igrejas e seitas, do meio das controvérsias teológicas, e lançá-las à luz meridiana do mundo e do universo. O Cristo não é telúrico, muito menos eclesiástico – ele é cósmico, universal.” (HUBERTO ROHDEN)

“Se a pobreza dos argumentos contra o Espiritismo é manifesta nas obras sérias, sua nulidade é absoluta nas diatribes e artigos difamatórios onde a raiva impotente se trai pela grosseria, pela injúria e pela calúnia.” (ALLAN KARDEC)

Paulo Neto

Copyright 2021 by
Paulo da Silva Neto Sobrinho (Paulo Neto)
Belo Horizonte, MG.

Capa: Foto da capa da obra refutada de autoria de
José C. Prado.

Revisão:

Hugo Alvarenga Novaes

Diagramação:

Paulo Neto

site: www.paulosnetos.net

e-mail: paulosnetos@gmail.com

Belo Horizonte, abril/2021.

Índice

Introdução.....	5
Análise do texto da obra refutada.....	8
Conclusão.....	403
Referências bibliográficas.....	408

Introdução

Temos em nossas mãos um livreto – livreto mesmo, pequeno no tamanho e pobre no conteúdo –, intitulado *Espiritismo e Fé*, de autoria do Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009), O.F.M, bispo emérito da Diocese de Nova Hamburgo, RS, cujo teor nós comentaremos no decorrer deste estudo.

Não deve causar estranheza a ninguém o fato de o termos lido, objetivando analisá-lo, pois a nós, os Espíritas, a única coisa proibida é proibir, ou seja, podemos ler tudo, até, e principalmente, o que nos seja contrário, visando nosso aprendizado, e se for o caso, demonstrar qual é o verdadeiro entendimento espírita sobre determinado assunto.

Sabemos, pelas Escrituras, que “[...] onde se acha o Espírito do Senhor aí existe a liberdade.” (2 Coríntios 3,17), o que justifica outorgar plena liberdade a todos. Diante disso, lemos tudo quanto achamos conveniente, sem qualquer tipo de *Index Librorum Prohibitorum*, já que é direito inalienável de

cada um de nós ler o que desejarmos, assim, também, como temos o de defender o Espiritismo.

Por outro lado, na mesma proporção, todos nós temos o dever de respeitar a opinião alheia sobre qualquer assunto, principalmente no campo religioso, cuja liberdade é, inclusive, consagrada pela Constituição Brasileira.

Fôssemos nós advogado, a primeira coisa que faríamos seria escolher uma pessoa de destaque, popularmente se diria, um peixe bem graúdo, que tenha desrespeitado esse direito dos Espíritas, e entraríamos na Justiça só para vê-lo responder por seu equívoco, o qual seria, atualmente, classificado como um dos tipos de discriminação, enquadrando-se, portanto, como racismo.

Ficamos realmente indignados com atitudes deste tipo e, por esse motivo, antecipadamente pediremos desculpas se nos tornarmos, eventualmente, ácidos em nossas considerações. Confessamos que nossa evolução espiritual não nos permite alcançar voo mais alto, de modo a agir com total tolerância e mansidão em todos os momentos

de nossa vida.

Quando vemos líderes religiosos, ou qualquer pessoa que tenha a coragem de se dizer cristã, cometendo fatos lamentáveis como esses, tentamos descobrir de quem é o exemplo que seguem, uma vez que sempre se dizem cristãos.

Temos nos esforçado para estudar o Evangelho a fim de encontrar ali alguma coisa em que essas pessoas possam tomar como base para fazerem o que fazem. Felizmente não encontramos, pois, se encontrássemos, admitiríamos Jesus agindo de igual modo, coisa incompatível com sua evolução espiritual.

Os gritos em negrito são nossos, quando ocorrer de não ser, avisaremos.

Passemos, agora, às nossas argumentações e considerações, item a item, sobre o livreto em questão.

Nota: Originalmente o texto desse E-book foi escrito em outubro de 2005.

Análise do texto da obra refutada

Colocaremos todas as transcrições de *Espiritismo e Fé*, que comentaremos, com plano de fundo, cor moccasin.

A PERPLEXIDADE DOS CATÓLICOS

Mil vezes me pediram para explicar por que a Igreja Católica não aceita o espiritismo.

É a mãe católica, aflita porque o filho ou a filha frequentam sessões espíritas e que deseja saber como deve comportar-se.

É a esposa atribulada com o marido simpatizante da umbanda.

É o viúvo com saudades da falecida, que estaria baixando no centro.

É o doente que indaga se pode aceitar os passes do médium.

É a catequista desarmada diante das perguntas dos alunos.

É o agente de pastoral com um amigo espírita, homem excelente.

É o iludido, alegando que o terreiro tem até nome de santo.

É o tolerante que não se incomoda com a transgressão da lei divina que proíbe a evocação

dos mortos.

É o simpatizante que não percebe incompatibilidade alguma entre a doutrina espírita e a fé cristã.

É o curioso que quer conhecer o espiritismo.

É o crítico que quer saber melhor como são as coisas depois da morte.

É o cético para quem todas as religiões são boas.

É o liberal achando que as questões religiosas não se discutem.

É o entusiasmado, encantado com um livro de Chico Xavier.

É o caridoso em visita à creche mantida pelo centro.

É o folclorista para quem o candomblé é uma beleza.

É o neurótico que se deixou persuadir de que deve desenvolver a sua mediunidade.

É o médium que pretende continuar católico e se sente realizado no exercício da caridade mediante o além.

É o oficial da cruzada dos militares espíritas, que se diz guiado por São Maurício.

É o chofer de táxi a meu lado, comentando que Allan Kardec é formidável.

É o sacristão que me explica com entusiasmo a cura de seu amigo que foi ao terreiro.

É a criança a reclamar contra papai que não a

deixa ir ao centro.

É o telespectador diante da comovente novela espírita.

É o radiouvinte que escutou a mensagem mediúnica.

É o amigo a acreditar que o espiritismo é só ciência e filosofia, e não religião.

Foi pensando em todos estes meus consulentes que escrevi o presente opúsculo. É apenas um resumo. Informações mais amplas ou críticas mais aprofundadas se encontram na obra maior com o título *Espiritismo: Orientação para os católicos*, publicada pelas Edições Loyola.

Peço ao Divino Espírito Santo que ilumine os que lerem estas páginas, para que vejam e entendam as razões por que o católico não aceita o espiritismo. Redigi-as movido pela caridade pastoral, pela urgência do esclarecimento solicitado por tantos fiéis católicos e pelo desejo de ser ao mesmo tempo claro na exposição, rigoroso na argumentação, lógico na dedução e fiel à doutrina cristã. Seu gênero literário não é de diálogo com os espíritas, que merecem o meu respeito embora deles divirja, mas de orientação para os católicos. ⁽¹⁾

É raro, senão raríssimo mesmo, encontrar alguém que vá falar mal de alguma coisa sem que busque apresentar uma boa justificativa para isso, exatamente como acontece aqui com esse líder

religioso.

Vamos provar, no decorrer desse estudo, que, infelizmente, pelo nível de conhecimento, que acreditamos esse autor possua, ele deveria ter estudado muito o Espiritismo, pois é inadmissível que alguém, de tão alta posição em sua hierarquia religiosa, fale daquilo que não conhece. Justamente por esse motivo é que percebemos sua má-fé.

Para iniciar, pedimos que se observe estes vocábulos usados no texto: “umbanda”, “baixando no centro”, “terreiro”, “candomblé”. Ora, quem estuda o Espiritismo, ou tem um pouco conhecimento das religiões, sabe perfeitamente que esses termos não têm nada a ver com seus princípios e muito menos com suas práticas. É fácil concluir que isso é apenas argumento falacioso que muitos detratores usam como uma boa forma de “espantar” seus fiéis da busca do conhecimento Espírita.

Dizemos busca do conhecimento, pois não ficamos atrás de ninguém para que se torne adepto do Espiritismo, já que, conforme o sugerimos,

respeitamos o direito de cada um seguir aquilo que melhor lhe convier. E quem se deu ao trabalho de ler Allan Kardec, mesmo que somente para combater a Doutrina Espírita, fatalmente deve ter lido, em **Que é o Espiritismo**, que:

O Espiritismo tem por fim combater a incredulidade e suas funestas consequências, **fornecendo provas patentes da existência da alma e da vida futura**; ele se dirige, pois àqueles que em nada creem ou que de tudo dividam, e o número desses não é pequeno, como muito bem sabeis; os que têm fé religiosa e a quem esta fé satisfaz, dele não têm necessidade.

Àquele que diz: “Eu creio na autoridade da Igreja e não me afasto dos seus ensinamentos, sem nada buscar além dos seus limites”, **o Espiritismo responde que não se impõe a pessoa alguma e que não vem forçar nenhuma convicção.** (2)

Interessante é que, cada vez mais, nos convencemos de que o Espiritismo deve ser mesmo o caminho certo e verdadeiro; caso contrário, os líderes religiosos desses seguimentos ditos cristãos não gastariam tanto tempo e dinheiro para combatê-lo. E só o guerreiam por medo de que venha a mostrar ao povo que esses líderes não pregam a

verdade; aliás, estão bem longe disso. Ninguém, em sã consciência, combate aquilo que acha ser insignificante; isso é certo.

Normalmente são hábeis na forma de agir; por isso um leigo, dificilmente, perceberá as suas verdadeiras intenções. Inclusive, ele verá nisso uma ação de que estão fazendo um bem, ao esclarecer os outros, quando, no fundo, é um ataque proposital mesmo, embora sutilmente disfarçado como prédicas evangélicas, que se parecem doces como mel, mas, no fundo, são amargas como fel.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Há muitas coisas em comum entre catolicismo e espiritismo. Católicos e espíritas concordam em professar que o mundo não é só matéria; que Deus existe e é eterno, imutável, imaterial, único, onipotente, soberanamente justo e bom; que 'Deus criou o universo, que abrange todos os seres animados e inanimados, materiais e imateriais; que os seres materiais constituem o mundo visível ou corpóreo e os seres imateriais o mundo invisível dos espíritos; que os valores do espírito são superiores aos da matéria; que o ser humano não é só matéria; que temos uma alma de natureza espiritual; que esta alma não morre quando se separa do corpo no momento do desenlace; que depois da morte a nossa alma continua viva e

consciente; que a vida depois da morte depende do modo como aproveitamos a vida agora no corpo.

Católicos e espíritas estão de acordo também em afirmar que os falecidos não rompem seus laços com os que ainda vivem nesta terra; que no mundo do além nem todos são iguais; que há espíritos perfeitos que vivem com Deus; que estes espíritos nos podem socorrer e ajudar; que há espíritos imperfeitos e até maus que assim se fizeram por próprio arbítrio; que estes nos podem perturbar e prejudicar.

Católicos e espíritas proclamam e reconhecem a extraordinária figura de Jesus Cristo; que Jesus nos ensinou o caminho do bem e da salvação; que as leis morais do Evangelho são excelentes; que Jesus insistiu principalmente na caridade; que fora da caridade não há salvação; que devemos fazer o bem e fugir do mal; que há pecados e vícios que devem ser evitados; que os pecados devem ser expiados; que a virtude será premiada depois da morte.

Católicos e espíritas aceitam outrossim que os espíritos do além podem manifestar-se ou comunicar-se perceptivelmente conosco. Ambos admitem dois tipos de manifestação dos espíritos: as espontâneas e as provocadas. Por manifestações espontâneas entendem as que têm a sua origem ou iniciativa no além, como foi, por exemplo, o caso que nos é narrado pelo Evangelho de São Lucas (1, 26-38): o anjo Gabriel foi enviado por Deus a Maria de Nazaré para comunicar-lhe que ela seria a mãe de Jesus. Por manifestações

provocadas entendem as que têm a sua iniciativa no aquém, como foi, por exemplo, o caso que nos é relatado pelo primeiro livro de Samuel (28, 3-25): a pedido do rei Saul, a necromante de Endor evoca a alma do falecido Samuel, que então comunica ao rei os castigos divinos.

Mas é neste ponto que começa uma primeira divergência fundamental entre católicos e espíritas: os católicos admitem de bom grado as manifestações espontâneas que nos são oferecidas por iniciativa da bondade de Deus, mas consideram divinamente proibidas as manifestações provocadas pelo homem mediante o processo da evocação; e os espíritas transformam precisamente esta evocação dos falecidos em meio principal para as suas novas revelações do além.

O espiritismo se especifica, caracteriza e define por sua prática das manifestações provocadas das almas ou espíritos dos falecidos, para deles receber mensagens ou algum tipo de ajuda. A evocação dos falecidos constitui a essência do espiritismo. Sem a evocação não há espiritismo. E a evocação é a fonte principal de seus conhecimentos específicos ou da sua doutrina.

Há ainda uma segunda discordância fundamental entre católicos e espíritas: a questão da reencarnação. Os católicos creem na unicidade da vida terrestre; e os espíritas anunciam a pluralidade das reencarnações. Este desacordo tem em si tantas consequências lógicas, sobretudo no modo de conceber a salvação eterna, que conduz de fato a dois corpos doutrinários

frontalmente discrepantes e opostos entre si de modo irreconciliável.

Em resumo: apesar das numerosas convergências entre católicos e espíritas, há duas palavras que marcam a separação e caracterizam o espiritismo: evocação e reencarnação. (3)

Se não víssemos o que ele dirá mais à frente, seria até digno de elogio essa parte da fala desse líder religioso, na qual cita várias convergências entre os católicos e os espíritas; porém, apesar das numerosas convergências e apenas duas divergências, pelo menos é o que está dizendo nesse ponto, não deixará de realçar como “fundamental” somente essas divergências, em detrimento do maior número de convergências citadas por ele.

Veremos que sua máscara cai, quando, de duas divergências, passa a citar uma lista enorme, multiplicando-as sobremaneira. Todavia, no início não lhe convinha mostrar a que veio. Era melhor cobrir-se de pele de ovelha.

É comum, e esse não está sendo diferente, aos que vão combater o Espiritismo afirmarem que seus argumentos são lógicos, como se os que Allan

Kardec desenvolveu fossem balelas sem consistência. Inclusive, alguns veem no Codificador essa característica de homem racional e de argumentação exemplar; porém, consideram suas alterações como superiores às de Kardec. Puro orgulho de pseudossábios, que não entendem mesmo daquilo a que se propõem a combater.

É interessante que, após quase um século e meio do Espiritismo, ainda não apareceu ninguém com capacidade de derrubar seus princípios; o que estamos vendo é justamente o contrário, que a Ciência, pouco a pouco, se bem que tímida, vem confirmando aquilo que defendemos.

Agora, se querem mesmo saber porque um católico não aceita o Espiritismo, diremos que é por pura admoestação de seus líderes, que temem a verdade, uma vez que ela lhes contraria os interesses; portanto, julgam ser preciso proibir ou desanimar seus adeptos de ler, ir ou conhecer o Espiritismo, na fonte.

Lembramo-nos do que citamos do apóstolo Paulo: “[...] onde há liberdade aí existe o Espírito do

Senhor.” (2 Coríntios 3,17); conseqüentemente, o contrário também é verdadeiro, ou seja, onde não existe liberdade não existe o Espírito do Senhor; o que não é o nosso caso, com certeza.

Em certo ponto, querendo ressaltar a discordância entre católicos e espíritas, cita também a reencarnação, para ele uma heresia. Se assim for, então existem mais hereges no mundo do que católicos. Segundo os dados atuais, a crença na reencarnação estaria por volta de 70 a 80% da humanidade; com isso, bem se vê que, os contrários são minoria.

COMO SURTIU O ESPIRITISMO

A prática da evocação dos falecidos para deles receber conhecimentos, chamada também “necromancia” (do grego *nekros*=falecido e *manteia*=adivinhação), é antiga. Mas o seu aproveitamento sistemático, denominado “espiritismo”, vem do século passado.

Surgiu primeiro nos Estados Unidos, em torno dos estranhos acontecimentos de Hydesville com as irmãs Margarida e Catarina Fox, a partir de 1848. Mas já um ano antes, em 1847, aparecia nos Estados Unidos uma obra mediúnica de Andrew Jackson Davis e outra na França, de Louis Alphonse Cahagnet, do grupo dos

“magnetizadores” de Paris, que se serviam de “sonâmbulos” (assim eram então denominados os médiuns) para receber revelações do além-túmulo. Em 1856, o mesmo Cahagnet publicava em Paris *Révélations d'outre-tombe*, com mensagens ditadas, segundo pretendia, pelos falecidos Galileu, Hipócrates, Franklin e outros.

Foi neste ambiente interessado no “magnetismo animal” imaginado pelo médico austríaco Franz Anton Mesmer (1733-1815), instalado em Paris desde 1778, que nasceu o “espiritismo”. Esta palavra foi proposta por Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), mais conhecido pelo seu pseudônimo de *Allan Kardec*, o codificador sistemático de um tipo especial de espiritismo conhecido também como “kardecismo”.

Este é o espiritismo dominante no Brasil.

Allan Kardec (isto é, Denizard Rivail) era de família católica. Com a idade de 10 anos foi enviado a Yverdun, Suíça, ao Instituto de Educação dirigido pelo conhecido pedagogo Pestalozzi, protestante calvinista e liberal, que identificava religião com moralidade. Lá esteve o jovem Rivail até 1822, quando .foi a Paris, onde se dedicou então ao ensino e publicou vários livros pedagógicos e didáticos. De boa formação geral e cultural, era metódico, lógico e claro na exposição das suas ideias. Conhecia também o alemão e o inglês e trabalhava como tradutor. Bom matemático, atuou ainda como contabilista. Casou-se em 1826 com Amélie Gabrielle Boudet, nove anos mais velha do que ele e de boa situação financeira. Não teve filhos.

Mas Alan Kardec não era particularmente versado em religião e muito menos em teologia. Em maio de 1855, começou a interessar-se pelo fenômeno das “mesas girantes e falantes”, nascido nos Estados Unidos, e aceitou a teoria da presença e atuação de “espíritos” ou almas dos falecidos nos movimentos de mesas, cestas e outros objetos usados pelos “sonâmbulos” dos “magnetizadores”. E já dois anos depois, no dia 18 de abril de 1857, publicou *O Livro dos Espíritos*. Este dia 18 de abril de 1857 é considerado pelos espíritas como o dia da fundação do espiritismo.

O Livro dos Espíritos é a obra fundamental da codificação da doutrina espírita, com o seguinte subtítulo: “Princípios da doutrina espírita sobre a imortalidade da alma, a natureza dos espíritos e suas relações com os homens, as leis morais, a vida presente, a vida futura e o porvir da Humanidade – segundo os ensinamentos dados por espíritos superiores com o concurso de diversos médiuns – recebidos e coordenados por Allan Kardec”.

Outra obra básica de Allan Kardec para a prática do espiritismo foi publicada em 1861: *O Livro dos Médiuns*, com o subtítulo “Guia dos médiuns e dos evocadores”. Note-se aqui a palavra “evocadores”, indicando assim a função determinante da “evocação” para o espiritismo.

Além destes dois livros básicos, Allan Kardec ainda escreveu e publicou *O Evangelho segundo o Espiritismo* (em 1864), que é a sua obra mais difundida no Brasil, já com cerca de dois milhões de exemplares. Publicou também *O Céu e o*

Inferno (em 1865) e *A Gênese* (em 1868). Depois da sua morte, em 1869, mais alguns textos inéditos foram publicados como *Obras Póstumas*. Em 1858, Allan Kardec começou a publicar a sua *Revue Spirite* (“revista espírita”), que deixou de aparecer com este título em 1976.

O espiritismo codificado por Allan Kardec foi introduzido no Brasil ainda em vida do codificador, a partir de 1865. Em 1884, foi fundada a Federação Espírita Brasileira (FEB), tendo desde então como órgão oficial a revista *Reformador*, palavra que revela um programa. (4)

Leiamos as considerações preliminares de Allan Kardec, na Introdução de **O Livro dos Espíritos**, quando discorre sobre o arcabouço filosófico e doutrinário do Espiritismo:

Para se designarem coisas novas são precisos termos novos. Assim o exige a clareza da linguagem, para evitar a confusão inerente à variedade de sentidos das mesmas palavras. Os vocábulos *espiritual*, *espiritualista*, *espiritualismo* têm aceção bem definida. Dar-lhes outra, para aplicá-los à doutrina dos Espíritos, fora multiplicar as causas já numerosas de anfibologia. Com efeito, o espiritismo é o oposto do materialismo. Quem quer que acredite haver em si alguma coisa mais do que matéria, é espiritualista. Não se segue daí, porém, que creia na existência dos Espíritos ou em suas comunicações com o mundo visível.

Em vez das palavras *espírita*, *espíritismo*, empregamos, para indicar a crença a que vimos de referir-nos, os termos *espírita* e *espíritismo*, cuja forma lembra a origem e o sentido radical e que, por isso mesmo, apresentam a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, deixando ao vocábulo *espíritismo* a acepção que lhe é própria. Diremos, pois, que a doutrina espírita ou o Espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível. **Os adeptos do Espiritismo serão os espíritas, ou, se quiserem, os espíritistas.** ⁽⁵⁾

Por aí deveria ter ficado claro, especialmente às pessoas de boa-fé, que o Espiritismo é coisa nova e não antiga como quer o articulista. O que é antigo, todos nós o sabemos, é a manifestação dos espíritos e o intercâmbio com eles, fatos que acontecem desde que o homem apareceu na face da Terra.

Espiritismo não tem nada a ver com necromancia; isso é, literalmente, no caso em questão, puro “conto do vigário”! Necromancia é a evocação dos mortos para fins de adivinhação! Que fique bem clara essa definição, para que qualquer pessoa de bom senso perceba a grande diferença entre as práticas Espíritas e as de adivinhação.

Querendo criar uma imagem distorcida sobre a origem do Espiritismo, o prelado diz que ele veio num ambiente interessado no “magnetismo animal”. Ora, como bom estudioso, deveria saber que o Espiritismo, como o conhecemos, tem como fato de seu nascedouro os fenômenos de Hydesville, nos E.U.A., inclusive, é o que cita. Entretanto, como se diz, “não contou da missa a metade”, pois esses acontecimentos são importantes para provar que, a contragosto dos fanáticos religiosos, tais fenômenos não são proibidos por Deus, como, a todo o momento, quer destacar o sacerdote, tal e qual fazem os detratores.

Resumindo: Em Hydesville, estado de New York, a família Fox, que morava numa casa de madeira, passou a ser incomodada por estranhas batidas, os “*raps*”. Ninguém mais conseguia dormir; os pais, com suas duas filhas, passaram dias difíceis com esses acontecimentos. Na noite de 31 de março de 1848, uma das crianças resolve desafiar o que provocava tais fatos; bate palmas, pedindo para que se repetisse, o que de fato aconteceu.

Assim, muito rudemente, começa o

intercâmbio com o causador dos fenômenos, que disse ser um espírito, que havia sido assassinado naquela casa por conta de 500 dólares, que seu cadáver estava escondido na adega. Passados 56 anos, foi descoberto um esqueleto no porão da casa, onde residira a família Fox, comprovando a realidade daquilo que o espírito falou.

O que queremos chamar a atenção de você, leitor, é que aqui, nesse episódio, ninguém evocou espírito algum, fato que o articulista nem se tocou. Foi o dito “de cujus” que veio, do além-túmulo, “donde vivem os mortos”, incomodar aquela família. A pergunta crucial é: ele veio com ou sem a permissão de Deus? Se veio sem permissão, segue-se a questão: ele teria algum poder maior que Deus para contrariar sua vontade? cremos que não; daí, só pode mesmo ter vindo com a permissão de Deus; assim, cai por terra a decantada proibição divina de evocar os mortos, segundo algumas discutíveis traduções bíblicas. Tal proibição visava combater o motivo pelo qual se faziam as consultas, e não a comunicação em si. Porém, mesmo que seja verdadeira essa proibição, vejamos isso sob um

outro ponto de vista: se, de fato, nos comunicarmos, então podemos ver que, se, por um lado, ela não permite que os evoquemos, por outro, não proíbe que eles venham até nós por iniciativa própria, já que foi exatamente isso o que aconteceu e continua acontecendo até os dias de hoje.

Devemos, ainda, ressaltar que a família Fox era da Igreja Metodista. Que ironia! O Espiritismo tem origem no meio protestante e sua codificação aconteceu no meio católico, provando que Deus não faz mesmo acepção de pessoas.

Interessante que, citando as qualidades de Allan Kardec, tenha dito: “de boa formação geral e cultural, era metódico, lógico e claro na exposição das suas ideias”; mas, apesar disso, o articulista pressupõe aos seus argumentos mais lógica, conforme disse no início.

A sutileza da afirmação de que “Allan Kardec não era particularmente versado em religião e muito menos em teologia” é fantástica, pois só faltou acrescentar: somente aos padres da Igreja Católica se pode atribuir tais qualidades; não são eles os

escolhidos de Deus?

Há um fato não verdadeiro, Allan Kardec não “aceitou a teoria da presença e atuação dos 'espíritos'”, ele apenas deduziu dos fatos que se lhe apresentaram, fazendo a seguinte afirmação com relação aos que não admitem a intervenção dos Espíritos nas manifestações: os que as atribuem a causas puramente físicas, agem contrário a este axioma: “Todo efeito inteligente há de ter uma causa inteligente”; então, pelo fato das mesas “falarem”, isso indicava uma ação inteligente, e, concluiu ele: como as mesas não possuem cérebro para pensar, devia, portanto, haver uma causa inteligente que produzia tais fenômenos. Foi essa causa inteligente quem disse ser um espírito.

A publicação do *Guia dos médiuns e dos evocadores*, diante dos estudos dos fenômenos mediúnicos que fizera, surgiu da necessidade de se prevenir, especificamente aos médiuns ou evocadores, dos inconvenientes e perigos da prática generalizada, feita por quem não possui o mínimo conhecimento do assunto. Não recomendava o contato com os espíritos por motivos fúteis e de

interesse pessoal, mas que só o fizesse de forma elevada e visando benefício geral. Allan Kardec não tem tais fenômenos como sobrenaturais, mas como de ordem natural, ou seja, dentro das leis da natureza; portanto, divinas.

A prática mediúcnica, e não o Espiritismo, como diz o sr. bispo, ocorre desde quando temos informação da existência do homem, pois, a partir daí, passa a existir a possibilidade dos espíritos se comunicarem uns com os outros. Apenas um lembrete: os encarnados também são espíritos.

A Bíblia, por exemplo, está repleta de fatos mediúnicos tomados à conta de poderes que somente pessoas especiais, os profetas, poderiam ter. Allan Kardec demonstra que é uma faculdade inerente à criatura humana; nós todos a possuímos; o que varia é apenas o seu grau e moralidade. Paulo, inclusive, fala dela aos coríntios, conforme poder-se-á ver na sua primeira carta aos coríntios, nos capítulos 12 e 14. Nela, o apóstolo dos gentios regulamenta o uso dos dons, que hoje denominamos de mediunidade.

A mediunidade se processa sempre dentro do âmbito das leis naturais; e, em se retirando dela o caráter sobrenatural, os interesses seculares da Igreja de Roma são feridos.

Assim, por exemplo, passa a lhe faltar base para manter sob seu domínio o povo. No fundo isso significa que: evocar santos pode, espíritos não! Parece brincadeira, pois o que são os santos senão espíritos que um dia encarnaram aqui na Terra?

O QUE PRETENDE O ESPIRITISMO

Nas *Obras Póstumas* de Allan Kardec encontramos também as suas *Previsões concernentes ao Espiritismo* (pp. 263-336 da 29ª edição da FEB, que é aqui citada). Nela, Allan Kardec descreve com simplicidade a sua própria iniciação no espiritismo e as “revelações” que foi recebendo, sempre “do além”, acerca da sua missão pessoal e dos principais objetivos do movimento por ele suscitado.

No dia 15 de março de 1856, Allan Kardec recebeu a comunicação de ter como “guia espiritual” o próprio Espírito da Verdade, já prometido por Jesus aos Apóstolos no Evangelho segundo São João (16, 12-13): “Tenho ainda muito a vos dizer, mas não podeis agora compreender. Quando vier o Espírito da Verdade, ele vos conduzirá à verdade plena”. Tal condução à

verdade plena estaria começando então, em 1856, com Allan Kardec [1]. E no dia 12 de junho de 1856 o Espírito da Verdade lhe teria revelado a sua missão de reformador:

“Previno-te de que é rude a tua missão, porquanto se trata de abalar e transformar o mundo inteiro” (p. 282).

No dia 15 de abril de 1860, Allan Kardec julga ter recebido (sempre do além) esta mensagem, que define a própria missão do espiritismo como “a verdadeira religião, a religião natural”:

“O Espiritismo é chamado a desempenhar imenso papel na Terra. Ele reformará a legislação ainda tão frequentemente contrária às leis divinas; retificará os erros da História; restaurará a religião de Cristo, que se tomou nas mãos dos padres, objeto de comércio e de tráfico vil; instituirá a verdadeira religião, a religião natural, a que parte do coração e vai diretamente a Deus, sem se deter nas franjas de uma sotaina, ou nos degraus de um altar” (p. 299).

E pouco depois, no dia 30 de setembro de 1863, a comunicação do além pronuncia um veredito sobre a Igreja Católica:

“É chegada a hora em que a Igreja tem de prestar contas do depósito que lhe foi confiado, da maneira por que pratica os ensinamentos de Cristo, do uso que fez da sua autoridade, enfim, do estado de incredulidade a que levou os espíritos. A hora é vinda em que ela tem de dar a César o que é de César e de assumir a responsabilidade de todos os seus atos. Deus já julgou, e a reconheceu inapta,

daqui por diante, para a missão de progresso que incumbe a toda autoridade espiritual. Somente por meio de uma transformação absoluta lhe será possível viver; mas resignar-se-á ela a essa transformação? Não, pois que então já não seria a Igreja; para assimilar as verdades e as descobertas da Ciência [2], teria de renunciar aos dogmas que lhe servem de fundamentos; para volver à prática rigorosa dos preceitos do Evangelho, teria de renunciar ao poder, à dominação, de trocar o fausto e a púrpura pela simplicidade e a humildade apostólicas. Ela se acha nesta alternativa: ou se suicida, transformando-se; ou sucumbe nas garras do progresso, se permanecer estacionária” (p. 310 s.).

E assim o espiritismo se considera como sendo a “terceira revelação”. A primeira, assim dizem, veio por Moisés; a segunda, por Jesus Cristo; e a terceira, através dos “espíritos”, principalmente do Espírito da Verdade, o Consolador prometido por Jesus. Allan Kardec descreve tudo isso amplamente no capítulo primeiro de *A Gênese*, concluindo no n.º 42:

“O Espiritismo realiza todas as promessas de Cristo a respeito do *Consolador* anunciado. Ora, como é o *Espírito de Verdade* que preside ao grande movimento da regeneração, a promessa da sua vinda se acha por essa forma cumprida, porque, de fato, é ele o verdadeiro *Consolador*”.

No discurso pronunciado em 1º de novembro de 1863, Allan Kardec apresentou um resumo da doutrina espírita, terminando com estas palavras:

“Eis o Credo, a religião do espiritismo, religião

que pode conciliar-se com todos os cultos, isto é, com todas as maneiras de adorar a Deus. Esse é o laço que deve unir todos os espíritas numa santa comunhão de pensamentos, enquanto se espera que ele ligue todos os homens sob a bandeira da fraternidade universal”.

Tal é também a convicção que anima o espiritismo no Brasil. A Federação Espírita Brasileira, por seu Conselho Nacional, em sua reunião de 5 de julho de 1952, declarou oficialmente e por unanimidade: “O Espiritismo é Religião sem ritos, sem liturgia e sem sacramentos”. E em outra oportunidade fez saber:

“Os espíritas do Brasil, reunidos no II Congresso Espírita Internacional Panamericano, com expressões de maior respeito à liberdade de pensamento e de consciência, afirmam que, no Brasil, a Doutrina Espírita, sem prejuízo de seus aspectos científicos e filosóficos, é fundamentada no Evangelho de Cristo, certo de ser o Consolador Prometido de que nos falam aqueles mesmos Evangelhos. Por isso é que nós outros, que vivemos no Brasil, ligados à Doutrina Espírita, consideramo-la *a Religião*”.

[1] A verdade, porém, é que a promessa de Jesus acerca do Espírito da Verdade não foi tão vaga, para um futuro tão incerto e distante. Jesus se dirigia diretamente aos Apóstolos que estavam com Ele na última Ceia: *Rogarei ao Pai e ele vos dará outro Paráclito*, para que convosco permaneça para sempre, o *Espírito da verdade...* O *Paráclito*, o *Espírito Santo* que o *Pai enviará em meu nome*, é que vos ensinará tudo e vos

recordará tudo o que vos disse (Jo 14, 16-17.26). E pouco antes de' sua ascensão mandou aos Apóstolos: Eis que eu vos enviarei o que meu Pai prometeu. Por isso permaneci na cidade até serdes revestidos da força do Alto (Lc 24, 49). E Ihes disse ainda: O Espírito Santo descerá sobre vós e dele recebereis força (At 1, 8). Alguns dias depois, na festa de Pentecostes, quando estavam reunidos na sala de Jerusalém, de repente veio do céu um ruído semelhante ao de vento impetuoso e encheu toda a casa onde se achavam. E apareceram umas como línguas de fogo, que se distribuíram e foram pousar sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo (At 2, 1-4). Era a vinda do Espírito da Verdade, bem antes de Allan Kardec. Começou então a vida da Igreja. Ela terá a árdua tarefa de conservar e anunciar a todos os homens, até o fim dos tempos, o que Jesus ensinara em nome do Pai. Realiza-se assim a promessa de Jesus: Eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos (Mt 28, 20). A Igreja cumprirá a sua missão, confortada certamente pela força do Alto e sempre assistida pelo Espírito da Verdade, o Consolador, mas em todo tempo mediante seres humanos, frágeis e limitados por sua natureza. A já bimilenar história da Igreja é rica na descrição destas vicissitudes humanas, de maior ou menor fidelidade, com aflições e dificuldades internas e externas, entre sombras porém com fidelidade substancial.

[2] O espiritismo nasceu, em meados do século passado, num ambiente de mentalidade cientificista que pretendia explicar todos os fenômenos espirituais por meio de “fluidos”, “éter”, “eletricidade”, “magnetismo” etc. Considera-se, portanto, uma doutrina “científica”. Tanto essa mentalidade, porém, quanto a terminologia estão hoje totalmente superadas, não encontrando mais aplicação nem na biologia nem na psicologia modernas.

(⁶)

Se o Espiritismo não for mesmo uma revelação, então não haveria razão para o prelado se preocupar com ele; é caso de repetimos a fala de Gamaliel, doutor da Lei, em defesa de Pedro e dos que o acompanhavam, perante o Sinédrio:

“Homens de Israel, vejam bem o que estão para fazer contra esses homens... Quanto ao que está acontecendo agora, dou-lhes um conselho: não se preocupem com esses homens, e os soltem. Porque, se o projeto ou atividade deles é de origem humana, será destruído; mas, se vem de Deus, vocês não conseguirão aniquilá-los. Cuidado para não se meterem contra Deus,” (Atos 5,35-39)

Se o sr. bispo tem o direito de achar que o seu papa é o representante de Cristo aqui na Terra, também nós temos o de achar que o Espírito da Verdade liderou toda a plêiade de Espíritos que trouxeram essa nova revelação aos homens. Como da vez anterior, por quem Jesus foi rejeitado? Pelo povo? Não! Não? Infelizmente, foi rejeitado justamente por aqueles que tinham tudo para aceitá-lo; os líderes religiosos de sua época que, entretanto, em vez de vê-lo como o Messias, o enxergaram como

alguém que estava contrariando seus interesses; daí tramaram sua morte de forma vergonhosa. Esse foi o motivo da morte de Jesus, o que nada tem a ver, com o que apregoam por aí, dizendo que Ele morreu para nos salvar (Hebreus 9,15).

Mutatis mutandis é o que acontece com o Espiritismo, ao ser perseguido por aqueles que tudo tinham para aceitá-lo, porquanto vem comprovar, de forma categórica, que a alma sobrevive à morte física, que sofremos as consequências de nossos atos; por isso é melhor *“amar ao próximo como a si mesmo”*, já que o amor é a base fundamental dos ensinamentos de Cristo, que devia ser a pedra de toque do verdadeiro cristão. Disse-nos ele: *“[...] amem-se uns aos outros. Assim como eu amei vocês, vocês devem se amar uns aos outros. Se vocês tiverem amor uns para com os outros, todos reconhecerão que vocês são meus discípulos.”* (João 13,34-35)

Se o Espírito Santo “baixou” nos discípulos, por que a discriminação, já que é o que dizem acontecer em nosso meio? Não vemos nenhuma diferença, já que ambos são Espíritos, e os estudiosos sabem que

esse Santo, que aparece várias vezes na Bíblia, é simples acréscimo, visando ligá-lo à Trindade, tomada do paganismo; por isso, quando encontramos essa ocorrência devemos tê-la no significado de Espírito puro ou Espírito bom. Por outro lado, estamos diante de um grave problema: ele baixou várias vezes. A primeira vez no domingo seguinte à morte de Jesus (João 20,22), a segunda no suposto dia do Pentecostes (Atos 2,2), a terceira no episódio conhecido como o “Pentecostes samaritano” (Atos 8,14-17) e a quarta no “Pentecostes dos pagãos” (Atos 10,44-46) ⁽⁷⁾

Por que dissemos supostamente em relação ao Pentecostes? Fácil: foi porque os próprios católicos disseram isso. Quando? Leiamos, em se referindo a Atos 2,1-13, a explicação:

O relato é simbólico. De fato, quanto o autor escreveu, as comunidades cristãs já se haviam espalhado por todas as regiões aqui mencionadas. Lucas quer mostrar o que está na base de qualquer comunidade cristã: o Espírito Santo faz lembrar, compreender e continuar o testemunho de Jesus (cf. Jo 14,26; 16,12-15). Pentecostes, celebrado cinquenta dias depois da páscoa, comemorava a Aliança e o dom da Lei...” ⁽⁸⁾

Assim, o tal Pentecostes, segundo uma tradução bíblica católica, de fato, não aconteceu; é apenas um fato simbólico.

Por outro lado, se Jesus disse que não poderia dizer tudo aos discípulos, haja vista eles ainda não terem capacidade de entender (João 16,12), por que, cinquenta e poucos dias depois de sua morte, e apenas dez de sua ascensão, passaram a ter condições de receber esses novos ensinamentos, sem que nenhum fato extraordinário tivesse acontecido? Porém, observando detidamente a passagem, veremos que, na própria Bíblia, o fenômeno de Pentecostes é relacionado, não ao comprimento do envio do Consolador, como afirma o sr. bispo, mas a uma profecia de Joel (3,1-5), conforme a afirmação de Pedro em Atos 2,14-20. Ele teve oportunidade para dizer que se tratava do Consolador, mas não o fez. Portanto, a inútil tentativa de se dizer que a vinda do Espírito de Verdade ocorreu naquela época, fica frustrada pela apostasia predita que já se iniciava nos dias apostólicos e, por isso, essa promessa só pode mesmo, por lógica, ser concretizada, na íntegra, em

futuro remoto.

Ao lermos as pinceladas que o bispo retirou de livros espíritas, para compor esse item, percebemos que há, de sua parte, ainda que inconscientemente, um medo tremendo por detrás de tudo isso. Se o Espiritismo vem resgatar os verdadeiros ensinamentos de Jesus, já que o que a Igreja prega é deturpação pura, ele será o elo que ligará todos os homens numa fraternidade universal; conseqüentemente, ferirá o status de poder que a Igreja e sua liderança quer manter. É por isso que o sr. bispo teme pela hora em que sua Igreja prestará contas do depósito que a ela foi confiado; e como sabe que não foi bem guardado, presente as inevitáveis conseqüências...

Quanto à insinuação de ser o Espiritismo uma ciência ultrapassada, deixaremos o próprio Allan Kardec responder tomando de **O Livro dos Espíritos**, as duas primeiras transcrições, e da **Revista Espírita 1858**, a última:

A ciência espírita compreende duas partes: experimental uma, relativa às manifestações em geral, filosófica, outra, relativa às manifestações inteligentes. Aquele que apenas haja observado a

primeira se acha na posição de quem não conhecesse a Física senão por experiências recreativas, sem haver penetrado no âmago da ciência. A verdadeira Doutrina Espírita está no ensino que os Espíritos deram, e os conhecimentos que esse ensino comporta são por demais profundos e extensos para serem adquiridos de qualquer modo, que não por um estudo perseverante, feito no silêncio e no recolhimento. Porque, só dentro desta condição se pode observar um número infinito de fatos e particularidades que passam despercebidos ao observador superficial, e firmar opinião. Não produzisse este livro outro resultado além do de mostrar o lado sério da questão e de provocar estudos neste sentido e rejubilaríamos por haver sido eleito para executar uma obra em que, aliás, nenhum mérito pessoal pretendemos ter, pois que os princípios nela exarados não são de criação nossa. O mérito que apresenta cabe todo aos Espíritos que a ditaram. Esperamos que dará outro resultado, o de guiar os homens que desejem esclarecer-se, mostrando-lhes, nestes estudos, um fim grande e sublime: o do progresso individual e social e o de lhes indicar o caminho que conduz a esse fim.

Concluamos, fazendo uma última consideração. Alguns astrônomos, sondando o espaço, encontraram, na distribuição dos corpos celestes, lacunas não justificadas e em desacordo com as leis do conjunto. Suspeitaram que essas lacunas deviam estar preenchidas por globos que lhes tinham escapado à observação. De outro lado, observaram certos efeitos, cuja causa lhes era

desconhecida e disseram: Deve haver ali um mundo, porquanto esta lacuna não pode existir e estes efeitos hão de ter uma causa. Julgando então da causa pelo efeito, conseguiram calcular-lhe os elementos e mais tarde os fatos lhes vieram confirmar as previsões. Apliquemos este raciocínio a outra ordem de ideias. Se se observa a série dos seres, descobre-se que eles formam uma cadeia sem solução de continuidade, desde a matéria bruta até o homem mais inteligente. Porém, entre o homem e Deus, alfa e ômega de todas as coisas, que imensa lacuna! Será racional pensar-se que no homem terminam os anéis dessa cadeia e que ele transponha sem transição a distância que o separa do infinito? A razão nos diz que entre o homem e Deus outros elos necessariamente haverá, como disse aos astrônomos que, entre os mundos conhecidos, outros haveria, desconhecidos. Que filosofia já preencheu esta lacuna? O Espiritismo no-la mostra preenchida pelos seres de todas as ordens do mundo invisível e estes seres não são mais do que os Espíritos dos homens, nos diferentes graus que levam à perfeição. Tudo então se liga, tudo se encadeia, desde o alfa até o ômega. Vós, que negais a existência dos Espíritos, preenchei o vácuo que eles ocupam. E vós, que rides deles, ousai rir das obras de Deus e da Sua onipotência! ⁽⁹⁾

Que faz a moderna ciência espírita? Reúne em corpo de doutrina o que estava esparso: explica, com os termos próprios, o que só era dito em linguagem alegórica; poda o que a superstição e a ignorância engendraram, para só deixar o que é

real e positivo. Esse o seu papel! O de fundadora não lhe pertence. Mostra o que existe, coordena, porém não cria, por isso que suas bases são de todos os tempos e de todos os lugares. Quem, pois, ousaria considerar-se bastante forte para abafá-la com sarcasmos, ou, ainda, com perseguições? Se a proscreverem de um lado, renascerá noutras partes, no próprio terreno donde a tenham banido, porque ela está em a Natureza e ao homem não é dado aniquilar uma força da Natureza, nem opor *veto* aos decretos de Deus.

Que interesse, aos demais, haveria em obstar-se a propagação das ideias espíritas? É exato que elas se erguem contra os abusos que nascem do orgulho e do egoísmo. Mas, se é certo que desses abusos há quem aproveite, à coletividade humana eles prejudicam. A coletividade, portanto, será favorável a tais ideias, contando-se-lhes por adversários sérios apenas os interessados em manter aqueles abusos. As ideias espíritas, ao contrário, são um penhor de ordem e tranquilidade, porque, pela sua influência, os homens se tornam melhores uns para com os outros, menos ávidos das coisas materiais e mais resignados aos decretos da Providência. ⁽¹⁰⁾

Talvez nos contestem a qualificação de ciência que damos ao Espiritismo. Ele não poderia, sem dúvida, em alguns casos, ter os caracteres de uma ciência exata, e está precisamente aí o erro daqueles que pretendem julgá-lo e experimentá-lo como uma análise química, como um problema matemático: já é muito que tenha o de uma ciência filosófica. Toda ciência deve estar baseada sobre

fatos; mas só os fatos não constituem a ciência; a ciência nasce da coordenação e da dedução lógica dos fatos: é o conjunto de leis que os regem. O Espiritismo chegou ao estado de ciência? Se se trata de uma ciência perfeita, sem dúvida, seria prematuro responder afirmativamente; mas as observações são, desde hoje, bastante numerosas para se poder, pelo menos, deduzir os princípios gerais, e é aí que começa a ciência. ⁽¹¹⁾

Assim, o Espiritismo não deixará de ser ciência só porque o sr. bispo, em sua opinião, diz que não. Quem tem o direito de definir aquilo que ele é, ou não, foi quem o criou; ninguém mais. Ademais, reconhecemos ser esta uma necessidade capital para os religiosos, pois reconhecer no Espiritismo uma Ciência verdadeira é o mesmo que admitir a derrocada de suas religiões, ou a falência de seus respectivos dogmas.

A DOCTRINA ESPÍRITA E A MENSAGEM CRISTÃ

No Brasil, o movimento criado por Allan Kardec é mantido e divulgado pela Federação Espírita Brasileira, que o propõe sistematicamente não apenas como “a religião”, mas também como “espiritismo cristão”. Seu órgão oficial, *Reformador*, que começou em 1883, então como “órgão

evolucionista”, apresenta-se agora no subtítulo como “Revista do Espiritismo Cristão”. No fascículo de março de 1981, em artigo sobre a missão do Consolador, chega a esta conclusão:

“É missão, pois, do Espiritismo devolver ao Cristianismo a sua pureza original, libertando-o dos dogmas e das ideias humanas nele introduzidos” (p. 85).

Para entender tão radical operação libertadora, é necessário comparar a doutrina espírita com a mensagem cristã: aos menos em seus elementos fundamentais. ⁽¹²⁾

Até aceitamos as justificativas do sr. bispo ao apresentar o Espiritismo como sendo algo contra a Doutrina Cristã; mais ainda: entendemos porque, com tanto ardor, advoga em causa própria, pois, até onde sabemos, a sua religião e seus membros, com raríssimas exceções, sobrevivem às custas do dízimo dos fiéis. Portanto, não vivem para sua religião, mas da religião que dizem praticar.

A prepotência que vemos nos líderes religiosos dos dias atuais é de se autoatribuírem competência exclusiva de definir quem é e quem não é cristão. Entretanto, quem define, se segue a doutrina cristã ou não, será a própria pessoa, como bem disse

Paulo: *“Se alguém está convencido de pertencer a Cristo, tome consciência, de uma vez por todas, de que assim como ele pertence a Cristo, também nós pertencemos a Cristo”* (2 Coríntios 10,7), fulminando de vez essa ideia exclusivista desses líderes.

Sobre estes, Jesus nos advertiu dizendo que *“são cegos guiando cegos”*; caso contrário teriam visto que o Mestre afirmou *“Pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou aí no meio deles”* (Mateus 18,20); e mais claro ainda que isso, podemos ler esta reclamação de João: *“Mestre, vimos um homem que expulsa demônios em teu nome. Mas nós lhe proibimos, porque ele não nos segue”*, sobre a qual, teve de Jesus a seguinte reprimenda: *“Não lhe proibam, pois ninguém faz um milagre em meu nome e depois pode falar mal de mim. Quem não está contra nós, está a nosso favor. Eu garanto a vocês: quem der para vocês um copo de água porque vocês são de Cristo, não ficará sem receber sua recompensa”*. (Marcos 9,38-41). Daí, se nós dissermos que seguimos a Jesus é o suficiente. No entanto, o que muitos não suportam é termos os nossos próprios pensamentos sobre seus

ensinamentos, pois acham que somos obrigados a vê-los com a mesma viseira com que os seus seguidores os enxergam, fora as interpretações de conveniências, cujo objetivo é apenas manter domínio sobre seus fiéis.

Se quer comparar a Doutrina Espírita com a mensagem cristã, comecemos pelo lema que adota: “Fora da caridade não há salvação”, exatamente o que pregava Jesus; muito diferente da máxima utilizada pelo sr. bispo, que é: “fora da Igreja Católica não há salvação”, que está em evidente contraste com os ensinamentos do Mestre.

A Revelação divina

Para a generalidade dos cristãos de todos os tempos, sejam eles católicos, ortodoxos ou protestantes, os livros da Sagrada Escritura são divinamente inspirados. É um princípio inconcusso (“dogma”) dos cristãos.

No credo espírita de Allan Kardec não entra este ponto fundamental. Jamais o afirma em nenhuma de suas obras. Mas com frequência se compraz em mostrar o que ele considera absurdos e contradições da Bíblia. No *Reformador*, janeiro de 1953, p. 23, encontramos bem definida a posição dos nossos espíritas perante a Bíblia:

“Do Velho Testamento já nos é recomendado somente o Decálogo e do Novo Testamento apenas a moral de Jesus; já consideramos de valor secundário, ou revogado e sem valor algum, mais de 90% do texto da Bíblia. Só vemos na Bíblia toda um livro respeitável pelo seu valor cultural, pela força que teve na formação cultural dos povos do Ocidente”.⁽¹³⁾

Aqui se bate na velha tecla, o mesmo surrado argumento, de que a Bíblia é a palavra de Deus, infalível ou insuspeita; mas assim se diz apenas por puro interesse, pois, caso contrário, quem lhes seguiria cegamente? O povo, infelizmente, não é dado ao questionamento, acredita piamente naquilo que fala a sua liderança religiosa; daí, a mantê-la nesse status, dificilmente se encontrará um fiel que venha contestá-la, mesmo que o que lhe fale seja absurdo, como é o caso que estamos analisando, neste momento. Por isso, é que o sr. bispo denomina de “precioso” dogma cristão, muito embora para prová-lo, ele deixe de ser tão “precioso”. Mas o que é o um dogma senão aquilo que a razão e a lógica não aceitam? Dada a sua aberração, por ele, o dogma, se abre campo para o “creio ainda que absurdo”.

O que nunca falamos é que Jesus sintetizou tudo quanto existe no Velho Testamento em apenas dois princípios, fundamentais à nossa evolução: *“amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”* (Mateus 22,37-40). Por várias vezes disse *“aprendeste o que foi dito, eu porém vos digo”* (Mateus 5), colocando seus ensinamentos como superiores aos de Moisés. A parábola das bodas de Caná tem exatamente esse sentido, ou seja, o ensinamento de Jesus é o vinho melhor que foi servido depois. Numa outra passagem deixa-nos diante dessa verdade inexorável: *“A Lei e os profetas chegaram até João; daí para a frente o Reino de Deus é anunciado, e cada um se esforça para nele entrar, com violência”* (Lucas 16,16); o que, em outras palavras, quer dizer que o Antigo Testamento vigorou até João Batista, limitando, dessa forma, a sua aplicação até esse tempo, porque depois, conforme disse, deverão prevalecer os seus ensinamentos. Daí sua indisposição com os líderes de sua época, até que, num dado momento, disse-lhes: *“não se coloca remendo de pano novo em pano velho ou vinho novo em odres velhos”* (Mateus 9,16-17), o que não entenderam, mas que significa:

deixem os ensinamentos de Moisés e observem o que lhes digo; entretanto, a liderança de hoje finge não perceber, já que isso não lhe convém.

Existem, inclusive, passagens que deixam clara essa questão; quem tiver a curiosidade de confirmar, leia: Romanos 7,4-6; Hebreus 7,18; 10,9; 8,6-7.13 e 2 Coríntios 3,6-14.

A doutrina sobre Deus

Alguns conceitos de Allan Kardec sobre a existência de Deus e seus atributos coincidem com a doutrina cristã. Várias vezes se refere em seus livros ao panteísmo [1] para rejeitá-lo. Outras vezes, porém, usa expressões de sabor panteísta. Assim quando diz que ignoramos se a inteligência é uma “emanação da Divindade”; quando descreve o “fluido universal” em termos panteístas; ou quando esclarece que os espíritos “se acham mergulhados no fluido divino”, etc.

Já Leão Denis, outro patriarca do espiritismo, resvala para um evidente monismo panteísta. Segundo o seu modo de falar, “Deus é a grande alma universal, de que toda alma humana é uma centelha, uma irradiação. Cada um de nós possui, em estado latente, forças emanadas do divino Foco” (*Cristianismo e Espiritismo*, 5ª ed., p. 246). Fala com frequência de Deus como “divino Foco”, “supremo Foco do Bem e do Belo”, “o grande Foco divino”, etc.

Também em outra obra sua, *Depois da Morte*, 6ª ed., voltam expressões panteístas: “Deus é infinito e não pode ser individualizado, isto é, separado do mundo, nem subsistir à parte” (p. 114); ou: “O Ser supremo não existe fora do mundo, porque este é a sua parte integrante e essencial” (p. 124). Em vez do “Deus fantástico da Bíblia”, ele quer o “Deus imanente, sempre presente no seio das coisas” (p. 213): “O Universo não é mais essa criação, essa obra tirada do nada de que falam as religiões. É um organismo imenso animado de vida eterna” (p. 123); e em seguida explica que Deus está para o Universo como a alma para o corpo: “O eu do Universo é Deus” (p. 349).

[1] Sistema filosófico que nega a distinção entre o Criador e a criatura e afirma que “tudo é Deus” ou “Deus é tudo”. (14)

Não é a primeira vez, e acreditamos que não será a última, em que, sutilmente, querem relacionar o Espiritismo com doutrina panteísta, quando Allan Kardec nunca disse isso. Entretanto, podemos, a seguir os argumentos do sr. bispo, afirmar, com segurança, que até na Bíblia, a qual acredita ser a palavra de Deus, se encontra essa ideia panteísta; vejamos:

Sabedoria 1,7: **“O espírito do Senhor enche o universo** e ele, que mantém unidas todas as coisas, não ignora nenhum som”.

Sabedoria 12,1: **“O teu espírito incorruptível está em todas as coisas”**.

Salmo 139,7-10: *“Para onde irei, longe do teu sopro? Para onde fugirei, longe de tua presença? **Se subo ao céu, tu aí estás. Se me deito no abismo, aí te encontro.** Se levanto voo para as margens da aurora, se emigro para os confins do mar, aí me alcançará tua esquerda, e tua direita me sustentará”*.

Jeremias 23,24: **Pode alguém esconder-se em algum lugar onde eu não possa vê-lo?** - oráculo de Javé. Será que eu não ocupo o céu e a terra? - oráculo de Javé.

João 14,3: *“Se alguém me ama, guarda a minha palavra, e meu Pai o amará. **Eu e meu Pai viremos e faremos nele a nossa morada”***.

Atos 17,27-28: *Assim fez, para que buscassem a Deus e para ver se o descobririam, ainda que fosse às apalpadelas. Ele não está longe de cada um de nós, **pois nele vivemos, nos movemos e existimos**, como alguns dentre os poetas de vocês disseram: 'Somos da raça do próprio Deus'.*

Efésios 4,6: **“Há um só Deus** e Pai de todos,

*que está acima de todos, que age por meio de todos e **está presente em todos**".*

Esse relacionamento do Espiritismo com o panteísmo só assusta aos néscios e aos que, encabrestados pela liderança religiosa, não ousam questionar o que ela lhes fala.

Então, se somos panteístas, como quer o sr. bispo levar seu leitor a crer, estamos em boa companhia, porque estamos seguindo a “palavra de Deus”.

É deveras engraçado como certas pessoas não se dão conta do ridículo que cometem; infelizmente, vamos ter que, literalmente, “ensinar o pai-nosso a seu vigário”. Nomes próprios não se traduzem; assim, o nome correto do autor citado pelo bispo é Léon Denis; e “Léon” continuará sendo em qualquer língua; aí a insensatez, pois não podemos dizer ignorância nessa atitude de um prelado.

Uma vez que cita Léon Denis (1846-1927), não podemos perder a oportunidade de colocar esta sua fala constante de **Depois da Morte**:

Como todas as grandes descobertas, o Espiritismo devia receber o batismo das humilhações e da prova. Quase todas as ideias novas, particularmente as mais fecundas, têm sido escarnecidas, insultadas em seu aparecimento, rejeitadas como utopias. [...]. Cedo ou tarde, a verdade triunfa das infalibilidades conjuradas! ⁽¹⁵⁾

Será que o sr. bispo teve, pelo menos, um leve rubor na face ao ler isso?

A Santíssima Trindade

Todos os cristãos – católicos, ortodoxos e protestantes – professam a sua fé na Santíssima Trindade. É o mistério central da fé e mensagem cristã, desde os primórdios do cristianismo. Mas o credo espírita proposto por Allan Kardec desconhece totalmente a Santíssima Trindade. A posição de Allan Kardec, no conjunto de suas obras, é de absoluto e sistemático silêncio com relação a esta doutrina cristã.

Seu silêncio era apenas oportunista. Na realidade, no seu sistema de pensamento não cabia este mistério cristão, não só porque para ele “absolutamente não há mistérios”, mas porque não há lugar para uma intensa vida divina intratrinitária, dado que, segundo ele, um Deus que não criasse incessantemente, desde toda a eternidade, seria um Deus solitário e ocioso.

Já Leão Denis, em *Cristianismo e Espiritismo*, p.

74, abre a sua crítica aos nossos principais dogmas com estas palavras: “Começa com a estranha concepção do Ser divino, que se resolve no mistério da Trindade”. Depois explica: “A noção da Trindade, colhida numa lenda hindu que era a expressão de um símbolo, veio obscurecer e desnaturar essa alta ideia de Deus... Essa concepção trinitária, tão incompreensível, oferecia, entretanto, grande vantagem às pretensões da Igreja. Permitia-lhe fazer de Jesus Cristo um Deus” (p. 75).

No Brasil, o espiritismo em peso ou desconhece ou nega a Santíssima Trindade. ⁽¹⁶⁾

E continuaremos irremediavelmente desse jeito, pois a Trindade não é um ensinamento de Jesus, e sim uma corruptela de conceitos pagãos, que tinham três deuses. Também essa não era a ideia no cristianismo primitivo, pois essa questão motivou inúmeras controvérsias, após ser rejeitada por três concílios, como o mais importante cita-se o de Antioquia (269), foi, em 325, proclamado pelo de Niceia. Essa declaração de que Jesus é Deus foi uma forma sutil de encaixar nos postulados da Igreja uma figura (a trindade) já aceita pelos povos pagãos, visando angariar adeptos a essa nova doutrina. Podemos citar:

Brahma, Siva e Vischnu – dos hindus

Osíris, Isis e Orus – dos egípcios

Ea, Istar e Tamus – dos babilônios

Zeus, Demétrio e Dionísio – dos gregos

Orzmud, Arimam e Mitra – dos persas

Voltan, Friga e Dinas – dos celtas

Apesar de se afirmar, peremptoriamente, que Deus é um só (Romanos 3,30: *“De fato, há um só Deus [...].”*; Gálatas 3,20: *“[...] Deus é um só.”*; Tiago 2,19: *“Você acredita que existe um só Deus? Muito bem! Só que os demônios também acreditam, e tremem!”*), ainda assim sustentam a ideia da trindade, fiando-se no tal de “três em um”. Como é difícil de aceitar um disparate desse e de justificar o “três em um”... Então esse absurdo passou a fazer parte dos dogmas da Igreja, no qual o fiel é obrigado a crer, sob pena de excomunhão. Desse modo, podemos dizer que não é um ensinamento de Jesus, é uma adulteração; isso sim, por parte daqueles que se dizem seu representante aqui na Terra.

Em ***Verdades e Mentiras Sobre o Homem***

Chamado Jesus, o escritor Aderbal Pacheco, numa referência à trindade, cita-nos a opinião do bispo James A. Pike, da Igreja Episcopal, Cal. U.S.A:

E que dizer daquela doutrina popular da Cristandade – a trindade? Já não nos deve surpreender agora que ela é também de origem pagã. A doutrina, além de implausível e irracional, é antibíblica. Nenhum texto ensina a trindade. Use-se o texto de I Jo. 5:7, na versão Almeida, para apoiar a doutrina, mas essas palavras não aparecem nos manuscritos mais antigos e mais fidedignos das Escrituras gregas; por isso, a maioria das versões modernas deixa estas palavras inteiramente de fora. ⁽¹⁷⁾

Isso vem corroborar o que dissemos sobre a origem da trindade estar no paganismo. Entretanto, podemos ir mais além e dizer que a única passagem na qual se apegam para justificar a trindade é uma vergonhosa adulteração.

Tivesse o sr. bispo lido mais o “patriarca do Espiritismo” Léon Denis, veria que em **Cristianismo e Espiritismo**, se encontra o seguinte:

Depois da proclamação da divindade de Cristo, no século IV, depois da introdução, no sistema

eclesiástico, do dogma da Trindade, no século VII, muitas passagens do Novo Testamento foram modificadas, a fim de que exprimissem as novas doutrinas (Ver João I, 5,7). “Vimos, diz Leblois (18), na Biblioteca Nacional, na de Santa Genoveva, na do mosteiro de Saint-Gall, manuscritos em que o **dogma da Trindade está apenas acrescentado à margem**. Mais tarde foi intercalado no texto, onde se encontra ainda”. (19)

Convém ressaltar que a origem dessa informação foi tirada da fala de um pastor; isto é importante para demonstrar a imparcialidade de quem dá a notícia.

Entretanto, para nossa grata surpresa, conseguimos também, por nós mesmo, provar essa interpolação, ao lermos Orígenes (185-254), considerado como um dos “Pais da Igreja”, que viveu na Antiguidade cristã. Na sua obra apologética intitulada *Contra Celso* (cerca de 248), ele, refutando as críticas desse filósofo pagão contra os cristãos, transcreve, em seu discurso, muitas passagens bíblicas, e, entre elas, cita Mateus 28,19, com o seguinte teor: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos” (20). O que atesta que a expressão “batizando-os em nome do Pai, do Filho e

do Espírito Santo” foi mesmo colocada, posteriormente, para se justificar o dogma da Trindade.

O historiador e professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, David Flusser (1917-2000), que lecionou no Departamento de Religião Comparada por mais de 50 anos, nascido na Áustria, foi estudioso da literatura clássica e talmúdica, conhecia 26 idiomas. Em ***O Judaísmo e as Origens do Cristianismo. Vol. II***, informa que:

De acordo com os manuscritos de Mateus que foram preservados, o Jesus ressuscitado ordenou aos seus discípulos batizar todas as nações “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. A fórmula trinitária franca, aqui, é de fato notável, mas já foi mostrado que a ordem para batizar e a **fórmula trinitária faltam em todas as citações das passagens de Mateus nos escritos de Eusébio anteriores ao Concílio de Niceia**. O texto de Eusébio de Mt 28:19-20 antes de Niceia era o seguinte: “Ide e tornai todas as nações discípulas em meu nome, ensinando-as a observar tudo o que vos ordenei”. Parece que Eusébio encontrou essa forma do texto nos códices da famosa biblioteca cristã em Cesareia.⁷⁵ Esse texto mais curto está completo e coerente. Seu sentido é claro e tem seus méritos óbvios: diz que o Jesus ressuscitado ordenou que seus discípulos

instruíssem todas as nações em seu nome, o que significa que os discípulos deveriam ensinar a doutrina de seu mestre, depois de sua morte, tal como a receberam dele. ⁽²¹⁾

É importante transcrevermos também a nota 75, na qual Flusser coloca sua base de informação:

Ver D. Flusser, "The Conclusion of Matthew in a New Jewish Christian Source", *Annual of the Swedish Theological Institute*, vol. V, 1967, Leiden, 1967, pp. 110-20; Benjamin J. Hubbard, "The Matthean Redaction of a Primitive Apostolic Commissioning", SBL, *Dissertation Series* 19, Montana, 1974. **Mais testemunho da conclusão não-trinitária de Mateus está preservado num texto copta** (ver E. Budge, *Miscellaneous Coptic Texts*, Londres, 1915, pp. 58 e seguintes, 628 e 636), onde é descrita uma controvérsia entre Cirilo de Jerusalém e um monge herético. "E o patriarca Cirilo disse ao monge: 'Quem te mandou pregar essas coisas?' E o monge lhe disse: 'O Cristo disse: Ide a todo o mundo e pregai a todas as nações em Meu nome em cada lugar". O texto é citado por Morcon Smith, *Clement of Alexandria and a Secret Gospel of Mark*, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1973, p. 342-6. ⁽²²⁾

Na sequência, Flusser diz que...

“Um testemunho adicional das versões mais curtas de Mt 28:19-20a foi descoberto há pouco tempo numa fonte judeu-cristã...” (FLUSSER, 2001, p. 156), citando como fonte: Sh. Pinès, “The Jewish Christians of the Early Centuries of Christianity According to a New Source”, *The Israel Academy of Sciences and Humanities Proceedings*, vol. II, nº 13, Jerusalém, 1966, p. 25. ⁽²³⁾

Para corroborar tudo isso, apresentaremos a opinião de Geza Vermes (1924-2013), um dos maiores especialistas sobre a história do cristianismo, que, em ***O Autêntico Evangelho de Jesus***, falando sobre esse passo disse:

[...] Nos programas missionários anteriores, não houve questão quanto ao batismo, e menos ainda quanto a batizar nações inteiras. Além disso, **o batismo administrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo não tem precedente não só nos Evangelhos, mas também em qualquer lugar de todo o Novo Testamento.** A fórmula que ocorre em Atos dos Apóstolos é batismo “em nome de” Jesus (At 2,38; 8,16; 10,48; 19,5) e, em Paulo, batismo “em Cristo” (Rm 6,3; Gl 3,27). Fora de Mateus, a fórmula trinitária, Pai, Filho e Espírito Santo ocorre pela primeira vez no manual litúrgico da igreja primitiva intitulado Didaqué ou Instrução dos Doze Apóstolos, que é datado da primeira

metade do século II d.C. **Tudo isso aponta para uma origem tardia** de Mt 28,18-20.[...]. (24)

Podemos colocar dois argumentos para contradizer essa passagem de Mateus, da forma como atualmente se encontra na Bíblia: 1º) é que Jesus, quando vivo, não recomendou o batismo de água, mas um outro; 2º) em Atos (2,38; 8,16; 10,48 e 19,5) temos a prova de que se batizava somente “*em nome de Jesus*”, evidenciando falta grave de quem fez a interpolação por não ter percebido esse pequeno e importante detalhe. Eh!... Não há mesmo crime perfeito!

Mas esse fato não passou despercebido pelos tradutores da ***Bíblia de Jerusalém***, que o minimizam dizendo:

É possível que, em sua forma precisa, essa fórmula reflita influência do uso litúrgico posteriormente fixado na comunidade primitiva. Sabe-se que o livro dos Atos fala em batizar “**no nome de Jesus**” (cf. At 1,5+; 2,38+). Mais tarde deve ter-se estabelecido a associação do batizado às três pessoas da Trindade. Quaisquer que tenham sido as variações nesse ponto, a realidade profunda permanece a mesma. O batismo une à

pessoa de Jesus Salvador; ora, toda a sua obra salvífica procede do amor do Pai e se completa pela efusão do Espírito. ⁽²⁵⁾

Vamos em frente, seguindo com a nossa análise.

A doutrina sobre Jesus

Professam os cristãos que Jesus era verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem. A afirmação da divindade de Jesus é fundamental para a fé cristã. Mas este Jesus não entra no credo espírita formulado por Allan Kardec. Ele nos deixou nas suas *Obras Póstumas* um estudo sobre a natureza de Jesus, de 41 páginas, todo ele orientado para provar que Jesus não era Deus.

Nos dias de Allan Kardec, surgiu um advogado de Bordéus chamado João Batista Roustaing, que teve o seu primeiro contacto com o espiritismo em 1861 e em 1865 publicou a sua obra: *Espiritismo Cristão ou Revelação da Revelação*, em três volumes. Sua tese central: o corpo de Jesus não era real, de carne e osso, mas aparente e meramente fluídico.

No Brasil, a Federação Espírita, desde a sua fundação, propaga a obra de Roustaing. Guillon Ribeiro, que foi presidente da Federação e tradutor das obras de Allan Kardec, compendiou a cristologia espírita no título que deu ao livro: *Jesus nem Deus nem homem.* ⁽²⁶⁾

Pena que o sr. bispo não tenha se lembrado de que também os cristãos professavam que a Terra era o centro do Universo; mas nem por isso tal crença tornou-se uma verdade. Da mesma forma, podemos aplicar esse pensamento à questão da divindade de Jesus.

Jesus nasceu, viveu e morreu como judeu, e para um judeu até mesmo a pronuncia do nome de Deus lhe era proibido, quanto mais falar que era o próprio Deus; seria apedrejamento na certa. Ninguém ainda conseguiu provar que Jesus tenha dito isso; o que encontramos nos relatos do Evangelho é uma falsa acusação dos líderes religiosos de sua época, que tentaram colocar palavras na boca de Jesus, a fim de terem um bom motivo para o matar; plano funesto que acabou por se realizar.

O sr. bispo explora isso, o que nos convence de que realmente estudou o Espiritismo; por isso, as suas colocações ficam mais graves; só que, mais uma vez, “da missa não contou a metade”.

Em janeiro de 1868, data posterior ao

lançamento da obra de Roustaing intitulada *Os Quatro Evangelhos*, Allan Kardec publica o livro *A Gênese*, no qual podemos ver que, num certo ponto, ele defende, sem nenhuma sombra de dúvida, que Jesus teve um corpo físico comum a todos nós. No capítulo XV - Os milagres do Evangelho, de **A Gênese**, encontramos o seguinte parágrafo (item 2):

Como homem, tinha a organização dos seres carnis; porém, como Espírito puro, desprendido da matéria, havia de viver mais da vida espiritual, do que da vida corporal, de cujas fraquezas não era possível. ***A sua superioridade com relação aos homens não derivava das qualidades particulares do seu corpo, mas das do seu Espírito, que dominava de modo absoluto a matéria e da do seu perispírito, tirado da parte mais quintessenciada dos fluidos terrestres.*** (Cap. XIV, nº 9). Sua alma, provavelmente, não se achava presa ao corpo, senão pelos laços estritamente indispensáveis. Constantemente desprendida, ela decerto lhe dava ***dupla vista*** não só permanente, como de excepcional penetração e superior de muito à que de ordinário possuem os homens comuns. [...]. ⁽²⁷⁾

Allan Kardec não usa de meias palavras para expor seu pensamento de que Jesus “como homem, tinha a organização dos seres carnis”. Ora, a tese

levantada por Roustaing é que Jesus possuía não um corpo carnal, mas um corpo fluídico, o que fica inevitavelmente contra o que diz a Bíblia e o codificador do Espiritismo.

Mais à frente é que veremos Allan Kardec detalhar melhor seu pensamento, conforme podemos constatar quando ele diz sobre o desaparecimento do corpo de Jesus.

Em **A Gênese**, cap. XV - Milagres do Evangelho, tópico “Desaparecimento do corpo de Jesus”, Allan Kardec (itens 64 e 65), parece-nos que, pelo seu teor, essa assertiva tem um destinatário certo, qual seja, a obra de Roustaing:

64. [...].

Segundo outra opinião, Jesus não teria tido um corpo carnal, mas apenas um corpo fluídico; não teria sido, em toda a sua vida, mais do que uma aparição tangível; numa palavra: uma espécie de agênera. Seu nascimento, sua morte e todos os atos materiais de sua vida teriam sido apenas aparentes. Assim foi que, dizem, seu corpo, voltado ao estado fluídico, pode desaparecer do sepulcro e com esse mesmo corpo é que ele se teria mostrado depois de sua morte.

É fora de dúvida que semelhante fato não se

pode considerar radicalmente impossível, dentro do que hoje se sabe acerca das propriedades dos fluidos; mas, seria, pelo menos, inteiramente excepcional e em formal oposição ao caráter dos agêneres. (Cap. XIV, nº 36). Trata-se, pois, de saber se tal hipótese é admissível, se os fatos a confirmam ou contradizem.

65. A estada de Jesus na Terra apresenta dois períodos: o que a precede e o que se seguiu à sua morte. No primeiro, desde o momento da concepção até o nascimento, tudo se passa, pelo que respeita à sua mãe, como nas condições ordinárias da vida ⁽²⁸⁾. Desde o seu nascimento até a sua morte, tudo, em seus atos, em sua linguagem e nas diversas circunstâncias de sua vida, revela os caracteres inequívocos da corporeidade. São acidentais os fenômenos de ordem psíquica que nele se produzem e nada têm de anômalos, pois que se explicam pelas propriedades do perispírito e se dão, em diferentes graus, noutros indivíduos. Depois de sua morte, ao contrário, tudo nele revela o ser fluídico. É tão marcada a diferença entre os dois estados, que não podem ser assimilados.

“O corpo carnal tem as propriedades inerentes à matéria propriamente dita, propriedades que diferem essencialmente das dos fluidos etéreos; naquela, a desorganização se opera pela ruptura da coesão molecular. Ao penetrar no corpo material, um instrumento cortante lhe divide os tecidos; se os órgãos essenciais à vida são atacados, cessa-lhes o funcionamento e sobrevém a morte, isto é, a do corpo. Não existindo nos

corpos fluídicos essa coesão, a vida aí já não repousa no jogo dos órgãos especiais e não se podem produzir desordens análogas àquelas. Um instrumento cortante ou outro qualquer que penetra num corpo fluídico como se penetrasse numa massa de vapor, sem lhe ocasionar qualquer lesão. Tal a razão por que *não podem morrer* os corpos dessa espécie e por que os seres fluídicos, designados pelo nome de *agêneres*, não podem ser mortos.

“Depois do suplício de Jesus, seu corpo ali, inerte e sem vida, foi enterrado como os corpos comuns, e cada um podia vê-lo e tocá-lo. Depois de sua ressurreição, quando quer deixar a Terra, não morre mais; seu corpo se eleva, se desvanece e desaparece, sem deixar nenhum traço, prova evidente de que o seu corpo era de outra natureza daquele que pereceu sobre a cruz; de onde é preciso concluir que se Jesus pôde morrer, foi porque tinha um corpo carnal”.

[...].

Por virtude das suas propriedades materiais, o corpo carnal é a sede das sensações e das dores físicas, que repercutem no centro sensitivo ou Espírito. Quem sofre não é o corpo, é o Espírito recebendo o contragolpe das lesões ou alterações dos tecidos orgânicos. Num corpo sem Espírito, absolutamente nula é a sensação. Pela mesma razão, o Espírito, sem corpo material, não pode experimentar os sofrimentos, visto que estes resultam da alteração da matéria, donde também forçoso é se conclua que, se Jesus sofreu materialmente, do que não se pode duvidar, é que

ele tinha um corpo material de natureza semelhante ao de toda a gente. ⁽²⁹⁾

Continua, Allan Kardec:

Aos fatos materiais juntam-se fortíssimas considerações morais.

Se as condições de Jesus, durante a sua vida, fossem as dos seres fluídicos, ele não teria experimentado nem a dor, nem as necessidades do corpo. Supor que assim haja sido é tirar-lhe o mérito da vida de privações e de sofrimentos que escolhera, como exemplo de resignação. Se tudo nele fosse aparente, todos os atos de sua vida, a reiterada predição de sua morte, a cena dolorosa do Jardim das Oliveiras, sua prece a Deus para que lhe afastasse dos lábios o cálice de amarguras, sua paixão, sua agonia, tudo, até ao último brado, no momento de entregar o Espírito, não teria passado de vão simulacro, para enganar com relação à sua natureza e fazer crer num sacrifício ilusório de sua vida, numa comédia indigna de um homem simplesmente honesto, indigna, portanto, e com mais forte razão de um ser tão superior. Numa palavra: ele teria abusado da boa-fé dos seus contemporâneos e da posteridade. Tais as consequências lógicas desse sistema, consequências inadmissíveis, porque o rebaixariam moralmente, em vez de o elevarem. ⁽³⁰⁾

E arremata categórico:

Jesus, pois, teve, como todo homem, um corpo carnal e um corpo fluídico, o que é atestado pelos fenômenos materiais e pelos fenômenos psíquicos que lhe assinalaram a existência. ⁽³¹⁾

Não dá, pois, para conciliar a obra “*Os Quatro Evangelhos*” de Roustaing, com o que Allan Kardec desenvolve na codificação da Doutrina Espírita. E chamamos a atenção para o fato do livro *A Gênese*, ter sido lançado depois da obra de Roustaing.

Entretanto, Allan Kardec fez uma análise dessa obra, o que talvez a maioria dos espíritas nem saiba. Vamos encontrá-la na *Revista Espírita*, Jornal de Estudos Psicológicos, relativa ao mês de junho de 1866, que vale a pena colocarmos neste estudo, para que tenhamos um esclarecimento mais aprofundado do assunto.

Passaremos, então, a palavra a Allan Kardec, no texto intitulado “Os Evangelhos Explicados” – Pelo Sr. Roustaing, constante da ***Revista Espírita 1866***, onde ele comenta, ao que tudo indica, os recém-lançados livros:

Esta obra compreende a explicação e a interpretação dos Evangelhos, artigo por artigo, com ajuda de comunicações ditadas pelos Espíritos. É um trabalho considerado, e que tem, para os Espíritas, o mérito de não estar, sobre nenhum ponto, em contradição com a doutrina ensinada por *O Livro dos Espíritos* e o *dos Médiuns*. As partes correspondentes àquelas que tratamos em *O Evangelho Segundo o Espiritismo* o são num sentido análogo. De resto, como nos limitamos às máximas morais que, quase sem exceção, são geralmente claras, elas não poderiam ser interpretadas de diversas maneiras; também foram o assunto de controvérsias religiosas. Foi por esta razão que começamos por ali a fim de ser aceito sem contestação, esperando para o resto que a opinião geral estivesse mais familiarizada com a ideia espírita.

O autor desta nova obra acreditou dever seguir um outro caminho; em lugar de proceder por graduação, quis alcançar o objetivo de um golpe. **Tratou, por certas questões que não julgamos oportuno abordar ainda, e das quais, conseqüentemente, lhe deixamos a responsabilidade, assim como aos Espíritos que os comentaram.** Conseqüente com o nosso princípio, que consiste em regular a nossa caminhada sobre o desenvolvimento da opinião, **não daremos, até nova ordem, às suas teorias, nem aprovação, nem desaprovação, deixando ao tempo o cuidado de sancioná-las ou de contradizê-las.** Convém, pois, considerar **essas explicações como opiniões pessoais aos Espíritos que as formularam, opiniões que**

podem ser justas ou falsas, e que, em todos os casos, **têm necessidade da sanção do controle universal**, e até mais ampla confirmação não **poderiam ser consideradas como partes integrantes da Doutrina Espírita**.

Quando tratarmos essas questões, o faremos sem cerimônia; mas é que, então, teremos recolhido os documentos bastante numerosos, nos ensinados *de todos os lados* pelos Espíritos, para poder falar afirmativamente e ter a certeza de estar *de acordo com a maioria*; é assim que fazemos todas as vezes que se trata de formular um princípio capital. Nós os dissemos cem vezes, **para nós a opinião de um Espírito, qualquer que seja o nome que traga, não tem senão o valor de uma opinião individual; nosso critério está na concordância universal, corroborada por uma rigorosa lógica**, para as coisas que não podemos controlar por nossos próprios olhos. De que nos serviria dar prematuramente uma doutrina como uma verdade absoluta, se, mais tarde, ela devesse ser combatida pela generalidade dos Espíritos?

Dissemos que **o livro do Sr. Roustaing** não se afasta dos princípios de O Livro dos Espíritos e o dos Médiuns; nossas observações levam, pois, sobre aplicação desses mesmos princípios à interpretação de certos fatos. É assim, por exemplo, **que dá ao Cristo**, em lugar de um corpo carnal, **um corpo fluídico** concretizado, tendo todas as aparências da materialidade, e dele faz uma agênera. Aos olhos dos homens que não teriam podido compreender, então, sua natureza

espiritual, teve que passar EM APARÊNCIA, essa palavra é incessantemente repetida em todo o curso da obra, para todas as vicissitudes da Humanidade. Assim se explicaria o mistério de seu nascimento: Maria não teria tido senão as aparências da gravidez. Este ponto, colocado por premissa e pedra angular, é a base sobre a qual se apoia para explicação de todos os fatos extraordinários ou miraculosos da vida de Jesus.

Sem dúvida, não há aí nada de materialmente impossível para quem conhece as propriedades do envoltório perispiritual; sem nos pronunciar pró ou contra essa teoria diremos que ela é ao menos hipotética, e que, se um dia ela fosse reconhecida errada, a base sendo falsa, o edifício desmoronaria. **Esperamos, pois os numerosos comentários que ela não deixará de provocar da parte dos Espíritos, e que contribuirão para elucidar a questão.** Sem prejudicá-la, diremos que **já foram feitas objeções sérias a essa teoria, e que, na nossa opinião, os fatos podem perfeitamente se explicar sem sair das condições da Humanidade corpórea.**

Estas observações, subordinadas à sanção do futuro, não diminui nada a importância dessa obra que, **ao lado das coisas duvidosas do nosso ponto de vista, delas encerra, incontestavelmente, boas e verdadeiras,** e será consultada proveitosamente pelos Espíritos sérios.

Se o fundo de um livro é o principal, a forma não é de se desdenhar, e entra também por alguma coisa no sucesso. **Achamos que certas partes são desenvolvidas muito longamente, sem**

proveito para a clareza. Na nossa opinião, se, limitando-se ao estrito necessário, ter-se-ia podido reduzir a obra em dois, ou mesmo em um único volume, teria ganhado em popularidade. ⁽³²⁾

Podemos muito bem perceber que Allan Kardec, embora não condene toda a obra, deixa em aberto, para o futuro, o seu julgamento, uma vez que ele nunca se apresentou como “o dono da verdade”. Porém, quanto à questão do corpo fluídico, não deixa de dar sua opinião de que não sancionava essa hipótese.

Não deixa também de falar que falta clareza e objetividade a essa obra. Diz, de forma bastante clara, que a obra de Roustaing, por falta de uma confirmação mais ampla, não poderia ser considerada como parte integrante da Doutrina Espírita.

Daí, fica frustrada a tentativa do sr. bispo em levantar essa questão como ponto negativo contra a Doutrina, cuja intenção não vemos outra alternativa senão em vê-la como produto de má-fé.

É importante, deixar claro que opinião pessoal

não faz corpo de doutrina, e dentre os princípios espíritas há um que a liberdade de se manifestar, sobre qualquer assunto, é plena, mesmo que seja algo contrário aos seus pontos fundamentais, uma vez que, do nosso lado, não há dogmas nem imposições.

A doutrina sobre a redenção

E pelo sangue de Jesus Cristo que temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça que ele derramou profusamente sobre nós, explicava o Apóstolo aos Efésios (1,7). A nossa redenção pela paixão, morte e ressurreição de Jesus é outra verdade fundamental da fé cristã. Nisso consiste propriamente a “boa nova” ou o “evangelho”.

Mas nem esta verdade tão central entra no credo espírita de Allan Kardec. Segundo ele, cada um deve ser o seu próprio redentor através do sistema das reencarnações. Por isso, no espiritismo a soteriologia (ou doutrina sobre a redenção ou salvação do homem) é deslocada da cristologia para a antropologia.

Leão Denis o enuncia cruamente quando escreve: “Não, a missão de Cristo não era resgatar com o seu sangue os crimes da Humanidade. O sangue, mesmo de um Deus, não seria capaz de resgatar ninguém. Cada qual deve resgatar-se a si mesmo, resgatar-se da ignorância e do mal. É o que os espíritos, aos milhares, afirmam em todos

os pontos do mundo” (*Cristianismo e Espiritismo*, p. 88) ⁽³³⁾

Isso nunca foi doutrina do Cristo, pois ele deixou bem claro “*a cada um segundo suas obras*” (Mateus 16,27). A doutrina da redenção veio por ignorância dos teólogos, que transferiram para Jesus o que os judeus tinham como práticas ritualísticas de expiação do pecado. Matava-se um boi, que era oferecido em holocausto como vítima dos pecados do povo. Essa de se arrumar um bode expiatório para pagar pelos nossos pecados é muito fácil; difícil é domar nossas fraquezas, nossos vícios para nos tornamos homens de bem.

A manter essa ideia, de que o sangue de Jesus redimiu nossos pecados, teremos que resolver o seguinte impasse: ou todos estamos salvos ou então teremos que arrumar outro Cristo para pagar pelos nossos pecados. Se para a Igreja Católica todos nós nascemos com o pecado de Adão e Eva, então, podemos concluir que, se Jesus não pagou nem o pecado desse único casal, como, então, pagaria pelos da humanidade toda? E, pior ainda, o sangue de Jesus, por lógica, só poderia ter redimido os

pecados de sua morte para trás; aliás, foi isso que se disse: *“morrendo, nos livrou das faltas cometidas durante a primeira aliança”* (Hebreus 9,15); assim, conforme já o dissemos, teremos que arrumar outro Cristo, para pagar pelos pecados cometidos pela humanidade, daí para a frente.

Será que esse pessoal nunca vai acordar para ver que é absurda essa história da remissão dos pecados pelo sangue de Jesus? Perdão para futuro é aprovação da impunidade.

O sacrifício de Jesus, pela humanidade, foi o de ter que se encarnar num Planeta tão mesquinho igual ao nosso para levar uma mensagem que ninguém segue; ter consciência que seria morto pela liderança religiosa; enfim, passar tudo que passou para, dois mil e poucos anos depois, a humanidade continuar a não seguir os seus ensinamentos. Também, pudera: tão desvirtuados que foram seus ensinamentos, pela liderança religiosa, que a essência se perdeu em meio aos rituais e aos interesses financeiros e de poder.

Deixaremos para reflexão: *“Eu digo: ‘Meu*

projeto se cumprirá; eu realizarei tudo o que desejo’.” (Isaías 46,10) e *“Ele quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade.”* (1 Timóteo 2,4); alguém poderá contrariar essa vontade de Deus, de que todos sejam salvos? Mas, pela interpretação religiosa que encontramos, só os adeptos de determinada corrente é que serão salvos, em flagrante contradição com: *“Deus não faz acepção de pessoas.”* (Atos 10,34)

A verdade do Evangelho é uma só: *“Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”*; fora disso é pura deturpação.

A doutrina sobre a Igreja

“Creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica”. E a profissão cristã. Nem esta profissão entra no credo espírita.

Com a negação da doutrina cristã sobre a redenção e santificação dos homens, contestam-se consequentemente também todos os meios instituídos por Jesus Cristo para a salvação e santificação.

A começar pelo Batismo. Jesus mandou aos Apóstolos ir pelo mundo inteiro, ensinar a todos tudo quanto Ele lhes ordenara, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (Mt 28,19-20), esclarecendo: Aquele que crer e for

batizado será salvo; o que não crer será condenado (Mc 16,16). No Brasil, os espíritas, fiéis à doutrina codificada por Allan Kardec, já não batizam nem fazem batizar os seus filhos. Nem teria sentido. Pois é pelas reencarnações que os homens devem alcançar a perfeição.

Na última Ceia, Jesus instituiu a Eucaristia e ordenou aos Apóstolos: *Fazei isto em minha memória* (Lc 22,19). Mas os espíritas não o fazem. Nem teria sentido. Pois, segundo eles, o mistério pascal não tem valor de sacrifício pelos pecados dos homens.

Jesus disse aos Apóstolos: *Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados* (Jo 20,23). Mas os espíritas não procuram receber o perdão divino que lhes é generosamente oferecido. Nem teria sentido. Pois somente mediante as reencarnações se alcança o perdão.

Jesus disse a Pedro: *Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus e o que ligares na terra será ligado nos céus e o que desligares na terra será desligado nos céus* (Mt 16,18-19). Mas os espíritas não dão nenhuma importância nem a Pedro e seus sucessores, nem à Igreja que Jesus dizia ser "sua", nem ao poder das chaves que o Senhor Jesus entregou ao chefe do Colégio apostólico.

Jesus declarou aos Apóstolos: *Quem vos ouve a mim me ouve, quem vos despreza a mim me despreza, e quem me despreza, despreza aquele que me enviou* (Lc 10, 16). Para os espíritas, tudo

isso já está superado. Pois eles vão receber as orientações dos espíritos que baixam em seus centros ou terreiros.

Proclamando a nulidade dos Sacramentos, quer Allan Kardec que o espiritismo não tenha “nem culto, nem rito, nem templos”. E a Federação Espírita Brasileira declarou por unanimidade, como vimos, que o espiritismo é religião “sem ritos, sem liturgia e sem sacramentos”. Proclama-se assim a total inutilidade da Igreja, que será substituída pelo espiritismo.

E não seria difícil continuar a lista das negações. Assim, para dar apenas mais alguns exemplos, o espiritismo:

- nega a criação da alma humana;
- recusa a união substancial de corpo e alma;
- afirma que não há anjos nem demônios;
- repudia os privilégios de Maria Santíssima;
- não admite o pecado original;
- contesta a graça divina;
- rejeita a unicidade da vida humana terrena;
- ignora o juízo particular depois da morte;
- não concede a existência do purgatório;
- ridiculariza o inferno;
- reprova a ressurreição da carne;
- e desdenha o Juízo Final.

Em uma palavra: renuncia a todo o Credo cristão.

Razão tinha a Conferência dos Bispos do Brasil quando, em 1953, declarava que o espiritismo é no Brasil o desvio doutrinário “mais perigoso”, já que “nega não apenas uma ou outra verdade da nossa santa Fé, mas todas elas, tendo, no entanto, a cautela de dizer-se cristão, de modo a deixar em católicos menos avisados a impressão erradíssima de ser possível conciliar catolicismo com espiritismo”.

Abundantes são, pois, os motivos por que o católico não aceita o espiritismo. Pode-se mesmo afirmar que o espiritismo não é cristão. ⁽³⁴⁾

Sabia, sr. bispo, que essa profissão de fé: “Creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica”, também não consta do credo protestante, do budista, do hinduísta e de inúmeras outras religiões que existem no planeta? Mude o discurso e, em vez de dizer “é a profissão cristã”, diga, sem rodeios: “é uma profissão da Igreja Católica”; o que é muito diferente. Aliás, segundo estatísticas, os católicos representam cerca de um terço da população mundial, o que os coloca como minoria; mas, mesmo assim, deve acreditar o sr. bispo que eles estão certos...

A santificação dos homens se dá pela evolução

espiritual, pois foi Jesus quem disse para sermos perfeitos como o Pai Celestial (Mateus 5,48). Pela doutrina da reencarnação todos os seres humanos estarão, um dia, junto ao Pai, enquanto que pela doutrina da Igreja, somente os católicos. Qual das duas opções tem caráter de universalidade? Por qual delas fica evidente a misericórdia e o amor de Deus para com todas as criaturas? Onde fica: *“O mundo inteiro diante de ti é como grão de areia na balança, como gota de orvalho matutino caindo sobre a terra. Todavia, **tu tens compaixão de todos**, porque podes tudo, e não levas em conta os pecados dos homens, para que eles se arrependam. **Tu amas tudo o que existe**, e não desprezas nada do que criaste. Se odiasses alguma coisa, não a terias Criado.”* (Sabedoria 11,22-24)?

A questão do batismo é deveras interessante, pois Jesus não batizou ninguém, como já o dissemos; Ele nasceu, viveu e morreu como um judeu, e essa prática não era usada entre esse povo. Aliás, em sua época, somente João Batista batizava; porém ele disse; alguém vem depois de mim que *“vos batizará no Espírito Santo e no fogo”* (deve ser por isso que

na Inquisição se queimou tanta gente). O batismo ritualístico da Igreja de Roma é com água; portanto, não tem nada a ver com o batismo de Jesus. Julgamos conveniente ver essa questão mais detalhadamente.

Sempre nos causa espécie ver passagens bíblicas mencionando o ritual do batismo, em particular a que relata o batismo de Jesus, uma vez que esse rito não fazia parte das práticas religiosas dos hebreus. Assim, não sabemos por qual motivo que, de uma hora para outra, aparece, na Bíblia, alguém realizando o batismo, porquanto a circuncisão é que era o ritual praticado naquela época (Levítico 12,3) para iniciação à religião. Para nós só existe uma explicação possível para isso. Embora saibamos que ela não agradará aos fundamentalistas, mas, como buscamos a verdade, não nos resta senão a alternativa de deduzir que tal episódio seja uma interpolação.

Mais ainda: ficamos convictos dessa possibilidade, quando os próprios textos bíblicos nos levam justamente a essa hipótese. É o que veremos mais à frente.

Sobre a sua origem Cairbar Schutel, em **O Batismo**, assim relata:

Esta prática, que assinala períodos milenários, parece ter nascido na Grécia Antiga, logo após a constituição de uma seita que cultuava a Deusa da Torpeza, a quem denominavam Cotito e a quem os atenienses rendiam os seus louvores. Esta seita, constituída de sacerdotes que tinham recebido o nome de baptas, porque se banhavam e purificavam com perfumes antes da celebração das cerimônias, deixou saliente nas páginas da História esse ato como símbolo da purificação do Espírito.
(³⁵)

Corroborando essa versão, Celso Martins, em **Nas Fronteiras da Ciência**, afirma:

[...] Batizando as criaturas nas águas do Rio Jordão como símbolo da renovação espiritual de cada seguidor seu, João estava apenas lançando mão de um rito que remontava à Grécia antiga, pois o batismo é uma prática pagã que nos veio dos sacerdotes da deusa Cotito. Eles se banhavam antes de dedicar suas oferendas à referida deusa da mitologia dos gregos. Como tais sacerdotes se chamavam baptas, daí surgiu a etimologia da palavra **batismo**, banho em água, no ritualismo de muitas seitas cristãs e também orientais. (³⁶)

Em *Jesus e sua Doutrina*, A. Leterre, por sua vez, nos diz ser outra a origem:

Os antigos persas apresentavam o recém-nascido ao padre, perante o Sol, simbolizado pelo fogo. O padre pegava a criança e a colocava em uma bacia com água, a fim de lhe purificar a alma. Nessa ocasião o pai dava nome ao filho. [...].

A cerimônia do batismo, no verdadeiro sentido de **banho expiatório**, já havia, também, na Índia, milhares de anos antes de existir a Europa, tendo daí passado para o Egito. Na Índia eram as águas do Gange, consideradas sagradas, como ainda hoje, que possuíam esta propriedade purificadora, apesar de ser o foco da cólera-morbo; do Gange passou-se para o Indus, igualmente sagrado, de onde se propagou ao Nilo, do mesmo modo sagrado, para, finalmente, terminar no Jordão, onde João as empregava com o mesmo fim e como simples formalidade do seu rito. ⁽³⁷⁾

Seja lá qual for a sua origem, o que fica claro é que ela está indubitavelmente ligada às práticas de povos ditos pagãos.

Passaremos agora às nossas considerações sobre os relatos bíblicos.

A primeira vez em que aparece, na Bíblia, a

realização do ritual do batismo, é no Novo Testamento, quando João, o batista, às margens do rio Jordão, batizava, para o perdão dos pecados, àqueles que confessavam publicamente os seus (Mt 3,6). Jesus vai ao seu encontro para ser batizado, mas João reconhecendo que Jesus é maior que ele Lhe diz: *“Eu é que preciso ser batizado por ti, e tu vens a mim?”* (Mateus 3,14); entretanto, por insistência do Mestre, batiza-O. Imediatamente após o batismo, uma voz, vinda do céu, afirma: *“Este é o meu filho amado, que muito me agrada.”* (Mateus 3,17).

A nós é bem estranha essa atitude de Jesus, porquanto João Batista somente batizava os que vinham a seu encontro para confessar os seus pecados (Mateus 3,5-6), o que, segundo Marcos, significava que fazia o batismo de conversão para o perdão dos pecados (Marcos 1,4-5). Jesus, então, tinha pecados? Estaria ele se convertendo naquele momento? Fica difícil aceitar isso...

Observamos que João Batista identificou Jesus como o Messias, fato confirmado pelo plano espiritual (a voz que vinha do céu); diante disso,

concluimos que não haveria a mínima possibilidade de dúvida por parte da *“voz que clama no deserto”*. Entretanto, isso não é um fato, pois, logo após ser preso, João Batista manda alguns de seus discípulos perguntarem a Jesus: *“És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?”* (Mateus 11,2-3).

Falta coerência nisso, já que, conforme relatado, João sabia perfeitamente quem era Jesus, e se, porventura, houvesse alguma dúvida de sua parte, ela teria sido completamente sanada pela manifestação espiritual ocorrida após o batismo, que apresenta Jesus como o Messias. Assim, a dúvida é de nossa parte para saber qual das duas situações realmente ocorreu, já que uma é contraditória à outra.

Então, não é de todo improvável que a passagem que relata o batismo de Jesus é que não espelhe a realidade, mas que pode ter sido criada para validar e justificar o ritual do batismo realizado pelas igrejas ditas cristãs, pois, na verdade, praticam mesmo é o batismo de João; isto nos parece óbvio.

Tal prática ritualística vem contrariar o que o

próprio João, o batista, afirmou: *“Eu batizo vocês com água para a conversão. Mas aquele que vem depois de mim é mais forte do que eu. E eu não sou digno nem de tirar-lhe as sandálias. **Ele é quem batizará vocês com o Espírito Santo e com fogo.**”* (Mateus 3,11); o que é uma evidente demonstração de que o batismo que ele praticava era um ritual que deveria deixar de ser seguido, após a vinda do Messias.

Colocava, isto sim, o batismo do *“Espírito Santo e com fogo”* como aquele a que todos deveriam ser submetidos, argumento esse que, também, pode ser confirmado em Atos 1,4-5: *“Estando com os apóstolos numa refeição, Jesus deu-lhes esta ordem: ‘Não se afastem de Jerusalém. Esperem que se realize a promessa do Pai, da qual vocês ouviram falar: **‘João batizou com água; vocês, porém, dentro de poucos dias, serão batizados com o Espírito Santo’.**”* Por isso, concluímos que o relato do batismo aplicado em Jesus é bem provável que seja mesmo uma interpolação.

Interessante é que os fariseus e os saduceus

também queriam ser batizados (Mateus 3,7); entretanto, foram prontamente rechaçados, já que João não via neles nenhuma postura de arrependimento. Essa atitude dele nos induz a acreditar que não era mesmo sua intenção colocar o batismo como um ritual, pois, se assim o fosse, teria batizado aquela “raça de víboras”. João Batista deixou claro o motivo mais importante pelo qual estava batizando ao dizer: “[...] **para que ele fosse manifestado a Israel, vim eu, por isso, batizando com água**” e “[...] **o que me mandou a batizar com água, esse me disse: Sobre aquele que vires descer o Espírito, e sobre ele repousar, esse é o que batiza com o Espírito Santo.**” (João 1,31-33). Ou seja, foi apenas para ele identificar o Messias. Mas, uma vez cumprido esse seu propósito, deixa de ser necessário o batismo de água, passando a vigorar, daquela hora em diante, o batismo verdadeiro, o de Jesus. Este, sim, é o autêntico batismo cristão: com Espírito Santo e com fogo.

Ademais, observemos que, embora Mateus, Marcos e Lucas afirmassem que Jesus tenha sido batizado, João, o evangelista, um dos discípulos bem

próximo a Jesus, nada diz sobre isso. É estranho este fato, para algo que dizem ser muito importante. E se o batismo fosse tão importante como alguns afirmam, então por que Jesus não atendeu a João, o batista, que Lhe disse “*eu é que devo ser batizado por ti*” (Mateus 3,14)? Sem contar que os apóstolos não foram batizados em água, mas foram no Espírito Santo (Atos 1,4-5; 2,4). Exatamente por isso é que podemos reafirmar que o batismo em água não possui sustentação bíblica para a sua aplicação, pois estaria, certamente, contrariando a determinação de Jesus citada em Atos 1,4-5, cujo teor veremos mais adiante, e o que foi revelado a João Batista.

Vejamos que Paulo, o apóstolo dos gentios, percebe claramente essa diferença:

“[...] Paulo [...] chegou a Éfeso e, achando ali alguns discípulos, perguntou-lhes: Recebestes vós o Espírito Santo quando crestes? Responderam-lhe eles: Não, nem sequer ouvimos que haja Espírito Santo. Tornou-lhes ele: Em que fostes batizados então? E eles disseram: No batismo de João. Mas Paulo respondeu: João administrou o batismo do arrependimento, dizendo ao povo que cresse naquele que após ele havia de vir, isto é, em

Jesus. Quando ouviram isso, foram batizados em nome do Senhor Jesus. Havendo-lhes Paulo imposto as mãos, veio sobre eles o Espírito Santo, e falavam em línguas e profetizavam.” (Atos 19,1-6)

Com isso fica claro que o batismo de João, ou seja, o de água, não tinha valor; caso contrário, Paulo teria deixado as coisas como estavam e não teria ministrado o batismo em nome do Senhor Jesus. E quanto ao fato de se batizar “em nome de Jesus” e não “em nome da Trindade” queremos, neste momento, apenas chamar a sua atenção, pois falaremos sobre isso um pouco mais à frente.

Em outra oportunidade Paulo disse enfático: “De fato, **Cristo não me enviou para batizar**, mas para anunciar o Evangelho [...].” (1 Coríntios 1,17), do que podemos ver claramente que, na sua convicção, o batismo não tinha nenhum significado para salvação de ninguém.

Paulo vai ainda mais longe, porquanto era contrário ao ritual que praticavam naquela época, no caso, a circuncisão. Senão vejamos: “De resto, cada um continue vivendo na condição em que o Senhor o

colocou, tal como vivia quando foi chamado. É o que ordeno em todas as igrejas. Alguém foi chamado à fé quando já era circuncidado? Não procure disfarçar a sua circuncisão. Alguém não era circuncidado quando foi chamado à fé? Não se faça circuncidar” (1 Coríntios 7,17-18). Evidentemente, não deixou de questionar tal ritual: *“Qual é a utilidade da circuncisão?”* (Romanos 3,1) Ele, Paulo, responde demonstrando que isso não faz a menor diferença: ***“Não tem nenhuma importância estar ou não estar circuncidado. O que importa é observar os mandamentos de Deus.”*** (1 Coríntios 7,19) Justificando o seu entendimento: *“Então, será que Deus é Deus somente dos judeus? Não será também Deus dos pagãos? Sim, ele é Deus também dos pagãos. De fato, há um só Deus que justifica, pela fé, tanto os circuncidados como os não circuncidados.”* (Romanos 3,29-30)

Usando dos mesmos argumentos de Paulo, em relação ao batismo de água, diríamos: não tem nenhuma importância estar ou não estar batizado, já que o que importa é observar os mandamentos de Deus.

Para uma melhor análise e bom entendimento desse assunto, dividiremos em dois os períodos: o primeiro é relacionado aos acontecimentos durante a vida de Jesus, enquanto que o segundo se refere ao ocorrido depois de sua morte. Isso é importante para separar o joio do trigo; mas, para tanto, devemos, primeiramente, questionar: Jesus batizou alguém? Orientou a seus discípulos a fazê-lo? Teriam sido eles batizados? Se Jesus falou de algum batismo; qual?

Então, vejamos o que podemos encontrar no primeiro período.

Quanto a saber se Jesus batizou alguém, só no Evangelho de João é que vamos encontrar algo a esse respeito. Em determinado momento ele diz que sim, ou seja, que Jesus batizava; porém depois se desmentiu e disse que não; mas quem batizava eram seus discípulos (João 4,1-2). Em relação a que os discípulos batizavam, é fato curioso, pois nenhum dos outros evangelistas afirmou isso; somente João é que conta essa história. É estranho, pois não vemos, em momento algum, Jesus orientando-os para que realizassem tal prática, o que podemos comprovar com o seguinte passo:

*“Então Jesus chamou **seus discípulos** e deu-lhes poder para expulsar os espíritos maus, e para curar qualquer tipo de doença e enfermidade [...] Jesus **enviou os Doze** com estas recomendações: [...] **‘Curem os doentes, ressuscitem os mortos, purifiquem os leprosos, expulsem os demônios.** Vocês receberam de graça, deem também de graça! [...].’”* (Mateus 10,1-8, ver tb Marcos 3,14-15 e Lucas 9,1-2)

De outra feita, Jesus faz recomendações a setenta e dois discípulos (Lucas 10,1) não estando também entre elas o batismo. Assim, observamos que Jesus, quando vivo, passou vários conselhos aos discípulos, mas não há nenhum relacionado ao batismo. Será que depois de morto teria mudado de ideia, uma vez que tal recomendação só aparece após este fato? É o que veremos agora.

Depois de sua morte, o que aconteceu? Encontramos no Evangelho apenas duas passagens em que, supostamente, Jesus teria orientado o batismo. Falamos supostamente, pois demonstraremos que uma delas é interpolação grosseira e a outra um acréscimo ao texto primitivo.

Analisemos a primeira passagem em que

aparecem as orientações de Jesus, ressurreto, aos discípulos (ver tb Marcos 16,14-18):

Mateus 28,16-20: “**Os onze** discípulos foram para a Galileia, [...] Então Jesus se aproximou, e falou: ‘[...] Portanto, **vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês [...].’**”

Essa passagem é o que, por último, encontramos no evangelho de Mateus e somente nele é que se recomenda batizar “em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo”; ou seja, em toda a Bíblia é o único passo que diz isso. Chama-nos a atenção o fato de que, naquela época, não se acreditava na Trindade, provando que isso é uma vergonhosa interpolação para justificar reimplantar práticas ritualistas pagãs criadas posteriormente à morte de Jesus. Agiram dessa forma para transparecer que era coisa comum no período em que Ele ainda vivia entre os discípulos.

A segunda passagem, em que se supõe Jesus ter dito algo sobre o batismo, é essa:

Marcos 16,14-16: “*Por fim, Jesus apareceu aos onze discípulos [...] disse-lhes: ‘Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade. Quem acreditar e for batizado, será salvo. Quem não acreditar, será condenado.’.*”

Aqui se percebe claramente que atribuíram essas palavras a Jesus. É tão óbvio isso que se torna difícil negar, especialmente se verificarmos a frase “*quem não acreditar, será condenado*”; isso porque, para ela ser coerente com essa outra, “*quem acreditar e for batizado, será salvo*”, deveria ser uma sentença negativa da seguinte forma: “*Quem não acreditar e **não for batizado**, será condenado*”. Isso porque, como Jesus só pregou o amor, e sempre admitiu o livre-arbítrio (quem tem ouvidos ouça), jamais ele imporia um castigo.

Além disso, se compararmos essa passagem com o que encontramos em Atos, veremos que não era esse o pensamento corrente, já que nessa outra nem se fala em batismo; vejamos: “*Crê no Senhor Jesus, e serás salvo, tu e tua casa*” (Atos 16,31). Desconcertante é que, nesse versículo, se diz que apenas “um da família” precisa crer para que sua

casa, quer dizer, toda sua família, seja salva. Já no verso de Marcos a norma é outra, já que não só nada foi dito dos familiares, mas, também, porque afirma que a regra para todos é: *“quem crer e for batizado”*, deixando-nos a certeza de uma interpolação mal feita.

Mais complexa fica essa questão da salvação, já que também está dito: *“[...] o Evangelho que vos preguei, [...] por ele sereis salvos, [...]”* (1 Coríntios 15,1-2), deixando-nos completamente perdidos quanto a saber o que efetivamente irá nos salvar; fora o que foi dito por Jesus: *“a cada um segundo suas obras”* (Mateus 16,27).

Entretanto, para não dar a impressão de que isto é só opinião nossa, vamos apresentar o que disseram os tradutores da ***Bíblia de Jerusalém***. Leiamos suas observações relativas a Marcos, capítulo 16, versículos de 9 a 20:

O trecho final de Mc (vv. 9-20) faz parte das Escrituras inspiradas; é tido como canônico. **Isso não significa necessariamente que foi escrito por Mc. De fato, põe-se em dúvida que este trecho pertença à redação do segundo evangelho.** – As

dificuldades começam na tradição manuscrita. Muitos mss, entre eles o do Vat. e o Sin., omitem o final atual... A tradição patrística dá também testemunho de certa hesitação. – **Acrescentemos que, entre os vv. 8 e 9, existe, nessa narrativa, solução de continuidade.** Além disso, é difícil admitir que o segundo evangelho, na sua primeira redação, terminasse bruscamente no v. 8. **Donde a suposição de que o final primitivo desapareceu por alguma causa por nós desconhecida e de que o atual fecho foi escrito para preencher a lacuna.** Apresenta-se como um breve resumo das aparições do Cristo ressuscitado, cuja redação é sensivelmente diversa da que Marcos habitualmente usa, concreta e pitoresca. Contudo, o final que hoje possuímos era conhecido, já no séc. II por Taciano e santo Ireneu, e teve guarida na imensa maioria dos mss gregos e outros. Se não se pode provar ter sido Mc o seu autor, permanece o fato de que ele constitui, nas palavras de Swete, “uma autêntica relíquia da primeira geração cristã”. (38)

Apesar desses argumentos, é certo que ainda encontraremos pessoas que continuarão a aceitar a frase como verdadeira. Mesmo que fosse, por coerência, é muito improvável que Jesus tivesse falado do batismo de João. O mais certo é que tivesse se referido ao batismo “*com Espírito Santo e com fogo*”, pois é o que sucede a todo aquele que crê em suas palavras e pratica seus ensinamentos.

Que essa passagem de Marcos não deveria ser usada para sustentar o batismo que praticam é um fato. Inclusive é o que podemos comprovar pela opinião do tradutor da **Bíblia Anotada** que, em relação a Marcos 16,9-20, diz:

[...] A discutível genuinidade dos vv. 9-20 **torna pouco sábio construir uma doutrina ou basear uma experiência sobre eles** (especialmente os vv. 16-18). ⁽³⁹⁾

E, especificamente, quanto ao versículo 16, ele explica:

Esta pode ser uma referência ao batismo do Espírito Santo (1Cor 12:13). **O batismo com água não salva** (veja as notas sobre At. 2:38; 1Pe 3:21). ⁽⁴⁰⁾

Outras opiniões sobre essa parte do evangelho de Marcos, respectivamente, temos na **Bíblia Sagrada - Pastoral**, **Bíblia do Peregrino** e **Bíblia Sagrada - Ave-Maria**, respectivamente:

Mc 9-20: **Este trecho** difere muito do livro até aqui; por isso **é considerado obra de outro autor**. Os cristãos da primeira geração provavelmente quiseram completar o livro de Marcos com um resumo das aparições de Jesus e uma

apresentação global da missão da Igreja. Parece que inspiraram no último capítulo de Mateus (28,18-20), em Lucas (24,10-53), em João (20,11-23) e no início do livro dos Atos dos Apóstolos (1,4-14). ⁽⁴¹⁾

Mc 16,1-8: A conclusão original do evangelho de Marcos é surpreendente e desconcertante, **a ponto de os escritores posteriores terem acrescentado um epílogo**, respaldado como canônico pela autoridade da Igreja. [...]. ⁽⁴²⁾

Mc 16,9: **A passagem 9-20 falta nos manuscritos mais antigos. Não é provavelmente de Marcos.** ⁽⁴³⁾

Segundo em nossa análise, veremos que, pelo evangelho de Lucas (cap. 24), nada foi recomendado aos discípulos com relação a esse nosso assunto. Mas como Lucas, segundo os exegetas, é o autor do livro Atos dos Apóstolos, é nele que encontramos as recomendações de Jesus, na versão desse evangelista:

Atos 1,1-5: “[...] Jesus começou a fazer e ensinar, desde o princípio, até o dia em que foi levado para o céu. Antes disso, ele deu instruções aos apóstolos que escolhera, movido pelo Espírito Santo [...] Estando com os

*apóstolos numa refeição, Jesus deu-lhes esta ordem: 'Não se afastem de Jerusalém. Esperem que se realize a promessa do Pai, da qual vocês ouviram falar: **'João batizou com água; vocês, porém, dentro de poucos dias, serão batizados com o Espírito Santo.'** [...]."*

Conforme já dissemos anteriormente, Jesus pregou, sim, um batismo, mas o batismo do Espírito Santo e não o da água. E aqui, dessa passagem, não consta que devemos ser batizados “*em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*”, como está em Mateus, evidenciando, mais uma vez, que isso é mesmo uma interpolação. E, em relação aos discípulos, o batismo do Espírito Santo, foi o único ao qual eles se submeteram; o que nos leva a concluir que, caso haja necessidade de batismo, é esse o que deveria ser feito.

Podemos, ainda nesse ponto, colocar o que Pedro disse: “*Foi então que me lembrei da declaração do Senhor, quando disse: **'É verdade que João batizou com água, mas vós sereis batizados no Espírito Santo.'***” (Atos 11,16). Essa passagem confirma a citada anteriormente, onde se

encontra o que Lucas disse.

E, por fim, vejamos a narrativa de João.

João 20,19-23: *“Era o primeiro dia da semana. Ao anoitecer desse dia, estando fechadas as portas do lugar onde **se achavam os discípulos** por medo das autoridades dos judeus, Jesus entrou. Ficou no meio deles e disse: ‘A paz esteja com vocês’. ‘[...] Assim como o Pai me enviou, eu também envio vocês’. Tendo falado isso, **Jesus soprou sobre eles, dizendo: ‘Recebam o Espírito Santo. Os pecados daqueles que vocês perdoarem, serão perdoados. Os pecados daqueles que vocês não perdoarem, não serão perdoados’.**”*

Em João não encontramos Jesus recomendando diretamente nenhum tipo de batismo. Mas, por outras passagens, já citadas, podemos entender que “ao soprar sobre os discípulos” Jesus estava realizando o batismo do Espírito Santo, aquele que lhes tinha prometido. Inclusive, era esse o praticado pelos discípulos; senão vejamos:

Atos 2,38: *“Pedro lhes respondeu: ‘Convertetivos e cada um peça o **batismo em nome de Jesus Cristo**, para conseguir perdão dos*

pecados. Assim recebereis **o dom do Espírito Santo.**’”

Atos 10,44-48: “Pedro ainda falava, quando o Espírito Santo desceu sobre todos os que escutavam seu discurso. Os fiéis de origem judaica, que tinham ido de Jope com Pedro, ficaram admirados por verem que o **dom do Espírito Santo** tinha sido derramado também sobre os não-judeus. De fato, eles os ouviam falar em diversas línguas e glorificar a Deus. Então Pedro disse: ‘Quem poderá recusar a água do batismo a esses, que receberam o Espírito Santo da mesma forma que nós?’ E decidiu que **fossem batizados em nome de Jesus Cristo.** [...].”

Observe, caro leitor, que uma parte do passo de Atos 10,44-48 tem tudo para ter sofrido uma interpolação; talvez por quererem justificar o batismo com água. Vejamos o trecho do texto para análise: “Então Pedro disse: ‘Quem poderá recusar a água do batismo a esses, que receberam o Espírito Santo da mesma forma que nós?’”. Se dele retirarmos a expressão “a água do batismo” o texto estaria mais coerente em sua estrutura e significado; senão vejamos: “Quem poderá recusar a esses, que receberam o Espírito Santo da mesma forma que

nós?” Assim, percebemos que a expressão “a água do batismo” não tem nada a ver com o assunto abordado por Pedro, que certamente questionava se essas pessoas iriam ser recusadas, mesmo depois de terem recebido o “dom do Espírito Santo”.

Ressaltamos, também, a questão, falada anteriormente, quando comentamos Atos 19,1-6, sobre a fórmula do batismo, que, em vez de “*em nome do Pai, do filho e do Espírito Santo*”, batizavam somente “*em nome de Jesus*”. Aliás, com relação a essa última expressão, podemos encontrar dez outras passagens ⁽⁴⁴⁾ em que se diz para fazer algo “*em nome de Jesus*”, enquanto que, nenhuma em relação à primeira, pois a única encontrada provou-se ser uma interpolação.

Há ainda uma outra passagem bíblica que, apesar de não se relacionar ao batismo, querem os teólogos, com suas interpretações dogmáticas, atribuir-lhe tal sentido. É a passagem que narra o diálogo de Jesus com Nicodemos, conforme o evangelho de João:

“[...] Jesus lhe respondeu: ‘Em verdade, em

verdade, te digo: quem não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus'. Disse-lhe Nicodemos: 'Como pode um homem nascer, sendo velho? Poderá entrar segunda vez no seio de sua mãe e nascer?' Respondeu-lhe Jesus: 'Em verdade, em verdade, te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus. O que nasceu da carne é carne, o que nasceu do Espírito é espírito. Não te admires de eu te haver dito: deveis nascer de novo. O vento sopra onde quer e ouves o seu ruído, mas não sabes de onde ele vem nem para onde vai. Assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito'. Perguntou-lhe Nicodemos: 'Como isso pode acontecer?' Respondeu-lhe Jesus: 'És mestre em Israel e ignoras essas coisas? Em verdade, em verdade, te digo: falamos do que sabemos e damos testemunho do que vimos, porém, não acolheis o nosso testemunho. Se não credes quando vos falo das coisas da terra, como credeis quando vos falar das coisas do céu?'" (João 3,1-12)

Sobre esse assunto, o primeiro ponto, inclusive, já poderíamos ter falado antes, quando citamos trechos do evangelho de João. É que nos parece muito estranho atribuir a autoria desse evangelho a ele, porquanto sabemos que foi escrito

em grego – por volta de 90 d.C. – e que, como Pedro, João era iletrado e sem instrução (Atos 4,13), ficando-nos uma enorme suspeita de que “falaram” por ele; ou, então, isso veio por uma provável psicografia. O segundo é em relação ao fato de que Jesus não batizou nem recomendou batismo de água a ninguém, conforme estamos constatando neste estudo.

Quanto ao conteúdo deste texto, não há explicação para que Nicodemos “ignorasse essas coisas”, sendo ele um membro do Sinédrio, especialmente se Jesus estivesse se referindo ao batismo, pois, se fosse mesmo, certamente ele o teria entendido. Se ignorava, é porque, na verdade, era sobre outra coisa que Jesus lhe falava.

Pelos seus questionamentos a Jesus, fica claro que era algo muito mais profundo do que um simples ritual, como o do batismo; portanto, seria um assunto mais complexo que esse. Com certeza, a reencarnação é algo assim, já que a maioria das pessoas, por *“ignorar essas coisas”*, não sabe exatamente como pode *“um homem velho voltar a nascer de novo; porventura, irá entrar no seio de sua*

mãe e nascer”? A esses, Jesus replicaria, como já o fizera antes: *“Não te admires disso”*.

Para justificarem o batismo nessa passagem concentram seus argumentos no trecho *“quem não nascer da água”*, jogando por terra todo o simbolismo que, naquele tempo, se via nisso, conforme se pode ver em ***Teologia Espírita***:

[...] A água tinha grande simbolismo entre os hebreus: tanto o espírito como as águas são fecundos (Is 32:15; 44,3; Ez 36:25-27); o espírito é coisa que Deus envia e derrama, como água (Jl 3,1-2; Zc 12,10). Água era uma expressão para indicar influências boas ou más, como no (Sl 1,3): *“Pois será como a árvore plantada junto a ribeiros de águas, a qual dá o seu fruto na estação própria, e cujas folhas não caem; e tudo quanto fizer prosperará”*. [...]. ⁽⁴⁵⁾

Então, concluímos que Jesus, após sua ressurreição, manteve-se coerente com o que pensava antes de sua morte; a mudança ocorreu por conta de interpolação e acréscimo. Ainda bem!

A justificativa de alguns para o ritual do batismo, é porque todos, ao nascerem, trazem como herança o pecado original. De fato, é bastante

“original” o pecado de Adão e Eva; apenas isso, pois, ao imputarem-no a todos nós, além de cometerem a maior das injustiças, é contrário ao que “a palavra de Deus” determina: *“Os pais não serão mortos pela culpa dos filhos, nem os filhos pela culpa dos pais. Cada um será executado por causa de seu próprio crime”* (Deuteronômio 24,16) ou *“O indivíduo que peca, esse é que deve morrer. O filho nunca será responsável pelo pecado do pai, nem o pai será culpado pelo pecado do filho.”* (Ezequiel 18,20)

Mas, se tal coisa é verdadeira, se devemos ser batizados por conta do pecado original, então como explicar o batismo de Jesus, já que todos nós acreditamos que Ele tenha nascido puro? Por que Jesus nunca disse: Vá, seja batizado e será salvo? Evidentemente é porque Jesus nunca pregou o batismo de João, apesar de, conforme já o dissemos, encontrarmos uma passagem bíblica (Marcos 16,14-16), sobre a qual já comentamos, colocando isso como se fossem palavras de Jesus.

Por outro lado, entre o ritual do batismo praticado por João Batista e o realizado hoje em dia, há grande diferença, pois o anterior era o batismo do

arrependimento que só era realizado após a pessoa confessar seus pecados, o que não acontece quando se batiza uma criança recém-nascida.

De fato, o batismo nos primeiros tempos do cristianismo era tido como sendo um ritual que conferia uma espécie de selo ao novo cristão, ao novo convertido, ou seja, o ritual não era uma causa, mas uma consequência da conversão. E hoje, mesmo no caso de pessoas adultas, que fizeram “estudo bíblico” para se batizarem, elas não confessam seus pecados nem antes, nem durante nem após a cerimônia.

Além disso, o ritual era o de submersão (mergulho); mas vemos que, nas práticas atuais, nem sempre o fazem dessa forma, já que, em determinadas correntes religiosas, apenas se esparge água sobre o crente, enquanto que em outras se derrama água sobre a sua cabeça. Com isso, ratificamos o que dissemos anteriormente sobre as igrejas cristãs praticarem mesmo é o batismo de João.

Mas, quem tem razão? Qual dos Espíritos

Santos lhes está inspirando o batismo correto?

Uma outra questão: as mulheres eram batizadas? Sim (Atos 8,12); mas isso é estranho já que, pela cultura da época, as mulheres não tinham o menor valor; inclusive, parece-nos que nem mesmo participavam dos rituais religiosos (1 Coríntios 14,34-35), só admitidos aos homens.

Convém lembrar que o ritual de iniciação judaica era a circuncisão; obviamente, feita somente aos do sexo masculino. Sabendo-se que as mulheres estão salvas *“por dar à luz filhos”* (1 Timóteo 2,15), não haveria necessidade de batizá-las visando-lhes a salvação por esse ritual; não é mesmo?

Justificam alguns que, pelo fato de Jesus ter sido batizado, nós também devemos sê-lo. Embora já tenhamos demonstrado por que Jesus foi batizado (João 1,31.33), afirmamos que, se o simples fato dele ter sido batizado nos obriga a isso, então, por questão de coerência e de lógica, devemos manter o ritual da circuncisão, já que Jesus também se submeteu a tal prática. Ah! Só mais um lembrete: Jesus também foi crucificado... Quem se habilita?

Outros mais, talvez, apresentem alguma passagem bíblica para corroborar o batismo, por puro apego a rituais, dos quais não querem largar mão; por isso não buscam uma visão do conjunto e se dão por satisfeitos com a primeira passagem que encontram. Muitos desses, provavelmente, quererão contestar esse nosso texto; mas, se não pesquisam sobre o assunto e ainda ficam presos às interpretações dogmáticas, o que poderemos fazer? ... A esses apenas apresentamos esta passagem:

“Temos muito a dizer sobre este assunto, mas é difícil explicar, porque vocês se tornaram lentos para compreender. Depois de tanto tempo, vocês já deviam ser mestres; no entanto, ainda estão precisando de alguém que lhes ensine as coisas mais elementares das palavras de Deus. Em vez de alimento sólido, vocês ainda estão precisando de leite. Ora, quem precisa de leite ainda é criança, e não tem experiência para distinguir o certo do errado. E o alimento sólido é para os adultos que, pela prática, estão preparados para distinguir o que é bom e o que é mau.”
(Hebreus 5,11-14)

Ainda cabe-nos um esclarecimento final a

respeito do batismo, aquele que era o praticado naquela época; para isso vamos recorrer a Palhano Jr, que, em **Aos Gálatas: a Carta da Redenção**, explica:

Batismo. (Do grego: *bapto*, mergulhar). Ritual de purificação. João Batista administrava um batismo de arrependimento para a remissão de pecados (Marcos 1,4), antecipando o batismo no espírito e em fogo (verdade) que o Messias exerceria (Mateus 3,10). O batismo cristão está arraigado na ação redentora de Jesus e o ato d'Ele, quando se submeteu ao batismo de João (Marcos 1,9), demonstrou e efetivou sua solidariedade com os homens. Na igreja primitiva, o batismo não era com água, mas com a imposição das mãos sobre aquele que se convertia e objetivava o chamado “dom do espírito santo”, isto é, sensibilizar aquele que era batizado para que ganhasse percepção espiritual ou mediúnica (Atos 19,6). O batismo com água é um mero ritual sem nenhum valor moral e os espíritas não devem se preocupar com isso. Trata-se de um sacramento dogmático que afirma ter ação salvadora um ato externo, ritualístico, mais uma obrigação religiosa que descaracteriza a obrigação do esforço próprio, para o merecimento da paz e da felicidade. O batismo de criancinhas, para apagar o “pecado original”, é o resultado da ação judaizante sofrida pelos cristãos, pois nada mais é do que a substituição do sinal da circuncisão ao oitavo dia de nascido para o filho varão. O espiritismo

preconiza a inutilidade de qualquer culto, ritual, sacramento, paramento, sinal, para as coisas religiosas, visto que os verdadeiros adoradores de Deus o adoram em espírito e verdade (João 4,23).
(⁴⁶)

No Espiritismo não se batiza nas águas, pelo simples fato de que isso é apenas um ritual e não temos rituais em nossas práticas. Não nascemos, melhor dizendo, renascemos, com pecado de outrem a não ser o nosso próprio; por isso, essa mítica estória do pecado original é apenas “original”, nada mais.

O que advogamos é que todos os seres humanos, que se esforçarem no bem, conquistarão o reino dos céus, fazendo justiça às obras praticadas, conforme as passagens do bom samaritano e da parábola do juízo final. Preferimos ficar com Jesus a ficar com Paulo, Pedro, ou qualquer um outro. Entre o discípulo e o mestre, preferimos este (Mateus 10,24).

Segundo o Espiritismo, todos os seres humanos um dia chegarão ao reino dos céus; no catolicismo somente os católicos; pelos evangélicos, só eles; por qual dessas opções podemos constatar que Deus é

mesmo Pai, conforme os dizeres de Jesus?

Vejam agora a questão da eucaristia; a pergunta que nos vem é: Jesus a instituiu? Para justificar a eucaristia, pegam o momento em que Jesus, ceando com os seus apóstolos, lhes distribuiu o pão e o vinho. Fato acontecido, segundo alguns, na sexta-feira anterior à sua crucificação.

Vamos iniciar nossa análise comparando as passagens bíblicas que narram a ocasião considerada como sendo a instituição da eucaristia, para, com isso, termos uma visão do assunto.

Mateus 26,26-29: *“Enquanto comiam, Jesus tomou um pão e, tendo pronunciado a bênção, o partiu, distribuiu aos discípulos, e disse: ‘Tomem e comam, isto é o meu corpo.’ Em seguida, tomou um cálice, agradeceu, e deu a eles dizendo: ‘Bebam dele todos, pois isto é o meu sangue, o sangue da aliança, que é **derramado em favor de muitos, para remissão dos pecados**. Eu lhes digo: de hoje em diante não beberei desse fruto da videira, até o dia em que, com vocês, beberei o vinho novo no reino do meu Pai.’”*

Marcos 14,22-25: *“Enquanto comiam, Jesus tomou um pão e, tendo pronunciado a bênção,*

*o partiu, distribuiu a eles, e disse: 'Tomem, isto é o meu corpo.' Em seguida, tomou um cálice, agradeceu e deu a eles. E todos eles beberam. E Jesus lhes disse: 'Isto é o meu sangue, o sangue da aliança, que é **derramado em favor de muitos**. Eu garanto a vocês: nunca mais beberei do fruto da videira, até o dia em que beberei o vinho novo no Reino de Deus.'*"

*Lucas 22,14-20: Quando chegou a hora, Jesus se pôs à mesa com os apóstolos. E disse: 'Desejei muito comer com vocês esta ceia pascal, antes de sofrer. Pois eu lhes digo: nunca mais a comerei, até que ela se realize no Reino de Deus.' Então Jesus pegou o cálice, agradeceu a Deus, e disse: 'Tomem isto, e repartam entre vocês; pois eu lhes digo que nunca mais beberei do fruto da videira, até que venha o Reino de Deus.' A seguir, Jesus tomou um pão, agradeceu a Deus, o partiu e distribuiu a eles, dizendo: 'Isto é o meu corpo, que é dado por vocês. **Façam isto em memória de mim**.' Depois da ceia, Jesus fez o mesmo com o cálice, dizendo: 'Este cálice é a nova aliança do meu sangue, que é **derramado por vocês**.'*"

Fato curioso é que João não fala absolutamente nada sobre essa distribuição de pão e vinho, considerando que ele também se encontrava

presente no evento; inclusive, se foi ele o discípulo a quem Jesus amava, certamente, estaria a seu lado. Inclusive, é ele quem descreve com maior número de pormenores tal acontecimento.

Se compararmos Mateus e Marcos, cujas narrativas são bem semelhantes, veremos que, no primeiro, há um acréscimo da expressão “para remissão dos pecados”, o que poderá ser muito bem uma interpolação para justificar a ideia do sangue com poder para remir os pecados, embora Jesus tenha dito *“a cada um segundo as suas obras”* (Mateus 16,27).

Interessante é que nenhum dos dois evangelistas falou em *“façam isto em memória de mim”*, coisa só dita por Lucas. Aí é a questão de se perguntar: qual deles falou a verdade? Ou entendemos essa passagem como uma metáfora ou estaremos, por mais estranho que pareça, pregando o canibalismo. Se na eucaristia está presente o corpo e o sangue de Jesus, não há alternativa a não ser entender tal prática como um ato, mesmo que simbólico, de canibalismo. Cruz!!!

Mas o que devemos fazer, isto sim, é sair do nosso egoísmo para distribuir com os necessitados o pão nosso de cada dia. Entre fazer isso e comer o corpo e beber do sangue de Cristo, quem está agindo no amor ao próximo?

Por outro lado, é necessário decidir qual das três situações devemos aceitar: a) receber o perdão de Deus; b) que já fomos perdoados pelo derramamento do sangue de Jesus; ou c) que seremos salvos pela simples condição de crer e de ser batizado (Marcos 16,16), já que, simultaneamente, pregam essas três hipóteses...

Vejam os o que Geza Vermes nos informa, em **O Autêntico Evangelho de Jesus**, ao analisar essas palavras ditas por Jesus durante a ceia:

Quatro relatos da Última Ceia sobreviveram no Novo Testamento. Eles concordam entre si sobre vários pontos essenciais, mas também ostentam variações substanciais. Também é notável que o Evangelho de João não contenha qualquer relato da ceia de Páscoa compartilhada por Jesus e seus discípulos. Isto se deve sem dúvida ao fato de a prisão e **crucificação de Jesus terem acontecido, segundo o Quarto Evangelho, um dia antes da festa, não podendo**

consequentemente ser questão de qualquer participação de Jesus numa ceia real de Páscoa. João especifica que os dignitários que entregaram Jesus a Pilatos recusaram-se a entrar em seu palácio, no pretório, a fim de permanecerem ritualmente puros “e poder comer a Páscoa” (ver João 18,28). **Há um consenso geral entre intérpretes do Novo Testamento de que a narrativa da Última Ceia, com a sua exiguidade de detalhes concretos, foi escrita acima de tudo para registrar o que desde o princípio a igreja primitiva compreendeu como a instituição de um ritual religioso significativo, a Eucaristia.** Queira ou não, essa visão eclesial afeta retrospectivamente o significado das palavras que presumidamente teriam vindo dos lábios de Jesus. ⁽⁴⁷⁾

Na passagem de Mateus, em nota de rodapé, os tradutores da ***Bíblia de Jerusalém*** nos explicam:

“Estamos no meio da ceia pascal. É em gestos precisos e solenes do ritual judaico (ações de graças a lahweh pronunciadas sobre o pão e sobre o vinho) que Jesus enxerta os ritos sacramentais do novo culto que instaura” ⁽⁴⁸⁾

Isso se deu no primeiro dia dos pães ázimos (Mateus 26,17), portanto, é mesmo um ritual judaico realizado durante a celebração da Páscoa. Essa ceia,

com a distribuição de pão e vinho, fazia mesmo parte dos rituais judeus, conforme também explica Ernest Renan (1823-1892):

[...] Naquela refeição, assim como em muitas outras ⁽⁴⁹⁾. Jesus praticou seu rito misterioso da divisão do pão. Como se acreditou, desde os primeiros anos da Igreja, que a refeição em questão tivesse acontecido no dia de Páscoa e tivesse sido o banquete pascal, naturalmente veio a ideia de que a instituição eucarística se fizera naquele momento supremo. Partindo da hipótese de que Jesus sabia antecipadamente com precisão quando morreria, os discípulos deveriam ter sido levados a supor que ele reservara para aquelas últimas horas uma enorme quantidade de atos importantes. Como, aliás, uma das ideias fundamentais dos primeiros cristãos era a de que a morte de Jesus fora um sacrifício, substituindo todos os da antiga Lei, a Ceia tornou-se o sacrifício por excelência, o ato constitutivo da nova aliança, o sinal do sangue derramado para a salvação de todos ⁽⁵⁰⁾. O pão e o vinho, relacionados à própria morte, foram, dessa forma, a imagem do Novo Testamento, que Jesus selara com seus sofrimentos, a comemoração do sacrifício do Cristo até a sua vinda ⁽⁵¹⁾.

Muito cedo esse mistério se fixou num pequeno relato sacramental, que possuímos em quatro versões ⁽⁵²⁾ muito parecidas entre si. **O quarto evangelista, tão preocupado com ideias eucarísticas ⁽⁵³⁾, que descreve a última ceia com**

tanta prolixidade, que liga a ela tantas circunstâncias e discursos ⁽⁵⁴⁾, não conhece esse relato. Isso prova que não considerava a instituição da Eucaristia como uma particularidade da Ceia. Para o quarto evangelista, o rito da Ceia é a lavagem dos pés. [...]. ⁽⁵⁵⁾

Seria interessante que aqui fôssemos ver essa passagem bíblica citada por Renan, a primeira da lista acima, na qual ele diz ser, a divisão do pão, um hábito de Jesus, que, para um melhor entendimento, iremos começá-la num versículo anterior ao citado; então, leiamo-la:

*“Quando chegaram perto do povoado para onde iam, Jesus fez de conta que ia mais adiante. Eles, porém, insistiram com Jesus, dizendo: 'Fica conosco, pois já é tarde e a noite vem chegando'. Então **Jesus** entrou para ficar com eles. Sentou-se à mesa com os dois, **tomou o pão e abençoou, depois o partiu e deu a eles**. Nisso os olhos dos discípulos se abriram, e eles reconheceram Jesus. Jesus, porém, desapareceu da frente deles. Então um disse ao outro: 'Não estava o nosso coração ardendo quando ele nos falava pelo caminho, e nos explicava as Escrituras?' Na mesma hora, eles se levantaram e voltaram para Jerusalém,*

*onde encontraram os onze, reunidos com os outros. E estes confirmaram: 'Realmente, o Senhor ressuscitou, e apareceu a Simão!' Então os dois contaram o que tinha acontecido no caminho, e **como tinham reconhecido Jesus quando ele partiu o pão.**" (Lucas 24, 28-35).*

Jesus, depois de ressuscitado, foi reconhecido pelos dois discípulos, que estavam se dirigindo a Emaús, exatamente pelo ato de partir o pão. Dessa forma, a conclusão de Renan é absolutamente correta, não sendo, portanto, o ritual de partir o pão e beber vinho a instituição da eucaristia, rito sacramental praticado em determinadas correntes religiosas.

Estranhamos que tal fato ainda venha a acontecer, pois a nós, da forma que é praticado, mais parece, voltamos a dizer, um ritual de canibalismo do que qualquer outra coisa. Povos primitivos acreditavam que, ao se comer o corpo de um guerreiro que haviam matado, a sua força e coragem, muito valorizadas por esses povos, passariam àquele que fizesse do guerreiro vencido o seu “prato do dia”.

Qual será a razão para se justificar que os fiéis ainda “comam do corpo e bebam do sangue” de Jesus que creem presentes na hóstia, após consagrada pelo sacerdote? Para nós é algo sem sentido, principalmente, considerando que Jesus disse “*não é o que entra pela boca que torna o homem impuro, [...]*.” (Mateus 15,11); da mesma forma, podemos entender que o que entra pela boca não torna o homem puro. Conseqüentemente, podemos concluir que, mesmo que se coma algo sagrado (hóstia), ninguém se tornará um ser purificado por isso.

Pesquisando outras fontes sobre o assunto, encontramos o autor Bart D. Ehrman, considerado a maior autoridade em Bíblia do mundo, em **O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? - Quem Mudou a Bíblia e Por Quê**, dizendo:

[...] Em um de nossos mais antigos manuscritos gregos, assim como em vários testemunhos latinos, temos:

E tomando o cálice, dando graças, ele disse: “Tomai-o, reparti-o entre vós, pois eu vos digo que não beberei do fruto da vinha a partir de agora, até que venha o reino de Deus”. E tomando o pão,

dando graças, ele o partiu e o deu a eles, dizendo: “Isto é o meu corpo... Mas vede que a mão daquele que me trai está comigo nesta mesa” (Lucas 22,17-19).

Contudo, na maioria de nossos manuscritos, há um acréscimo ao texto, que soará familiar a muitos leitores da Bíblia, visto que se assentou nas traduções modernas. Ali, depois que Jesus diz: “Isto é meu corpo”, ele continua dizendo as palavras: “Que foi dado por vós; fazei isto em memória de mim”, e fez o mesmo com o cálice após a refeição, dizendo: “Este cálice é a nova aliança em meu sangue derramado por vós”.

Estas são as palavras, muito familiares, da “instituição” da Ceia do Senhor, registradas também sob uma forma muito similar na primeira carta de Paulo aos Coríntios (1 Coríntios 11,23-25). A despeito do fato de serem tão familiares, há boas razões para pensar que esses versículos não estavam no original do Evangelho de Lucas, mas que foram acrescentados para ressaltar que foram o corpo partido e o sangue derramado de Jesus que trouxeram a salvação “para vós”. [...].


Além do mais, não se pode deixar de notar que os versículos, por mais familiares que sejam, não representam a própria compreensão que Lucas demonstra ter da morte de Jesus. É uma característica surpreendentemente do retrato que Lucas faz da morte de Jesus – por mais estranho que isso seja à primeira vista – que ele *nunca*, em nenhuma outra passagem, indica que a morte em si seja o que traz a salvação do pecado. Em nenhum outro lugar de toda a obra em dois

volumes de Lucas (Lucas e Atos dos Apóstolos), se diz que a morte de Jesus foi “por vós”. De fato, nas duas ocasiões em que a fonte de Lucas (Marcos) indica que foi por meio da morte de Jesus que veio a salvação (Marcos 10,45; 15,39), Lucas *mudou* a disposição do texto (ou o eliminou). Em outros termos, Lucas tem uma compreensão diferente da forma com que a morte de Jesus conduz à salvação, diferente da de Marcos (da de Paulo e da de outros escritores cristãos antigos). ⁽⁵⁶⁾

Assim, dentro da visão desse autor, um dos textos a que se apegam para justificar a eucaristia não é outra coisa senão uma adulteração dos originais bíblicos. E, pelo visto, ele não está sozinho em sua tese. Vejamos esta outra opinião do David Flusser, inserida em ***O Judaísmo e as Origens do Cristianismo. Vol. I:***

Jesus seguia a ordem essencial em suas refeições de festa e, em especial, na última ceia, ou seguia a ordem não-sectária: vinho e pão? Segundo Mateus e Marcos, Jesus primeiro abençoava o cálice e depois o pão, mas a situação em Lucas é diferente. “Chegada a hora, pôs-se Jesus à mesa, e com ele os apóstolos. E disse-lhes: Tenho desejado ansiosamente comer convosco esta páscoa, antes de meu sofrimento. Pois vos digo que nunca mais a comerei, até que ela se cumpra no reino de Deus. E, tomando um

cálice, havendo dado graças, disse: Recebei e reparti entre vós; pois vos digo que de agora em diante não mais beberei do fruto da videira, até que venha o reino de Deus. E, tomando um pão, tendo dado graças, o partiu e lhes deu, dizendo: Isto é meu corpo” (Lc 22:14-19). Aí termina o texto de Lucas, de acordo com o famoso Codex Bezae, a antiga tradução latina, e dois antigos manuscritos siríacos. Todos os leitores atentos reconhecerão com facilidade que o que se segue em Lucas nos outros testemunhos é tirado de 1 Cor 11:23-26, de modo que temos aqui a estranha situação de que no texto aceito aparecem dois cálices, um no começo e o outro no final. Tanto a Versão Padrão Revista como a Nova Bíblia Inglesa adotaram o ponto de vista correto, de que **Lc 22:19b-20 não fazia parte do texto original de Lucas**. Depois que Jesus disse do pão partido ‘Isto é meu corpo” fazendo alusão a sua iminente morte violenta, ele continuou e tornou-se mais explícito, dizendo: “Todavia a mão do traidor está comigo à mesa” (Lc 22:21). ⁽⁵⁷⁾

É inacreditável o que ainda se faz, nos dias atuais, como práticas religiosas tomadas “por bíblicas”, quando, na verdade, são, em sua esmagadora maioria, atos pagãos, para usar de uma expressão ao gosto dos teólogos. É o caso que estamos analisando, que é corroborado por Holger Kersten e Elmar R. Gruber (1931-2011), autores de 

Buda Jesus - as Fontes Budistas do Cristianismo, que, ao narrarem o culto persa a Mitra, dizem:

“O serviço religioso semanal era realizado aos domingos, dia dedicado ao deus. A cerimônia mais importante do culto era **uma ceia que constava de vinho e pão – oferecido na forma de hóstias consagradas que tinham o sinal da cruz**”. ⁽⁵⁸⁾

Curiosa é essa frase atribuída a Mitra, que nos coloca diante do fato de que qualquer semelhança não é mera coincidência: “Aquele que não comer minha carne e não beber meu sangue para ser um comigo, e eu um com ele, aquele não conhecerá a salvação”. (FREKE e GANDY, p. 2).

Seguindo, informamos ao sr. bispo que não somos só nós, os Espíritas, que não damos importância a Pedro, pois, ao que sabemos, são muitas as pessoas que não o têm como o primeiro papa, como os protestantes, por exemplo.

Vamos aprofundar um pouco mais nessa questão, embora concordemos com os que disserem que esse deveria ser um assunto que não nos diz

respeito. Entretanto, como estão sempre nos aparecendo detratores, especialmente no presente caso, o fundamentalista católico que quer justificar sua religião como sendo a que é exclusivamente verdadeira, usando, para isso, do argumento de que Pedro foi nomeado por Jesus o primeiro Papa, e daí concluir que somente a Igreja Católica Romana é quem tem as chaves do reino dos céus, e que quem estiver fora dela pode ir se preparando para arder eternamente no fogo do inferno, diremos que, não fosse por isso, poderíamos não ter escrito nada a esse respeito.

Sabemos que contrariaremos interesses seculares; entretanto, a verdade deve aparecer, porquanto *“nada há oculto que não venha a ser conhecido”* (Lucas 12,2). Não sem razão, disse o escritor José Reis Chaves:

Acontece que a verdade é, às vezes, para todos nós seres humanos, o que menos queremos ouvir, principalmente com relação aos nossos princípios religiosos, pois o nosso ego aflora logo com esses assuntos. (CHAVES, 2006)

Para o significado da palavra papa encontramos, em ***História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese***, a seguinte explicação:

[...] “papa” é a forma latinizada de uma palavra grega popular, “papas”, variante de “pappas”, pai. Nos primeiros tempos da história do cristianismo, o título de papa era dado a todos os padres; depois, com o passar dos anos, foi limitado aos bispos. Em algumas aldeias de origem grego-bizantina, na Itália meridional, o pároco ainda era chamado papa, em sinal de respeito, de acordo com o costume do clero ortodoxo, segundo nos informa Ambrogio Donini. ⁽⁵⁹⁾ ⁽⁶⁰⁾

O autor de ***Origem e Desenvolvimento do Cristianismo*** vem somar:

Donde vem essa palavra? Não se sabe ao certo. Para a Igreja Romana, essa palavra é formada pelas iniciais da expressão “Petrus Apostolus Princeps Apostolorum” (Pedro Apóstolo, Príncipe dos Apóstolos); mas essa interpretação é mera coincidência, e ocorreu porque os católicos consideram o Apóstolo Pedro como o primeiro Papa, e o chefe supremo da Igreja como sendo o sucessor de São Pedro (Daí a expressão: o Papa está assentado na “cadeira de S. Pedro”). ⁽⁶¹⁾

Acompanharemos as passagens bíblicas que tratam do convite e do nome do apóstolo, que dizem ser o primeiro papa:

Mateus 4,18-20: *“Jesus andava à beira do mar da Galileia, quando viu dois irmãos: **Simão, também chamado Pedro**, e seu irmão **André**. Estavam jogando a rede no mar, pois **eram pescadores**. Jesus disse para eles: 'Sigam-me, e eu farei de vocês pescadores de homens.' Eles deixaram imediatamente as redes, e seguiram a Jesus.”*

Marcos 1,16-18: *“Ao passar pela beira do mar da Galileia, Jesus viu **Simão** e seu irmão **André**; estavam jogando a rede ao mar, pois **eram pescadores**. Jesus disse para eles: 'Sigam-me, e eu farei vocês se tornarem pescadores de homens.' Eles imediatamente deixaram as redes e seguiram a Jesus.”*

Marcos 3,13-16: *“Jesus subiu ao monte e chamou os que desejava escolher. E foram até ele. Então **Jesus constituiu o grupo dos Doze**, para que ficassem com ele e para enviá-los a pregar, com autoridade para expulsar os demônios. Constituiu assim os Doze: **Simão, a quem deu o nome de Pedro**;”*

Lucas 5,1-11: *“Certo dia, Jesus estava na margem do lago de Genesaré. A multidão se*

apertava ao seu redor para ouvir a palavra de Deus. Jesus viu duas barcas paradas na margem do lago; os **pescadores** haviam desembarcado, e lavavam as redes. Subindo numa das barcas, que era de Simão, pediu que se afastasse um pouco da margem. Depois sentou-se e, da barca, ensinava as multidões. Quando acabou de falar, disse a **Simão**: 'Avance para águas mais profundas, e lancem as redes para a pesca.' Simão respondeu: 'Mestre, tentamos a noite inteira, e não pescamos nada. Mas, em atenção à tua palavra, vou lançar as redes.' Assim fizeram, e apanharam tamanha quantidade de peixes, que as redes se arrebentavam. Então fizeram sinal aos companheiros da outra barca, para que fossem ajudá-los. Eles foram, e encheram as duas barcas, a ponto de quase afundarem. Ao ver isso, **Simão Pedro** atirou-se aos pés de Jesus, dizendo: 'Senhor, afasta-te de mim, porque sou um pecador!' É que o espanto tinha tomado conta de Simão e de todos os seus companheiros, por causa da pesca que acabavam de fazer. Tiago e João, filhos de Zebedeu, que eram sócios de Simão, também ficaram espantados. Mas Jesus disse a Simão: 'Não tenha medo! De hoje em diante você será pescador de homens.' Então levaram as barcas para a margem, deixaram tudo, e seguiram a Jesus".

Lucas 6,12-14: “Nesses dias, Jesus foi para a montanha a fim de rezar. E passou toda a noite em oração a Deus. Ao amanhecer, chamou seus discípulos, e **escolheu doze** dentre eles, aos quais deu o nome de apóstolos: **Simão, a quem também deu o nome de Pedro**, e seu irmão **André**; [...].”

João 1,35-42: “No dia seguinte, **João aí estava de novo, com dois discípulos**. Vendo Jesus que ia passando, apontou: 'Eis aí o Cordeiro de Deus.' Ouvindo essas palavras, os dois discípulos seguiram a Jesus. Jesus virou-se para trás, e vendo que o seguiam, perguntou: 'O que é que vocês estão procurando?' Eles disseram: 'Rabi (que quer dizer Mestre), onde moras?' Jesus respondeu: 'Venham, e vocês verão.' Então eles foram e viram onde Jesus morava. E começaram a viver com ele naquele mesmo dia. Eram mais ou menos quatro horas da tarde. **André, irmão de Simão Pedro, era um dos dois que ouviram as palavras de João e seguiram a Jesus**. Ele encontrou primeiro o seu próprio irmão Simão, e lhe disse: 'Nós encontramos o Messias (que quer dizer Cristo).' Então André apresentou Simão a Jesus. Jesus olhou bem para Simão e disse: '**Você é Simão, o filho de João. Você vai se chamar Cefas (que quer dizer Pedra)**'.”

Mateus diz que Simão também se chamava

Pedro, que ele e André, seu irmão, eram simples pescadores.

Marcos confirma ser essa a profissão dos dois, mas, em relação ao nome, fala que ele se chamava Simão, que mais tarde Jesus trocou o seu nome para Pedro, especificando que isso aconteceu quando constituiu o grupo dos doze.

Lucas denomina o pescador de Simão e também de Simão Pedro, e, em contradição, um pouco mais adiante, disse que Jesus, quando escolhe os doze discípulos, dá a ele o nome de Pedro, e só neste momento é que aparece o seu irmão André.

João coloca André como discípulo de João Batista, que, um pouco depois de aceitar o convite de Jesus, apresenta seu irmão, Simão Pedro, ao Messias. E é neste momento que Jesus muda-lhe o nome de Simão, não para Pedro, mas para Cefas. Não fala nada a respeito da profissão deles.

Apesar de João ter afirmado que Jesus mudara o nome para Cefas, continua chamando-o de Simão Pedro, por quinze vezes ⁽⁶²⁾ ou só de Pedro, por treze vezes ⁽⁶³⁾ e ainda coloca o próprio Jesus chamando-o

de Pedro (João 18,11), também de Simão (João 21,16; 21,17) e só por uma vez Ele o chama de Simão Pedro (João 21,15). A não ser no versículo 42 de João 1, que diz ter Jesus lhe dado o nome de Cefas, em nenhuma outra passagem de seu Evangelho, João o nomeia assim. Então, o que adiantou mudar-lhe o nome, se não o chama pelo seu novo nome (se é que é novo mesmo)? E, em relação aos evangelhos sinópticos, não há disso uma ocorrência sequer.

Em Atos, usa-se Pedro (cinquenta e sete vezes) e, somente por quatro vezes, é dito Simão, mas completando com *“o que tinha por sobrenome Pedro”* ⁽⁶⁴⁾. Somente encontraremos o uso de Cefas em Paulo, na sua primeira carta aos coríntios ⁽⁶⁵⁾ e na sua epístola aos gálatas ⁽⁶⁶⁾; entretanto, nela foi usado o nome Pedro, por duas vezes ⁽⁶⁷⁾. Isso é muito pouco, porquanto são atribuídas a Paulo treze cartas, ou seja, onze além dessas duas.

Vejamos, a título de curiosidade, como o versículo 42 (Jo 1), aparece nas várias traduções bíblicas:

- 1. “[...] Cefas, que quer dizer Pedra”:**
Santuário, Paulus (de Jerusalém, do Peregrino e Pastoral) e Ave-Maria.
- 2. “[...] Cefas, que quer dizer Pedro”:**
Barsa, Mundo Cristão, Vozes, Paulinas e SBB.
- 3. “[...] Cefas, que, traduzido, é Pedro”:**
Novo Mundo.

Dessa última tradução, retiramos: “Cefas”. Gr. *Ke.fás*. Este é um nome aram. (*Keh.fa'*), aqui no masc., como em Mt 16;18 nos mss. sir. ⁽⁶⁸⁾, significa “rocha”. Pelo *Dicionário Prático da Barsa*: cefas. Nome aramaico equivalente ao grego *petrus* que quer dizer rocha ⁽⁶⁹⁾.

Estranha, para nós, a moral dessa história: o nome era Simão Pedro ou só Simão que foi mudado para Pedro ou para Cefas? Tamanha confusão nos leva até a pensar que Jesus não mudou o nome de Simão Pedro, e que, provavelmente, foram os teólogos, que, querendo defender seus próprios dogmas, é que interpolaram isso, como é fácil de se perceber. Aqui vale a expressão: “só não vê quem não quer”. A finalidade era relacionar o nome de

Pedro com a palavra “pedra” para daí nomeá-lo primeiro papa. Vejamos, na sequência, o passo no qual buscam estabelecer essa relação.

A passagem em se atribui a Pedro o primado do papado é a de Mateus. Entretanto, ocorreu-nos fazer uma comparação, cujo resultado, pelo que já vimos até aqui (e ainda nem bem começamos), não nos surpreendeu. Vejamos:

Mateus 16,13-20	Marcas 8,27-30 (= Lucas 9,18-21)
<i>13. Jesus chegou à região de Cesareia de Filipe, e perguntou aos seus discípulos: “Quem dizem os homens que é o Filho do Homem?”</i>	<i>27. Jesus partiu com seus discípulos para os povoados de Cesareia de Filipe. No caminho, ele perguntou a seus discípulos: “Quem dizem os homens que eu sou?”</i>
<i>14. Eles responderam: “Alguns dizem que é João Batista; outros, que é Elias; outros ainda, que é Jeremias, ou algum dos profetas.”</i>	<i>28. Eles responderam: “Alguns dizem que tu és João Batista; outros, que és Elias; outros, ainda, que és um dos profetas.”</i>
<i>15. Então Jesus perguntou-lhes: “E vocês,</i>	<i>29. Então Jesus perguntou-lhes: “E vocês,</i>

<p><i>quem dizem que eu sou?”</i> 16. <i>Simão Pedro respondeu: “Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo.”</i></p>	<p><i>quem dizem que eu sou?”</i> Pedro respondeu: <i>“Tu és o Messias.”</i></p>
<p>17. <i>Jesus disse: “Você é feliz, Simão, filho de Jonas, porque não foi um ser humano que lhe revelou isso, mas o meu Pai que está no céu. 18. Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la. 19. Eu lhe darei as chaves do Reino do Céu, e o que você ligar na terra será ligado no céu, e o que você desligar na terra será desligado no céu.”</i></p>	<p>Nihil.</p>
<p>20. <i>Jesus, então, ordenou aos discípulos que não dissessem a ninguém que ele era o Messias.</i></p>	<p>30. <i>Então Jesus proibiu severamente que eles falassem a alguém a respeito dele.</i></p>

A narrativa de Lucas (9,18-21) é bem semelhante à de Marcos; portanto, não há nenhuma

necessidade de se colocarem aqui as duas, ficaremos somente com a dele, mas que você, leitor, não se esqueça disso.

Fica evidente a interpolação dos versículos 17 a 19 no texto de Mateus 16, cujo conteúdo não consta dos outros dois Evangelhos, exatamente aquilo de que se servem para justificar a hierarquia papal. Quem sabe se algum papa “inspirado” resolveu fazer isso para assentar seu poder temporal sobre os homens. Isso está “tão na cara” que, em nenhum outro lugar da Bíblia, será encontrada a expressão “chaves do Reino do céu”. Entretanto, Jesus atribuiu, como a Pedro (Mateus 16,19), também aos outros discípulos a possibilidade de: “[...] *tudo o que **vocês** ligarem na terra, será ligado no céu, e tudo o que vocês desligarem na terra, será desligado no céu.*” (Mateus 18,18), ou seja, não era uma atribuição exclusiva dele, Pedro, mas de todos os discípulos e de todos nós, pois todo bem ou mal que fizermos fica registrado (ligado) no que os orientais chamam de arquivo akáshico. E não seria esse arquivo o livro da vida a que se refere o Apocalipse?

Para corroborar a nossa conclusão, apresentamos a opinião do teólogo Geza Vermes, professor da Universidade de Oxford, autor de **Autêntico Evangelho de Jesus:**

O episódio da confissão feita por Pedro de que Jesus é o Cristo está contido nos três Evangelhos Sinópticos, mas sua indicação para ser a pedra não figura nem em Marcos nem em Lucas. O silêncio sobre algo de tamanha importância, como a nomeação de Pedro como chefe da *ekklesía*, sugere vigorosamente que Mateus 16,17-19 deva ser um acréscimo secundário. A inexistência de qualquer menção à igreja nos outros Evangelhos, inclusive em João, também aponta nessa direção. Em suma, **as palavras sobre a designação de Pedro não devem ser creditadas a Jesus, mas a Mateus ou a seu editor em 80 d.C. ou mais tarde.** ⁽⁷⁰⁾

Por outro lado, se João era, segundo Paulo, um dos notáveis (Gálatas 2,9), e como ele, no seu Evangelho, não fala absolutamente nada sobre essa suposta nomeação de Pedro para ser o primeiro papa, isso é muito curioso.

O escritor Sebastião Pinheiro Martins, em

História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese, elucidada:

Papias, bispo de Hierápolis (c. 60 – c. 135 d.C.), teria afirmado que João Marcos, sobrinho de Barnabé, servia de intérprete ao apóstolo Pedro, quando este pregava aos gentios, pois o humilde pescador da Galileia não sabia falar outro idioma senão o aramaico. Marcos traduzia, então, a pregação de Pedro do aramaico para o grego. De tanto ouvir e repetir a pregação do mestre e amigo, que relatava fatos da vida de Cristo, Marcos tornou-se uma das pessoas mais indicadas para escrever a respeito. E o fez.

O evangelho atribuído a Marcos é a mais antiga narrativa sobre a vida de Jesus que conhecemos. Curiosamente, inicia-se com a pregação de João Batista e o batismo de Jesus: Marcos nada informa sobre a concepção, o nascimento e a infância do Cristo – como se tivessem sido normais, nada tendo de diferentes aos de outros seres humanos, não merecendo, por isso, maiores atenções. Trata Maria, sua mãe, como uma mulher comum (exceto, claro, pelo fato de ter dado à luz um Messias) que se faz acompanhar de seus outros filhos. **Também nada deixou registrado sobre o episódio em que Jesus teria delegado poderes a Pedro, fazendo dele alicerce da igreja e portador das chaves do Reino dos Céus; o que é estranho, já que, estando Marcos tão próximo de Pedro, dificilmente teria deixado de conhecer e registrar tal fato, dando-lhe destaque. (71)**

Carlos A. Pastorino (1910-1980), ex-sacerdote católico, filósofo e teólogo, em **A Sabedoria do Evangelho. Vol. 4**, analisando essa passagem disse:

Em Mateus, porém, prossegue a cena com três versículos que suscitaram acres e largas controvérsias desde épocas remotíssimas, chegando alguns comentaristas até a supor tratar-se de interpolação. Em vista da importância do assunto, daremos especial atenção a eles, apresentando, resumidas, as opiniões dos dois campos que se digladiam.

Os católicos-romanos aceitam esses três versículos como autênticos, vendo neles:

a) a instituição de uma “igreja”, organização com poderes discricionários espirituais, que resolve na Terra com a garantia de ser cegamente obedecida por Deus no “céu”;

b) a instituição do papado, representação máxima e chefia indiscutível e infalível de todos os cristãos, passando esse poder monárquico, por direito hereditário-espiritual, aos bispos de Roma, sucessores legítimos de Pedro, que recebeu pessoalmente de Jesus a investidura real, fato atestado exatamente com esses três versículos.

Essa opinião foi combatida com veemência desde suas tentativas iniciais de implantação, nos primeiros séculos, só se concretizando a partir dos

séculos IV e V por força da espada dos imperadores romanos e dos decretos (de que um dos primeiros foi o de Graciano e Valentiniano, que em 369 estabeleceu Dâmaso, bispo de Roma, como juiz soberano de todos os bispos, mas cujo decreto só foi posto em prática, por solicitação do mesmo Dâmaso, em 378). *O diácono Ursino foi eleito bispo de Roma na Basílica de São Júlio, ao mesmo tempo em que Dâmaso era eleito para o mesmo cargo na Basílica de São Lourenço. Os partidários deste, com o apoio de Vivêncio, prefeito de Roma, atacaram os sacerdotes que haviam eleito Ursino e que estavam ainda na Basílica e aí mesmo mataram 160 deles; a seguir, tendo-se Ursino refugiado em outras igrejas, foi perseguido violentamente, durando a luta até a vitória total do “bando contrário”. Ursino, a seguir, foi exilado pelo imperador, e Dâmaso dominou sozinho o campo conquistado com as armas. Mas toda a cristandade apresentou reações a essa pretensão romana, bastando citar, como exemplo, uma frase de Jerônimo: “Examinando-se do ponto de vista da autoridade, o universo é maior que Roma (orbis maior est Urbe), e todos os bispos, sejam de Roma ou de Engúbio, de Constantinopla ou de Régio, de Alexandria ou de Tânis, têm a mesma dignidade e o mesmo sacerdócio” (Epistula 146, 1).*

Alguns críticos (entre eles Grill e Resch na Alemanha e Monnier e Nicolardot na França, além de outros reformados) julgam que esses três versículos tenham sido interpolados, em virtude do interesse da comunidade de Roma de provar a supremacia de Pedro e, portanto, do bispado dessa cidade sobre todo o orbe, mas, sobretudo,

para provar que era Pedro, e não Paulo, o chefe da igreja cristã.

Essa questão surgiu quando Marcion, logo nos primeiros anos do 2º século, revolucionou os meios cristãos romanos com sua teoria de que Paulo foi o único verdadeiro apóstolo de Jesus, e, portanto, o chefe incontestado da Igreja.

Baseava-se ele nos seguintes textos do próprio Paulo: “Não recebi (o Evangelho) nem o aprendi de homem algum, mas sim mediante a revelação de Jesus Cristo” (Gál. 1:12); e mais: “Deus ... que me separou desde o ventre materno, chamando-me por sua graça para revelar seu Filho em mim, para pregá-lo entre os gentios, imediatamente não consultei carne nem sangue, nem fui a Jerusalém aos que eram apóstolos antes de mim” (Gál.15:15-17). E ainda em Gál. 2:11-13, diz que “resistiu na cara de Pedro, porque era condenado”. E na 2ª Cor. 11:28 afirma: “sobre mim pesa o cuidado de todas as igrejas”, após ter dito, com certa ironia, não ser “em nada inferior aos maiores entre os apóstolos” (2ª Cor. 11:5) acrescentando que “esses homens são falsos apóstolos, trabalhadores dolosos, transformando-se em apóstolos de Cristo; não é de admirar, pois o próprio satanás se transforma em anjo de luz” (2ª Cor. 11:13-14). Este último trecho, embora se refira a outras criaturas, era aplicado por Marcion (o mesmo do “corpo fluídico” ou “fantasmático”) aos verdadeiros apóstolos. Em tudo isso, baseava-se Marcion, e mais na tradição de que Paulo fora bispo de Roma, juntamente com Pedro. Realmente as listas fornecidas pelos primeiros escritores, dos bispos

de Roma, dizem:

a) Irineu (bispo entre 180-190): “Quando firmaram e estabeleceram a igreja de Roma, os bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo confiaram a administração dela a Lino, de quem Paulo fala na epístola a Timóteo. Sucedeu-lhe depois Anacleto e depois deste Clemente obtive o episcopado, em terceiro lugar depois dos apóstolos, etc.” (*Epíst. ad Victorem*, 3, 3, 3; cfr. Eusébio, *His. Eccles.*, 5,24,14).

b) Epifânio (315-403) escreve: “Porque os apóstolos Pedro e Paulo foram, os dois juntos, os primeiros bispos de Roma” (Panarion, 27, 6).

Ora, dizem esses críticos, a frase do vers. 17 “não foi a carne nem o sangue que to revelaram, mas meu Pai que está nos céus”, responde, até com as mesmas palavras, a Gálatas 1:12 e 16.

Para organizar nosso estudo, analisemos frase por frase.

VERS. 18 a - “Também te digo que tu és Pedro e sobre essa pedra construir-me-ei a ‘ekklêsia” (*oi kodomêsô moi tén ekklêsían*).

O jogo de palavras corre melhor no aramaico, em que o vocábulo *kêphâ* (masculino) não varia. Mas no grego (e latim) o masculino *Petros* (*Petrus*, Pedro) é uma criação *ad hoc*, um neologismo, pois esse nome jamais aparece em nenhum outro documento anterior. Mas como a um homem não caberia o feminino “pedra”, foi criado o neologismo. Além de João (1:42), Paulo prefere o aramaico *Kêphá* (latim Cefas) em 1 Cor. 1:12; 3:22; 9:5; 15:5 e Gál. 2:14.

Quanto ao vocábulo *ekklêsía*, que foi transliterado em latim *ecclêsia* (passando para o português “igreja”), temos que apurar o sentido: A – etimológico; B – histórico; C – usual; D – seu emprego no Antigo Testamento; e E – no Novo Testamento.

A – **Etimologicamente** *ekklêsía* é o verbo *Kaléo*, “chamar, convocar”, com o preverbo *ek*, designativo de ponto de partida. Tem pois o sentido de “convocação, chamada geral”.

B – **Historicamente**, o termo era usado em Atenas desde o 6.º século A.C.; ao lado da Boulê (“concílio”, em Roma: Senado; em Jerusalém: Sinédrio), ao lado da Boulê que redigia as leis, por ser constituída de homens cultos e aptos a esse mister, havia a *ekklêsía* (em Roma: Comitium; em Jerusalém: Sinagogê), reunião ou assembléia geral do povo livre, que ratificava ou não as decisões da autoridade. No 5.º séc. A.C., sob Clístenes, a *ekklêsía* chegou a ser soberana; durante todo o apogeu de Atenas, as reuniões eram realizadas no *Pnyx*, mas aos poucos foi se fixando no Teatro, como local especial. Ao tornar-se “cidade livre” sob a proteção romana, Atenas viu a *ekklêsía* perder toda autoridade.

C – Na época do início do cristianismo, *ekklêsía* corresponde a sinagoga: “assembleia regular de pessoas com pensamento homogêneo”; e tanto designava o grupo dos que se reuniam, como o local das reuniões. Em contraposição a *ekklêsía* e *synagogê*, o grego possuía *syllogos*, que era um ajuntamento

acidental de pessoas de ideias heterogêneas, um agrupamento qualquer. Como sinônimo das duas, havia *synáxis*, comunidade religiosa, mas que, para os cristãos, só foi atribuída mais tarde (cfr. Orígenes, *Patrol. Graeca*, vol. 2 col. 2013; Greg. Naz., *Patrol Graeca* vol. 1 col. 876; e João Crisóst., *Patrol. Graeca*, vol. 7 col. 22). Como “sinagoga” era termo típico do judaísmo, foi preferido “ecclésia” para caracterizar a reunião dos cristãos.

D – No **Antigo Testamento** (LXX), a palavra é usada com o sentido de reunião, assembleia, comunidade, congregação, grupo, seja dos israelitas fiéis, seja dos maus, e até dos espíritos dos justos no mundo espiritual (*Núm.* 19, 20; 20:4; *Deut.* 23:1, 2, 3, 8; *Juízes* 20:2; 1.º *Sam.* 17:47; 1.º *Reis* 8:14,22; 1.º *Crôn.* 29:1, 20; 2.º *Crôn.* 1:5; 7:8; *Neem.* 8:17; 13:1; *Judit* 7:18; 8:21; *Salmos* 22:22, 25; 26:5; 35:18; 40:10; 89:7; 107:32; 149:1; *Prov.* 5:14; *Eccli.* 3:1; 15:5; 21:20; 24:2; 25:34; 31:11; 33:19; 38:37; 39:14; 44:15; *Lam.* 1:10; *Joel* 2:16; 1.º *Mac.* 2:50;3:13; 4:59; 5:16 e 14:19).

E – No **Novo Testamento** podemos encontrar a palavra com vários sentidos:

1) uma aglomeração heterogênea do povo: At. 7:38; 19:32, 39, 41 e Heb. 12:23.

2) uma assembleia ou comunidade local, de fiéis com ideias homogêneas, uma reunião organizada em sociedade, em que distinguiamos:

a) a comunidade em si, independente de local de reunião: Mat. 18: 17 (2 vezes); At.

11:22; 12:5; 14:22; 15:41 e 16:5; 1ª Cor. 4:17; 6:4; 7:17; 11:16, 18,22; 14:4,5,12,19,23,28, 33,34,35; 2.a Cor. 8:18, 19,23,24; 11:8,28; 12:13; Filp. 4:15; 2.a Tess. 1:4; 1ª Tim. 3:5, 15; 5:6; Tiago 5:15; 3.a Jo. 6; Apoc. 2:23 e 22:16.

b) a comunidade estabelecida num local determinado, uma sociedade local: Antióquia, At. 11:26; 13:1; 14:27; 15:3; Asiáticas, 1ª Cor. 16:19; Apoc. 1:4, 11, 20 (2 vezes); 2:7, 11, 17, 29; 3:6, 13, 22; Babilônia, 1 Pe. 5:13; Cencreia, Rom. 16.1; Corinto, 1 Cor. 1:2; 2 Cor. 1:1; Éfeso, At. 20:17; Apoc. 2:1; Esmirna, Apoc. 2:8; Filadélfia, Apoc. 3:7; Galácia, 1 Cor. 16.1; Gál. 1:2; dos Gentios, Rom. 16:4; Jerusalém, At. 5:11; 8:1,3; 12:1; 15:4,22; 18:22; Judeia, At. 9:31; 1 Tess. 2:14; Gál. 1:22; Laodicéia, Col. 4:16; Apoc. 3:14; Macedônia, 2 Cor. 8:1; Pérgamo, Apoc. 2:12; Roma, Rom. 16:16; Sardes, Apoc. 3:1; Tessalônica, 1ª Tess. 1:1; 2ª Tess. 1:1; Tiatira, Apoc. 2: 18.

c) a comunidade particular ou “centro” que se reúne em casa de família: Rom. 16:5, 23; 1 Cor. 16:19; Col. 4:15; Film. 2; 3 Jo. 9, 10.

3) A congregação ou assembleia de todos os que aceitam o Cristo como Enviado do Pai: Mat. 16:18; At. 20:28; 1ª Cor. 10:32; 12:28; 15:9; Gál.1:13; Ef. 1:22; 3:10,21; 5:23,24,25,27,29,32; Filp. 3:6; Col. 1:18,24; Heb. 2:12 (citação do Salmo 22:22).

Anotemos, ainda, que em Tiago 2:2, a comunidade cristã é classificada de “sinagoga”.

Concluimos desse estudo minucioso, que a palavra “igreja” não pode ser, hoje, a tradução do vocábulo *ekklésia*; com efeito, esse termo exprime na atualidade:

1) a igreja católica-romana, com sua tríplice divisão bem nítida de a) militante (na Terra) ; b) sofredora (no “Purgatório”) e c) triunfante (no “céu”);

2) os templos em que se reúnem os fiéis católicos, com suas “imagens” e seu estilo arquitetônico especial.

Ora, na época de Jesus e dos primeiros cristãos, *ekklésia* não possuía nenhum desses dois sentidos. O segundo, porque os cristãos ainda não haviam herdado os templos romanos pagãos, nem dispunham de meios financeiros para construí-los. E o primeiro porque só se conheciam, nessa época, as palestras de Jesus nas sinagogas judaicas, nos campos, nas montanhas, à beira-mar, ou então as reuniões informais nas casas de Pedro em Cafarnaum, de Simão o leproso em Betânia, de Levi, de Zaqueu em Jerusalém, e de outros afortunados que lhe deram hospedagem por amizade e admiração.

Após a crucificação de Jesus, Seus discípulos se reuniam nas casas particulares deles e de outros amigos, organizando em cada uma centros ou grupos de oração e de estudo, comunidades, pequenas algumas outras maiores, mas tudo sem pompa, sem rituais: sentados todos em torno da mesa das refeições, ali faziam em comum a ceia amorosa (*agápê*) com pão, vinho, frutas e mel, “em memória do Cristo e em ação de graças

(eucaristia)” enquanto conversavam e trocavam ideias, recebendo os espíritos (*profetizando*), cada qual trazendo as recordações dos fatos presenciados, dos discursos ouvidos, dos ensinamentos decorados com amor, dos sublimes exemplos legados à posteridade.

Essas comunidades eram visitadas pelos “apóstolos” itinerantes, verdadeiros emissários do amor do Mestre. Presidiam a essas assembleias “os mais velhos” (*presbíteros*). E, para manter a “unidade de crença” e evitar desvios, falsificações e personalismos no ensino legado (não havia imprensa!) eram eleitos “inspetores” (*episcopoi*) que vigiavam a pureza dos ensinamentos. Essas eleições recaíam sobre criaturas de vida irrepreensível, firmeza de convicções e comprovado conhecimento dos preceitos de Jesus.

Por tudo isso, ressalta claro que não é possível aplicar a essa simplicidade despretensiosa dessas comunidades ou centros de fé a denominação de “igrejas”, palavra que variou totalmente na semântica. Daí termos mantido, neste trecho do evangelho, a palavra original grega "*ekklésia*", já que mesmo sua tradução por “assembleia” não dá ideia perfeita e exata do significado da palavra *ekklésia* daquela época. Não encontramos outro termo para usar, embora a farta sinonímia à disposição: associação, comunidade, congregação, agremiação, reunião, instituição, instituto, organização, grei, aprisco (*aulê*), sinaxe, etc. A dificuldade consiste em dar o sentido de “agrupamento de todos os fiéis a Cristo” numa só palavra. Fomos tentados a empregar “aprisco”,

empregado por Jesus mesmo com esse sentido (cfr. João 10:1 e 16), mas sentimos que não ficava bem a frase “construirei meu aprisco”.

Todavia, quando *ekklêsía* se refere a uma organização local de país, cidade ou mesmo de casa de família, utilizaremos a palavra “comunidade”, como tradução de *ekklêsía*, porque a correspondência é perfeita.

VERS. 18 b - “As portas do hades (*pylai hádou*) não prevalecerão contra ela”.

O *hades* (em hebraico *sheol*) designava o *hábitat* dos desencarnados comuns, o “astral inferior” (“umbral”, na linguagem espiritual) a que os latinos denominavam “lugar baixo”: *inferus* ou *infernus*. Diga-se, porém, que esse *infernus* (derivado da preposição *infra*) nada tem que ver com o sentido atual da palavra “inferno”. Bastaria citar um exemplo em Virgílio (En. 6, 106), onde o poeta narra ter Eneias penetrado exatamente as “portas do hades”, *inferni janua*, encontrando aí (astral ou umbral) os romanos desencarnados que aguardavam a reencarnação (*Na revista anual SPIRITVS – edição de 1964, n.º 1 – , nas páginas 16 a 19, há minucioso estudo a respeito de sheol ou hades. Edições Sabedoria*).

O sentido das palavras citadas por Mateus é que os espíritos desencarnados do astral inferior não terão capacidade nem poder, por mais que se esforcem, para destruir a organização instituída por Cristo.

A metáfora “portas do hades” constitui uma *sinédoque*, isto é, a representação do todo pela

parte.

VERS. 19 a - “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus”.

As chaves constituíam o símbolo da autoridade, representando a investidura num cargo de confiança. Quando Isaías (22:22) fala da designação de Eliaquim, filho de Hilquia, para prefeito do palácio, ele diz: “porei sobre seu ombro a chave da casa de David; ele abrirá e ninguém fechará, fechará e ninguém abrirá”. O Apocalipse (3:7) aplica ao Cristo essa prerrogativa: “isto diz o Santo, o Verdadeiro, o que tem a chave de David, o que abre e ninguém fechará, o que fecha e ninguém abrirá”. Em Lucas (11:52) aparece uma alusão do próprio Jesus a essa mesma figura: “ai de vós doutores da lei, porque tirastes as chaves da ciência: vós mesmos não entrastes, e impedistes os que entravam”.

VERS. 19 b - “O que ligares na Terra será ligado nos céus, e o que desligares na Terra será desligado nos céus”.

Após a metáfora das chaves, o que se podia esperar, como complemento, era *abrir e fechar* (tal como em Isaías, texto que devia ser bem conhecido de Jesus), e nunca “ligar” e “desligar”, que surgem absolutamente fora de qualquer sequência lógica. Aliás, é como esperávamos que as palavras foram colocadas nos lábios de Clemente Romano (bispo entre 100 e 130, em Roma): “Senhor Jesus Cristo, que deste as chaves do reino dos céus a teu emissário Pedro, meu mestre, e disseste: ‘o que abrires, fica aberto e o que fechares fica fechado’ manda que se abram os

ouvidos e olhos deste homem” - *haper àn anoíxéis énéôitai, kai haper àn kleíséis, kéklestai* – (Martírio de Clemente, 9,1 – obra do 3.º ou 4.º século). Por que aí não teriam sido citadas as palavras que aparecem em Mateus: *hò eàn dêséis... éstai dedeménon... kai hò eàn lêséis... éstai lelyménon?*

Observemos, no entanto, que no local original dessa frase (Mat. 18:18), a expressão “ligar” e “desligar” se encaixa perfeitamente no contexto: aí se fala no perdão a quem erra, dando autoridade à comunidade para perdoar o culpado (e mantê-lo ligado ao aprisco) ou a solicitar-lhe a retirada (desligando-o da comunidade) no caso de rebeldia. Então, acrescenta: “tudo o que ligardes na Terra, será ligado nos céus, e tudo o que desligardes na Terra, será desligado nos céus”. E logo a seguir vem a lição de “perdoar setenta vezes sete”. E entendemos: se perdoarmos, nós *desligamos* de nós o adversário, livramo-nos dele; se não perdoarmos, nós o manteremos *ligado* a nós pelos laços do ódio e da vingança. E o que ligarmos ou desligarmos na Terra (como encarnados, “no caminho com ele”, cfr. Mat. 5.25), será ratificado na vida espiritual.

Daí a nítida impressão de que esse versículo foi realmente *transportado*, já pronto (apenas colocados os verbos no singular), do capítulo 18 para o 16 (em ambos os capítulos, o número do versículo é o mesmo: 18).

A hipótese de que esse versículo (como os dois anteriores) foi interpolado, é baseada no fato de que não figura em Marcos nem em Lucas, embora se trate claramente do mesmo episódio, e apesar

de que esses dois evangelistas escreveram depois de Mateus, por conseguinte, já conheciam a redação desse apóstolo que conviveu com Jesus (Marcos e Lucas não conviveram). Acresce a circunstância de que Marcos ouviu o Evangelho pregado por Pedro (de quem parece que era sobrinho carnal, e a quem acompanhou depois de haver abandonado Paulo após sua primeira viagem apostólica). Marcos não podia ignorar uma passagem tão importante em relação a seu mestre e talvez tio. Desde Eusébio, aparece como razão do silêncio de Marcos a humildade de Pedro, que em suas pregações não citava fatos que o engrandecessem. Mas não é admissível que Marcos ignorasse a cena; além disso, ele escreveu seu Evangelho após a desencarnação de Pedro: em que lhe ofenderia a modéstia, se dissesse a verdade total? Mais ainda: seu Evangelho foi escrito para a comunidade de Roma; como silenciar um trecho de importância tão vital para os cristãos dessa metrópole? Não esqueçamos o testemunho de Papias (2,15), discípulo pessoal do João, o Evangelista, e, portanto, contemporâneo de Marcos, que escreveu: “Marcos numa coisa só teve cuidado: não omitir nada do que tinha ouvido e não mentir absolutamente” (Eusébio, *Hist. Eccles.* 3,39).

E qual teria sido a razão do silêncio de Lucas? E por que motivo todo esse trecho não aparece citado em nenhum outro documento anterior a Marcion (meados do 2º século)?

Percorramos os primeiros escritos cristãos, verificando que a primeira citação é feita por

Justino, que aparece como tendo vivido exatamente em 150 A.D.

1. DIDACHE (15,1) manda que os cristãos elejam seus inspetores (bispos) e ministros (diáconos). Nenhum aceno a uma hierarquia constituída por Jesus, e nenhuma palavra a respeito dos “mais velhos” (presbíteros).

2. CLEMENTE ROMANO (bispo de Roma no fim do 1º e início do 2º século), discípulo pessoal de Pedro e de Paulo (parece até que foi citado em Filip. 4:3) e terceiro sucessor de ambos no cargo de inspetor da comunidade de Roma. Em sua primeira epístola aos coríntios, quando fala da hierarquia da comunidade, diz que “Cristo vem da parte de Deus e os emissários (apóstolos) da parte de Cristo” (1ª Clem. 42,2). Apesar das numerosíssimas citações escriturísticas, Clemente não aproveita aqui a passagem de Mateus que estamos analisando, e que traria excelente apoio a suas palavras.

3. PAPIAS (que viveu entre o 1º e o 2º século) também nada tem em seus fragmentos.

4. INÁCIO (bispo entre 70 e 107), em sua Epístola aos Tralianos (3,1) fala da indispensável hierarquia eclesiástica, mas não cita o trecho que viria a calhar.

5. CARTA A DIOGNETO, aliás, comprovadamente a “Apologia de Quadrado dirigida ao Imperador Adriano”, portanto do ano de 125/126 (cfr. Eusébio, *Hist. Eccles.* 4,3), nada fala.

6. EPÍSTOLA DE BARNABÉ (entre os anos 96 e 130), embora apócrifa, nada diz a respeito.

7. POLICARPO (69-155) nada tem em sua Epístola aos Filipenses.

8. O PASTOR, de Hermas, irmão de Pio, bispo de Roma, entre 141 e 155, e citado por Paulo (Rom. 16:14). Em suas visões a igreja ocupa lugar de destaque. Na visão 3ª, a torre, símbolo da igreja, é construída sobre as águas, mas diz o Pastor a Hermas: “o fundamento sobre que assenta a torre é a palavra do Nome onipotente e glorioso”. Na Parábola 9,31, lemos que foi dada ordem de “edificar a torre sobre a Rocha e a Porta”. E o trecho se estende sem a menor alusão ao texto que comentamos.

9. JUSTINO (+ ou - ano 150) cita, pela vez primeira, esse texto (*Diálogus*, 100,4), mas com ele só se preocupa em provar a filiação divina do Cristo.

10. IRINEU (bispo entre 180-190), em sua obra cita as mesmas palavras de Justino, deduzindo delas a filiação divina do Cristo (3, 18, 4).

11. ORÍGENES (184-254) é, historicamente, o primeiro que afirma que Pedro é a pedra fundamental da igreja (Hom. 5,4), embora mais tarde diga que Jesus “fundou a igreja sobre os doze apóstolos, representados por Pedro” (*In Matt.* 12,10-14). Só damos o resumo, porque o trecho é bastante longo.

12. TERTULIANO (160-220) escreve (*Scorpiae*, 10) que Jesus deu as chaves a Pedro

e, por seu intermédio, à igreja (*Petro et per eum Ecclesiae*): a igreja é a depositária, Pedro é o Símbolo.

13. CIPRIANO (cerca 200-258) afirma (Epíst. 33,1) que Jesus, com essas palavras, estabeleceu a igreja fundamentada nos bispos.

14. HILÁRIO (cerca 310-368) escreve (*De Trinit.* 3,36-37) que a igreja está fundamentada na profissão de fé na divindade de Cristo (*super hanc igitur confessionis petram*) e que essa fé tem as chaves do reino dos céus (*haec fides Ecclesiae fundamentum est... haec fides regni caelestis habet claves*).

15. AMBRÓSIO (337-397) escreve: “Pedro exerceu o primado da profissão de fé e não da honra (primatum confessionis útique, non honóris), o primado da fé, não da hierarquia (primatum fidei, non órdinis)”; e logo a seguir: “é pois a fé que é o fundamento da igreja, porque não é da carne de Pedro, mas de sua fé que foi dito que as portas da morte não prevalecerão contra ela” (*De Incarnationis Dorninicae Sacramento*, 32 e 34). No entanto, no *De Fide*, 4,56 e no *De Virginitate*, 105 – lemos que Pedro, ao receber esse nome, foi designado pelo Cristo como fundamento da igreja.

16. JOÃO CRISÓSTOMO (c. 345-407) explica que Pedro não deve seu nome a seus milagres, mas à sua profissão de fé (*Hom. 2, In Inscriptioem Actorum*, 6; *Patrol. Graeca* vol. 51, col. 86). E na *Hom. 54,2* escreve que Cristo declara que construirá sua igreja “sobre essa pedra”, e acrescenta “sobre essa profissão de

fé”.

17. JERÔNIMO (348-420) também apresenta duas opiniões. Ao escrever a Dâmaso (*Epist.* 15) deseja captar-lhe a proteção e diz que a igreja “está construída sobre a cátedra de Pedro”. Mas no *Comm. in Matt.* (in loco) explica que a pedra é Cristo” (*in petram Christum*); cfr. 1ª Cor 10:4 “e essa pedra é Cristo”.

18. AGOSTINHO (354-430) escreve: “eu disse alhures, falando de Pedro, que a igreja foi construída sobre ele como sobre uma pedra: ... mas vejo que muitas vezes depois (postea saepissime) apliquei o super petram ao Cristo, em quem Pedro confirmou sua fé; como se Pedro – assim o chamou a Pedra” - representasse a igreja construída sobre a Pedra; ... com efeito, não lhe foi dito “*tu es Petra*”, mas “*tu es Petrus*”. É o Cristo que é a Pedra. Simão, por havê-lo confessado como o faz toda a igreja, foi chamado Pedro. O leitor escolha qual dos dois sentidos é mais provável” (*Retractationes* 1, 21,1).

Entretanto, Agostinho identifica Pedro com a pedra no *Psalmus contra partem Donati*, letra S; e na *Enarratio in Psalmum* 69, 4. Esses são os locais a que se refere nas *Retractationes*.

Mas no Sermo 76, 1 escreve: “O apóstolo Pedro é o símbolo da igreja única (*Ecclesiae unicae typum*); ... o Cristo é a pedra, e Pedro é o povo cristão. O Cristo lhe diz: tu és Pedro e sobre a pedra que professaste, sobre essa pedra que reconheceste, dizendo ‘Tu és o Cristo, o filho de Deus vivo, eu construirei minha igreja’; isto é, eu

construirei minha igreja sobre mim mesmo que sou o Filho de Deus. É sobre mim que eu te estabelecerei, e não sobre ti que eu me estabelecerei. ... Sim, Pedro foi estabelecido sobre a Pedra, e não a Pedra sobre Pedro”.

Essa mesma doutrina aparece ainda em *Sermo* 244,1 (fim); *Sermo* 270,2; *Sermo* 295,1 e 2; *Tractatus in Joannem*, 50,12; *ibidem*, 118,4 *ibidem*, 124,5; *De Agone Christiano*, 32; *Enarratio in Psalmum* 108,1.

Aí está o resultado das pesquisas sobre o texto tão discutido. Concluiremos como Agostinho, linhas acima: o leitor escolha a opinião que prefere.

O último versículo é comum aos três, embora com pequenas variantes na forma:

Mateus: não dizer que Ele era o Cristo.

Marcos: não falar a respeito Dele.

Lucas: não dizer nada disso a ninguém.

Mas o sentido é o mesmo: qualquer divulgação a respeito do messianato poderia sublevar uma perseguição das autoridades antes do tempo, impedindo o término da tarefa prevista. ⁽⁷²⁾ (itálico do original)

É uma opinião de quem esteve do lado de lá, vamos assim dizer; portanto, importante para o nosso estudo.

Voltando às nossas considerações,

apresentamos uma dúvida: se somente atribuíram o papado a Pedro, pelo simples fato dele ter identificado a Jesus como o Messias, qual cargo deveria ter sido dado aos envolvidos nestas passagens?:

Mateus 14,33: “**Os que estavam na barca** se ajoelharam diante de Jesus, dizendo: 'De fato, tu és o Filho de Deus'.”

Marcos 3,11: “Vendo Jesus, **os espíritos maus** caíam a seus pés gritando: 'Tu és o Filho de Deus!'.”

João 11,24-27: “**Marta** [...] respondeu: 'Sim, Senhor. Eu acredito que tu és o Messias, o Filho de Deus que devia vir a este mundo'.”

Na sequência da passagem de Mateus, lemos:

Mateus 16,21-23: “E Jesus começou a mostrar aos seus discípulos que devia ir a Jerusalém, e sofrer muito da parte dos anciãos, dos chefes dos sacerdotes e dos doutores da Lei, e que devia ser morto e ressuscitar ao terceiro dia. Então **Pedro** levou Jesus para um lado, e o repreendeu, dizendo: 'Deus não permita tal coisa, Senhor! Que isso nunca te aconteça!' Jesus, porém, voltou-se para Pedro, e disse: '**Fique longe de mim, Satanás! Você é uma**

pedra de tropeço para mim, porque não pensa as coisas de Deus, mas as coisas dos homens!"

Se Pedro é mesmo “a pedra”, então, devemos concluir que ele só pode ter sido “pedra de tropeço” para Jesus, isto sim, pelo fato de Jesus ter usado, embora em sentido figurado, o substantivo pedra no seu sentido preciso. Caso seja verdadeiro (e deve ser porque não deixa margem a interpretação) o trecho da passagem (Mateus 16,17-19), fica a interrogação: a quem se poderia atribuir a palavra pedra? Vamos pesquisar.

Uma relação de importância que poderíamos fazer é que os Dez Mandamentos foram escritos em “tábuas de pedra” (Deuteronômio 4,13), significando, talvez, leis sólidas e duráveis. Encontramos, também citações sobre “a pedra angular”, que, segundo o ***Dicionário Prático da Barsa***, seria:

Pedra Angular. Grande pedra que desempenhava importante papel na construção antiga, assim chamada por ficar nos ângulos. O salmo 117,22 descreve Israel como pedra rejeitada, mas que, depois tornar-se-ia a pedra fundamental.

Nisso, Israel era um tipo de Cristo que se apresentou como a pedra rejeitada pelos construtores, mas depois escolhida por pedra angular (Mt 21,42), aplicando a Si o salmo citado. S. Paulo em Ef. 2,20 usa a mesma metáfora da pedra angular para apresentar a Cristo, elemento de união entre os fiéis, gentios e judeus, como a pedra angular que une duas paredes do mesmo edifício. ⁽⁷³⁾

Entendemos que, então, Cristo é a pedra angular. Realmente, ele aplica a si mesmo isso, de acordo com Mateus (Mateus 21,42), Marcos (Marcos 12,10) e Lucas (Lucas 20,17).

O próprio Pedro, que dizem ser a pedra, afirma que Jesus é a pedra rejeitada (Atos 4,11; 1 Pedro 2,4). Paulo, também disse que “a pedra era Cristo”, conforme poder-se-á ver em Romanos 9,32; 1 Coríntios 10,4 e Efésios 2,20-21. Vejamos o texto desse último passo: *“Vocês pertencem ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção. Em Cristo, toda construção se ergue, bem ajustada, para formar um templo santo no Senhor”* (Efésios 2,20-21). Aliás, aqui Paulo inclui como alicerce os apóstolos, não sendo, portanto,

coisa exclusiva de Pedro.

Vejam os a opinião de dois eruditos bíblicos, autores de ***Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia. vol. 2:***

Voltemos, pois à **primeira interpretação** que diz que a pedra é Pedro. Há muitas variações dessa interpretação, das quais as seguintes são representativas:

1. De acordo com a doutrina da Igreja Católica Romana, o texto ensina que Pedro é a base ou fundamento da Igreja, separado dos demais apóstolos; e assim aparece a *primazia* de Pedro, no que fica *subentendida* a doutrina do papado. Portanto, a maior parte dos intérpretes católicos romanos, como Launoi, Dupin, e também alguns protestantes, com alguma variação na interpretação (Werenfels, Pfaff, Bengel e Crusius), apresentam essa interpretação. Tais intérpretes exageram o sentido do texto como qualquer leitor pode observar, se não for desviado por fortes preconceitos.

2. A “pedra” é Pedro, mas *não separado* dos outros apóstolos, e, provavelmente, também não separado dos membros da Igreja em geral. Peter Schaff (*in loc.*, em Lange) diz: “Pedro (representando os outros apóstolos), tendo confiado em Cristo e tendo-o confessado (devido a isso), é a *petra ecclesiae*. As outras ideias parecem ter sido criadas especialmente para evitar a interpretação duvidosa da Igreja romana, que tira

do texto doutrinas que não se desenvolveram senão alguns séculos após ter sido feita a declaração simples deste texto. Entretanto, não é necessário que se criem interpretações errôneas para evitar outras errôneas. Ainda que esse texto cite Pedro como a pedra *Fundamental* da Igreja, não ensina coisa alguma que não possa ser encontrada em outros trechos bíblicos”. De conformidade com a leitura simples do texto, é melhor aceitarmos a interpretação natural, entendendo aqui que Pedro é a “petra”, mas no sentido que segue abaixo. Dificilmente o texto tem bom sentido se apresentarmos outra interpretação. Por que Jesus chamou Simão de *petros*, nesta oportunidade? Por que, no vs. 19, são mencionados poderes extraordinários que seriam dados a Pedro? Facilmente, Jesus poderia ter ensinado que Pedro é a pedra fundamental da Igreja, evitando chamá-lo de “petros”; a referência como existe perde todo o sentido se não a entendermos que Pedro seria a pedra fundamental da Igreja. É verdade que no original grego há um jogo de palavras com esses vocábulos, mas o sentido seria mais ou menos como esta paráfrase: “Tu és uma pedra, um pequeno e insignificante fragmento, mas eu mostrarei que grande coisa posso fazer de ti. Tu serás uma rocha maciça, rocha fundamental na minha Igreja, brevemente começarei a edificar”. Os escritos rabinos usam expressões como essas, isto é, indicam homens como pedras fundamentais da congregação de Deus. Por exemplo, esses escritos asseveram que Deus não pode edificar o seu mundo sobre o fundamento da geração de Enós, mas que em

Abraão o Senhor encontrou tal qualidade de fundamento. E neste texto encontramos a mesma ideia.

Em confirmação dessa interpretação, consideremos os seguintes argumentos:

1. O uso da literatura rabínica, conforme já vimos.

2. O fato de que o jogo de palavras, no grego, realmente indica essa interpretação e não a elimina.

3. No idioma falado por Jesus, o aramaico, a palavra que ele usou para dar nome a Pedro era a mesma palavra que significa “pedra” ou fundamento da Igreja.

4. As dentais interpretações existem principalmente para combater ideias consideradas falsas da Igreja Católica Romana; mas não se baseiam no próprio texto bíblico.

5. A mesma verdade é ensinada em Efé. 2:20: “Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular”. O texto mostra que esse edifício é a Igreja, a habitação de Deus no Espírito, a “família” de Deus (vs. 19). E a passagem de Apo. 21:14 indica a mesma ideia.

6. O testemunho do próprio Pedro, em I Ped. 2:4-6, também indica a mesma verdade: “Chegando-vos para ele, a pedra que vive... vós mesmos, como pedras que vivem, sois edificados casa espiritual... ponho em Silo uma principal pedra angular...”. A pedra principal, angular é o

símbolo de Cristo. Dificilmente a pedra angular pode conter uma referência ao fundamento inteiro.

7. Em sentido exclusivo, **somente Cristo** pode ser o fundamento de Igreja, e isso é o que se aprende em I Cor. 3:11, que diz: “Porque ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi posto, o qual é Jesus Cristo”. O vs. 10 do mesmo capítulo mostra que o tema é Cristo como alicerce da vida cristã: “... segundo a graça de Deus que me foi dada, lancei o fundamento como prudente construtor; e outro edifica sobre ele; porém cada um veja como edifica... Contudo, se o que alguém edifica sobre o fundamento é ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha...” Essas coisas falam da vida cristã como que edificada sobre Cristo, em torno de sua pessoa, e, naturalmente, não pode haver outro fundamento nesse sentido. Porém, nos textos de Mat. 16 e de Efé. 2 (juntamente com outros), não está em foco essa questão, porquanto falam do grande edifício da Igreja. Esse edifício, habitação de Deus, tem algumas pedras fundamentais, a saber, os apóstolos, os profetas – todos os quais são como que pedras vivas. Nesse edifício Cristo é a pedra fundamental, angular.

8. Precisamos notar que aquilo que foi dito acerca de Pedro em Mat. cap. 16, *foi estendido* aos demais Apóstolos em Efé. 2:20, pelo que o texto de Mateus 16 não subentende a primazia *permanente* de Pedro, segundo ensina a Igreja Católica Romana. Dificilmente, portanto, há qualquer possibilidade de apoio às doutrinas romanistas sobre o papado. Essa interpretação romanista

exagera o texto sagrado. Pedro, como pedra fundamental da Igreja, recebeu certos poderes de ofício. Na administração de seu ofício, tinha o poder de “proibir e permitir”, conforme mostra o vs. 19. Mais tarde, esses poderes também foram dados aos outros apóstolos. Os demais apóstolos, tendo esses poderes em comum, também eram pedras fundamentais de Igreja (Efé. 2:20).

9. Pedro, no que diz respeito à porção judaica da Igreja, era fundamental no edifício da mesma, como se pode ver em Atos 1:15; 2:14,37; 3:12; 4:8; 5:15,29; 9:34,40; 10:25,26; Gál. 1:18. Ele é a pedra fundamental no sentido bíblico, e não no sentido papista. Para transferir para Pedro ou para qualquer outro indivíduo as ideias de primazia e papado precisamos usar de grande preconceito, imaginação e *ginástica lógica*. Os privilégios e poderes que Jesus deu aqui a Pedro, posteriormente, foram conferidos também a todos os outros apóstolos, e até mesmo aos crentes comuns, como nos indica a referência em Mat. 18:17-19. Não há, nem nas Escrituras e nem na história eclesiástica, evidências que indiquem que, na Igreja primitiva, houvesse papado, ofício esse transferível a outros que também exercessem a autoridade e a posição que Jesus conferiu a Pedro. Esses ensinamentos procedem da tradição, e não das Escrituras. Contra essa interpretação romanista alinham-se os seguintes argumentos:

1. A doutrina do papado ignora o caráter do símbolo do fundamento, isto é, um fundamento deve ser posto de *uma vez só*, deve ser permanente, não pode ser renovado nem mudado

continuamente, como sucede na sucessão papal.

2. Essa interpretação confunde *primazia de tempo* com superioridade permanente de ofício.

3. Essa interpretação confunde o apostolado, que era um ofício *intransferível*, válido somente no tempo de Jesus, com o desenvolvimento do episcopado pós-apostólico na Igreja, que só surgiu depois do tempo dos apóstolos.

4. Essa interpretação envolve o *não reconhecimento* do ofício dos outros apóstolos, os quais também receberam os poderes e privilégios que foram dados a Pedro naquela ocasião. Eles também foram fundamentos da Igreja, isto é, formaram o alicerce da Igreja (ver Efé. 2:20).

5. Essa interpretação *contradiz* os próprios escritos de Pedro (I Ped. 2:5,6), que são contrários à ideia de um tipo de papado e que jamais podem indicar a existência de tal coisa.

6. Finalmente, podemos afirmar que essas doutrinas, como a do papado, a da extrema primazia de Pedro, só apareceram no dogma *posterior* da história eclesiástica, e não se alicerçam nas próprias Escrituras nem em qualquer precedente da Igreja primitiva. Não havia primazia do bispo de Roma sobre o bispo de Jerusalém, de Cesareia ou de qualquer outra localidade. A primazia do bispo de Roma foi um desenvolvimento posterior. ⁽⁷⁴⁾

Então, Pedro não pode ser a base da Igreja de Cristo. Aliás, quem poderia ser?

Se formos seguir estritamente o que consta do Novo Testamento, poderemos dizer que Paulo seria um bom candidato, porquanto ele foi o “vaso escolhido” por Jesus (Atos 9,15) ou, quem sabe, João, “o discípulo a quem Jesus amava” (75)...?

Mas será que Pedro não tinha nenhum lugar de destaque? Vamos ver isso posteriormente; mas, por agora, veremos se seu perfil lhe dava proeminência sobre os outros discípulos, para que assim fosse considerado o primeiro papa.

Pelas informações de Mateus, Marcos e Lucas, Pedro era um pescador e, a mesma profissão de André, seu irmão; eram sócios de Tiago e João, com os quais dividiam as tarefas de pesca. Sua condição era de iletrado e sem posição social (Atos 4,13), o que não deverá ser objeto de discriminação, sob qualquer um dos aspectos.

Nos relatos do Evangelho percebemos um Pedro falante, sempre questionando a Jesus sobre alguns pontos duvidosos.

Se foi falante, também foi “vacilante”, pois Jesus, ao convidá-lo para andar sobre as águas, ele

não conseguiu, porquanto não confiou no Mestre (Mateus 14,25-32).

Quando Jesus, no Getsêmani, passava por momentos cruciais, pois em breve seria crucificado, Pedro e os outros dois discípulos, Tiago e João, dormiam, ao que o Mestre disse: *“Simão, você está dormindo? Você não pôde vigiar nem sequer uma hora?”* (Marcos 14,37).

Cobrou alguma recompensa de Jesus pelo fato de segui-lo (Mateus 19,27; Lucas 18,28).

João é o único que fala que Pedro teria tirado uma espada para defender Jesus, quando de sua prisão (João 18,10). Mas, pouco tempo depois, apesar da advertência do Mestre, ele o nega por três vezes (Mateus 26,69-75), embora tenha dito que morreria com ele (Mateus 26,35).

No livro de Atos ele aparece até o “Concílio de Jerusalém”, no ano de 49. Depois disso ele desaparece do mapa, como se diz popularmente. Sua participação neste “Concílio” será examinada mais à frente.

Não viajou tanto quanto Paulo, que, em três

viagens, visitou trinta e duas cidades; pelo que se depreende das narrativas, esteve nas seguintes cidades ou regiões: Jerusalém (Atos 11,2; 15,4); Samaria (Atos 8,14); Lida (Atos 9,32) Jope (Atos 9,43); Cesareia (Atos 10,23); Antioquia (13,1). Admite-se que a sua primeira carta foi escrita em Roma (1 Pedro 5,13), supondo-se que a citação da Igreja de Babilônia se refira a ela; isso por volta de 63.

Foi preso por Herodes Agripa I, e solto “milagrosamente” por um anjo; isso aconteceu, provavelmente, no ano de 42 (Atos 12).

Como vimos anteriormente, suas cartas são em número muito pequeno em relação às de Paulo. No ano de 58, o Apóstolo dos Gentios escreve sua epístola aos romanos; diante da alegação de que Pedro, a essa época, já morava em Roma, nos causa estranheza o fato de, nessa carta, ele não fazer a mínima menção ao suposto primeiro papa. Ademais, era de se esperar que Pedro desse as orientações aos romanos, caso fosse mesmo o papa. Inclusive, nessa epístola, Paulo chega a afirmar que **“Fiz questão de anunciar o Evangelho onde o nome**

de Cristo ainda não havia sido anunciado, a fim de não construir sobre alicerces que outro havia colocado.” (Romanos 15,20)

Paulo foi preso por volta de 57-59, sendo, posteriormente, enviado a Roma (60-61), onde esteve em prisão domiciliar, mas livre para receber visitas; entretanto, não se tem notícias de que “o nosso primeiro papa” o tenha visitado. Por que não se comportou como a família de Onesíforo, citada por Paulo: “[...] todos os da Ásia me abandonaram, e entre eles Figelo e Hermógenes. Que o Senhor conceda misericórdia à **família de Onesíforo**, porque ele muitas vezes me confortou e **não se envergonhou de eu estar preso; ao contrário, quando chegou a Roma, ele me procurou com insistência, até me encontrar**. Que o Senhor lhe conceda misericórdia junto a Deus naquele Dia. [...]” (2 Timóteo 1,15-18)?

Sobre essa questão, em **Lampejos Evangélicos**, diz-nos o teólogo Huberto Rohden (1893-1981), padre jesuíta durante o início da carreira literária, graduou-se em Ciências, Filosofia e Teologia pelas Universidades de Innsbruck (Áustria),

Valkenburg (Holanda) e Nápoles (Itália), foi fundador da Instituição Cultural e Beneficente Alvorada (1952), lecionou na Universidade de Princeton (Estados Unidos da América), American University, de Washington D.C. (EUA), e na Universidade Mackenzie (São Paulo, SP):

No ano 60 ou 61 chega São Paulo a Roma como prisioneiro, e passa dois anos na capital do Império, com permissão da polícia romana de receber visitas. De fato, numerosos cristãos o visitam. Estabelece-se vivo intercâmbio de correspondência entre o “prisioneiro de Cristo” em Roma e as numerosas Igrejas cristãs da Ásia Menor e do sul da Europa por ele fundadas. **Paulo, na prisão, escreve diversas cartas**, aos cristãos de Filipos, de Éfeso, de Colossos, a seu amigo Filêmon, mencionando os nomes de seus colaboradores e amigos em Roma – e mais uma vez, **nenhuma referência a Pedro, que, por esse tempo, já devia ser bispo de Roma há quase vinte anos, segundo a teoria dos teólogos romanos de hoje**. Por que não visita Pedro, o grande confessor de Cristo na prisão? A resposta é simples, embora nada “romana”: porque Pedro não estava em Roma, nem era conhecido dos cristãos da capital do Império. ⁽⁷⁶⁾

Se, por um acaso, Pedro estivesse mesmo

vivendo em Roma, apesar de não existir nenhuma prova disso, o motivo de não ter visitado Paulo não pode ser outro, senão o de que ele se acovardou, igual a quando, por ocasião da prisão de Jesus, ele o nega por três vezes.

Logo que chegou a Roma, Paulo convocou uma reunião com os principais dos judeus, conforme citado no passo:

*Atos 28,16-17: “E, logo que chegamos a Roma, o centurião entregou os presos ao general dos exércitos; mas a Paulo se lhe permitiu morar sobre si à parte, com o soldado que o guardava. E aconteceu, que, três dias depois, **Paulo convocou os principais dos judeus**, e, junto eles, lhes disse: 'Varões irmãos, não havendo eu feito nada contra o povo, ou contra os ritos paternos, vim, contudo, preso desde Jerusalém, entregue nas mãos dos romanos;”*

Com isso, fica provado que Paulo, apesar de preso, em prisão domiciliar, recebia normalmente visitas; conseguiu até convocar os principais dos judeus para uma reunião a fim de lhes explicar o que havia acontecido. O nome de Pedro, o suposto papa, sequer é citado; então, a afirmação de Rohden é

exata; Pedro realmente não estava em Roma.

Segundo a tradição, Pedro morreu em Roma, no ano de 64, provavelmente vítima da perseguição de Nero, crucificado de cabeça para baixo; mas, por que não aconteceu a ele o mesmo que a Paulo? Veja: *“Na noite seguinte, **o Senhor aproximou-se de Paulo** e lhe disse: 'Tenha confiança. Assim como você deu testemunho de mim em Jerusalém, é preciso que também **dê testemunho em Roma**'.”* (Atos 23,11), fato que coloca Paulo, um subordinado, recebendo uma orientação direta de Jesus, o que não aconteceu com o seu superior: o suposto papa.

E já que mencionamos suas cartas, seria útil analisá-las. É sabido que, no Novo Testamento, existem duas cartas atribuídas a Pedro, o papa, pela ordem, o primeiro. Considerando que um líder deveria estar sempre em contato com aqueles que lhe são subordinados, essa quantidade de cartas é extremamente insignificante, especialmente se levarmos em conta que existem treze cartas, cuja autoria é atribuída a Paulo, ou seja, Paulo (sob ordens de Pedro?) escreve mais carta que o “papa”. E, mais importante ainda, Paulo expõe seus próprios

pontos de vista, e não os do “papa”.

Entretanto, as coisas não são tão simples assim, pois, sobre a autoria dessas cartas “há controvérsias”. É o que veremos das explicações que na ***Bíblia Sagrada - Ave-Maria***, encontramos sobre elas.

A primeira de Pedro é uma carta **escrita em estilo tão semelhante ao de São Paulo**, que se supõe redigida por Silvano, discípulo de Paulo, que se tornara colaborador de Pedro, e que é mencionado nesta carta, no cap. 5,12. [...].

A segunda de Pedro, que parece ter sido redigida por outro secretário que o da primeira, **aproxima-se muito estritamente da epístola de JUDAS**. [...]. ⁽⁷⁷⁾

Realmente, quem lê a primeira carta de Pedro tem aquela impressão de que “já leu isso antes”. É fácil, encontrarmos em Paulo a semelhança entre elas. Justificar isso por conta de que foi redigida por um discípulo de Paulo, Silvano, que se tornara colaborador de Pedro, não resolve a questão, pois aí teremos que admitir que esse escritor colocou os pensamentos de Paulo e não de Pedro, o que nos

fará voltar à estaca zero.

Quanto à segunda carta, afirmam aproximar-se muito da epístola de Judas. Como àquela época pessoas copiavam as cartas e mudando o nome do autor, para distribuí-las junto a comunidades cristãs, fica difícil aceitar pacificamente que essas duas cartas são de autoria de Pedro. Veja o que diz o renomado teólogo Ehrman, em **O Que Jesus disse? O Que Jesus Não disse? - Quem Mudou a Bíblia e Por Quê:**

Por exemplo, Orígenes, um padre da Igreja do século III, uma vez registrou a seguinte queixa acerca das cópias dos Evangelhos de que dispunha:

As diferenças entre os manuscritos se tornaram gritantes, ou pela negligência de algum copista ou pela audácia perversa de outros; ou eles descuidam de verificar o que transcrevem ou, no processo de verificação, acrescentam ou apagam trechos, como mais lhes agrada” (EHRMAN, 2006, p. 62).

[...] Copistas associados à tradição *ortodoxa* muito frequentemente alteravam os textos, às vezes, para eliminar a possibilidade de serem “mal usados” por cristãos que afirmavam crenças heréticas, outras, para torná-los mais adequados

às doutrinas esposadas pelos cristãos de seu próprio grupo. ⁽⁷⁸⁾

O que será que não fizeram com as cartas de Pedro? E se não houver nenhuma, como justificariam sua condição de líder máximo dos cristãos daquela época? Tomemos da ***Bíblia Sagrada - Santuário***, a seguinte explicação:

Temos duas cartas, **cujo autor se declara ser o apóstolo Pedro** (cf. 1 e 2Ped 1,1-2). Quanto à 1ª Carta, todos os críticos estão de acordo ser ela do Pescador da Galiléia, ainda que o seu redator foi Silvano (cf. 1Ped 5,12). Pedro não devia dominar muito o grego. Não admira, pois, que recorresse ao uso frequente de servir-se de um secretário. Mas esta 1ª Carta de Pedro vai ainda mais além. É um espelho da pregação pascal-batismal e da catequese da Igreja de Roma, onde foi escrita (cf. 1Ped 5,13 nota). [...].

Quanto à 2ª Carta, **ainda que se apresente como da autoria de Pedro (cf. 1,1), já desde tempos antigos se discute acerca do seu verdadeiro autor**. Com efeito, ela parece ter sido escrita numa época tardia, depois da destruição de Jerusalém, quando muitos cristãos começavam a perder as esperanças na 2ª Vinda de Cristo (cf. 2Ped 1,19-21 nota; 3,1-16; 3,4 nota). A primeira geração cristã já tinha morrido. Os nossos pais morreram (2Ped 3,4), e já existia uma coleção das

cartas paulinas, que alguns interpretavam a seu gosto (3,15-16 nota). **Tudo isto dá a entender que a carta foi escrita depois da morte de Pedro, que a tradição situa no ano 67.** O autor da carta deve ter sido um dos seus discípulos romanos, que, adotando um uso muito corrente, se cobriu com o nome do seu mestre. O problema não está de todo resolvido, mas esta é a opinião mais comum. Apesar disso, a carta é inspirada, pertence aos escritos sagrados do NT. E, portanto, Palavra de Deus. ⁽⁷⁹⁾

Ainda estamos na dúvida se a primeira carta não foi escrita apenas para tentar provar que Pedro vivia em Roma, considerada a cidade-sede do papado. Em relação à segunda, a observação coloca em xeque-mate a sua autoria como sendo de Pedro. É o que se pode ver nesta explicação constante da ***Bíblia de Jerusalém***:

Duas epístolas católicas **se apresentam como escritas por são Pedro.** A primeira, que traz no endereço o nome do príncipe dos apóstolos (1,1), foi recebida sem contestação desde os primórdios da Igreja; citada provavelmente por Clemente de Roma e certamente por Policarpo, é atribuída explicitamente a são Pedro a partir de Ireneu. O apóstolo escreve de Roma (Babilônia 5,13), onde se encontra em companhia de Marcos, que chama de “seu filho”. **Embora sejam muito poucas as**

informações que temos a respeito do fim de sua vida, uma tradição muito segura afirma, com efeito, que ele se transferiu para a capital do império, onde morreu mártir no tempo de Nero (em 64 ou 67?). Escreve aos cristãos “da Diáspora”, especificando os nomes de cinco províncias (1,1), que representam praticamente o conjunto da Ásia Menor. O que diz do passado deles (1,14.18; 2,9s; 4,3) sugere que são convertidos do paganismo, embora não se exclua a presença de judeu-cristãos entre eles. É por isso que lhes escreve em grego; e, se este grego, simples, mas correto e harmonioso, parece de qualidade boa demais para o pescador galileu, conhecemos o nome do discípulo secretário que pode tê-lo assistido na redação: Silvano (5,12), comumente identificado como antigo companheiro de são Paulo (At 15,22+).

[...].

Outra dificuldade levantada contra a autenticidade da epístola é o uso considerável que parece fazer de outros escritos do NT, sobretudo de Tg, Rm e Ef; fato tanto mais surpreendente, porque o Evangelho parece pouco utilizado. Mas as reminiscências evangélicas são numerosas, apesar de permanecerem discretas; se fossem mais destacadas, **não faltaria quem dissesse que algum pseudônimo tentou desta forma fazer-se passar por Pedro.** Quanto aos contatos com Tiago e Paulo, não se deve exagerar. Não aparece na epístola nenhum dos temas especificamente paulinos (valor transitório da Lei judaica, Corpo de

Cristo etc.). E muitos dos que são considerados também como “paulinos”, porque nos são conhecidos, sobretudo através das epístolas de Paulo, de fato são apenas patrimônio comum da primeira teologia cristã (valor redentor da morte de Cristo, fé e batismo etc.). Os trabalhos da crítica reconhecem sempre mais a existência de formulários de catequeses primitivas, de florilégios de textos do AT, que podem ter sido utilizados paralelamente pelos diversos escritos em questão, sem que tenha havido entre eles dependência direta. Se, apesar disso, resta certo número de casos nos quais 1Pd parece de fato ter-se inspirado em Rm ou Ef, podemos admiti-lo **sem rejeitar a autenticidade; são Pedro não possuía a envergadura teológica de são Paulo e pode muito bem ter recorrido aos escritos deste último, sobretudo ao dirigir-se, como neste caso, a círculos de influência paulina.** Além disso, não se deve esquecer que seu secretário Silvano era discípulo de ambos os apóstolos. Enfim, é justo assinalar, ao lado destas afinidades com os escritos paulinos, as semelhanças que certos intérpretes julgam ter descoberto entre 1Pd e outros escritos de cunho petrino, tais como o segundo evangelho ou os discursos de Pedro nos Atos.

A carta deve ser anterior à morte de Pedro (64 ou 67), mas talvez só alguns anos mais tarde é que Silvano a deu por terminada, segundo as diretrizes de Pedro e sob a sua autoridade. Isto seria até mesmo provável, se se constatasse que a epístola é compósita, combinando fragmentos diversos, entre os quais uma homilia de origem

batismal (1,13-4,11). **Mas essas distinções não conseguem ultrapassar o nível da conjectura.**

[...].

Não há dúvida de que também a segunda epístola se apresenta como sendo de são Pedro. Não apenas no endereço (1,1) o apóstolo põe seu nome, mas ainda alude ao anúncio de Jesus a respeito de sua morte (1,14), e afirma ter sido testemunha da transfiguração (1,1 6-18). Enfim, faz alusão a uma primeira carta (3,1), que deve ser 1Pd.

Se escreve segunda vez aos mesmos leitores, é com dupla finalidade: pô-los de sobreaviso contra os falsos doutores (2) e responder à inquietação causada pela demora da parusia (3). Rigorosamente falando, podemos imaginar estes falsos doutores e esta inquietação desde o fim da vida de são Pedro. **Mas há outras considerações que põem em dúvida a autenticidade e sugerem data mais tardia.** A linguagem apresenta notáveis diferenças em relação a 1Pd. Todo o cap. 2 é retomado, livre, mas patente, da epístola de Judas. A coleção das epístolas de Paulo parece já formada (3,15s). O grupo apostólico é posto em paralelo com o grupo profético, e o autor fala como se não fizesse parte deles (3,2). Estas dificuldades autorizam certas dúvidas que surgiram desde a antiguidade. Não apenas o uso da epístola não é atestado com certeza antes do séc. III, mas também **alguns a rejeitavam, como o testemunham Orígenes, Eusébio e Jerônimo.** Além disso, **muitos críticos modernos recusam-se, por sua vez, a atribuí-la a são Pedro, e é**

difícil não lhes dar razão. Mas se um discípulo posterior se valeu da autoridade de Pedro, pode ser que tivesse algum direito de o fazer; talvez porque pertencesse aos círculos que dependiam do apóstolo, ou então porque utilizasse escrito proveniente dele e o adaptasse e completasse com o auxílio de Jd. Isso não equivale necessariamente a cometer falsificação, pois os antigos tinham ideias diferentes das nossas sobre a propriedade literária e a legitimidade da pseudonímia. ⁽⁸⁰⁾

Seguem-se as dúvidas; nada é preciso; poucas são as informações disponíveis, deixando tudo em aberto para as suposições. Vejamos estas explicações inseridas na ***Bíblia do Peregrino***:

Autor

Na saudação, **o autor se apresenta como “Pedro, apóstolo de Jesus Cristo”**; no final diz que escreve da Babilônia, denominação intencional de Roma. Ao longo da carta se apresenta como ancião, testemunha ocular da paixão e glória de Cristo (5,1); cita, embora não verbalmente, ensinamentos de Cristo. A tradição antiga aceitou o dado desde muito cedo: 2Pd 3,1, Policarpo, Clemente.

Essa segurança diminuiu ante as objeções da crítica. Vamos repassá-las com as correspondentes respostas. Antes de tudo, **a linguagem e estilo gregos impróprios do pescador galileu.**

Responde-se que Silvano (5,12) redigiu o texto e não escreveu só o que era ditado. **A carta cita o AT na versão dos Setenta, não em hebraico, e o tece suavemente com seu pensamento.** Responde-se que os destinatários falavam ou conheciam o grego. Faltam as lembranças pessoais de um companheiro íntimo de Jesus. Responde-se que a pessoa de Jesus Cristo está presente e domina a carta, seus ensinamentos ressoam já assimilados: comparar 1,13 com Lc 12,35; 2,12 com Mt 5,16; 3,9 com Mt 5,44; 3,14 com Mt 5,10; 4,14 com Lc 6,22. **O autor conheceu cartas de Paulo, inclusive Efésios (que é posterior).** Responde-se que uns paralelos são pouco convincentes, outros são tirados de um fundo litúrgico ou da pregação oral, **O nome de “Babilônia” não foi aplicado a Roma antes do ano 70.** Responde-se que o AT conhece o uso emblemático de Babel como poder hostil, e a hostilidade romana não começou, mas culminou em 70. A perseguição referida (cf 4,12) e a **declaração “ser cristão é crime” começaram no tempo de Domiciano (81-96).** Responde-se que já Nero perseguiu os cristãos e houve outras perseguições locais. A função de “anciãos” na comunidade é posterior. Responde-se que Atos documenta o fato como mais antigo e é uma simples transposição do uso judaico. É irrazoável que escreva a igrejas da Ásia que não havia fundado nem visitado, e onde a perseguição não chegava. Responde-se que os cristãos tiveram de sofrer em toda parte.

O balanço da argumentação deixa a solução indefinida, e os comentaristas se dividem em

dois grupos: a) O autor é Pedro, ancião e, talvez, prisioneiro, próximo da morte; escreve uma espécie de testamento, cordial, muito sentido. Seu tema principal é a necessidade e o valor da paixão do cristão, a exemplo de Cristo e em união com Ele. Confia a redação a Silvano. b) A carta é pseudônima. O autor é um desconhecido do círculo de Pedro, que em tempos difíceis quer animar outros fiéis, e para isso se vale do nome de Pedro. Alguns traços hábeis lhe servem para tornar verossímil a ficção.

Os destinatários eram pagãos convertidos, como mostram as referências de 1,14.18 e 4,3.

Data

Se é Pedro, teve de ser antes de 67, data limite do seu martírio. Se é um discípulo de outra geração, seria durante a perseguição de Domiciano (95-96). ⁽⁸¹⁾

Esses comentários são interessantes, porquanto coloca os dois lados da moeda, deixando o leitor informado das dificuldades em tê-la ou não como uma carta autêntica de Pedro. Na **Bíblia Sagrada - Vozes**, lemos:

PRIMEIRA EPÍSTOLA DE SÃO PEDRO

O autor da epístola se apresenta como “Pedro, apóstolo de Jesus Cristo” (1,1), “testemunha dos sofrimentos de Cristo” (5,1). Os

Santos Padres confirmam unanimemente esta autoria. **Ultimamente alguns especialistas negam que Pedro seja o autor em razão da linguagem grega elegante, da teologia paulina, do aparente desconhecimento da vida de Jesus e do ambiente tardio que parece refletir. Os argumentos levantados contra a autenticidade, embora não sejam decisivos, colocam seriamente em dúvida a autoria petrina da epístola.** É possível, contudo, que Pedro tenha escrito “por meio de Silvano” (5,12), nome latino de Silas (cf. At 15,22.40; 18,5; 2Cor 1,19). Sendo autêntica, a epístola foi escrita em Roma (cf. 5,13) entre 64-67, antes da morte do apóstolo. Não sendo autêntica, poderá ter sido escrita entre 70 e 110 d.C.

[...].

SEGUNDA EPÍSTOLA DE SÃO PEDRO

O autor se identifica como “Simão Pedro” (1,1) e “testemunha” de Cristo (1,16-18). Mas, ao contrário da 1Pd que foi logo aceita como autêntica e canônica, **sobre a 2Pd já na Igreja antiga pairaram dúvidas devido à grande diferença de linguagem entre as duas epístolas.** A tardia aceitação da epístola pelas igrejas orientais e ocidentais (séc. V/VI) e a sua dependência da epístola de Judas, composta após a morte de S. Pedro, **levou a maioria dos exegetas a negar a autenticidade da 2Pd.**

O autor é um cristão de origem judaica (1,16; 2,1.18), bom helenista, mas distinto do autor da 1Pd, pois a linguagem e o gênero literário são diferentes. A carta foi escrita entre os anos 70 e

125 d.C. Os leitores da carta são os mesmos da 1Pd, pertencentes às comunidades da Ásia Menor e todos eles cristãos (1,1). Os hereges combatidos parecem ser os mesmos visados pela epístola de Judas: gnósticos libertinos que, a pretexto de possuírem o Espírito, desprezam as leis morais (2,1-3,3) e negam a parusia (3,4-10).

O autor apresenta o seu escrito como um testamento espiritual de Pedro (cf. 1,13-15): cômico de sua morte por revelação divina (1,14), o apóstolo recorda os ensinamentos do passado (1,12s; 3,1) e as razões para neles acreditar (1,16-21; 3,2s); anuncia a vinda próxima de propagadores do erro (2,1-21; 3,3s), contra os quais adverte os leitores por escrito (1,15). Contra tais erros é necessário ser fiel à palavra apostólica (3,15s) e profética, produzidas pelo Espírito Santo (1,12-21). ⁽⁸²⁾

Vê-se que quase todas as explicações dão-nos conta da dúvida a respeito da autoria; umas são taxativas quanto a isso, outras saem pela linha do “provavelmente”, sem darem uma posição definitiva; talvez, seja por falta de dados, mas poderá também ser a fim de se manter a crença na Bíblia como um livro totalmente inspirado.

Leiamos, em **Lampejos Evangélicos**, isto que Rohden escreveu:

Quando alguém é eleito presidente da República, é de supor que ele tenha conhecimento desse fato. Se o apóstolo Pedro foi de fato nomeado por Jesus chefe supremo da Igreja, é de crer que ele tenha tido ciência disso. Vejamos se isso acontece. Temos do apóstolo Pedro duas cartas que fazem parte do Novo Testamento. Peço aos meus leitores que examinem cuidadosamente essas cartas do “primeiro papa”, escritas cerca de vinte anos após sua pretensa nomeação. Não há nesses documentos o mais ligeiro vestígio que denote supremacia pontifícia. O autor considera-se cristão entre cristãos, fala como irmão a irmãos, igual a iguais. Não dá ordens, preceitos, mandamentos de superior a inferiores. Pedro ignora evidentemente a dignidade que, a partir do século quarto, lhe foi atribuída por alguns historiadores eclesiásticos interessados em centralizar o governo da Igreja na capital do Império Romano. Numa dessas cartas, diz o autor que a escreveu em “Babilônia”.⁽⁸³⁾

Fica aí mais uma judiciosa observação de Rohden.

Mas que ironia, pois, sendo verdadeira a primeira carta de Pedro, então temos nela essa colocação deveras interessante:

1 Pedro 5,1-4: *“Exorto aos presbíteros que estão entre vós, **presbítero eu como eles,***

*testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que há de se revelar. Apascentai **o rebanho de Deus que vos foi confiado**, cuidando dele, não obrigados, mas de boa vontade, segundo Deus, nem por lucro sórdido mas com prontidão de ânimo, não como tiranos, que dominam sobre seu quinhão, mas como modelos para o rebanho. Assim, ao aparecer o Pastor Soberano, receberéis a coroa imarcescível da glória.”*

Aqui Pedro, o suposto papa, se coloca em igualdade de condições com os presbíteros, os chefes das comunidades cristãs da época. Aliás, as recomendações dele seriam muito bem-vindas aos tempos atuais, diante do que vemos alguns líderes fazerem por aí.

Agora, sim, vamos buscar responder a pergunta que fizemos anteriormente: Mas será que Pedro não tinha nenhum lugar de destaque?

Na época em que Jesus estava vivo, Pedro, Tiago e João, sempre estavam ao seu lado nos acontecimentos importantes, como, por exemplo, em sua transfiguração no Monte Tabor, quando da materialização dos espíritos Moisés e Elias (Mateus 17,1-9; Marcos 9,2-10 e Lucas 9,28-36); quando da

ressurreição da filha de Jairo (Marcos 5,37; Lucas 8,51), que, segundo nos parece, foram os doadores das energias necessárias à produção de tais eventos. E, ainda, diante do Getsêmani, eles, embora dormindo, estavam junto ao Mestre. Foram os primeiros discípulos a serem escolhidos por Jesus; e isso, certamente, os deixava com um certo “poder de liderança” sobre os demais.

Só encontramos algo semelhante em Paulo; leiamos:

*Gálatas 2,1-9: “Em seguida, quatorze anos mais tarde, subi novamente a Jerusalém com Barnabé, tendo tomado comigo também Tito. Subi em virtude de uma revelação e expus-lhes - em forma reservada **aos notáveis** - o evangelho que proclamo entre os gentios, a fim de não correr, nem ter corrido em vão. [...] E por parte dos que eram tidos por **notáveis - o que na realidade eles fossem não me interessa**: Deus não faz acepção de pessoas - de qualquer forma, os notáveis nada me acrescentaram. Pelo contrário, vendo que a mim fora confiado o evangelho dos incircuncisos como a Pedro o dos circuncisos - pois aquele que operava em Pedro para a missão dos circuncisos operou também em*

*mim em favor dos gentios - e conhecendo a graça em mim concedida, **Tiago, Cefas e João, os notáveis tidos como colunas**, estenderam-nos a mão, a mim e a Barnabé, em sinal de comunhão: nós pregaríamos aos gentios e eles aos da Circuncisão”.*

Aqui vemos a participação de Pedro (Cefas) como um dos notáveis, ou seja, como um dos principais da comunidade cristã da época. Paulo, falando deles, diz que o que eles fossem não lhe interessava. Mas é muito curioso, pois prova que não havia papa, mas que três pessoas exerciam a liderança do movimento cristão, com a particularidade do nome de Tiago, ter sido citado em primeiro lugar; esse, sim, quem sabe, não seria ele a quem se poderia chamar de primeiro papa?

Em Atos, o próprio Pedro falou que ele havia sido escolhido para levar o evangelho aos gentios (Atos 15,7). Será que Pedro demonstrou incompetência nisso, pois, segundo Gálatas 2,9, quem pregava aos gentios era Paulo e não Pedro, cuja tarefa ficou sendo a de pregar aos judeus (aos da circuncisão). Mais ainda: se a Pedro foi confiada a missão dos circuncisos, como foi eleito papa dos

incircuncisos?

E, na sequência, desse passo de Paulo, vamos ver mais uma curiosidade:

*Gálatas 2,11-14: Mas quando Cefas veio a Antioquia, eu o **enfrentei abertamente, porque ele se tornara digno de censura.** Com efeito, **antes de chegarem alguns vindos da parte de Tiago**, ele comia com os gentios, mas, quando chegaram, ele se subtraía e andava retraído, com medo dos circuncisos. Os outros judeus começaram também a fingir junto com ele, a tal ponto que até Barnabé se deixou levar pela sua hipocrisia. Mas quando **vi que não andavam retamente segundo a verdade do evangelho, eu disse a Pedro diante de todos: se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, por que forças os gentios a viverem como judeus?***

Se Pedro fosse mesmo o primeiro papa, aqui o teríamos numa situação bastante constrangedora, quando leva um tremendo “sabão” de Paulo, um subordinado. E pior, foi incriminado de agir com hipocrisia. Para um notável, tudo bem; mas, se ele fosse mesmo o papa, seria muito estranha a advertência de Paulo. Além disso, se não andava

retamente, segundo a verdade do evangelho, conforme o acusa Paulo, com que autoridade iria pregá-lo? E se aqui percebemos alguém exercendo alguma autoridade, certamente é Tiago, pois no texto diz-se que ele enviou algumas pessoas a Antioquia, coisa própria de um líder.

Em outras ocasiões, também, não se percebe nenhuma liderança de Pedro:

*Atos 6,1-5: “Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então **os Doze convocaram uma assembleia geral dos discípulos**, e disseram: 'Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas. Irmãos, é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra'. A proposta agradou a toda a assembleia.”*

Atos 9,26-28: “Saulo chegou a Jerusalém, e procurava juntar-se aos discípulos. Mas todos

*tinham medo dele, pois não acreditavam que ele fosse discípulo. Então **Barnabé tomou Saulo consigo, o apresentou aos apóstolos**, e lhes contou como Saulo no caminho tinha visto o Senhor, como o Senhor lhe havia falado, e como ele havia pregado corajosamente em nome de Jesus na cidade de Damasco. Daí em diante Saulo ficou em Jerusalém com eles, e pregava corajosamente em nome do Senhor”.*

*Atos 14,23: “Os apóstolos [Paulo e Barnabé] **designaram** anciãos para cada comunidade; rezavam, jejuavam e os confiavam ao Senhor, no qual haviam acreditado”.*

*Atos 14,27-28: “Quando chegaram a Antioquia [Paulo e Barnabé], **reuniram a comunidade e contaram tudo** o que Deus havia feito por meio deles: o modo como Deus tinha aberto a porta da fé para os pagãos. E passaram então algum tempo com os discípulos”.*

Em todas essas passagens não há a mínima ideia de que Pedro liderava alguma coisa.

Houve, no princípio do cristianismo, uma divergência por conta do ritual da circuncisão; poderíamos chamá-la de conflito em Antioquia. Uns achavam que deveria ser feita nos pagãos, enquanto

outros diziam não ser ela necessária; leiamos:

Atos 15,1-5: “Chegaram **alguns homens da Judeia** e doutrinavam os irmãos de Antioquia, dizendo: ‘**Se não forem circuncidados**, como ordena a Lei de Moisés, vocês não poderão salvar-se.” **Isso provocou alvoroço e uma discussão muito séria deles com Paulo e Barnabé**. Então ficou decidido que Paulo, Barnabé e mais alguns iriam a **Jerusalém para tratar dessa questão com os apóstolos e anciãos**. Com o apoio e solidariedade da igreja de Antioquia, eles atravessaram a Fenícia e a Samaria. Contaram sobre a conversão dos pagãos, e deram uma grande alegria a todos os irmãos. Quando chegaram a **Jerusalém**, foram acolhidos pela igreja, pelos apóstolos e anciãos, e contaram as maravilhas que Deus tinha realizado por meio deles. Contudo, **algumas pessoas do grupo dos fariseus**, que tinham abraçado a fé, intervieram para **sustentar que era preciso circuncidar os pagãos** e mandar que seguissem a lei de Moisés.’”

O pivô dessa divergência foi Paulo e Barnabé. Por seguirem as orientações de Jesus, não admitiam que tal ritual fosse praticado aos pagãos recém-convertidos, contra alguns homens da Judeia, que

queriam impor a circuncisão àqueles que se convertiam ao cristianismo. Interessante é que Paulo, judeu por nascimento, anteriormente fiel cumpridor dos preceitos de Moisés, foi quem defendeu que não havia necessidade da circuncisão.

Paulo, querendo as coisas claras, decide, então, ir a Jerusalém tratar dessa questão com os apóstolos e anciãos. Uai! Por que não foi tratar com o papa? Ele não seria a pessoa responsável pela liderança do movimento cristão? Por outro lado, se tinham desavenças desse tipo é porque não havia definição como fazer. De duas uma: ou não havia um líder que orientasse o grupo, ou havia, mas ele foi incompetente ou, quem sabe, não inspirado, para não prever isso.

Instalada a assembleia, o denominado Concílio de Jerusalém, formou-se um grande alvoroço; aí aparece Pedro, que toma a palavra:

Atos 15,6-12: ***“Reuniram-se então os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema. Tornando-se acesa a discussão, levantou-se Pedro e disse: ‘Irmãos, vós sabeis que desde os primeiros***

*dias, aprovou a Deus, entre vós, que por minha boca ouvissem os gentios a palavra da Boa Nova e abraçassem a fé. Ora, o conhecedor dos corações, que é Deus, deu testemunho em favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo assim como a nós. Não fez distinção alguma entre nós e eles, purificando seus corações pela fé. Agora, pois, por que tentais a Deus, impondo ao pescoço dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem mesmo nós pudemos suportar? Ao contrário, é pela graça do Senhor Jesus que nós cremos ser salvos, da mesma forma que eles. **Então, toda a assembleia silenciou.** E passaram a ouvir Barnabé e Paulo narrando quantos sinais e prodígios Deus operara entre os gentios por meio deles.”*

Pela narrativa, vê-se que o suposto papa não foi quem convocou esse “Concílio”; o relato apenas diz que “reuniram-se então os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema”, fato que prova que Pedro não exercia autoridade alguma. Como se instalou uma verdadeira balbúrdia, aí sim, ele toma a palavra e fala, fato que fez “toda a assembleia silenciar” e, depois disso, passa a ouvir Paulo e Barnabé. O que Pedro fez não foi usar de alguma suposta autoridade mas, apenas, botar ordem na

casa; nada, portanto, como pensam algumas pessoas, de que eles o tinham ouvido silenciosamente no sentido de aprovar alguma decisão, pois a discussão mal havia começado; faltava ainda a fala de Paulo e Barnabé e também a de Tiago; este, sim, quem deu o parecer final.

Há, ainda, uma certa confusão entre algumas pessoas, porquanto acham que Pedro havia sido escolhido para papa, usando da expressão “*aprove a Deus*” ou “*Deus me escolheu*” (Atos 15,7), em outras traduções bíblicas. Só que, nesse passo, apenas se diz que Pedro foi escolhido para pregar aos pagãos, não que teria sido escolhido papa!

Pedro não agiu como sendo uma autoridade. Ele apenas deu a sua opinião pessoal sobre o assunto em pauta, a qual não foi, portanto, a deliberação final; inclusive, porque, como vimos, depois dele ainda falaram Paulo e Barnabé (Atos 15,12) para, então, aí, sim, Tiago tomar a decisão, que foi acatada por todos. Se alguém aqui agiu como papa, foi, pois, certamente, Tiago. Leiamos:

Atos 15,13-21: *Quando acabaram de falar,*

Tiago tomou a palavra e disse: “Irmãos, escutai-me! Simão acabou de explicar como Deus, logo de início, se dignou separar dentre os pagãos um povo consagrado a Ele. Isto concorda com a palavra dos profetas, porque está escrito: Depois disso, voltarei e reconstruirei a tenda arruinada de Davi. Reedificarei as suas ruínas e as reerguerei. Os outros homens irão procurar o Senhor, como também as nações que foram consagradas pela invocação de meu Nome. Assim fala o Senhor, que faz essas coisas conhecidas desde os tempos mais antigos. **Julgo, por isso, que deixeis de molestar os que se convertem do paganismo para Deus.** Basta lhes escrever que não se contaminem com a idolatria ou uniões ilegais, nem tampouco comendo sangue ou carne de animais estrangulados. Porque desde muito tempo a Lei de Moisés está sendo lida e proclamada todos os sábados nas sinagogas de cada cidade.”

O início do discurso de Tiago põe por terra toda e qualquer suposição de que Pedro tenha, naquele Concílio, evocado, para si, algum tipo de autoridade. A opinião de Tiago “*julgo, por isso, que deixeis de molestar os que se convertem do paganismo para Deus*” foi a aceita, e dela surgiu a carta que deveria

ser levada a todos:

Atos 15,22-29: “Então **os apóstolos e os anciãos, de acordo com toda a comunidade de Jerusalém, resolveram escolher alguns da comunidade** para mandá-los com Paulo e Barnabé para Antioquia. Escolheram Judas, chamado Bársabas, e Silas, que eram muito respeitados pelos irmãos. Através deles enviaram a seguinte carta: 'Nós, os apóstolos e os anciãos, irmãos de vocês, saudamos os irmãos que vêm do paganismo e que estão em Antioquia e nas regiões da Síria e da Cilícia. Ficamos sabendo que alguns dos nossos provocaram perturbações com palavras que transtornaram o espírito de vocês. Eles não foram enviados por nós. Então decidimos, de comum acordo, escolher alguns representantes e mandá-los até vocês, junto com nossos queridos irmãos Barnabé e Paulo, homens que arriscaram a vida pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, estamos enviando Judas e Silas, que pessoalmente transmitirão a vocês a mesma mensagem. Porque decidimos, o Espírito Santo e nós, não impor sobre vocês nenhum fardo, além destas coisas indispensáveis: abster-se de carnes sacrificadas aos ídolos, do sangue, das carnes sufocadas e das uniões ilegítimas. Vocês farão bem se evitarem essas coisas.

Saudações!"

Quem dá o parecer final é Tiago, pois, depois dele, ninguém mais falou; inclusive a sua recomendação verbal, feita na assembleia, constou da carta. Ele apenas concorda com Pedro na questão deste ter sido enviado a pregar às nações pagãs; não porque estava assinando em baixo naquilo que Pedro havia falado. Pensar de outra forma é iludir-se. Em **Paulo, o 13º Apóstolo**, diz-nos Renan:

Tiago, ao contrário, tornou-se para o partido judaico-cristão o chefe de toda a cristandade, o bispo dos bispos, o presidente de todas as boas igrejas, das que verdadeiramente foram fundadas por Deus. [...]. ⁽⁸⁴⁾

Também não apresenta nenhuma decisão de Pedro nessa questão. Foram os apóstolos e anciãos, de comum acordo com a comunidade, que mandaram a carta (Atos 15,22), fato que também pode ser confirmado com o passo: *“Percorrendo as cidades, Paulo e Timóteo **transmitiam as decisões que os apóstolos e anciãos de Jerusalém haviam tomado**, e recomendavam que fossem*

observadas” (Atos 16,4). O que novamente prova que Pedro não exercia nenhuma autoridade e nem mesmo presidiu a esse “Concílio”.

Podemos, inclusive, voltar um pouco mais atrás, no livro de Atos (12,1-17), e veremos que Pedro, depois de ter sido solto da prisão em que Herodes o colocara, pede para que Tiago seja informado disso (Atos 12,17), reafirmando, mais uma vez, quem era o líder.

Em 58, em sua carta aos romanos, Paulo fala desse assunto; ao que parece, ainda não totalmente resolvido:

Romanos 2,25-29: “A circuncisão é útil quando você pratica a Lei; mas, se você desobedece à Lei, é como se não estivesse circuncidado. Se um pagão não circuncidado observa os preceitos da Lei, não será tido como circuncidado, ainda que não o seja? E o pagão que cumpre a Lei, embora não circuncidado fisicamente, julgará você que desobedece à Lei, embora você tenha a Lei escrita e a circuncisão. De fato, aquilo que faz o judeu não é o que se vê, nem é a marca visível na carne que faz a circuncisão. Pelo contrário, o que faz o judeu é aquilo que está escondido, e

circuncisão é a do coração; e isso vem do espírito e não da letra da Lei. Tal homem recebe aprovação, não dos homens, mas de Deus.”

Nessa época supõe-se que Pedro estava residindo em Roma. Não teria ele seguido as orientações promanadas do “Concílio de Jerusalém”, acontecido, como sabemos, no ano de 49?

Nesse apanhado, seria interessante conferir a opinião de uma pessoa de indiscutível capacidade intelectual que foi Rui Barbosa (1849-1923). Ao traduzir o livro de Janus (1799-1890), **O Papa e o Concílio**, ele fez uma Introdução tão longa que se igualou à própria obra teológico-literária. Disse então o nobre jurisconsulto, advogado, escritor, orador, jornalista e político brasileiro:

Os que buscam vincular a Pedro a soberania do papa começaram esquecendo a primeira manifestação coletiva da Igreja cristã, o concílio de Jerusalém, tipo necessário de todos os outros, no qual a preponderância na definição do ponto controvertido coube, não ao apelidado *príncipe dos apóstolos*, mas a Tiago, bispo da cidade, irmão do Senhor. ⁽⁸⁵⁾

Nem é esse unicamente o lance, em que os

livros santos depõem contra a pretensão da infalibilidade personificada em Pedro. As epístolas de Paulo testemunham que esse principado nunca teve realidade entre os primeiros seguidores do Cristo, e que a fé do apóstolo dos judeus não era menos frágil que a dos outros pregadores da boa nova. (66)

Essa primeira decisão conciliar da cristandade transmitiu-se às igrejas da Síria, Antioquia e Cilícia em nome dos “apóstolos, anciãos e irmãos” (*apostoli, seniores, fratres*), sem que a individualidade particular de Pedro fosse ao menos mencionada ali. ⁽⁸⁶⁾ As recordações democráticas dos tempos subseqüentes ao Crucificado não podem, porém, tolher o desembaraço a uma seita que, para levar a bom êxito seus planos temporais, não hesitou nunca diante de nenhuma alteração da verdade histórica.

Roma nem pela Antiguidade, sequer, podia a princípio prevalecer sobre as outras sés. Antecederam-na as de Jerusalém, Éfeso, Antioquia e Corinto. O título de apostólica, reservado hoje exclusivamente à daquela cidade, Tertuliano atesta-nos que se aplicava a todas as igrejas, quer instituídas pelos apóstolos, quer ramificações dessas. Pode-se, até, dizer que chegou a tocar indistintamente a todas as metrópoles episcopais ⁽⁸⁷⁾; e, ainda no século IV, os bispos orientais denominavam a Igreja de Jerusalém “mãe de todas as igrejas”. Essa fórmula de “saudação e bênção apostólica”, de que hoje Roma arroga a si o privilégio, não começou a baixar dali senão do século XI, cerca dos dias de Leão IX, para cá. Tal

é, pelo menos, o parecer de um dos mais famigerados Bolandistas, o jesuíta Papebroch; e, em todo o caso, a invenção de Martinus Polonus, que faz remontar esse uso da chancelaria eclesiástica aos tempos do bispo Cleto, no primeiro século, está hoje absolutamente desmentida.

Sob a unidade moral de uma adesão comum à fé cristã, cada Igreja nacional vivia e desenvolvia-se com autonomia completa. A par de Roma floresciam, com uma exuberância de seiva, com uma abundância de personalidades notáveis, com uma influência moral e real incomparavelmente maiores, as igrejas do Oriente, a de África, a das Gálias, a de Espanha. Nenhuma tributava preito de vassalagem aos bispos romanos. O título de papa, simples honraria então, dirigia-se indiferentemente a todos os diocesanos, como, ainda no século III, o endereçou o clero romano mesmo a S. Cipriano, bispo de Cartago. Nenhuma preeminência, portanto, de jurisdição, quanto mais de doutrina, lograva a capital da Itália; porque todos os distritos eclesiásticos eram membros independentes e iguais de uma comunhão superior, onde todos os chefes espirituais desvaneciam-se de “vigários de Cristo”. “As nossas numerosas igrejas”, dizia Tertuliano, “reputam-se todas a mesma igreja, a primeira de todas fundada *pelos apóstolos* e mãe de todas as demais. São todas apostólicas, e juntas não vêm a ser mais que uma só, pela comunicação da paz, pelo mútuo tratamento de *irmãos*, pelos vínculos de hospitalidade que enlaçam a todos os fiéis.” Tal era, em começos do século III, o caráter do catolicismo, definido por um dos mais célebres doutores, com a sanção tácita

de Zeferino, bispo de Roma, que o não contrariou.

O sistema eletivo era o meio de se proverem os cargos eclesiásticos praticados desde os apóstolos. ⁽⁸⁸⁾ Esse regime de sufrágio quase universal, em que eram co-participantes sacerdotes e leigos, fosse para a escolha dos prelados, fosse, até, para a designação dos diáconos, estendeu-se tanto, no seio da cristandade, pelos séculos adiante, que, ainda em princípios do século XII, nos deparava a Igreja gaulesa exemplos dessa democracia religiosa. Alma da vida eclesiástica nessa idade áurea da fé, o concurso do clero e do povo, ora efetuada a eleição por este e ratificada por aquele, ora iniciada a proposta pelos ministros e aceita pelos fiéis, – representava essa ideia fecunda, intimamente radicada no primitivo cristianismo, que atribui ao elemento leigo uma colaboração essencial no sacerdócio, e que nas assembleias conciliares daquela época lhe facultava lugar e voto. (70) Memora Eusébio que, falecendo Tiago, primeiro bispo de Jerusalém, “os apóstolos, discípulos e parentes do Salvador ainda vivos juntaram-se, para dar-lhe sucessor, e por unânime consentimento elegeram a Simeão”. ⁽⁸⁹⁾

Manteremos aqui somente as notas que ajudam no entendimento da transcrição, procedimento esse que adotaremos nas outras transcrições:

66 Os que forcejam por exaltar esse discípulo de Jesus acima dos demais, careciam cancelar primeiramente da Bíblia as epístolas do apóstolo das gentes. “Em nada tenho eu sido inferior **aos maiores** dentre os apóstolos”,

dizia ele: “porque, conquanto inapto em palavras, **não o sou, todavia, na ciência.**” **Imperitus sermone, sed non scientia.** II ad Corinth., XI, 5, 6. “São ministros do Cristo; **mais o sou eu.**” **Ministri Christi sunt; plus ego.** Id., 23. **Nihil enim minus fui ab iis qui sunt supra modum apostoli.** II ad Corinth., XII, 11.

E, se em nada estava abaixo dos mais excelentes apóstolos, se em sabedoria tinha-se por tão ilustre quanto os mais sábios, não é de Pedro que lhe viera essa excelência e ciência na fé, como seria de mister para que prevalecesse a opinião dos que adjudicam ao papa, como sucessor de Pedro, o **depositum fidei**. “O Evangelho, não o aprendi **de homem nenhum**, sim de Jesus Cristo, que mo revelou.” “**Neque enim ego ab homine accepi illud, sed per revelationem Iesu-Christi.**” **Ad. Galat., 1, 11.** E também **ad Ephes., III, 3.** O apostolado, encetou-o ele antes de visitar Jerusalém, e avistar-se com os apóstolos. “**Neque venimus Ierosolymam ad antecessores meos apostolos.**” **Ad Galat., 1, 17.** Verdade é que mais tarde ali veio ter, e achou-se com Cefas quinze dias; mas isso foi muitos anos depois, tendo já pregado na Arábia e em Damasco. **Ibid., 17, 18.**

Mais expressiva é ainda a história da sua segunda visita à cidade santa. Nessa ocasião não diz Paulo que Pedro lhe tivesse transmitido a graça, mas sim que este, com Tiago e João, reconheceram-na já existente nele. “**Et quum cognovissent gratiam quae data est mihi, Iacobus, et Cephas, et Johannes, qui videbantur columnae, dexteris dederunt mihi.**” **Ad. Galat., II, 9.** Deram-lhe as mãos em sinal de companhia, de irmandade, societatis. Que distância entre isso, entre essa fraterna associação de serviços, estabelecida sob um símbolo de igualdade, e a paternidade espiritual que arroga a si o pretense vigário de Cristo sobre o episcopado inteiro!

Paulo tanto a não reconhecia, que resistiu a Pedro **face a face**. “**In faciem ei restiti.**” **Ibid.**, 11. Por quê? Porque o achou **repreensível**. “**Quia reprehensibilis erat.**” **Ibid.** Viu que infringiam a verdade evangélica, e a Pedro exproboou, em público, deste modo: “Se tu, sendo judeu, vives como gentio, e não como judeu, por que obrigas os gentios a judaizar? **Cum vidissem quod non recte ambularent ad veritatem evangelii, dixi Cephae coram omnibus: Si tu, cum Judaeus sis, gentiliter vicis, et non judaece, quomodo gentes cogis judaezare?**” **Ibid.**, 14. Substituam Cefas por Pio IX; troquem Paulo por um bispo moderno; ponham-lhe depois na boca esse desabrimento; e digam, afinal, a que fica reduzida a infabilidade individual do papa.

70 No concílio de Elvira, o mais antigo de que há cânones, congregaram-se os bispos e os padres com o povo em comum **omni plebe**. O quarto cânion do quarto concílio de Toledo refere como, depois de entrarem e sentarem-se os bispos, depois de entrarem e sentarem-se atrás deles os padres, “**entraram por sua vez os leigos**”. No concílio de Orange, que constou de 13 padres e 9 leigos, todos, sem discrimine, subscreveram com as mesmas palavras: **consensi, ou consentiens subscripsi**. V. BORDAS-DUMOULIN e F. HUET: **Essais sur la réf. Cath.**, Paris, 1856 – Pág. 84. E tão valioso era o assentimento de qualquer membro, ainda leigo, dessa comunhão aniquilada hoje perante o papa infalível **sese, non autem ex consensu ecclesiae** que, no porfioso debate sobre a celebração da páscoa, Polycrates, bispo de Éfeso, na representação dirigida a Vítor, bispo de Roma, em nome das igrejas asiáticas, entre os nomes de apóstolos, mártires, bispos e doutores, que citava em apoio da praxe oriental, não hesitou em mencionar três mulheres, “filhas de Felipe, duas das quais envelheceram na virgindade, e a outra, inspirada do Espírito Santo, adormeceu em Éfeso”. ⁽⁹⁰⁾ (grifos do original)

Esse depoimento de Rui Barbosa está coerente com tudo quanto conseguimos levantar do assunto, tornando-se, portanto, indefensável o suposto papado de Pedro.

Na pesquisa sobre o assunto, encontramos, no ***Dicionário Prático da Barsa***, ainda várias outras coisas que merecem ser citadas, para a informação dos que, porventura, venham a ler esse estudo.

[...] S. Pedro, a quem Jesus Cristo outorgou o primado da Igreja (Jo 21,15-17; Mt 16,18-19), estabeleceu sua sede em Roma pelos anos 42 d.C., que se tornou então a sede principal da cristandade.

[...].

São Pedro, de Betsaida, na Galileia, príncipe dos Apóstolos, que recebeu diretamente de Jesus Cristo o supremo Poder Pontifical, para transmiti-lo a seus sucessores, residiu como papa, primeiro em Antioquia, depois, durante 25 anos, em Roma, onde foi martirizado em 64 ou 67 d.C. ⁽⁹¹⁾

Dados transcritos de um dicionário constante da *Bíblia Sagrada - Barsa*, de cunho católico. Observemos que aqui aparece uma outra passagem para justificar o papado de Pedro; entretanto, todo o

capítulo 21 do Evangelho de João é controverso, conforme se pode confirmar pela **Bíblia de Jerusalém**:

Todo o capítulo 21 é curiosamente colocado depois de uma conclusão do evangelho (20,30-31) que será retomada em parte em 21,25. Além disso, as duplicatas são numerosas. Notemos em particular as dos capítulos 7-8: os textos de 7,33-36 e de 8,21-22 são apenas dois desenvolvimentos paralelos de tema comum; e há muitas tentativas de prender Jesus no decurso de uma mesma festa (7,30.32.44; 8,20.59).

É provável que tais anomalias provenham do modo como o evangelho foi composto e editado: ele seria de fato o resultado de lenta elaboração, compreendendo elementos de épocas diferentes, de retoques, de adições, de redações diversas, de um mesmo ensinamento, visto que o todo teria sido publicado, não pelo próprio João, mas, depois de sua morte, por seus discípulos (21,14); assim, na trama primitiva do evangelho, estes teriam inserido fragmentos joaninos que não queriam deixar perder e cujo lugar não era rigorosamente determinado. ⁽⁹²⁾

Moral da história: não foi João quem o escreveu; assim, como aceitar piamente o que lá se encontra?

Supondo-se que Pedro tenha sido morto em 67 (é o que se afirma usando-se da tradição cristã) e que tenha residido como papa por 25 anos em Roma, então, ele passou a ser papa no ano de 42. Ora, depois da morte de Jesus (ano 30 até o ano de 42), ou seja, por doze anos, ele foi o quê, em relação à sua suposta liderança como papa? Demorou para “a ficha cair”? Mais um detalhe: no “Concílio de Jerusalém” ele não liderava ninguém, conforme ficou provado. Por outro lado, como “Um édito do imperador Cláudio, no ano 49, expulsou de Roma os judeus e, provavelmente, também os cristãos”.⁽⁹³⁾; a questão é: será que de 49 até, pelo menos, 58, não havia um líder em Roma, já que nessa última data Paulo envia uma carta aos romanos?

Se “Os Atos dos Apóstolos, quinto livro do Novo Testamento, devota dezesseis capítulos à vida e obra de Paulo”⁽⁹⁴⁾, e considerando que “O livro termina com o cativo de Paulo 61-63”⁽⁹⁵⁾, a pergunta é: Paulo ou Pedro, o suposto papa, quem foi a pessoa mais importante no cristianismo primitivo? Essa supremacia de Paulo é facilmente percebida, pois “Depois da conversão de Cornélio e o

encarceramento em Jerusalém, Pedro parte para destinação desconhecida (Atos 12,17); e é Paulo que doravante, no relato de Lucas, ficará em evidência”.
(⁹⁶)

Vejamos mais outra informação, ainda de Van Loon (1882-1944), que foi um escritor e jornalista holandês, autor de **A História da Bíblia**:

Além disso, era um homem capaz de trabalho eficiente. Conhecedor de suas limitações, deixou a empresa mais espetacular para Paulo, que passou a vida no estrangeiro, e para Jaime, o irmão de Jesus, que se tornou o reconhecido chefe da igreja nas terras judaicas.

Pedro contentou-se com um campo de ação menos importante nas regiões limítrofes da Judeia, e com sua fiel esposa **percorreu as longas estradas da Babilônia** a Samaria e da Samaria à Antioquia, transmitindo ao povo o que Jesus lhe ensinara em seu tempo de pescador no Mar da Galileia.

Não sabemos o que o induziu a ir para Roma.

Sobre essa viagem não temos nenhuma informação histórica de valor indisputado, mas o nome de Pedro está tão conexo ao desenvolvimento inicial da igreja, que temos de devotar algumas palavras ao admirável velho a quem Jesus amou mais que aos outros discípulos.
(⁹⁷)

Se Pedro percorreu as estradas de Babilônia a Samaria, por que a palavra Babilônia que aparece em uma das cartas que Ihe é atribuída, não poderia se referir a essa cidade, que supõem ser Roma? Será preciso responder?

Voltemos às considerações do filósofo e teólogo Huberto Rohden, agora no livro **Que vos Parece do Cristo**, onde ele dedica um capítulo ao assunto:

Instituiu Jesus a Pedro como Pedra Fundamental da Igreja?

Já no século V, escreveu Santo Agostinho, então bispo de Hipona, que, com as palavras “tu és Pedro” Jesus não instituiu Pedro como pedra fundamental da Igreja; as palavras de Jesus não se referem à pessoa humana de Pedro, que é chamada “carne e sangue”; referem-se à revelação da Divindade do Cristo, confessada pelo apóstolo: “Tu és o Cristo, Filho de Deus vivo”. A pedra fundamental da Igreja, diz Agostinho, é o Cristo; a confissão de Pedro, mas não o Pedro da confissão, é a pedra fundamental, mas não a pessoa humana, que pode ter sucessores, através dos tempos, ao passo que a Divindade do Cristo é a verdade permanente.

É esta a convicção de Agostinho, que ele nunca revogou, nem mesmo no seu livro posterior

“Retractationes”.

Mais tarde, por motivos de consolidação da hierarquia eclesiástica, os Concílios adotaram a ideia que hoje prevalece na teologia; que Pedro fora instituído por Jesus como sendo o fundamento inabalável da Igreja – o mesmo homem que é por Jesus chamado carne e sangue, e, pouco depois “satanás”: “*Vade retro, satana*”.

Nem Paulo de Tarso aceitou a ideia da primazia e infalibilidade de Pedro, como consta do Concílio Apostólico de Jerusalém, onde prevaleceu a ideia de Paulo, que repreendeu publicamente a Pedro por que havia “aberrado da verdade do Evangelho”, exigindo que os neófitos cristãos fossem circuncidados.

Quanto ao pretense pontificado de Pedro na sede de Roma, é uma ideia flagrantemente anti-histórica. Pedro pode ter vivido em Roma cerca de três meses, no ano 67, mas não durante 25 anos. Jamais dirigiu a igreja de Roma. Sabemos que no ano 64 rompeu a tremenda perseguição dos cristãos por parte do imperador Nero, perseguição que continuou por quase três séculos, até o ano 313. Durante este período, nenhum cristão conhecido sobreviveu em Roma, muito menos o chefe espiritual do cristianismo.

Aliás, a primeira epístola de Pedro é datada da Babilônia, e deve ter sido escrita pelos meados do primeiro século.

Em 58, em Corinto, escreveu Paulo a Epístola aos Romanos, verdadeiro tratado de cristologia, por que não havia na capital do Império Romano

ninguém que pudesse dar esses esclarecimentos – nem mesmo Pedro.

No fim da Epístola manda Paulo lembranças a numerosos cristãos conhecidos em Roma – nenhuma saudação a Pedro, que não era conhecido na capital do Império.

Nos anos 60 a 62 esteve Paulo preso em Roma. No cárcere, escreveu as epístolas aos Filipenses, aos Efésios, aos Colossenses, e a carta particular a Filemon. Nestas cartas menciona Paulo os cristãos que o visitaram no cárcere romano – nunca menciona Pedro, que não o visitou, porque não estava em Roma.

Pelos historiadores antigos sabemos que durante a perseguição de Nero, Pedro e Paulo foram, às ocultas, visitar os cristãos sobreviventes em Roma: foram descobertos, presos e mortos; a tradição localiza a morte de Pedro e de Paulo no dia 29 de junho de 67.

Para unificar as dezenas de grupos cristãos, cada um dos quais se dizia o único cristianismo verdadeiro, o primeiro imperador cristão Constantino Magno, pelo Edito de Milão, de 313, deu liberdade aos cristãos e proclamou o cristianismo como religião oficial do Império romano. A fim de estabelecer unidade nos diversos grupos litigantes, decretou Constantino que o bispo da capital do Império fosse considerado *primus inter pares*. A chamada infalibilidade do papa foi decretada somente pelo primeiro Concílio Vaticano, no ano de 1870, quer dizer, há pouco mais de um século. De resto, o papa não fez valer a sua suposta infalibilidade, nem mesmo nas mais

veementes controvérsias recentes, sobretudo após a ruidosa encíclica “*Humanae Vitae*”, impugnada violentamente por bispos e cardeais.

Quem confessa o Cristo como suprema e única rocha da Igreja está de acordo com o Evangelho e com as palavras do próprio Cristo. ⁽⁹⁸⁾

Observar que, em suas considerações, Rohden cita Santo Agostinho, um eminente e respeitável nome entre os antigos escritores cristãos, conhecidos como “Padres da Igreja” ou “Santos Padres”.

Em ***A Linhagem do Santo Graal: a Descendência Oculta de Jesus Revelada***, leiamos a opinião do historiador Laurence Gardner (1943-2010):

É essencial lembrar que Jesus não era gentio nem cristão. Ele era um judeu, cuja religião era o judaísmo radical. Com o passar do tempo, porém, sua missão original foi usurpada e dominada por um movimento religioso que assumiu seu nome para obscurecer seus herdeiros de fato. Esse movimento se centralizava em Roma e baseava sua autoridade autoproclamada na afirmação de Mateus 16:18-19, na qual Jesus teria dito “és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja”. Infelizmente, a palavra grega *petra* (rocha),

relacionada à Rocha de Israel, foi traduzida erroneamente como se fosse *petros* (pedra), referindo-se a Pedro ⁽⁹⁹⁾ (que chegou a ser chamado de Cefas: uma Pedra, como em João 1:42). Jesus estava, na verdade, afirmando que a missão dele e de Pedro deveria ser fundamentada sobre a Rocha de Israel, não sobre o próprio Pedro. Independentemente disso, o novo movimento decretou que só aqueles que tivessem recebido autoridade passada diretamente de Pedro poderiam ser líderes da Igreja Cristã. Foi um conceito engenhoso, cuja intenção era restringir o controle geral a uma fraternidade seleta e autopromotora. Os discípulos gnósticos (135) de Simão (Mago) Zelotes o chamavam de “a fé dos tolos”.

(135) Os Gnósticos eram assim chamados porque a eles se atribuía gnosis (grego: “conhecimento” – principalmente a visão esotérica). O movimento gnóstico se originou em Samaria, onde Simão Zelote (Simão, o Mago) era líder dos Magos (homens de sabedoria) samaritanos de Manassés do Oeste. Posteriormente, desenvolveu-se também na Síria, novamente com Simão como seu principal proponente, antes de entrar no ambiente cristão pré-romano. ⁽¹⁰⁰⁾

Passaremos agora a palavra ao teólogo católico Janus, constante de ***O Papa e o Concílio - vol. 2:***

Tudo isso se explica, porém, logo que examinarmos de perto, mediante os Padres, a

significação das bem conhecidas palavras de Cristo a S. Pedro. Não as aplica aos bispos de Roma como sucessores de S. Pedro nenhum dos Padres que trataram exegeticamente, nessa época, os tópicos do Evangelho relativos ao poder transmitido a Pedro (Mateus, XVI,18, e João XXI,18). Que de Padres não se ocuparam com esses tópicos! Entretanto, nenhum daqueles cujos comentários possuímos ainda, Orígenes, Crisóstomo, Hilário, Agostinho, Cirilo, Theodoro, nem dos outros cujas explicações acham-se agrupadas nas Catenas nenhum desses exprimiui, por uma sílaba sequer, a ideia de que se refira ao primaz de Roma a consequência da missão incumbida e das promessas dirigidas a Pedro. – Nenhum deles interpretou a *pedra* ou a base onde o Cristo quer edificar a sua igreja, como atributo especialmente cometido a Pedro, e, por morte deste, hereditário. Aquilo para eles significava o próprio Cristo ou a fé notória de Pedro em Cristo; porque nos seus escritos é frequente confundirem-se essas duas ideias. – Por outro lado, entendiam que Pedro era tão fundamento da Igreja quanto os demais apóstolos, isto é, pensavam que os apóstolos todos juntos formavam as doze pedras fundamentais da Igreja (Apocal., XXI,14). ⁽¹⁰¹⁾ – Pelo que pertence à concessão do poder das chaves, do poder de atar e desatar, tanto menos possível era que os Padres o tomassem como privilégio ou soberania atribuída aos bispos romanos, quanto não consideravam essa onipotência (cousa que ao primeiro aspecto notará qualquer) como propriedade peculiar a S. Pedro, e herdada por ele aos sós prelados de Roma. –

Refletiam que, se fora outorgada a Pedro em primeiro lugar, também aos outros depois o foi pelas mesmas palavras. Enfim, tinham todos o símbolo das chaves como perfeito sinônimo da expressão figurada atar e desatar. (76)

Sabido é que o dito de Cristo a Pedro é hoje em dia o trecho clássico, que há de ser base ao edifício da infalibilidade papal: “Ora por ti para que te não faleça a fé; quando converso, esforça a teus irmãos” (Lucas, XXII,32-37). – Manifesto é, porém, que essas palavras não se podem referir senão a Pedro pessoalmente, e à sua conversão depois de ter renegado a Cristo. De feito, a exortação é para que ele, apenas lhe desaparecesse aquela rápida e passageira fraqueza, restaurasse os outros apóstolos, em quem vacilara igualmente a fé no Cristo. – É, portanto, rematado contra-senso querer, onde apenas se tratava do indivíduo em quem vacilara a fé na dignidade messiânica de Jesus, fé que se pretendia reanimar, querer descobrir aí promessas de futura infalibilidade a uma série de papas, unicamente porque esses homens senhorearam mais tarde, na Igreja romana, o lugar de que Pedro fora o primeiro ocupante. Até ao fim do VII século nenhum dos antigos doutores da Igreja concebera essa interpretação. Todos, sem exceção, em número de dezoito haviam divisado ali apenas uma rogativa de Cristo, empenhado em que o seu apóstolo não soçobrasse de todo na perigosa e iminente tentação, e não perdesse inteira a fé. – Foi o papa Ágato, em 680, quem primeiro quis achar ali uma promessa de prerrogativas à Igreja romana, – isso no tempo dos esforços com que Roma lidava

arredar os perigos anunciados pela condenação de Honório, predecessor daquele, – condenação que tinha de levar a Igreja romana a perder o privilégio, tantas vezes encarecido, de uma pureza doutrinral especialíssima.

76 Embalde, portanto, diligenciou Döllinger, por exemplo (**Cristianismo e Igreja**, pág. 30, 2ª ed.), explicar a autoridade das chaves como ideia diversa do poder de atar e desatar, na linguagem bíblica, – encarando-o como um poder sobre a Igreja toda, transmitido por Pedro aos seus sucessores romanos. Contradiz este parecer de todo ponto as declarações dos Padres e as tradições exegéticas da Igreja. ⁽¹⁰²⁾ (grifo do original)

Em ***Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo que Remonta Há Mais de 8.600 Anos***, Leterre, em abordando o assunto, disse:

Salientaremos, simplesmente, a antinomia do título de Papa, para com os próprios princípios doutrinários do fundador da Igreja cristã.

O termo **Papa** é um diminutivo familiar de **papá**, papai, atribuído ao bispo de Roma, como sendo o **Pai** da família cristã. Ora, Jesus proibiu que o chamassem de Pai, porque este título só pertence a Deus que é o Pai de todos. Não consentiu que o chamasse de Bom, de Mestre e ainda menos de Santo; mas o Papa é chamado de **Bom Pai** e até

de Santíssimo Pai.

Jesus não tinha onde repousar a cabeça, só tinha uma túnica, um par de sandálias e se alimentava quando a sacola de Judas, seu Tesoureiro, o permitia. Proibiu a construção de templos. Enviou seus apóstolos a pregar o Evangelho do Reinado da Paz, sem alforjes. Repudiou o título que lhe queriam dar de **Rei de Israel** e fugiu mesmo para o monte. Em suma, pregou a bondade de coração, o amor ao próximo e deu o exemplo da perfeita humildade.

Se Jesus disse, fazendo, como querem, um trocadilho inadmissível na língua que ele falava, que sua Igreja seria construída sobre a **rocha**, isso não significa que ele fizesse Pedro de **pedra** fundamental do seu Templo, pois este mesmo apóstolo, em **Atos**, frisa que Deus não reside em templos de pedra, construídos e servidos pela mão do homem, confirmando as palavras do seu mestre, quando este mandava que todos se recolhessem ao seu aposento, em segredo, e aí implorassem ao Pai que tudo via e lhe concederia o voto.

Ademais, quem ficou representando esse templo em Jerusalém foi Tiago, discípulo e irmão de Jesus, revestindo as insígnias de Sumo Sacerdote dos Judeus e não do Cristo, que não usava nenhuma.

Pedro, portanto, conservou-se na penumbra ou quando muito, por sua idade, como era praxe respeitar-se, presidiu uma agremiação de fiéis, aliás, destruída por Paulo, que não consentia que Jesus tivesse instituído sua Igreja sobre a

circuncisão.

Quando Cornelius se ajoelhou aos pés de Pedro para adorá-lo, este levantou-o dizendo: “Levanta-te, eu mesmo também sou homem” (Atos X, 26).
(¹⁰³)

Ainda Leterre, agora falando sobre a Infalibilidade do papa, traz interessante discurso de um bispo que era contra a instituição desse dogma católico. Ele tem a ver com o nosso assunto, porquanto fala de Pedro. Leiamos:

A infalibilidade do papa foi decretada em 1870 por um Concílio presidido pelo próprio interessado Pio IX e ardentemente preparado para este fim pela “Companhia de Jesus”, apesar da oposição feita por alguns bispos e, sobretudo, de Bjakovo, o Revmo. Strossmayer cujo discurso, embora um tanto longo, convidamos o leitor a assistir, comodamente sentado em uma das poltronas daquela magna Assembleia, a fim de melhor ouvir as verdades nuas e cruas, que vão ser ditas naquele Cenáculo, por um dos seus mais eminentes membros e possa ajuizar do espírito ambicioso dos partidários que, com essa aprovação, preparavam a possibilidade de galgar um dia uma cadeira pontifical inatacável.

É bom notar, desde já, que nem esse bispo nem seus partidários foram condenados ou excomungados pelo referido Papa por ter

desmascarado aquele antro de perdição que é o Vaticano e nem seus argumentos foram jamais refutados.

Tem a palavra o bispo Strossmayer (colocaremos apenas trechos ligados ao assunto):

[...] Abri essas sagradas páginas e sou obrigado a dizer-vos: nada encontrei que sancione, próximo ou remotamente, a opinião dos ultramontanos! E maior é minha surpresa quando, naqueles tempos apostólicos, nada há que fale de papa sucessor de S. Pedro e vigário de Jesus Cristo!

[...] Tenho lido todo o Novo Testamento, declaro ante Deus e com a mão sobre o crucifixo que nenhum vestígio encontrei do papado.

[...].

Lendo, pois, os Santos Livros, não encontrei um só capítulo, um só versículo que dê a São Pedro a chefia sobre os apóstolos.

Não só o Cristo nada disse a respeito deste ponto, mas, ao contrário, pro meteu tronos a todos os apóstolos (Mateus XIX, 28) sem dizer que o de Pedro seria mais elevado que o dos outros.

Que diremos do seu silêncio?

A lógica nos ensina a concluir que o Cristo nunca pensou em elevar Pedro à chefia do Colégio Apostólico.

Quando o Cristo enviou seus discípulos a conquistar o mundo, a todos – igualmente – fez a promessa do Espírito Santo.

Dizem as Santas Escrituras que até proibiu a

Pedro e a seus colegas de *reinarem* ou *exercerem senhorio* (Lucas XXII, 25, 26).

Se Pedro fosse eleito Papa, Jesus não diria isso, porque, segundo nossa tradição, o papado tem uma espada em cada mão, simbolizando os poderes espiritual e temporal.

Ainda mais: se Pedro fosse papa ou chefe dos apóstolos, permitiria que esses seus subordinados o enviassem, com João, à Samaria para anunciar o Evangelho do filho de Deus? (Atos VIII, 14)

[...] Reuniu-se em Jerusalém um Concílio ecumênico para decidir questões que dividiam os fiéis.

Quem devia convocá-lo? Sem dúvida Pedro, se fosse papa. Quem devia presidi-lo? Por certo que Pedro. Quem devia formular e promulgar os cânones? Ainda Pedro. Não é verdade?

Pois bem: nada disso sucedeu! Pedro assistiu ao Concílio com os demais apóstolos sob a direção de Tiago! (Atos XV).

Assim, parece-me que o filho de Jonas não era o primeiro, como sustentais. Encarado agora, por outro lado, temos: enquanto ensinamos que a Igreja está edificada sobre Pedro, São Paulo (cuja autoridade devemos todos acatar) diz-nos que ela está edificada sobre o fundamento da fé dos apóstolos e profetas, sendo a principal pedra do ângulo Jesus Cristo (Epístola dos Efésios II, 20).

Esse mesmo Paulo ao enumerar os ofícios da Igreja menciona os apóstolos, profetas, evangelistas e pastores; e será crível que o grande

apóstolo dos gentios se olvidasse do papado, se este existisse? Esse olvido me parece tão impossível como o de um historiador desse Concílio que não fizesse menção da Sua Santidade Pio IX.

[...].

O apóstolo Paulo não faz menção em nenhuma de suas Epístolas às diferentes igrejas, da primazia de Pedro, se esta existisse e se ele fosse infalível como quereis, poderia Paulo deixar de mencioná-la, em longa Epístola acerca de tão importante ponto?

[...].

Também nos escritos de São Paulo, de São João ou de São Tiago, não descubro nenhum traço do poder papal! São Lucas, o historiador dos trabalhos missionários dos apóstolos, guarda silêncio a respeito de tal assunto! Isso deve preocupar-vos muito.

[...].

Pensei que se Pedro fosse vigário de Jesus Cristo ele não o sabia, pois nunca procedeu como papa; nem no dia do Pentecostes, quando pregou seu primeiro sermão, nem no Concílio de Jerusalém, presidido por São Tiago, nem da Antioquia nem nas Epístolas que dirigiu às igrejas. Será possível que ele fosse papa sem o saber?

Parece-me escutar de todos os lados: São Pedro não esteve em Roma? Não foi sacrificado de cabeça para baixo? Não existem os lugares onde ensinou e os altares em que disse missa nessa

cidade?

E eu responder só a tradição, veneráveis irmãos, é que nos diz ter São Pedro estado em Roma; e como a tradição é tão-somente a tradição da sua estada em Roma. E com ela que me provareis seu episcopado e sua supremacia?

Scaligero, um dos mais eruditos historiadores, não vacila em dizer que o episcopado de São Pedro e sua residência em Roma devem ser classificados no número das lendas ridículas! [...].

Permite que repita: folheando os sagrados escritos não encontrei o mais leve vestígio do papado nos tempos apostólicos!

E, percorrendo os anais da Igreja, nos quatro primeiros séculos, o mesmo me sucedeu! Confessar-vos-ei que o que encontrei foi o seguinte:

Que o grande Santo Agostinho, bispo de Hipona, honra e glória do Cristianismo e secretário do Concílio de Melive, nega a supremacia do bispo de Roma.

Que os bispos da África, no sexto Concílio de Cartago, sob a presidência de Aurélio, bispo dessa cidade, admoestavam a Celestino, bispo de Roma, por supor-se superior aos demais bispos, enviando-lhes comissionados e introduzindo o orgulho na Igreja.

Que, portanto, o papado não é instituição divina. Deveis saber, meus veneráveis irmãos, que os padres do Concílio de Calcedônia colocaram os bispos da antiga e nova Roma na mesma categoria

dos demais bispos.

Que aquele sexto Concílio de Cartago proibiu o título de 'Príncipe dos Bispos', por não haver soberania entre eles.

E que São Gregório I escreveu estas palavras que muito aproveitam a tese:

Quando um patriarca se intitula 'bispo Universal', o título de patriarca sofre incontestável descrédito. Quantas desgraças não devemos nós esperar, se entre os sacerdotes se suscitarem tais ambições?

Esse – bispo – será o rei dos orgulhosos! (Pelágio II, Cet. 13).

Com tais autoridades e muitas outras que poderia citar-vos, julgo ter prova do que os primeiros bispos de Roma não foram reconhecidos como – bispos universais ou papas – nos primeiros séculos do Cristianismo.

E, para reforçar ainda mais meus argumentos, lembrarei aos meus veneráveis irmãos que foi Ósio, bispo de Córdoba, quem presidiu o primeiro Concílio de Niceia, redigindo seus cânones; e que foi ainda esse bispo que, presidindo o Concílio de Sárdica, excluiu o enviado de Júlio, bispo de Roma! Mas, da direita me citam estas palavras de Cristo: Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei minha Igreja.

Sois, portanto, chamado para este terreno.

Julgais, veneráveis irmãos, que a rocha ou a pedra sobre a qual a Santa Igreja está edificada, é Pedro; mas, permite que eu discorde desse vosso

modo de pensar.

Diz São Cirilo no seu quarto livro a respeito da Trindade: A rocha ou a pedra de que nos fala Mateus é a fé imutável dos apóstolos.

São Gregório, bispo de Poitiers, em seu segundo livro a respeito da Trindade, repete que aquela pedra é a *rocha da fé*, confessada pela boca de São Pedro. E, no seu sexto livro, mais luz nos fornece dizendo: É sobre essa exata *rocha* da confissão da fé que a Igreja está edificada.

São Jerônimo, no seu sexto livro a respeito de São Mateus, é de opinião que Deus fundou sua Igreja sobre a rocha ou *pedra* que deu seu nome a Pedro. Nas mesmas águas navega São Crisóstomo quando em sua homilia 56, a respeito de Mateus, escreve: Sobre esta rocha edificarei minha Igreja; e esta rocha é a confissão de Pedro.

Já que não me respondeis, eu vô-la darei: 'Tu és o Cristo, o filho de Deus'. Ambrósio, o Santo arcebispo de Milão, São Basílio, de Salência, e os padres do Concílio de Calcedônia ensinam precisamente a mesma coisa.

Entre os doutores da Antiguidade cristã, Santo Agostinho ocupa um dos primeiros lugares pela sua sabedoria e pela sua santidade.

Escutai como ele se expressa acerca da primeira epístola de São João: 'Edificai minha Igreja sobre esta rocha, significa claramente que é sobre a fé de Pedro'.

No seu tratado 124 acerca do mesmo João, encontra-se esta significativa frase: 'Sobre esta

rocha ou *pedra que* me confessaste, que reconheceste, dizendo: *Tu és o Cristo, o filho de Deus vivo*, edificarei minha Igreja, sobre mim mesmo; pois sou o filho de Deus vivo. Edificarei sobre mim mesmo e *não sobre ti*'.

Haverá coisa mais clara e positiva?

Deveis saber que esta compreensão de Santo Agostinho, a respeito de tão importante ponto do Evangelho, era a opinião corrente no mundo cristão naqueles tempos. Estou certo de que não me contestareis.

Assim é que, resumindo, vos direi:

1 – Que Jesus deu aos outros apóstolos o mesmo poder que deu a Pedro.

2 – Que os apóstolos nunca reconheceram em São Pedro a qualidade de vigário de Cristo e *infalível* doutor da Igreja.

3 – Que o mesmo Pedro nunca pensou ser papa nem fez coisa alguma como papa.

4 – Que os Concílios dos primeiros quatro séculos nunca deram, nem reconheceram, o poder e a jurisdição que os bispos de Roma queriam ter.

5 – Que os Santos Padres, na famosa passagem 'Tu és Pedro e sobre esta pedra (a confissão de Pedro) edificarei minha Igreja' nunca entenderam que a igreja estava edificada sobre Pedro (*super Petrum*) e sim sobre a rocha (*super Petram*), isto é, sobre a confissão da fé do apóstolo!

Concluo, pois, com a história, a razão, a lógica, o bom senso e a consciência do verdadeiro cristão,

que Jesus não deu supremacia alguma a Pedro e que os bispos de Roma só se constituíram soberanos da Igreja confiscando, um por um, todos os direitos do episcopado! [...].

Contestai a história se ousais fazê-lo; mas, ficai certos de que não a destruireis! Se avancei alguma inverdade, ensinai-me isso com a história, à qual prometo fazer a mais honrosa apologia. Mas, compreendi que não disse ainda tudo quanto quero e posso dizer. Ainda que a fogueira me aguardasse lá fora, eu não me calaria!

[...].

Evitai, sim, evitai, meus veneráveis irmãos, o terrível precipício cuja borda estais colocados. Salvai a Igreja do naufrágio que a ameaça e busquemos todos, nas Sagradas Escrituras, a regra da fé que devemos crer e professar. Digne-se Deus a assistir-me. Tenho concluído”.

Todos os bispos se levantaram, muitos saíram da sala, porém alguns prelados italianos, americanos, alemães, franceses e ingleses rodearam o inspirado orador, e, com fraternais apertos de mão, demonstraram concordar com seu modo de pensar. ⁽¹⁰⁴⁾

Apesar de um pouco extenso, acreditamos que valeu a pena citá-lo para provar que, mesmo dentro da Igreja, nem todos os bispos concordavam que Pedro tenha sido o primeiro papa, tornando-se este, portanto, de valor inquestionável contra essa

hipótese.

Vejam, em **Reencontro Cristão - Reflexões para o Cristianismo do Terceiro Milênio**, o que nos diz sobre esse assunto o escritor Fernando Guedes de Mello:

Assim, tudo indica que Paulo tornou-se o primeiro bispo de Roma, a pedido do próprio Jesus (At 23,11), e não Pedro. A ida de Pedro a Roma, se de fato ocorreu, deveu-se muito mais à situação político-religiosa na Palestina do que a uma necessidade pastoral dos cristãos romanos. Devido à ruptura definitiva entre os cristãos e os judeus na Judeia e ao clima de pré-insurreição contra os romanos em Jerusalém, Pedro teria seguido para Roma muito mais na condição de refugiado do que de primeiro papa da Cristandade. Episódios como o do romance histórico *Quo vadis, Domine?* São lendas que surgiram mais tarde, em meados do século II, e que ganharam destaque no século IV, para justificar a primazia do bispo da capital imperial. Tanto assim que, quando a capital passa para Constantinopla, começaram as dificuldades entre a Igreja Latina e a Igreja Oriental. ⁽¹⁰⁵⁾

Às vezes acabamos por topar com alguma coisa que nem estávamos procurando em determinado momento, mas que vem reforçar

sobremaneira certo ponto já estudado por nós. Assim, é que encontramos na obra **A Dramática História da Fé Cristã**, de J. J. Van Der Leeuw, algo importante para esse nosso estudo. De sua fala sobre os cânones do Concílio de Niceia, ocorrido em 325, transcrevemos:

[...] o sexto cânon “Que prevaleçam os antigos costumes” decretava que o bispo de Alexandria tivesse autoridade igual, no Egito, à do bispo de Roma, na Itália. **Este cânon prova com clareza que, no tempo do Concílio de Niceia, o bispo de Roma não era o Chefe da Igreja Cristã**, como não o era o de Alexandria, e que **a doutrina da supremacia papal ainda era desconhecida**” ⁽¹⁰⁶⁾

Fantástica a conclusão desse autor; conseguiu ir ao cerne da questão, provando que até o ano 325 não havia na Igreja Católica papado algum; portanto, não se pode alegar que alguém tenha sentado no “trono de Pedro”, sucedendo-o.

A nossa surpresa não ficou só aí, pois, de igual modo, pesquisando na obra **O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil anos de Crimes em Nome de Deus** descobrimos algo que nos chocou.

Vejamos:

A corrupção do poder: a pornocracia romana

Observando a solenidade e a retidão dos conclaves atuais, é difícil imaginar que, nos primeiros séculos do cristianismo, as eleições dos bispos de Roma acontecessem em um clima bem diferente: com brigas, confrontos em praça pública, contestação de resultados, eleições de contrabispos. Quando o cristianismo se tornou religião de Estado, e o cargo de bispo de Roma passou a ser um dos mais cobiçados do Império, as lutas entre as facções dos candidatos rivais, por vezes, chegaram a níveis sangrentos. Durante a eleição episcopal de 336, por exemplo, os confrontos entre os que apoiavam Damaso, de base popular, e os que apoiavam seu rival Ursino, a aristocracia, deixaram um saldo de 136 mortos em um único dia. O próprio Damaso, eleito papa, foi intimado para responder no tribunal pela acusação de homicídio, mas foi absolvido. ⁽¹⁰⁷⁾

Os séculos seguintes presenciaram uma situação aparentemente paradoxal: o papado aumentava cada vez mais seu poder e sua influência, pelo menos no Ocidente. Mas justamente por isso, muitos tinham interesse em colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança. Nobres romanos, grandes senhores feudais itálicos, prelados ambiciosos, imperadores legítimos e seus rivais... cada um jogava com as próprias cartas, que podiam ser intriga, homicídio, revoltas populares ou invasões militares. **Nos 130**

anos entre a eleição de João VIII (873) e a morte de Silvestre II (1003), houve 33 papas mais quatro antipapas. Dez deles morreram assassinados. Muitos foram presos ou exilados. Poucos governaram por muito tempo, muitos ficaram menos de um ano ou até poucos dias. Nobres romanos e grandes senhores feudais itálicos, imperadores legítimos e seus rivais: todos procuravam colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança.

Talvez isso possa explicar o que os historiadores chamam de período da pornocracia (ou seja, do “governo das prostitutas”), ⁽¹⁰⁸⁾ um dos mais negros da história da Igreja.

De fato, por décadas, o poder de Roma esteve nas mãos das mulheres da poderosa família Teofilatto, que teve grande influência sobre a vida pública e o papado, utilizando como instrumento de poder qualquer meio à sua disposição, incluindo os ilícitos e imorais. Aqui nos limitaremos a narrar as saliências de alguns papas cuja conduta pode ser definida como licenciosa. [...]. ⁽¹⁰⁹⁾

Acreditamos que diante desses fatos podemos dizer, com uma boa chance de acerto, que a tal inspiração dos bispos, alegada para eleição do papa, é pura invenção dos líderes religiosos.

Diante de tantas opiniões de pessoas de

elevado conhecimento, o que temos a fazer se não concordar plenamente com elas? Especialmente, com aquelas que vieram de pessoas vinculadas ao Catolicismo Romano. Aliás, nesse estudo, tivemos a preocupação inicial de fazer a análise bíblica primeiro para, só depois, buscar informações em outras fontes. Aí, tivemos a grata satisfação de ver que não somos “heréticos” sozinhos, pois em nossa companhia, estão pessoas de elevado saber e de conhecimentos teológicos inquestionáveis. Fica a você, caro leitor, a liberdade de aceitar ou não tais argumentos, porquanto nada deve ser imposto a ferro e fogo, como outrora fizeram com muitos assuntos teológicos; mas, rogamos-lhe, apenas, que seja imparcial, não partindo de uma concepção.

Obviamente, devemos entender o sr. bispo, já que, com certeza, querendo atribuir primazia a Pedro e sua Igreja, advoga em causa própria, pois, se formos dar ouvidos aos padres, o poder deles se mantém, e assim não correm o risco de perder o emprego e moradia.

A única pessoa a quem nós seguimos é a Jesus. Todos os espíritos que se apresentam para orientar

vêm em nome Dele; esses, sim, são realmente discípulos de Jesus, não mais apegados às convenções e interesses humanos, pois participando do plano espiritual superior, não vivem mais essas fraquezas; a missão que abraçaram com amor é ajudar os que ficaram na retaguarda, dando-lhes uma mãozinha para que evoluam mais rapidamente. Inclusive, muitos deles, em vida, foram autoridades eclesásticas da Igreja Católica.

Recomentamos aos interessados o nosso E-book [**Pedro, tu és papa?**](#)

Quanto à insinuação de que “baixam em seus centros ou terreiros”, temos apenas como alternativa reforçar a má-fé do sr. bispo, porquanto o seu estudo do Espiritismo, que parece demonstrar, daria as condições necessárias para saber que “terreiros” é um termo usado na Umbanda, e não na Doutrina Espírita. Esclarecemos isso, sem qualquer intuito de discriminar os umbandistas; mas, apenas, para demonstrar que, como se diz popularmente: “cada um é cada um”. E estamos sempre a repetir: o fato de tartaruga botar ovos não faz dela uma ave, ou seja, embora a Umbanda tenha muita coisa em

comum com o que fazemos, ou acreditamos, nem por isso ela se torna Espiritismo. A diferença entre ela e o Espiritismo é maior do que entre o catolicismo e o protestantismo.

Interessante é que, atualmente, uma corrente dentro da Igreja católica, a carismática, resolveu copiar o que nós fazemos: ficam evocando os espíritos, mas dizem que por lá só aparece o Espírito Santo, fora que sempre evocaram os santos e santas da Igreja.

Não é a Igreja que seja de total inutilidade, mas que os rituais dela, isso sim, são de total inutilidade e a maioria foi copiada de rituais pagãos; só que o povo não sabe disso. Coitado do povo, quanta coisa não sabe... O Espiritismo não tem a pretensão de ser a única religião do mundo; mas com certeza, os seus princípios serão, mais cedo ou mais tarde, adotados por todas as religiões, já que terá o respaldo da Ciência, e contra ela não adianta protestar nem negar, para não ocorrer o que aconteceu no caso Galileu.

Anteriormente o sr. bispo havia dito que entre

o Espiritismo e o Catolicismo só havia duas divergências. Entretanto, agora, caindo-lhe a máscara, conforme já havíamos previsto, listará cerca de uma dúzia delas. Mas não se preocupe, sr. bispo, as convergências aumentaram por algumas práticas que estão sendo adotadas pelo seguimento católico carismático: - imposição de mãos; nomes na cestinha para pedir orações; copo d'água para “abençoar”, etc. etc.

O Espiritismo, em momento algum nega a criação da alma humana; apenas não sabemos como e quando isso ocorre e temos a humildade de confessar; o que não acreditamos é na lenda de Adão e Eva. Pode ser que o sr. bispo tenha feito confusão entre alma e espírito, achando que, por acreditarmos em espíritos, não acreditamos em almas, quando, para nós, é tudo a mesma coisa.

Só pode ser delírio do sr. bispo dizer que recusamos a união substancial do corpo e a alma, já que defendemos a necessidade da união de ambos para que o espírito possa evoluir.

Leiamos Allan Kardec, em **O Livro dos**

Espíritos:

134. *Que é a alma?*

“Um Espírito encarnado.”

a) – *Que era a alma antes de se unir ao corpo?*

“Espírito.”

b) - *As almas e os Espíritos são, portanto, idênticos, a mesma coisa?*

“Sim, as almas não são senão os Espíritos. Antes de se unir ao corpo, a alma é um dos seres inteligentes que povoam o mundo invisível, os quais temporariamente revestem um invólucro carnal para se purificarem e esclarecerem.” ⁽¹¹⁰⁾

Isso responde a essas duas primeiras questões.

Quanto aos anjos e demônios, como querem acreditar os doutos padres da igreja, isso de jeito nenhum. E é Allan Kardec que, em ***O Céu e o Inferno***, expõe as razões de não crermos nos anjos:

Os anjos segundo o Espiritismo

12. – Que haja seres dotados de todas as qualidades atribuídas aos anjos, não restam dúvidas. A revelação espírita neste ponto confirma a crença de todos os povos, fazendo-nos conhecer ao mesmo tempo a origem e natureza de tais seres.

As almas ou Espíritos são criados simples e ignorantes, isto é, sem conhecimentos nem consciência do bem e do mal, porém, aptos para adquirir o que lhes falta. O trabalho é o meio de aquisição, e o fim – que é a perfeição – é para todos o mesmo. Conseguem-no mais ou menos prontamente em virtude do livre-arbítrio e na razão direta dos seus esforços; todos têm os mesmos degraus a franquear, o mesmo trabalho a concluir. Deus não aquinhoa melhor a uns do que a outros, porquanto é justo, e, visto serem todos seus filhos, não tem predileções. Ele lhes diz: Eis a lei que deve constituir a vossa norma de conduta; ela só pode levar-vos ao fim; tudo que lhe for conforme é o bem; tudo que lhe for contrário é o mal. Tendes inteira liberdade de observar ou infringir esta lei, e assim sereis os árbitros da vossa própria sorte. Conseqüentemente, Deus não criou o mal; todas as suas leis são para o bem, e foi o homem que criou esse mal, divorciando-se dessas leis; se ele as observasse escrupulosamente, jamais se desviaria do bom caminho.

13. – Entretanto, a alma, qual criança, é inexperiente nas primeiras fases da existência, e daí o ser falível. Não lhe dá Deus essa experiência, mas dá-lhe meios de adquiri-la. Assim, um passo em falso na senda do mal é um atraso para a alma, que, sofrendo-lhe as conseqüências, aprende à sua custa o que importa evitar. Deste modo, pouco a pouco, se desenvolve, aperfeiçoa e adianta na hierarquia espiritual até ao estado de puro Espírito ou anjo. Os anjos são, pois, as almas dos homens chegados ao grau de perfeição que a criatura comporta, fruindo em sua plenitude a prometida

felicidade. Antes, porém, de atingir o grau supremo, gozam de felicidade relativa ao seu adiantamento, felicidade que consiste, não na ociosidade, mas nas funções que a Deus apraz confiar-lhes, e por cujo desempenho se sentem ditosas, tendo ainda nele um meio de progresso. (Vede 1ª Parte, cap. III, “O céu”.)

14. – A Humanidade não se limita à Terra; habita inúmeros mundos que no Espaço circulam; já habitou os desaparecidos, e habitará os que se formarem. Tendo-a criado de toda a eternidade, Deus jamais cessa de criá-la. Muito antes que a Terra existisse e por mais remota que a suponhamos, outros mundos havia, nos quais Espíritos encarnados percorreram as mesmas fases que ora percorrem os de mais recente formação, atingindo seu fim antes mesmo que houvéramos saído das mãos do Criador.

De toda a eternidade tem havido, pois, puros Espíritos ou anjos; mas, como a sua existência humana se passou num infinito passado, eis que os supomos como se tivessem sido sempre anjos de todos os tempos.

15. – Realiza-se assim a grande lei de unidade da Criação; Deus nunca esteve inativo e sempre teve puros Espíritos, experimentados e esclarecidos, para transmissão de suas ordens e direção do Universo, desde o governo dos mundos até os mais ínfimos detalhes. Tampouco teve Deus necessidade de criar seres privilegiados, isentos de obrigações; todos, antigos e novos, adquiriram suas posições na luta e por mérito próprio; todos, enfim, são filhos de suas obras.

E, desse modo, completa-se com igualdade a soberana justiça do Criador. (¹¹¹)

E quanto aos demônios, na mesma obra, Allan Kardec disse:

Os demônios segundo o Espiritismo

20. – Segundo o Espiritismo, nem anjos nem demônios são entidades distintas, por isso que a criação de seres inteligentes é uma só. Unidos a corpos materiais, esses seres constituem a Humanidade que povoa a Terra e as outras esferas habitadas; uma vez libertos do corpo material, constituem o mundo espiritual ou dos Espíritos, que povoam os Espaços. Deus criou-os perfectíveis e deu-lhes por escopo a perfeição, com a felicidade que dela decorre. Não lhes deu, contudo, a perfeição, pois quis que a obtivessem por seu próprio esforço, a fim de que também e realmente lhes pertencesse o mérito. Desde o momento da sua criação que os seres progredem, quer encarnados, quer no estado espiritual. Atingido o apogeu, tornam-se puros espíritos ou anjos segundo a expressão vulgar, de sorte que, a partir do embrião do ser inteligente até ao anjo, há uma cadeia na qual cada um dos elos assinala um grau de progresso.

Do exposto resulta que há Espíritos em todos os graus de adiantamento, moral e intelectual, conforme a posição em que se acham, na imensa escala do progresso.

Em todos os graus existe, portanto, ignorância e saber, bondade e maldade. Nas classes inferiores destacam-se Espíritos ainda profundamente propensos ao mal e comprazendo-se com o mal. A estes pode-se denominar demônios, pois são capazes de todos os malefícios aos ditos atribuídos. O Espiritismo não lhes dá tal nome por se prender ele à ideia de uma criação distinta do gênero humano, como seres de natureza essencialmente perversa, votados ao mal eternamente e incapazes de qualquer progresso para o bem.

21. – Segundo a doutrina da Igreja os demônios foram criados bons e tornaram-se maus por sua desobediência: são anjos colocados primitivamente por Deus no ápice da escala, tendo dela decaído. Segundo o Espiritismo os demônios são Espíritos imperfeitos, suscetíveis de regeneração e que, colocados na base da escala, hão de nela graduar-se. Os que por apatia, negligência, obstinação ou má-vontade persistem em ficar, por mais tempo, nas classes inferiores, sofrem as consequências dessa atitude, e o hábito do mal dificulta-lhes a regeneração. Chega-lhes, porém, um dia a fadiga dessa vida penosa e das suas respectivas consequências; eles comparam a sua situação à dos bons Espíritos e compreendem que o seu interesse está no bem, procurando então melhorarem-se, mas por ato de espontânea vontade, sem que haja nisso o mínimo constrangimento. “Submetidos à lei geral do progresso, em virtude da sua aptidão para o mesmo, não progridem, ainda assim, contra a vontade.” Deus fornece-lhes constantemente os

meios, porém, com a faculdade de aceitá-los ou recusá-los. Se o progresso fosse obrigatório não haveria mérito, e Deus quer que todos tenhamos o mérito de nossas obras. Ninguém é colocado em primeiro lugar por privilégio; mas o primeiro lugar a todos é franqueado à custa do esforço próprio.

Os anjos mais elevados conquistaram a sua graduação, passando, como os demais, pela rota comum.

22. – Chegados a certo grau de pureza, os Espíritos têm missões adequadas ao seu progresso; preenchem assim todas as funções atribuídas aos anjos de diferentes categorias.

E como Deus criou de toda a eternidade, segue-se que de toda a eternidade houve número suficiente para satisfazer às necessidades do governo universal. Deste modo uma só espécie de seres inteligentes, submetida à lei de progresso, satisfaz todos os fins da Criação.

Por fim, a unidade da Criação, aliada à ideia de uma origem comum, tendo o mesmo ponto de partida e trajetória, elevando-se pelo próprio mérito, corresponde melhor à justiça de Deus do que a criação de espécies diferentes, mais ou menos favorecidas de dotes naturais, que seriam outros tantos privilégios.

23. – A doutrina vulgar sobre a natureza dos anjos, dos demônios e das almas, não admitindo a lei do progresso, mas vendo todavia seres de diversos graus, concluiu que seriam produto de outras tantas criações especiais. E assim foi que chegou a fazer de Deus um pai parcial, tudo

concedendo a alguns de seus filhos, e a outros impondo o mais rude trabalho. Não admira que por muito tempo os homens achassem justificação para tais preferências, quando eles próprios delas usavam em relação aos filhos, estabelecendo direitos de primogenitura e outros privilégios de nascimento. Podiam tais homens acreditar que andavam mais errados que Deus?

Hoje, porém, alargou-se o círculo das ideias: o homem vê mais claro e tem noções mais precisas de justiça; desejando-a para si e nem sempre encontrando-a na Terra, ele quer pelo menos encontrá-la mais perfeita no Céu.

E aqui está por que lhe repugna à razão toda e qualquer doutrina, na qual não resplenda a Justiça Divina na plenitude integral da sua pureza. ⁽¹¹²⁾

Dentro da perspectiva Espírita, portanto, não há privilégios na criação de Deus; por isso, não dá para acreditar nos anjos, segundo a concepção católica, mas que eles existem, existem. São os espíritos que passaram pela feira da evolução chegando ao estágio de espírito puro, como todos nós um dia chegaremos. O demônio, mantido pelos católicos, nada mais é que uma adaptação do deus do mal, em que os persas acreditavam.

Para justificar sua existência disseram ser

anjos caídos; ora, se anjos são seres perfeitos, não há como caírem, porquanto, se caíram não eram perfeitos. A passagem bíblica que buscam para apoio dessas ideias é Isaías 14,12, cujo contexto se refere ao rei da Babilônia e não a um ser maléfico.

Privilégio é uma palavra que não existe no dicionário divino, já que *“Deus não faz distinção entre pessoas”*; entretanto, podemos aceitar que Maria, em vez de ter recebido algum privilégio, seja um espírito de incontestável evolução, que recebeu de Deus a nobre missão de conceber a Jesus. E essa crença dela conservar a sua virgindade antes, durante e depois do parto, só mesmo na cabeça de um ingênuo carola.

Não admitimos mesmo o pecado original, pois como aceitar que alguém cometeu um grave pecado por apenas ter comido um simples fruto? A única coisa que podemos afirmar é que se trata mesmo de um “pecado original”, uma vez que nenhum outro se iguala a ele.

E o pior é que, apesar de que *“os pais não morrerão pelos erros dos filhos nem os filhos pelos*

erros dos pais, cada um morrerá pelo seu próprio pecado” (Deuteronômio 24,16), morremos em virtude de Adão e Eva ter pecado; e ainda nascemos com o pecado deles! É original, mesmo!...

A morte dos animais será também uma consequência do pecado desse casal “comedor do fruto”, ou por que a morte faz parte das leis da Natureza? Tudo que existe na Terra obedece ao ciclo nascer-crescer-morrer-renascer, incluindo, sem qualquer privilégio, o homem.

Dependendo do que se entende por graça divina, nós contestamos. Porém, se entendermos por graça divina a oportunidade que Deus dá a todos nós de evoluir para um dia estarmos junto Dele, não temos nenhuma objeção.

A vida do Espírito é única e segue por toda a eternidade, isso é um conceito plenamente aceito por nós; quanto à vida no corpo, aí as coisas se complicam, pois, sendo perecível, sua existência se encerra no túmulo, após servir de alimento aos vermes. Para nós é clara a questão da reencarnação contida nos ensinamentos de Jesus, quando disse

que João Batista era o Elias; quando não retrucou ao saber que o povo pensava que ele poderia ser Jeremias, Elias ou algum dos antigos profetas; e, finalmente, quando responde peremptoriamente a Nicodemos: *“é-vos necessário nascer de novo”* (João 3).

A preexistência do espírito está intimamente ligada ao princípio da reencarnação; com isso, temos uma vida espiritual antes e depois da morte. Também entendemos perfeitamente o porquê de tanto atacarem essa ideia, é que, com ela, a salvação está na mão da própria pessoa e não do padre, portanto, isso faz com que seu poder fique diminuído ou, até mesmo, seja dispensável a sua intermediação entre Deus e os homens, pois que os homens poderão falar diretamente a Deus.

O juízo particular depois da morte não negamos, pois *“a cada um segundo suas obras”*; assim, todos os atos de nossa vida serão pesados neste dia da prestação de contas. A única diferença é que, em vez de Deus mandar a alma para *“assar”* eternamente no inferno, uma vez que a misericórdia supera a justiça, ele a enviará novamente a um

corpo físico para que tenha oportunidade de pagar pelo mal feito.

Uma vez que foi falado em juízo particular, aproveitamos para falar que até hoje não entendemos a teologia católica quanto ao juízo. Se há um juízo particular depois da morte, como afirma o sr. bispo, como explicar o julgamento dos mortos, nos fins dos tempos, se eles já foram julgados?

A questão do inferno poderíamos simplesmente pedir provas bíblicas dele, para que o sr. bispo fique numa situação de estar “no mato sem cachorro”.

Já quanto ao purgatório existe, sim, pois podemos chamar de purgatório o tempo entre uma encarnação e outra. Mas deixemos, novamente, Allan Kardec falar, transcrevendo de **O Céu e o Inferno**:

O PURGATÓRIO

1. – O Evangelho não faz menção alguma do purgatório, que só foi admitido pela Igreja no ano de 593. É incontestavelmente um dogma mais racional e mais conforme com a justiça de Deus que o inferno, porque estabelece penas menos

rigorosas e resgatáveis para as faltas de gravidade mediana.

O princípio do purgatório é, pois, fundado na equidade, porque, comparado à justiça humana, é a detenção temporária a par da condenação perpétua. Que julgar de um país que só tivesse a pena de morte para os crimes e os simples delitos?

Sem o purgatório, só há para as almas duas alternativas extremas: a suprema felicidade ou o eterno suplício. E nessa hipótese, que seria das almas somente culpadas de ligeiras faltas? Ou compartilhariam da felicidade dos eleitos, ainda quando imperfeitas, ou sofreriam o castigo dos maiores criminosos, ainda quando não houvessem feito muito mal, o que não seria nem justo, nem racional.

2. – Mas, necessariamente, a noção do purgatório deveria ser incompleta, porque apenas conhecendo a penalidade do fogo fizeram dele um inferno menos tenebroso, visto que as almas aí também ardem, embora em fogo mais brando. Sendo o dogma das penas eternas incompatível com o progresso, as almas do purgatório não se livram dele por efeito do seu adiantamento, mas em virtude das preces que se dizem ou que se mandam dizer em sua intenção. E se foi bom o primeiro pensamento, outro tanto não acontece quanto às consequências dele decorrentes, pelos abusos que originaram. As preces pagas transformaram o purgatório em mina mais rendosa que o inferno. (1)

3. – Jamais foram determinados e definidos claramente o lugar do purgatório e a natureza das

penas aí sofridas. A Nova Revelação estava reservado o preenchimento dessa lacuna, explicando-nos a causa das terrenas misérias da vida, das quais só a pluralidade das existências poderia mostrar-nos a justiça.

Essas misérias decorrem necessariamente das imperfeições da alma, pois se esta fosse perfeita não cometeria faltas nem teria de sofrer-lhe as consequências. O homem que na Terra fosse em absoluto sóbrio e moderado, por exemplo, não padeceria enfermidades oriundas de excessos.

O mais das vezes ele é desgraçado por sua própria culpa, porém, se é imperfeito, é porque já o era antes de vir à Terra, expiando não somente faltas atuais, mas faltas anteriores não resgatadas. Repara em uma vida de provações o que a outrem fez sofrer em anterior existência. As vicissitudes que experimenta são, por sua vez, uma correção temporária e uma advertência quanto às imperfeições que lhe cumpre eliminar de si, a fim de evitar males e progredir para o bem. São para a alma lições da experiência, rudes às vezes, mas tanto mais proveitosas para o futuro, quanto profundas as impressões que deixam. Essas vicissitudes ocasionam incessantes lutas que lhe desenvolvem as forças e as faculdades intelectivas e morais. Por essas lutas a alma se retempera no bem, triunfando sempre que tiver denodo para mantê-las até ao fim.

O prêmio da vitória está na vida espiritual, onde a alma entra radiante e triunfadora como soldado que se destaca da refrega para receber a palma gloriosa.

4. – Em cada existência, uma ocasião se depara à alma para dar um passo avante; de sua vontade depende a maior ou menor extensão desse passo: franquear muitos degraus ou ficar no mesmo ponto. Neste último caso, e porque cedo ou tarde se impõe sempre o pagamento de suas dívidas, terá de recomeçar nova existência em condições ainda mais penosas, porque a uma nódoa não apagada ajunta outra nódoa.

É, pois, nas sucessivas encarnações que a alma se despoja das suas imperfeições, que se purga, em uma palavra, até que esteja bastante pura para deixar os mundos de expiação como a Terra, onde os homens expiam o passado e o presente, em proveito do futuro. Contrariamente, porém, à ideia que deles se faz, depende de cada um prolongar ou abreviar a sua permanência, segundo o grau de adiantamento e pureza atingido pelo próprio esforço sobre si mesmo. O livramento se dá, não por conclusão de tempo nem por alheios méritos, mas pelo próprio mérito de cada um, consoante estas palavras do Cristo: – A cada um, segundo as suas obras, palavras que resumem integralmente a justiça de Deus.

5. – Aquele, pois, que sofre nesta vida pode dizer-se que é porque não se purificou suficientemente em sua existência anterior, devendo, se o não fizer nesta, sofrer ainda na seguinte. Isto é ao mesmo tempo equitativo e lógico. Sendo o sofrimento inerente à imperfeição, tanto mais tempo se sofre quanto mais imperfeito se for, da mesma forma por que tanto mais tempo persistirá uma enfermidade quanto maior a demora

em tratá-la. Assim é que, enquanto o homem for orgulhoso, sofrerá as consequências do orgulho; enquanto egoísta, as do egoísmo.

6. – Devido às suas imperfeições, o Espírito culpado sofre primeiro na vida espiritual, sendo-lhe depois facultada a vida corporal como meio de reparação. É por isso que ele se acha nessa nova existência, quer com as pessoas a quem ofendeu, quer em meios análogos àqueles em que praticou o mal, quer ainda em situações opostas à sua vida precedente, como, por exemplo, na miséria, se foi mau rico, ou humilhado, se orgulhoso.

A expiação no mundo dos Espíritos e na Terra não constitui duplo castigo para eles, porém um complemento, um desdobramento do trabalho efetivo a facilitar o progresso. Do Espírito depende aproveitá-lo. E não lhe será preferível voltar à Terra, com probabilidades de alcançar o céu, a ser condenado sem remissão, deixando-a definitivamente? A concessão dessa liberdade é uma prova da sabedoria, da bondade e da justiça de Deus, que quer que o homem tudo deva aos seus esforços e seja o obreiro do seu futuro; que, infeliz por mais ou menos tempo, não se queixe senão de si mesmo, pois que a rota do progresso lhe está sempre franca.

7. – Considerando-se quão grande é o sofrimento de certos Espíritos culpados no mundo invisível, quanto é terrível a situação de outros, tanto mais penosa pela impotência de preverem o termo desses sofrimentos, poder-se-ia dizer que se acham no inferno, se tal vocábulo não implicasse a ideia de um castigo eterno e material.

Mercê, porém, da revelação dos Espíritos e dos exemplos que nos oferecem, sabemos que o prazo da expiação está subordinado ao melhoramento do culpado.

8. – O Espiritismo não nega, pois, antes confirma, a penalidade futura. O que ele destrói é o inferno localizado com suas fornalhas e penas irremissíveis. Não nega, outrossim, o purgatório, pois prova que nele nos achamos, e definindo-o precisamente, e explicando a causa das misérias terrestres, conduz à crença aqueles mesmos que o negam. Repele as preces pelos mortos? Ao contrário, visto que os Espíritos sofredores as solicitam; eleva-as a um dever de caridade e demonstra a sua eficácia para os conduzir ao bem e, por esse meio, abreviar-lhes os tormentos (¹¹³). Falando à inteligência, tem levado a fé a muito incrédulo, incutindo a prece no ânimo dos que a escarneciam. O que o Espiritismo afirma é que o valor da prece está no pensamento e não nas palavras, que as melhores preces são as do coração e não dos lábios, e, finalmente, as que cada qual murmura de si mesmo e não as que se mandam dizer por dinheiro. Quem, pois, ousaria censurá-lo?

9. – Seja qual for a duração do castigo, na vida espiritual ou na Terra, onde quer que se verifique, tem sempre um termo, próximo ou remoto. Na realidade não há para o Espírito mais que duas alternativas, a saber: - punição temporária e proporcional à culpa, e recompensa graduada segundo o mérito. Repele o Espiritismo a terceira alternativa, da eterna condenação. O inferno reduz-

se a figura simbólica dos maiores sofrimentos cujo termo é desconhecido. O purgatório, sim, é a realidade.

A palavra purgatório sugere a ideia de um lugar circunscrito: eis por que mais naturalmente se aplica à Terra do que ao Espaço infinito onde erram os Espíritos sofredores, e tanto mais quanto a natureza da expiação terrena tem os caracteres da verdadeira expiação.

Melhorados os homens, não fornecerão ao mundo invisível senão bons Espíritos; e estes, encarnando-se, por sua vez só fornecerão à Humanidade corporal elementos aperfeiçoados. A Terra deixará, então, de ser um mundo expiatório e os homens não sofrerão mais as misérias decorrentes das suas imperfeições.

Aliás, por esta transformação, que neste momento se opera, a Terra se elevará na hierarquia dos mundos. ⁽¹¹⁴⁾

10. – Mas, por que não teria o Cristo falado do purgatório? É que, não existindo a ideia, não havia palavra que a representasse.

O Cristo serviu-se da palavra inferno, a única usada, como termo genérico, para designar as penas futuras, sem distinção. Colocasse ele, ao lado da palavra inferno, uma equivalente a purgatório e não poderia precisar-lhe o verdadeiro sentido sem ferir uma questão reservada ao futuro; teria, enfim, de consagrar a existência de dois lugares especiais de castigo. O inferno em sua concepção genérica, revelando a ideia de punição, encerrava, implicitamente, a do purgatório, que não

é senão um modo de penalidade.

Reservado ao futuro o esclarecimento sobre a natureza das penas, competia-lhe igualmente reduzir o inferno ao seu justo valor. Uma vez que a Igreja, após seis séculos, houve por bem suprir o silêncio de Jesus quanto ao purgatório, decretando-lhe a existência, é porque ela julgou que ele não havia dito tudo. E por que não havia de dar-se sobre outros pontos o que com este se deu?

(1) O purgatório originou o comércio escandaloso das indulgências, por intermédio das quais se vende a entrada no céu. Este abuso foi a causa primaria da Reforma, levando Lutero a rejeitar o purgatório. ⁽¹¹⁵⁾

Sempre estamos falando que quem acredita no inferno não pode ter sido pai um dia; literalmente isso se aplica aos padres, pois é impossível imaginar um pai normal que vá querer aplicar a um filho um castigo eterno. Só que, apesar do absurdo, dizem que Deus o fará, contrariando a Jesus que disse: *“Se vocês, que são maus, sabem dar coisas boas a seus filhos, quanto mais o Pai de vocês que está no céu dará coisas boas aos que lhe pedirem.”* (Mateus 7,11).

Temos lançado um desafio aos detratores do Espiritismo para que nos provem que Deus tenha

criado o inferno. Se Deus não o criou no primeiro dia e nem quando dita as normas para o casal Adão e Eva, um outro momento ideal para criá-lo seria, obviamente, quando instituiu os Dez Mandamentos. Só que gostaríamos de ver alguém nos provando que lá tem algo assim: quem não cumprir nenhum um desses mandamentos irá para o inferno. Não há essa pena; daí, se Ele a aplicou aos que infringiram foi injusto, pois, nem a falha legislação humana aplica uma penalidade não prevista em lei; e nem ao menos um juízo sem defesa. Da mesma forma que os demônios foram absorvidos da cultura persa isso aconteceu com o inferno. Mas é útil manter esse conceito, pois é também com ele que amedrontam seus fiéis, para depois lhes tirar o dízimo como pagamento por lhes tirar do fogo do inferno pelo poder que Deus os investiu; é o que eles dizem.

A questão da ressurreição da carne é fruto da interpretação equivocada da teologia dogmática. É só ler Paulo em 1 Coríntios 15,35-58, de onde retirarmos somente o versículo 50: *“Eu lhes digo, irmãos, que a carne e o sangue não podem receber em herança o Reino de Deus, nem a corrupção*

herdar a incorruptibilidade.” Isso fulmina de vez com essa ideia absurda e totalmente anticientífica mantida por “cegos que guiam cegos”.

O interessante é que se alega que a palavra reencarnação não consta do Evangelho; podemos dizer o mesmo em relação a ressurreição da carne. Aliás, como ele cita Léon Denis, deveria ter visto esses argumentos dele na obra **Cristianismo e Espiritismo**:

Por outro lado, se consultarmos com atenção as Escrituras, notaremos que o sentido grosseiro atribuído à ressurreição, em nossos dias, pela Igreja, não se justifica absolutamente. Aí não encontraremos a expressão: ressurreição da carne, mas antes: ressuscitar dentre os mortos (*a mortuis resurgere*), e, num sentido mais geral: a ressurreição dos mortos (*resurrectio mortuorum*). É grande a diferença.

Segundo os textos, a ressurreição tomada no sentido espiritual é o renascimento na vida do além-túmulo, a espiritualização da forma humana para os que dela são dignos, e não a operação química que reconstituísse elementos materiais; é a purificação da alma e do seu perispírito, esboço fluídico que conforma o corpo material para o tempo de vida terrestre.

É o que o apóstolo se esforçava por fazer

compreender ⁽¹¹⁶⁾:

“Semeia-se o corpo em corrupção, ressuscitará em incorrupção; semeia-se em vileza, ressuscitará em glória; semeia-se em fraqueza, ressuscitará em vigor. *E semeado o corpo animal, ressuscitará o corpo espiritual.* Eu vo-lo digo, meus irmãos, a carne e o sangue não podem possuir o reino de Deus, nem a corrupção possuirá a incorruptibilidade.”

Muitos teólogos adotam essa interpretação, dando aos corpos ressuscitados propriedades desconhecidas da matéria carnal, fazendo-os “luminosos, ágeis como Espíritos, sutis como o éter, e impassíveis” ⁽¹¹⁷⁾.

Tal o verdadeiro sentido da ressurreição dos mortos, como os primeiros cristãos a entendiam. Se vemos, em uma época posterior, aparecer em certos documentos, e em particular no símbolo apócrifo dos apóstolos, a expressão “ressurreição da carne”, é isso sempre no sentido da reencarnação ⁽¹¹⁸⁾ – isto é, de volta à vida material – ato pelo qual a alma reveste uma nova carne para percorrer o campo de suas existências terrestres. ⁽¹¹⁹⁾ (itálico do original)

E não sabemos de onde o sr. bispo retirou que não acreditamos no Juízo final; acreditamos que, de tempos em tempos, há um juízo sobre toda a humanidade, de tal sorte que os espíritos pertinazes no erro serão banidos daqui para planetas inferiores,

locais “onde haverá prantos e ranger de dentes”. Dessa forma, somente ficarão aqui, os espíritos propensos ao bem; assim, é com esse juízo que se cumprirá a profecia de que os mansos herdarão a Terra (Mateus 5,5).

Mas, se eles acham que em Mateus se está falando no juízo final, aquele que acreditam que acontecerá, quando supõem que o nosso mundo acabará, não. Antes dessa inevitável ocorrência, todos os espíritos, que porventura estejam habitando a Terra, serão levados a outros mundos, se não for o caso dela já não mais ser um planeta destinado a habitação de espíritos.

Retificando o sr. bispo, não renunciados ao Credo Cristão; renunciamos, sim, e não há como ser de outra forma, ao credo CATÓLICO, o que é bem diferente. Sutilmente o sr. bispo faz seus fiéis confundirem credo do catolicismo com credo cristão, para que o sigam fielmente, já que, em geral, não têm coragem e conhecimento para contestar o que a sua liderança diz.

Se seguir o Espiritismo é “desvio doutrinário

muito perigoso” de acordo com a conclusão que os bispos chegaram; com certeza, não é porque ele seja algo de ruim, mas pelo motivo de representar um grave perigo à hegemonia católica no Brasil, pois a única coisa com que a Igreja se preocupou até hoje foi em se manter no poder; caso contrário, teríamos um povo menos violento e mais cumpridor de seus deveres cristãos. Só que, por razões de justiça, deveria também estender a todas as outras correntes religiosas o que aplica a nós, pois sua justificativa é que não seguimos a verdade da “santa Fé”, coisa que os crentes das outras correntes também não o fazem.

Sim, sr. bispo, o católico tem muitos motivos para não seguir o Espiritismo; mas o primeiro e o mais forte é que, o seguindo, deixará de frequentar a sua Igreja. Agora, não se preocupe, já o dissemos, não andamos atrás de adeptos.

Quanto à questão do Espiritismo não ser cristão, julgamos ser isso má-fé da parte do nosso prelado, pois pelo que deve ter lido nos livros espíritas, sabe que sua afirmação não é verdadeira. O máximo que poderia falar, para ser honesto

consigo mesmo, é dizer que os Espíritas não interpretam os ensinamentos de Jesus como a Igreja Católica interpreta; isso é um fato incontestável. Inclusive, é uma situação que não fazemos a mínima questão de mudar, pois temos plena liberdade de interpretá-los da forma que acharmos melhor, de acordo com o nosso nível de conhecimento e sem a mínima preocupação em lotar as casas espíritas, já que não cobramos dízimo; só vai lá quem quer ou aqueles que acham necessitar de uma ajuda espiritual, a qual, por amor, prestamos a todos indistintamente, seguindo expressa recomendação de Jesus quanto ao dar de graça o que de graça recebemos (Mateus 10,8).

A PROIBIÇÃO DIVINA DA EVOCAÇÃO

Vimos que a evocação ou a manifestação provocada das almas dos falecidos, que são os “espíritos” do espiritismo, especifica, caracteriza e define o movimento suscitado por Allan Kardec. Sem evocação não há espiritismo. A evocação é a base da doutrina codificada por Allan Kardec.

Entretanto, a evocação não foi inventada por Allan Kardec. A sua prática já era conhecida nos tempos do Antigo Testamento. As gentes no meio das quais vivia o povo judeu a conheciam e praticavam abundantemente. Mas o próprio

Deus proibiu então severamente a evocação. Os textos são abundantes. Basta ler: Êxodo 22,17; Levítico 19,31; Levítico 20,6; Levítico 20,27; Deuteronômio 18,10-14; 2 Reis 17,17; 2 Reis 21,6; Isaías 8,19-20 e, de maneira particular, 1 Samuel 28,3-25.

Vejamos Deuteronômio 18,10-14: *Que em teu meio não se encontre alguém que' faça presságios, oráculos, adivinhações ou magia, ou que pratique encantamentos, interroque espíritos ou adivinhos, ou evoque os mortos; pois quem pratica essas coisas é abominável a lahweh, e é por causa dessas abominações que lahweh teu Deus os desalojará em teu favor. Tu serás íntegro para com lahweh teu Deus. Eis que as nações que vais conquistar ouvem os oráculos e adivinhos. Quanto a ti, isso não te é permitido por lahweh teu Deus.*

A proibição divina é clara, repetida, enérgica e severíssima.

Este mandamento divino não foi revogado na Nova Aliança. Basta ler Atos dos Apóstolos 13,6-12; 16,16-18; 19,11-20. Neste último texto, descreve-se a atividade e a pregação de Paulo em Éfeso, com um resultado surpreendente: *Muitos daqueles que haviam crido vinham-se confessar e revelar as suas práticas. Grande número dos que se haviam dado à magia amontoavam os seus livros e os queimavam na presença de todos. E estimaram o valor deles em cinquenta mil peças de prata.* Deviam ser muitos os livros de magia! O fato de eles terem queimado esses livros só se explica se admitirmos que o Apóstolo falou fortemente contra tais práticas.

Na carta aos Gálatas (5,20-21), declara o mesmo Apóstolo que os que se entregam à magia *não herdarão o Reino de Deus*. E São João, no Apocalipse, revela que a parte dos magos se encontra no lago de fogo e enxofre (21,8); e que, na hora do julgamento, eles ficarão de fora da Cidade eterna (22,15).

Posteriormente, a Igreja sempre se manteve fiel a esta rigorosa interdição divina de evocar os falecidos. No último Concílio, o Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium* (1964), temendo que a doutrina sobre a nossa comunicação espiritual com os falecidos pudesse dar azo a interpretações do tipo espiritista, acrescentou ao texto a nota nº. 2 “contra qualquer forma de evocação dos espíritos”, coisa que, segundo esclareceu a Comissão teológica responsável pela redação do texto, nada tem a ver com a “sobrenatural comunhão dos santos”.

A Comissão definia então mais claramente o que se proíbe: “A evocação pela qual se pretende provocar, por meios humanos, uma comunicação perceptível com os espíritos ou almas separadas, com o fim de obter mensagens ou outros tipos de auxílio”.

É exatamente isso o que o espiritismo pretende fazer.

O Concílio Vaticano II remete-nos então a vários documentos anteriores da Santa Sé, principalmente à declaração de 4 de setembro de 1856 e à resposta de 24 de abril de 1917. Na declaração de 4 de agosto de 1856, precisamente quando o católico Allan Kardec se iniciava na arte

da evocação, era repetida a interdição de “evocar as almas dos mortos e pretender receber as suas respostas”.

No documento de 24 de abril de 1917 também se declarava ilícito" assistir a sessões ou manifestações espiritistas, sejam elas realizadas ou não com o auxílio de um médium, com ou sem hipnotismo, sejam quais forem estas sessões ou manifestações, mesmo que aparentemente simulem honestidade ou piedade; quer interrogando almas ou espíritos, ou ouvindo-lhes as respostas, quer assistindo a elas com o protesto tácito ou expresso de não querer ter qualquer relação com espíritos malignos".

Esta é a orientação oficial da Igreja.

Mas a Igreja, por seu magistério oficial, nunca se pronunciou nem sobre a verdade histórica ou autenticidade, nem sobre a natureza, nem sobre a causa dos fenômenos mediúnicos ou próprios do espiritismo. Por isso:

a) nenhuma das várias interpretações propostas sobre a natureza ou a causa dos fenômenos mediúnicos – nem mesmo a interpretação espírita - foi censurada, rejeitada ou condenada oficialmente pela Igreja;

b) não corresponde à verdade dizer que a Igreja endossa oficialmente a interpretação que vê nos fenômenos mediúnicos uma intervenção preternatural do diabo;

c) jamais a Igreja proibiu o estudo ou a investigação científica dos fenômenos mediúnicos. O católico não está absolutamente proibido de

estudar a metapsíquica ou a parapsicologia.

O que a Igreja faz, fez e continuará a fazer, por ser esta a sua missão específica, é recordar o mandamento divino que proíbe evocar os falecidos ou outros espíritos quaisquer. Esta proibição vem de Deus, não da Igreja, que não tem nem autoridade nem competência para modificar ou revogar uma lei, determinação ou proibição divina.

Para resolver a questão *moral* da prática do Espiritismo, pouco importa saber se os espíritos de fato conseguem ou não evocar espíritos em suas sessões; pois se o conseguem, não há dúvida a respeito da evocação e, por conseguinte, da desobediência; se não o conseguem, é certo que eles têm ao menos a *intenção*, o propósito ou a vontade deliberada de evocar e, portanto, de transgredir um mandamento divino. E isto basta para um pecado formal.

É necessário observar também a diferença fundamental entre *invocação* e *evocação*: esta sempre pretende uma comunicação perceptível provocada por iniciativa do homem; aquela é apenas uma forma de prece ou súplica. E é evidente que a invocação é um ato bom e cristão, expressão da comunhão dos santos. ⁽¹²⁰⁾

Em ***O Livro dos Médiuns***, Allan Kardec deixou bem claro que:

No Espiritismo, a questão dos Espíritos é secundária e consecutiva; não constitui o ponto de

partida. Este precisamente o erro em que caem muitos adeptos e que, amiúde, os leva a insucesso com certas pessoas. Não sendo os Espíritos senão as almas dos homens, o verdadeiro ponto de partida é a existência da alma. Ora, como pode o materialista admitir que, fora do mundo material, vivam seres, estando crente de que, em si próprio, tudo é matéria? Como pode crer que, exteriormente à sua pessoa, há Espíritos, quando não acredita ter um dentro de si? Será inútil acumular-lhe diante dos olhos as provas mais palpáveis. Contesta-las-á todas, porque não admite o princípio. ⁽¹²¹⁾

Então, a proposta do Espiritismo é provar que a alma é imortal; entretanto, ao invés disso causar espécie aos materialistas, está deixando irritados os que se dizem espiritualistas, cujas ideias encontrariam apoio justamente nisso.

Estamos plenamente de acordo com o sr. bispo: a evocação não foi inventada por Allan Kardec. A possibilidade da comunicação dos mortos com os vivos existe desde quando apareceu o homem sobre a Terra; assim, é que, em todas as culturas, encontraremos vestígios dessa prática, incluindo os judeus, é claro. Essa universalidade do fato é um bom argumento para se juntar às provas

dessa realidade, negada por uns e contradita por outros.

A própria Bíblia está recheada de fenômenos de comunicação de seres espirituais com os homens, a ponto de se admitir que o próprio Deus tenha se manifestado a algumas pessoas. O que ainda não conseguimos entender é porque Deus criou a realidade do intercâmbio entre os habitantes do plano físico e espiritual, em vez de simplesmente não ter criado essa possibilidade, que lhe seria extremamente fácil. Será que a criou somente para ter o prazer de punir os infratores? Tem algum sentido isso?

Vamos analisar todas as passagens citadas pelo sr. bispo, como “severas proibições de evocar os mortos”.

Êxodo 22,17: *“Não deixarás viver aquela que pratica a **magia**.”*

Levítico 19,1: *“Não se dirijam aos **necromantes**, nem consultem adivinhos, porque eles tornariam vocês impuros. Eu sou Javé, o Deus de vocês.”*

Levítico 20,6: *“Quem recorrer aos*

necromantes e adivinhos, para se prostituir com eles, eu me voltarei contra esse homem e o eliminarei do seu povo.”

Levítico 20,27: “O homem ou mulher que pratica a **necromancia** ou adivinhação, é réu de morte. Será apedrejado, e o seu sangue cairá sobre ele.”

2 Reis 17,17: “Sacrificaram no fogo seus filhos e filhas, praticaram a adivinhação e a magia, e se venderam para praticar o mal diante de Javé, provocando a ira dele.”

2 Reis 21,6: “Sacrificou seu filho no fogo; praticou adivinhação e magia, estabelecendo necromantes e adivinhos. E multiplicando as ações que Javé reprovava, ele provocou a sua ira.”

Nas quatro primeiras passagens o que se está proibindo é a prática da magia, a da necromancia e a da adivinhação, coisas que nada têm a ver com o Espiritismo, a não ser por má-fé daqueles que querem relacioná-las às nossas práticas. As duas últimas relatam pessoas usando dessas práticas. Mas, sobre isso, recorramos às obras **O Céu e o Inferno** e **O Que é o Espiritismo**, para deixar o próprio Allan Kardec argumentar:

9. – “Por meio das operações da moderna magia vemos reproduzirem-se no presente as evocações, as consultas, as curas e os sortilégios que ilustraram os templos dos ídolos e os antros das sibilas.”

Nós perguntamos: que há de comum entre as operações da magia e as evocações espíritas?

Houve tempo em que tais operações faziam fé e acreditava-se na sua eficácia, mas hoje são simplesmente ridículas. Ninguém as toma a sério, e o Espiritismo condena-as. Na época em que florescera a magia, era imperfeita a noção sobre a natureza dos Espíritos, geralmente havidos por seres dotados de poder sobre-humano.

A troca da própria alma, ninguém os evocava que não fosse para obter favores da sorte e da fortuna, achar tesouros, revelar o futuro ou obter filtros. A magia com seus sinais, fórmulas e práticas cabalísticas era increpada de fornecer segredos para operar prodígios, constranger Espíritos a ficarem às ordens dos homens e satisfazerem-lhes os desejos. Hoje sabemos que os Espíritos são as almas dos mortos e não os evocamos senão para receber conselhos dos bons, moralizar os maus e continuar relações com seres que nos são caros. Eis o que diz o Espiritismo a tal respeito:

10. Não podereis obrigar nunca a presença de um Espírito vosso igual ou superior em moralidade, por vos faltar autoridade sobre ele; mas, do vosso inferior, e sendo para seu benefício, consegui-lo-eis, visto como outros Espíritos vos secundam. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XXV.)

– A mais essencial de todas as disposições para evocar é o recolhimento, quando desejarmos tratar com Espíritos sérios. Com a fé e o desejo do bem, mais aptos nos tornamos para evocar Espíritos superiores. Elevando nossa alma por alguns instantes de concentração no momento de evocá-los, identificamo-nos com os bons Espíritos, predispondo a sua vinda. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XXV.)

– Nenhum objeto, medalha ou talismã tem a propriedade de atrair ou repelir Espíritos, pois a matéria ação alguma exerce sobre eles. Nunca um bom Espírito aconselha tais absurdos. A virtude dos talismãs só pode existir na imaginação de pessoas simplórias. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XXV.)

– Não há fórmulas sacramentais para evocar Espíritos. Quem quer que pretendesse estabelecer uma fórmula, poderia ser tachado de usar de charlatanismo, visto que para os Espíritos puros a fórmula nada vale. A evocação deve, porém, ser feita sempre em nome de Deus. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XVII.)

– Os Espíritos que prefixam entrevistas em lugares lúgubres, e a horas indevidas, são os que se divertem a custa de quem os ouve. É sempre inútil e muitas vezes perigoso ceder a tais sugestões; inútil, porque nada se ganha além de uma mistificação, e perigoso, não pelo mal que possam fazer os Espíritos, mas pela influência que tais fatos podem exercer sobre cérebros fracos. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XXV.)

– Não há dias nem horas mais especialmente

propícios às evocações: isso, como tudo que é material, é completamente indiferente aos Espíritos, além de ser supersticiosa a crença em tais influências. Os momentos mais favoráveis são aqueles em que o evocador pode abstrair-se melhor das suas preocupações habituais, calmo de corpo e de espírito. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XXV.)

– A crítica malévola apraz-se em representar as comunicações espíritas revestidas das práticas ridículas e supersticiosas da magia e da nigromancia. Entretanto, se os que falam do Espiritismo, sem conhecê-lo, procurassem estudá-lo, poupariam trabalhos de imaginação e alegações que só servem para demonstrar a sua ignorância e má-vontade.

Para conhecimento das pessoas estranhas à ciência, diremos que não há horas mais propícias, umas que outras, como não há dias nem lugares, para comunicar com os Espíritos. Diremos mais: que não há fórmulas nem palavras sacramentais ou cabalísticas para evocá-los; que não há necessidade alguma de preparo ou iniciação; que é nulo o emprego de quaisquer sinais ou objetos materiais para atraí-los ou repeli-los, bastando para tanto o pensamento; e, finalmente, que os médiuns recebem deles as comunicações sem sair do estado normal, tão simples e naturalmente como se tais comunicações fossem ditadas por uma pessoa vivente. Só o charlatanismo poderia emprestar às comunicações formas excêntricas, enxertando-lhes ridículos acessórios. (O que é o Espiritismo, cap. II, nº 49.)

– O futuro é vedado ao homem por princípio, e só em casos raríssimos e excepcionais é que Deus faculta a sua revelação. Se o homem conhecesse o futuro, por certo que negligenciaria o presente e não agiria com a mesma liberdade. Absorvidos pela ideia da fatalidade de um acontecimento, ou procuramos conjurá-lo ou não nos preocupamos dele. Deus não permitiu que assim fosse, a fim de que cada qual concorresse para a realização dos acontecimentos mesmos, que porventura desejaria evitar. Ele permite, no entanto, a revelação do futuro, quando o conhecimento prévio de uma coisa não estorva, mas facilita a sua realização, induzindo a procedimento diverso do que se teria sem tal circunstância. (O Livro dos Espíritos, Parte 3ª, cap. X).

– Os Espíritos não podem guiar descobertas nem investigações científicas. A Ciência é obra do gênio e só deve ser adquirida pelo trabalho, pois é por este que o homem progride. Que mérito teríamos nós se, para tudo saber, apenas bastasse interrogar os Espíritos? Por esse preço, todo imbecil poderia tornar-se sábio. O mesmo se dá relativamente aos inventos e descobertas da indústria. Chegado que seja o tempo de uma descoberta, os Espíritos encarregados da sua marcha procuram o homem capaz de levá-la a bom termo e inspiram-lhe as ideias necessárias, isto de molde a não lhe tirar o respectivo mérito, que está na elaboração e execução dessas ideias. Assim tem sido com todos os grandes trabalhos da inteligência humana. Os Espíritos deixam cada indivíduo na sua esfera: do homem apenas apto para lavrar a terra não fazem depositários dos

segredos de Deus, mas sabem arrancar da obscuridade aquele que se mostra capaz de secundar-lhes os desígnios. Não vos deixeis, por conseguinte, dominar pela ambição e pela curiosidade, em terreno alheio ao do Espiritismo, que tais fitos não tem, pois com eles só conseguireis as mais ridículas mistificações. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XXVI.)

– Os Espíritos não podem concorrer para a descoberta de tesouros ocultos. Os superiores não se ocupam de tais coisas e só os zombeteiros podem entreter-se com elas, já indicando tesouros que o mais das vezes não existem, já apontando sítios diametralmente opostos àqueles em que realmente existem. Esta circunstância tem, contudo, uma utilidade, qual a de mostrar que a verdadeira fortuna reside no trabalho. Quando a Providência tem destinado a alguém quaisquer riquezas ocultas, esse alguém as encontrará naturalmente; do contrário não, nunca. (O Livro dos Médiuns, 2ª Parte, cap. XXVI.)

– Esclarecendo-nos sobre as propriedades dos fluidos – agentes e meios de ação do mundo invisível constituindo uma das forças e potências da Natureza – o Espiritismo nos dá a chave de inúmeros fatos e coisas inexplicadas e inexplicáveis de outro modo, fatos e coisas que passaram por prodígios, em outras eras. Do mesmo modo que o magnetismo, ele nos revela uma lei, senão desconhecida, pelo menos incompreendida, ou então, para melhor dizer, efeitos de todos os tempos conhecidos, pois que de todos os tempos se produziram, mas cuja lei se

ignorava e de cuja ignorância brotava a superstição. Conhecida essa lei, desaparece o maravilhoso e os fenômenos entram para a ordem das coisas naturais. Eis por que os Espíritos não produzem milagres, fazendo girar as mesas ou escrever os mortos, como milagre não faz o médico em restituir à vida o moribundo, e o físico provocando a queda do raio. Quem pretendesse fazer milagres pelo Espiritismo não passaria de ignorante, ou então de mero prestidigitador. (O Livro dos Médiuns, 1ª Parte, cap. II.)

Pessoas há que fazem das evocações uma ideia muito falsa: há mesmo quem acredite que os mortos evocados se apresentam com todo o aparelho lúgubre do túmulo. Tais suposições podem ser atribuídas ao que vemos nos teatros ou lemos nos romances e contos fantásticos, onde os mortos aparecem amortalhados com o chocalhar dos ossos.

O Espiritismo, que nunca fez milagres, também não faz esse, pois que jamais fez reviver um corpo morto. O Espírito, fluídico, inteligente, esse não baixa à campa com o grosseiro invólucro, que lá fica definitivamente. Separa-se dele no momento da morte, e nada mais têm de comum entre si. (O que é o Espiritismo, cap. II, n.º 48.) ⁽¹²²⁾

15. – As acusações formuladas pela Igreja, contra as evocações, não atingem, portanto, o Espiritismo, porém as práticas da magia, com a qual este nada tem de comum. O Espiritismo condena tanto quanto a Igreja as referidas práticas, ao mesmo tempo que não confere aos Espíritos

superiores um papel indigno deles, nem algo pergunta ou pretende obter sem a permissão de Deus.

Certo, pode haver quem abuse das evocações, quem delas faça um jogo, quem lhes desnature o caráter providencial em proveito de interesses pessoais, ou ainda quem por ignorância, leviandade, orgulho ou ambição se afaste dos verdadeiros princípios da Doutrina; o verdadeiro Espiritismo, o Espiritismo sério os condena porém, tanto quanto a verdadeira religião condena os crentes hipócritas e os fanáticos. Portanto, não é lógico nem razoável imputar ao Espiritismo abusos que ele é o primeiro a condenar, e os erros daqueles que o não compreendem. Antes de formular qualquer acusação, convém saber se é justa. Assim, diremos: A censura da Igreja recai nos charlatães, nos especuladores, nos praticantes de magia e sortilégio, e com razão. Quando a crítica religiosa ou céptica, dissecando abusos, profliga o charlatanismo, não faz mais que realçar a pureza da sã doutrina, auxiliando-a no expurgo de maus elementos e facilitando-nos a tarefa. O erro da crítica está no confundir o bom e o mau, o que muitas vezes sucede pela má-fé de alguns e pela ignorância do maior número. Mas a distinção que uma tal crítica não faz, outros a fazem. Finalmente, a censura aplicada ao mal e à qual todo espírito sincero e reto se associa, essa nem prejudica nem afeta a Doutrina. ⁽¹²³⁾

Só a malevolência e uma rematada má-fé puderam confundir o Espiritismo com a magia e a feitiçaria, quando aquele repudia o fim, as práticas,

as fórmulas e as palavras místicas destas. Alguns chegaram mesmo a comparar as reuniões espíritas às assembleias do *sabbat*, nas quais se espera o soar da meia-noite, para que os fantasmas apareçam. ⁽¹²⁴⁾

Os médiuns e os feiticeiros

V. – Desde que a mediunidade não é mais que um meio de entrar em relação com as potências ocultas, médiuns e feiticeiros são mais ou menos a mesma coisa.

A.K. – Em todos os tempos houve médiuns naturais e inconscientes que, pelo simples fato de produzirem fenômenos insólitos e incompreendidos, foram qualificados de feiticeiros e acusados de pactuarem com o diabo; foi o mesmo que se deu com a maioria dos sábios que dispunham de conhecimentos acima do vulgar. A ignorância exagerou seu poder e, muitas vezes, eles mesmos abusaram da credulidade pública, explorando-a; daí a justa reprovação que os feriu.

Basta-nos comprar o poder atribuído aos feiticeiros com a faculdade dos verdadeiros médiuns, para conhecermos a diferença, mas a maioria dos críticos não se quer dar a esse trabalho.

Longe de fazer reviver a feitiçaria, o Espiritismo a aniquila, despojando-a do seu pretenso poder sobrenatural, das suas fórmulas, engrimações, amuletos e talismãs, e reduzindo a seu justo valor os fenômenos possíveis, sem sair das leis naturais.

A semelhança que certas pessoas pretendem

estabelecer, provém do erro em que estão, julgando que os Espíritos estão às ordens dos médiuns; repugna à sua razão crer que um indivíduo qualquer possa, à vontade, fazer comparecer o Espírito tal ou tal personagem, mais ou menos ilustre; nisto eles estão perfeitamente com a verdade, e, se antes de apedrejarem o Espiritismo, se tivessem dado ao trabalho de estudá-lo, veriam que ele diz positivamente que os Espíritos não estão sujeitos aos caprichos de ninguém, que ninguém pode, à vontade, constrangê-los a responder ao seu chamado; do que se conclui que os médiuns não são feiticeiros:
(¹²⁵)

Quem teve o cuidado de ler as obras espíritas não falaria que nos entregamos à magia; a única coisa que define o que o sr. bispo disse é: “Só a malevolência e uma rematada má-fé puderam confundir o Espiritismo com a magia e a feitiçaria”, conforme disse o próprio Allan Kardec.

Levítico 20,27: *“O homem ou mulher que pratica a necromancia ou adivinhação, é réu de morte. Será apedrejado, e o seu sangue cairá sobre ele.”*

Voltamos a essa passagem, pois ela é a prova inequívoca que todas essas proibições não são

provenientes de Deus, uma vez que Ele não poderia se contradizer, já que não há como conciliar a pena aqui imposta com o “*não matarás*”.

Moisés, necessitando manter a ideia de um Deus único, procurou impedir o povo hebreu de qualquer coisa que pudesse dificultar esse objetivo. É por isso que proibiu a evocação dos mortos, da forma como o faziam as nações vizinhas, uma vez que consideram os espíritos como se fossem deuses. Mais à frente, na passagem de 1Sm 28, provaremos o que aqui estamos dizendo. Assim, para dar maior respaldo ao que tinha em mente, Moisés disse que provinha de Deus. Outras passagens para corroborar essa afirmativa:

Êxodo 21,12: “*Quem ferir a outro de modo que este morra, também **será morto.***”

Êxodo 21,15: “*Quem ferir a seu pai ou a sua mãe, **será morto.***”

Êxodo 21,16: “*O que **raptar a alguém, e o vender, ou for achado na sua mão, será morto.***”

Êxodo 21,17: “*Quem **amaldiçoar a seu pai ou a sua mãe, será morto.***”

Êxodo 22,19: “**Quem tiver coito com animal, será morto.**”

Êxodo 22,20: “**Quem sacrificar aos deuses, e não somente ao Senhor, será destruído.**”

Êxodo 31,14: “**Portanto guardareis o sábado, porque santo é para vós outros; aquele que o profanar morrerá; pois qualquer que nele fizer alguma obra será eliminado do meio do seu povo.**”

Levítico 20,9: “**Se um homem amaldiçoar a seu pai ou a sua mãe, será morto: amaldiçoou a seu pai ou a sua mãe; o seu sangue cairá sobre ele.**”

Levítico 20,10: “**Se um homem adulterar com a mulher do seu próximo, será morto o adúltero e a adúltera.**”

Levítico 20,13: “**Se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram coisa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles.**”

Deuteronômio 21,18-21: “**Se alguém tiver um filho contumaz e rebelde, que não obedece à voz de seu pai e à de sua mãe, e, ainda castigado, não lhes dá ouvidos, pegarão nele seu pai e sua mãe e o levarão aos anciãos da cidade, à sua porta, e lhes dirão: Este nosso filho é rebelde e contumaz, não dá ouvidos à**

*nossa voz: é dissoluto e beberrão. Então todos os homens da sua cidade o **apedrejarão, até que morra**; assim eliminarás o mal do meio de ti: todo o Israel ouvirá e temerá.”*

Tanto é verdade que essas passagens não possuem como origem a vontade divina, que não vemos a Igreja defender a sua aplicação para os casos ali mencionados. Entretanto, a incoerência do sr. bispo é flagrante, pois não cumpre nenhuma dessas; mas nos exige cumprir as que se relacionam à evocação dos mortos, mesmo sabendo não ser isso o que fazemos. Ou será que teremos que cumprir as que o sr. bispo escolheu a dedo para serem aplicadas a nós? Portanto, sr. bispo, não vale sua afirmativa de que “a proibição divina é clara, repetida, enérgica e severíssima”, muito apropriada aos néscios ou àqueles que não sabem que estão sendo iludidos.

Para uma melhor evidência de como age a liderança da Igreja de Roma, vamos separar Deuteronômio 18,10-14 e Is 8,18-20, conforme as seguintes publicações católicas da Bíblia:

Ave-Maria

Deuteronômio 18,10-11: *“Não se ache no meio de ti quem faça passar pelo fogo seu filho ou sua filha, nem quem se dê à adivinhação, à astrologia, aos agouros, ao feiticismo, à magia, **ao espiritismo**, à adivinhação ou **à evocação dos mortos.**”*

Isaías 8,19: *“Se vos disserem: **Consultai os espíritos dos mortos**, os adivinhos, os que conhecem segredos e dizem em voz baixa: Porventura um povo não deve consultar os seus deuses*? Consultar os mortos a favor dos vivos?”*

* Em nota: seus deuses: os espíritos dos antepassados.

Barsa

Deuteronômio 18,10-11: *“nem se ache entre vós quem pretenda purificar seu filho, ou filha, fazendo-os passar pelo fogo: nem quem consulte adivinhos, ou observe sonhos e agouros, nem quem seja feiticeiro, ou encantador, **nem quem consulte Píton** ou adivinhos, **nem quem indague dos mortos a verdade.**”*

Isaías 8,19: *“E quando vos disserem: **Consultai os pitões**, e os adivinhos, que murmuram em segredo em seus*

encantamentos: Acaso não consultará o povo ao seu Deus, há de ir falar com os mortos acerca dos vivos?”

Bíblia de Jerusalém

Deuteronômio 18,10-11: *“Que em teu meio não se encontre alguém que queime seu filho ou sua filha, nem faça presságio, oráculo, adivinhação ou magia, ou que pratique encantamentos, **que interrogue espíritos** ou adivinhos, ou ainda que **invoque os mortos.**”*

Isaías 8,19: *“Se vos disserem: 'Ide **consultar os espíritos** e os adivinhos, cochichadores e balbucidores', não consultará o povo os seus deuses, e os mortos a favor dos vivos?”*

Bíblia do Peregrino

Deuteronômio 18,10-11: *“Não haja entre os teus quem queime seus filhos ou filhas, nem adivinhos, nem astrólogos, nem agoureiros, nem feiticeiros, nem encantadores, **nem espiritistas**, nem adivinhos, **nem necromantes.**”*

Isaías 8,19: *“Certamente vos dirão: **Consultai os espíritos** e adivinhos, que*

sussurram e cochicham: um povo não consulta seus deuses e os mortos a respeito dos vivos, em busca de instruções seguras?”

Pastoral

Deuteronômio 18,10-11: “Não haja em teu meio alguém que queime seu filho ou filha, nem que faça presságio, pratique astrologia, adivinhação ou magia, nem que pratique encantamentos, **consulte espíritos** ou adivinhos, ou também que **invoque os mortos.**”

Isaías 8,19: “Quando disserem a vocês: '**Consultem os espíritos** e adivinhos, que sussurram e murmuram fórmulas; por acaso, um povo não deve consultar seus deuses e consultar os mortos em favor dos vivos?’”

Paulinas

Deuteronômio 18,10-11: “Não se ache entre vós quem purifique seu filho ou sua filha, fazendo-os passar pelo fogo, nem quem consulte adivinhos ou observe sonhos e agouros, nem quem use malefícios, nem quem seja encantador, nem quem **consulte aos nigromantes**, ou

*adivinhos, ou **indague dos mortos a verdade.***”

Isaías 8,19: “E, quando vos disserem: **Consultai os magos** e os adivinhos, que murmuram em segredo nos seus encantamentos, (respondei): Porventura o povo não há de consultar o seu Deus? Há de ir falar com os mortos acerca dos vivos?”

Santuário

Deuteronômio 18,10-11: “Não haja ninguém no meio de ti que faça passar pelo fogo o seu filho ou a sua filha; ou se dê à prática de encantamento, ou se entregue à augúrios, à adivinhação ou à magia, ao feiticismo, **ao espiritismo**, aos sortilégios ou à **evocação dos mortos.**”

Isaías 8,19: “Hão de dizer-vos: **consultai os espíritos** e os adivinhos que murmuram e segredam. Porventura o povo não deve consultar os seus deuses e consultar os mortos acerca dos vivos para obter uma revelação e um testemunho?”

Vozes

Deuteronômio 18,10-11: “Não haja em teu

*meio quem faça passar pelo fogo o filho ou a filha, nem quem se dê à adivinhação, nem haja astrólogo nem macumbeiro nem feiticeiro; nem quem se dê à magia, **consulte médiuns**, interrogue espíritos ou **evoque os mortos**.”*

Isaías 8,19: “Se vos disserem: '**Consultai os necromantes** e os adivinhos que sussurram e murmuram'; acaso não consultará um povo os seus deuses, os mortos em favor dos vivos?”

Colocaremos agora, para comparação, a tradução feita por Severino Celestino, estudioso espírita, autor do livro ***Analisando as Traduções Bíblicas***:

Deuteronômio 18,9-11: “Não se achará em ti quem faça passar seu filho ou sua filha pelo fogo, nem adivinhador, nem feiticeiro, nem agoureiro, nem cartomante, nem bruxo, nem mago, nem quem **consulte o necromante** e o adivinho, **nem quem exija a presença dos ‘mortos’**.”

Isaías 8,19: “E se vos disserem **consulte ou exija a presença dos antepassados ou dos patriarcas** e dos adivinhos, cochichadores e balbuciadores. Por acaso o povo não poderá exigir a presença dos seus deuses? Consultar

os mortos em favor dos vivos?”

Embora todos os tradutores católicos digam que seus textos guardam fidelidade aos textos originais, percebemos claramente que só se for naquilo que lhes interessam, pois, como provamos acima, existem passagens que contêm palavras que são colocadas propositalmente para atingir uma outra corrente filosófico-religiosa, qual seja o Espiritismo, que, por questão de ética, não segue o mesmo comportamento utilizado por eles.

Quem sabe se esses tradutores católicos se esqueceram de que os vocábulos **médium, espírita, espiritista e Espiritismo** foram neologismos criados por Kardec em 18 de abril de 1857, quando da publicação de *O Livro dos Espíritos*, conforme ele mesmo diz na sua introdução. Assim, se encontramos tais termos em textos bíblicos só há uma explicação para esse fato: **vergonhosa adulteração para combater o Espiritismo**; qualquer pessoa sensata verá isso, comportamento que, por razões óbvias, não seria de se esperar de um bispo.

Observar que, a bem da verdade, qualquer palavra que fosse usada deveria estar relacionada à necromancia, que é a evocação dos mortos **para fins de adivinhação**, coisa que nada tem a ver com o Espiritismo; e o sr. bispo sabe muito bem disso; entretanto, no combate torpe do onde os fins justificam os meios, usa de armas sutis, pois que dificilmente o crente deixará de acreditar no que “está escrito” ou na palavra dele, para perceber que a verdade é bem diversa daquilo que lhe colocam.

Analisando, por fim, a última citação:

1 Samuel 28, 3-25: *“Samuel tinha morrido. Todo o Israel participara dos funerais, e o enterraram em Ramá, sua cidade. De outro lado, Saul tinha expulsado do país os necromantes e adivinhos. Os filisteus se concentraram e acamparam em Sunam. Saul reuniu todo o Israel e acamparam em Gelboé. Quando viu o acampamento dos filisteus, Saul teve medo e começou a tremer. Consultou a Javé, porém Javé não lhe respondeu, nem por sonhos, nem pela sorte, nem pelos profetas. Então Saul disse a seus servos: 'Procurem uma necromante, para que eu faça uma consulta'. Os servos responderam: 'Há uma necromante em Endor'. Saul se disfarçou, vestiu roupa de*

outro, e à noite, acompanhado de dois homens, foi encontrar-se com a mulher. Saul disse a ela: 'Quero que você me adivinhe o futuro, evocando os mortos. Faça aparecer a pessoa que eu lhe disser'. A mulher, porém, respondeu: 'Você sabe o que fez Saul, expulsando do país os necromantes e adivinhos. Por que está armando uma cilada, para eu ser morta?' Então Saul jurou por Javé: 'Pela vida de Javé, nenhum mal vai lhe acontecer por causa disso'. A mulher perguntou: 'Quem você quer que eu chame?' Saul respondeu: 'Chame Samuel'. Quando a mulher viu Samuel aparecer, deu um grito e falou para Saul: 'Por que você me enganou? Você é Saul!' O rei a tranquilizou: 'Não tenha medo. O que você está vendo?' A mulher respondeu: '**Vejo um espírito subindo da terra**'. Saul perguntou: 'Qual é a aparência dele?' A mulher respondeu: 'É a de um ancião que sobe, vestido com um manto'. Então Saul compreendeu que era Samuel, **e se prostrou com o rosto por terra**. Samuel perguntou a Saul: 'Por que você me chamou, perturbando o meu descanso?' Saul respondeu: 'É que estou em situação desesperadora: os filisteus estão guerreando contra mim. Deus se afastou de mim e não me responde mais, nem pelos profetas, nem por sonhos. Por isso, eu vim chamar você, para que me diga o que devo fazer'. Samuel respondeu: 'Por que você veio

me consultar, se Javé se afastou de você e se tornou seu inimigo? Javé fez com você o que já lhe foi anunciado por mim: tirou de você a realeza e a entregou para Davi. Porque você não obedeceu a Javé e não executou o ardor da ira dele contra Amalec. É por isso que Javé hoje trata você desse modo. E Javé vai entregar aos filisteus tanto você, como seu povo Israel. Amanhã mesmo, você e seus filhos estarão comigo, e o acampamento de Israel também: Javé o entregará nas mãos dos filisteus'. Saul caiu imediatamente no chão, apavorado com as palavras de Samuel. Estava enfraquecido, porque ficara o dia todo e toda a noite sem comer. A mulher chegou perto de Saul e, vendo que ele estava apavorado, disse: 'Sua serva obedeceu. Arrisquei minha vida para fazer o que o senhor estava pedindo. Agora, também o senhor deve obedecer à sua serva. Vou lhe trazer um pedaço de pão. Coma e recupere as forças para ir embora'. Saul, porém, recusou: 'Não vou comer nada'. Mas seus servos e a mulher insistiram tanto, que ele acabou cedendo: levantou-se do chão e sentou-se na cama. A mulher tinha um bezerro cevado. Abateu o bezerro, pegou farinha, amassou-a e cozinhou uns pães sem fermento. Depois serviu Saul e seus servos. Eles comeram e se puseram a caminho na mesma noite."

Interessante que nesse texto não há nada a respeito de qualquer proibição; apenas que Saul havia expulsado, do país, as necromantes. Essa é uma passagem que prova biblicamente a possibilidade da comunicação entre os mortos e os vivos, apesar de negarem tal fato.

O versículo 13, na versão de outras Bíblias, coloca, em vez de “um espírito”, a expressão “um deus”, exatamente conforme já falamos anteriormente, sobre o fato de que os hebreus consideravam os espíritos como deuses. Observar o procedimento de Saul, quando ficou sabendo que o espírito de Samuel já estava ali: “*se prostrou com o rosto por terra*”, atitude compatível a de uma adoração a um deus.

Assim, provamos que a proibição não é divina, como pretende o sr. bispo. Mas, fora a sua falta de coerência, de não cumprir tudo da Bíblia, uma coisa ainda teríamos a perguntar-lhe: há algum santo vivo? Essa é mais uma incoerência dos católicos, pois os santos, aos quais “enchem” com seus petítórios, estão todos mortos; conseqüentemente são espíritos. E o mais curioso disso tudo é que alguns

deles foram mortos pela própria Igreja que, séculos após, os canonizou, como é o caso, por exemplo, de Joana D'Arc.

Vejamos, agora, o argumento de que este mandamento, ou seja, o da proibição de evocar os mortos, não foi revogado na Nova Aliança, analisando as passagens citadas.

Atos 13,6-12: *“Atravessaram toda a ilha até Pafos e aí encontraram **um judeu, mago e falso profeta**, que se chamava Bar-Jesus. Este se encontrava na casa do procônsul Sérgio Paulo, homem de bom critério, que mandou chamar Barnabé e Saulo, pois desejava escutar a Palavra de Deus. Porém, **o mago Elimas** – assim se traduz o seu nome – se opôs, procurando afastar da fé o procônsul. Então Saulo, também chamado Paulo, cheio de Espírito Santo, fixou os olhos em Elimas, e disse: ‘Filho do diabo, cheio de falsidade e malícia, inimigo de toda justiça, quando é que você vai parar de torcer os caminhos do Senhor, que são retos? Eis que a mão do Senhor vai cair agora sobre você. Você ficará cego e, por algum tempo, não verá mais o sol.’ No mesmo instante escuridão e trevas envolveram Elimas, e ele começou a andar às cegas, procurando alguém que lhe desse a*

mão. Ao ver o que acontecera, o procônsul abraçou a fé, pois ficara impressionado com a doutrina do Senhor.”

Parece que a cegueira do mago Elimas atingiu também ao sr. bispo; da mesma forma que cego só vê escuridão, o nosso prelado só vê espírita como mago. Lamentável para a posição de liderança que ocupa.

Atos 16,16-18: *“Estávamos indo para a oração, quando veio ao nosso encontro uma **jovem escrava, que estava possuída por um espírito de adivinhação**; fazia oráculos e obtinha muito lucro para seus patrões. Ela começou a seguir Paulo e a nós, gritando: ‘Esses homens são servos do Deus Altíssimo e anunciam o caminho da salvação para vocês.’ Isso aconteceu durante muitos dias. Por fim, não suportando mais a situação, Paulo voltou-se e disse ao espírito: **‘Eu lhe ordeno em nome de Jesus Cristo: saia dessa mulher!’** E o espírito saiu no mesmo instante.”*

Até onde nos permite a lógica, quem está possuído por um espírito, não o está por conta própria, porém contra a sua vontade. Embora, com o tempo, possa até a vir a gostar dessa situação; mas

o que isso tem a ver com condenação de evocar os mortos, sr. bispo?

O que Paulo fez nós fazemos, no nosso dia a dia, libertando as pessoas das obsessões, subjugações e possessões de espíritos; então, onde está o nosso erro se estamos fazendo igual? Só católicos podem fazer isso, com a prática do exorcismo? Será que o cúmulo do egoísmo chegou a esse ponto? E o que Jesus disse não vale nada? Veja sr. bispo: *“João disse a Jesus: 'Mestre, vimos um homem que expulsa demônios em teu nome. Mas nós lhe proibimos, porque ele não nos segue’*. Jesus disse: *'Não lhe proibam, pois ninguém faz um milagre em meu nome e depois pode falar mal de mim. Quem não está contra nós, está a nosso favor.'”* (Marcos 9, 38-40) Como o discípulo não pode ser superior ao Mestre, seguimos a Jesus.

Atos 19,11-20: *“Deus realizava milagres extraordinários pelas mãos de Paulo, a tal ponto que pegavam lenços e aventais usados por Paulo para colocá-los sobre os doentes, e estes eram libertados de suas doenças e **os espíritos maus eram afastados**. Alguns **exorcistas judeus itinerantes** começaram a*

invocar o nome do Senhor Jesus sobre aqueles que tinham espíritos maus. E diziam: 'Eu esconjuro vocês por este Jesus que Paulo está pregando.' Os que faziam isso eram os sete filhos de Ceva, um sumo sacerdote judeu. Mas o espírito mau reagiu, dizendo: 'Eu conheço Jesus e sei quem é Paulo; mas quem são vocês?' E o homem que estava possesso do espírito mau pulou sobre eles com tanta violência, que tiveram de fugir daquela casa, sem roupas e cobertos de ferimentos. E toda a população de Éfeso, judeus e gregos, ficou sabendo do fato. O temor se apossou de todos. E a grandeza do nome de Jesus era exaltada. Muitos fiéis acorriam para acusar-se em voz alta de suas práticas mágicas, e um bom número dos que praticavam magia amontoaram seus livros e os queimaram em praça pública. O valor desses livros foi calculado em cinquenta mil moedas de prata. Assim, a Palavra do Senhor crescia e se firmava com grande poder."

Aqui se repete exatamente o que aconteceu na passagem anterior. Se, pelo fato dos espíritos maus terem agredido os que não tinham competência para expulsá-los (evidentemente por questões de ordem moral), resolveram deixar suas práticas porque ficaram morrendo de medo, é problema deles; mas

isso também não tem nada a ver com o que quer passar sr. bispo. Seja ele coerente, e não extrapole o texto; Paulo não fez absolutamente nada mais do que expulsar os espíritos; o texto não leva a conclusão de que ele tenha condenado alguém por qualquer coisa.

A citação da carta de Paulo aos gálatas vem a propósito; leiamo-las, mas, se nos permite, iremos transcrevê-la iniciando um pouco antes e terminando um pouco depois dos versículos citados:

Gálatas 5,19-23: *“Além disso, as obras dos instintos egoístas são bem conhecidas: fornicação, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, ódio, discórdia, ciúme, ira, rivalidade, divisão, sectarismo, inveja, bebedeira, orgias e outras coisas semelhantes. Repito o que já disse: os que fazem tais coisas não herdarão o Reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, bondade, benevolência, fé, mansidão e domínio de si. Contra essas coisas não existe lei.”*

O sr. bispo deveria observar que outras coisas citadas por Paulo merecem a sua reflexão, como por exemplo: idolatria, ódio, discórdia, ira, rivalidade,

divisão, sectarismo, que parece ser o seu caso. Mas quanto à proibição de magia, ela não nos atinge em nada, conforme já explicamos anteriormente.

Apocalipse 21,8: *“Quanto aos covardes, infiéis, corruptos, assassinos, imorais, feiticeiros, idólatras, e todos os mentirosos, o lugar deles é o lago ardente de fogo e enxofre, que é a segunda morte.”*

Apocalipse 22,15: *“Vão ficar de fora os cães, os feiticeiros, os imorais, os assassinos, os idólatras, e todos os que amam ou praticam a mentira.”*

Em relação ao que listamos anteriormente, favor acrescentar: os que praticam a mentira.

Mas talvez pensando que os seus fiéis seguirão cegamente suas orientações, e como a maioria deles além de não ter coragem de contestar um bispo, também, não possui conhecimento bíblico para refutar-lhe, deixou de colocar uma passagem que é importantíssima para resolver de vez essa suposta proibição de evocar os mortos. Vamos lá, sr. bispo; mas, pode se segurar para não cair do pedestal em que se coloca.

Mateus 17,1-9: *“Seis dias depois, Jesus tomou consigo Pedro, os irmãos Tiago e João, e os levou a um lugar à parte, sobre uma alta montanha. E se transfigurou diante deles: o seu rosto brilhou como o sol, e as suas roupas ficaram brancas como a luz. **Nisso lhes apareceram Moisés e Elias, conversando com Jesus.** Então Pedro tomou a palavra, e disse a Jesus: ‘Senhor, é bom ficarmos aqui. Se queres, vou fazer aqui três tendas: uma para ti, outra para Moisés, e outra para Elias.’ Pedro ainda estava falando, quando uma nuvem luminosa os cobriu com sua sombra, e da nuvem saiu uma voz que dizia: ‘Este é o meu Filho amado, que muito me agrada. Escutem o que ele diz.’ Quando ouviram isso, os discípulos ficaram muito assustados, e caíram com o rosto por terra. Jesus se aproximou, tocou neles e disse: ‘Levantem-se, e não tenham medo.’ Os discípulos ergueram os olhos, e não viram mais ninguém, a não ser somente Jesus. Ao descerem da montanha, Jesus ordenou-lhes: **‘Não contem a ninguém essa visão, até que o Filho do Homem tenha ressuscitado dos mortos.’**”*

Vamos explicar para não haver dúvidas. Aqui, nessa passagem, Jesus conversa com os espíritos Moisés e Elias, fato que tem como testemunhas Pedro, Tiago e João. Numa verdadeira sessão

espírita, para o desgosto do sr. bispo, já que Moisés e Elias estavam mortos. Favor observar que Jesus não disse não façam isso, mas apenas *“não contem a ninguém o que presenciaram, até que eu ressuscite dos mortos”*. Como Jesus, o tempo todo, se igualou a nós, não há motivo algum para que não façamos o que ele fez; até ao contrário, pois nos disse: *“tudo o que eu fiz vós podeis fazer e muito mais”* (João 14,12).

Assim, como a história prova vários erros da Igreja, inclusive, com o seu representante maior pedindo perdão a humanidade por alguns deles, esse será mais um que, mais cedo ou mais tarde, terá que pedir perdão.

Se o Concílio Vaticano II proibiu qualquer forma de evocação dos espíritos, deveriam então deixar de evocar os santos, pois eles são espíritos e estão mortos. Será que se esqueceram disso?

Daqui para frente, por várias vezes, será citado esse concílio; da obra **O Diabo, Hoje**, transcrevemos a opinião de Paulo VI sobre ele:

Como se pôde chegar a essa situação?

Pensava-se que, depois do Concílio, o sol brilharia sobre a história da Igreja. Mas, em vez do sol, apareceram as nuvens, a tempestade, as trevas, a incerteza.

Nós cremos que um ser preternatural veio ao mundo precisamente para perturbar a paz, para afogar os frutos do Concílio ecumênico e para impedir a Igreja de cantar a sua alegria por ter retomado plena consciência de si própria. ⁽¹²⁶⁾

Os frutos não foram o que queriam, pois ainda os líderes da Igreja são extremamente sectários e, como nunca se instalou em seus corações o amor ao semelhante, buscam um bode expiatório culpando o pobre do diabo de suas mazelas.

Agora, sr. bispo, como não seguimos a orientação da Igreja, o que ela estabelece, obviamente, não tem aplicação em nosso meio; assim, a recíproca é verdadeira.

Temos pena da Igreja com tantos líderes sectários em seu meio; desse jeito, não vai se recuperar nunca.

Afirma o sr. bispo que “[...] a Igreja, por seu magistério oficial, nunca se pronunciou nem sobre a

verdade histórica ou autenticidade, nem sobre a natureza, nem sobre a causa dos fenômenos mediúnicos ou próprios do espiritismo”; então, a questão é mais grave, pois se a Igreja não se pronunciou, por que então da sua condenação? Não estaria aí o discípulo sendo maior que o mestre?

Dizer que quem proíbe é a Bíblia, ou seja, Deus, não dá; é a famosa “saída pela esquerda”, pois, conforme provamos, a proibição é mosaica, coisa que o sr. bispo deve muito bem saber, dado à sua bagagem cultural.

Um fato que não é notado por todos os detratores, e o sr. bispo também passou batido, é que os espíritos estão vindo mesmo sem serem evocados. Foi exatamente isso que ocorreu com a família Fox; inclusive era da igreja metodista, o que vem provar, para nós, que, se eles manifestam sem no nosso chamado, é porque se interessam na comunicação e mais importante ainda, é permitido que façam isso.

Da mesma forma, quando da ocorrência da primeira comunicação de espíritos usando os

aparelhos eletrônicos - Transcomunicação Instrumental - foram os espíritos que se apresentaram ao russo Friedrich Jüergenson, em 14 de junho de 1959, ocasião em que tinha como única preocupação gravar as vozes dos pássaros. Entre as gravações apareceram as “vozes do além”, sem que ele tivesse feito alguma coisa para que isso ocorresse.

Recentemente fizemos uma pesquisa, da qual resultou no livro intitulado ***Os Espíritos se comunicam na Igreja***, que seria bem interessante que fosse lido pelos católicos, pois tomariam conhecimento de coisas que são escondidas deles.

Quanto à questão moral da prática do Espiritismo, sr. bispo, siga a Jesus: *“conhece-se se a árvore é boa ou má pelos seus frutos”* (Mateus 7,17-20), mas antes deve também aplicar o *“não julgueis para não serdes julgados, pois com a mesma medida que medirdes sereis medidos”* (Mateus 7,1-2). Porém, é bom que não se esqueça de que o Mestre não julgou nem mesmo a uma prostituta. Entretanto, poderíamos lhe perguntar: esconder abusos e violências sexuais dos padres com crianças -

pedofilia – é uma atitude moral?

Vejamos os significados das palavras invocar e evocar, já que o sr. bispo quer fazer distinção entre elas, querendo, com isso, justificar a “invocação dos mortos” feita por ele e os adeptos da Igreja de Roma.

O **Dicionário Houaiss**, define:

Invocar: v. 1 *t.d.* chamar em auxílio, pedir a proteção de (falando ger. de seres ou forças divinas, sobrenaturais); suplicar <*i. os santos*> 2 *t.d.* pedir auxílio, assistência; recorrer <*i. a ajuda dos amigos*> 3 *t.d.* **evocar (quaisquer forças sobrenaturais, ocultas)** <*i. os espíritos de antepassados*>.

Evocar: v. 1 *t.d.* chamar (algo, ger. sobrenatural), fazendo com que apareça <*evocou todos os santos que conhecia para ajudá-lo naquela hora*>.

Onde está a diferença? O que o sr. bispo quer, na verdade, é dizer que o que sua Igreja produz é autorizado por Deus, e o que fazemos não. Tenha santa paciência! Aliás, o que vemos fazer por aí de pedido aos santos é de se estarrecer, pois, até mesmo casamento para solteironas encalhadas, é exigido de um deles. Sem falar nas pessoas que, não

sabendo controlar as suas finanças, cheias de dívidas, mandam essa bomba para o santo resolver; fora os que solicitam coisas impossíveis para determinado santo, que deve ficar em sérios apuros diante de tanto petitório. Não há como “descansar em paz” com tudo isso; coitados deles!

Essa de que os católicos fazem é em forma de prece ou súplica não colocou; não é, sr. bispo? O que ocorre na prática é o “toma-lá-dá-cá”, numa vergonhosa barganha com os espíritos, aos quais vocês, da Igreja Católica, denominam de santos.

JESUS REJEITA A REVELAÇÃO MEDIANTE FALECIDOS

Por que tão rigorosa interdição? Não poderíamos ser positivamente ajudados pela instrução dos falecidos? Ou quererá Deus deixarnos na ignorância acerca dos acontecimentos depois da morte?

O próprio Jesus nos deu a resposta na parábola do pobre Lázaro e do rico epulão (cf. Lc 16,19-31). Ambos morrem e são julgados, cada um de acordo com a vida que levou nesta terra. Lázaro *foi levado pelos anjos ao seio de Abraão*, isto é, ao céu. O rico avarento é condenado ao inferno.

A diferença entre os dois após a morte é grande. O falecido rico gozador implora: *Pai Abraão, tem*

piedade de mim e manda que Lázaro molhe a ponta do dedo para me refrescar a língua, pois estou torturado nesta chama.

Mas a separação entre ambos é definitiva e a comunicação impossível. A resposta do céu é clara e dura: *Entre vós e nós existe um grande abismo, de modo que aqueles que quiserem passar daqui para junto de vós não o podem, nem tampouco atravessarem os de lá até nós* (v. 26).

O falecido epulão insiste no seu pedido com uma proposta filantrópica: *Pai, eu te suplico, envia então Lázaro até a casa de meu pai, pois tenho cinco irmãos; que ele os advirta, para que não venham eles também para este lugar de tormento.*

Era uma sugestão que parecia muito boa. Estabelecer-se-ia um útil intercâmbio entre os do além, com seus novos conhecimentos, e os da terra, sempre necessitados de esclarecimento e orientação. No entanto, a resposta do céu é seca: *Eles têm Moisés e os Profetas; que os ouçam!* (v. 29).

Mas o proponente insiste, com uma justificação: *Não, pai Abraão, se alguém dentre os mortos for procurá-los, eles se converterão.* A razão parece óbvia. É a solução proposta também pelos atuais movimentos espiritistas. Se é verdade que as almas dos falecidos sobrevivem conscientemente e que elas continuam solidárias conosco, afirmações que são corroboradas pela Bíblia e ensinadas pela Igreja católica, por que não poderia o Criador escolher esta via para trazer revelações úteis do além? A resposta do céu, entretanto, segundo Jesus, é sem rodeios: *Se não escutam nem Moisés*

nem os Profetas, mesmo que alguém ressuscite dos mortos não se convencerão (v. 31).

É a rejeição pura e simples da via espiritista.

Deus certamente *quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade* (1 Tim 2,4). Ele não quer deixar-nos na ignorância. Mas o Criador dos homens escolheu outra via para instruir-nos sobre o sentido da vida e o destino eterno. Na Constituição dogmática *Dei Verbum*, de 1965, o Concílio Vaticano II resume assim, no nº. 2, o plano divino da revelação:

“Aproveu a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e tornar conhecido o mistério de sua vontade (cf. Ef 1,9), pelo qual os homens, por intermédio de Cristo, Verbo feito carne, e no Espírito Santo, têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina. Mediante esta revelação, portanto, o Deus invisível, levado por seu grande amor, fala aos homens como a amigos (cf. E:x 33,11; Jo 15,14-15), e com eles se entretém para os convidar à comunhão consigo e nela os receber. Este plano de revelação se concretiza através de acontecimentos e palavras intimamente conexas entre si, de forma que as obras realizadas por Deus na história da salvação manifestam e corroboram os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. Estas, por sua vez, proclamam as obras e elucidam o mistério nelas contido. No entanto, o conteúdo profundo da verdade, seja a respeito de Deus seja da salvação do homem, se nos manifesta por meio dessa revelação em Cristo, que é ao mesmo tempo mediador e plenitude de toda a revelação”.

Deste plano de revelação estão excluídos os falecidos. Depois de Moisés e dos Profetas, Deus nos enviou o seu Filho, o Verbo eterno que ilumina todos os homens, para que habitasse entre os homens e lhes expusesse os segredos de Deus (cf. Jo 1,1-18). Com Jesus recebemos a plenitude da revelação necessária para a nossa salvação.

Ele se apresenta a si mesmo com uma declaração solene: *Eu sou o caminho, a verdade e a vida* (Jo 14,6).

Ele está *cheio de verdade* (Jo 1,14).

Nele se acham escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento (Col 2,3).

Ele é pessoalmente o anunciado e prometido Emanuel, Deus-com-os-homens.

Ele é para nós como a Nuvem luminosa do Êxodo: *Eu sou a luz do mundo. Quem me segue não andarás nas trevas, mas terá a luz da vida* (Jo 8,12).

Ele é a luz das gentes (Lc 2,32), o Sol nascente que ilumina os que estão nas trevas (Lc 1,78-79).

Eu, a luz, vim ao mundo para que aquele que crê em mim não permaneça nas trevas (Jo 12,46).

Não necessitamos perturbar o repouso dos falecidos (cf. 1 Sm 28,15). O Concílio Vaticano II, na citada Constituição *Dei Verbum* (n. 4b), garante-nos que “a economia cristã, como aliança nova e definitiva, jamais passará, e já não há que esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo (cf. 1 Tim 6,14; Tt 2,13)”.

Não haverá “terceira revelação”.

O espiritismo, que pretende ser precisamente essa “terceira revelação”, não só não entra nos planos de Deus Revelador, mas se opõe à economia divina. ⁽¹²⁷⁾

Todo estudioso da Bíblia sabe muito bem que não se pode tomar tudo ao pé da letra; veja, por exemplo, essa passagem: *“Não pensem que eu vim trazer paz à terra; eu não vim trazer a paz, e sim a espada. De fato, eu vim separar o filho de seu pai, a filha de sua mãe, a nora de sua sogra. E os inimigos do homem serão os seus próprios familiares. Quem ama seu pai ou mãe mais do que a mim, não é digno de mim. Quem ama seu filho ou sua filha mais do que a mim, não é digno de mim.”* (Mateus 10,34-37) Ninguém, em sã consciência, quererá tomá-la ao pé da letra; da mesma forma, devemos entender a fala de Jesus sobre a condenação ao inferno, já que isso contraria o que Ele mesmo nos mostra da misericórdia de Deus.

É muito interessante o que se faz para distorcer a interpretação de determinadas passagens, principalmente aquelas que não se

enquadram em seus dogmas. Essa passagem do rico e Lázaro é uma delas; leiamo-la:

Lucas 16,19-31: *“Havia um homem rico que se vestia de púrpura e linho fino, e dava banquete todos os dias. E um pobre, chamado Lázaro, cheio de feridas, que estava caído à porta do rico. Ele queria matar a fome com as sobras que caíam da mesa do rico. E ainda vinham os cachorros lambe-lhe as feridas. Aconteceu que o pobre morreu, e os anjos o levaram para junto de Abraão. Morreu também o rico, e foi enterrado. No inferno, em meio aos tormentos, o rico levantou os olhos, e viu de longe Abraão, com Lázaro a seu lado. Então o rico gritou: ‘Pai Abraão, tem piedade de mim! Manda Lázaro molhar a ponta do dedo para me refrescar a língua, porque este fogo me atormenta.’ Mas Abraão respondeu: ‘Lembre-se, filho: você recebeu seus bens durante a vida, enquanto Lázaro recebeu males. Agora, porém, ele encontra consolo aqui, e você é atormentado. Além disso, há um grande abismo entre nós: por mais que alguém desejasse, nunca poderia passar daqui para junto de vocês, nem os daí poderiam atravessar até nós.’ O rico insistiu: ‘Pai, eu te suplico, manda Lázaro à casa de meu pai, porque eu tenho cinco irmãos. Manda preveni-los, para que não acabem também eles vindo para este lugar de tormento.’ Mas*

Abraão respondeu: 'Eles têm Moisés e os profetas: que os escutem!'" O rico insistiu: "Não, pai Abraão! Se um dos mortos for até eles, eles vão se converter.' Mas Abraão lhe disse: 'Se eles não escutam a Moisés e aos profetas, mesmo que um dos mortos ressuscite, eles não ficarão convencidos.'"

O que podemos retirar dessa parábola, senão isso?:

a) de fato haverá sempre um julgamento depois de nossa morte, a nossa consciência será o nosso juiz, as nossas ações serão, inevitavelmente, medidas.

b) o lugar a nós destinado depois da morte será de acordo com as nossas ações, o que é incontestável.

c) que, apesar de haver um abismo entre os bons e os maus, por conta da evolução de cada um, é possível, sim, a comunicação entre eles. Por que Deus não deixaria os bons ajudarem aos maus? Só porque o sr. bispo não gosta disso? Ressaltamos aqui que a comunicação que o sr. bispo quer, neste ponto, é sutilmente levar à conta de ser entre os vivos e os

mortos; na verdade, pela passagem, é uma ocorrência somente entre os mortos.

d) que, se houve um pedido do rico para que Lázaro pudesse voltar a terra para avisar a seus irmãos, é porque existe essa possibilidade, pois, se fosse ao contrário a resposta seria que isso é impossível, e não que seria inútil.

e) a resposta final de Abraão é taxativa (v. 31): *“Se eles não escutam a Moisés e aos profetas, mesmo que um dos mortos ressuscite, eles não ficarão convencidos”*, o que significa dizer que, mesmo que os mortos voltem, não adianta, pois nem aos vivos escutaram; que dirá aos mortos. Essa é a maior verdade, pois é o que acontece hoje, já que os mortos estão voltando para avisar aos vivos e os vivos não os querendo escutar. Isso, num bom português, sem distorcer os fatos como o faz o sr. bispo.

Assim, podemos perceber que as conclusões do nosso prelado, estão totalmente equivocadas, porquanto ainda se prende aos dogmas de sua Igreja; só sairá dessa situação quando abdicar deles,

o que é totalmente improvável.

Há ainda uma outra ocorrência que nunca falam dela: é que Jesus depois de morto se comunicou; fato comprovado pelo testemunho dos discípulos. Até Paulo, que perseguia aos cristãos, teve um contato com o espírito de Jesus, quando o mestre lhe aparece na estrada de Damasco. A ressurreição de Jesus, em espírito, obviamente, é o maior atestado que há comunicação entre os dois planos. Mas, para fugir dessa verdade, se prega a ressurreição da carne, principalmente para justificar que Jesus apareceu de carne e osso, já que não se sabe o destino dado ao Seu corpo físico, prato cheio para os dogmáticos afirmarem que apareceu corporalmente. Não ligam a mínima para *“o espírito é que dá vida, a carne de nada serve”* (João 6,63), *“a carne e o sangue não poderão herdar o reino de Deus”* (1 Coríntios 15,50), *“Deus é Espírito”* (João 4,24), *“Pai em tuas mãos entrego o meu Espírito”* (Lucas 23,46), passagens que corroboram a questão da forma espiritual que Jesus se apresentou depois de morto.

Se houver mesmo, como quer o sr. bispo, “a

rejeição pura e simples da via espiritista”, então quem se passou por Jesus?

Os “iluminados” da Igreja de Roma sabem até mesmo o pensamento de Deus, pois o que decidem afirmam ser pela vontade de Deus. Mas é exatamente isso que querem que o povo pense; senão, como mantê-lo encabrestado? Chegam a ponto de afirmar que “no plano de Deus para se revelar aos homens estão excluídos os falecidos”; com base em que, não sabemos; mas dirão que receberam essa revelação do Espírito Santo; é o que, certamente, se pode esperar. Só que pediríamos mais coerência ao sr. bispo, pois, a manter esse pensamento, não poderá aceitar que Jesus, já morto, revelou alguma coisa a Paulo, o apóstolo dos gentios.

Conforme já afirmamos, os anjos, seres espirituais que aparecem na Bíblia, não são seres criados à parte, mas seres humanos desencarnados, o que prova que nas Suas revelações Deus sempre se utilizou deles. Embora saibamos que a Igreja de Roma protestará sobre isso, não sabemos por quanto tempo... Quem sabe, no futuro, aparecerá um papa, mais lúcido do que os anteriores, para admitir que a

Igreja também estava errada nisso?...

Afirma que “não necessitamos perturbar o repouso dos falecidos”; mas, o que mais os católicos fazem senão isso, quando não deixam os santos “descansarem” para os atenderem em seus absurdos pedidos? E de onde retiraram que os mortos repousam?!

É certo que Jesus não disse tudo a seus discípulos, já que, para Ele, eles ainda não tinham capacidade de entender (João 16,12), o que nos deixa diante da certeza que seus ensinamentos ainda não estavam completos. Por isso Ele prometeu a vinda do Espírito de Verdade para completar esses ensinamentos. Bom, para nós, não há dúvida alguma de que Jesus, usando o codinome de Espírito de Verdade, foi quem, pessoalmente, coordenou todos os Espíritos que participaram dessa nova revelação aos homens, justamente porque viu que a atual liderança religiosa não estava conseguindo apreender aquilo que Ele havia ensinado. Quem quiser se informar mais sobre esse assunto leia o nosso texto ***O consolador veio no Pentecostes?*** E também o nosso E-book ***Espírito de Verdade,***

quem seria ele?.

A HERESIA DA REENCARNAÇÃO

A suposição da reencarnação ou da pluralidade das existências, chamada também palingenesia, é certamente o ponto central de toda a doutrina espírita. Allan Kardec chega a dizer que é um "dogma" (*O Livro dos Espíritos*, ns. 171 e 222).

Todo o seu pensamento gira em torno das vidas sucessivas. O progresso contínuo através da reencarnação, da "metemose", como diria Platão, é o seu postulado básico. Se riscarmos de suas obras a reencarnação, sobrarão apenas cacos sem valor. Depois da sua morte, em 1870, seus amigos fizeram gravar no monumental dólmen do cemitério Père-Lachaise, em Paris, o apotegma que resume a sua doutrina: "Nascer, morrer, renascer de novo e progredir sem cessar: esta é a lei".

A palavra "reencarnação", composta do prefixo *re* (designativo de repetição) e do verbo *encarnar* (tomar corpo), significa etimologicamente: tornar a tomar corpo. Designa a ação do ser espiritual (espírito ou alma) que, tendo já animado um corpo no passado, foi posteriormente dele separado pela morte e agora torna a informar ou vivificar um corpo novo.

Escreve Allan Kardec que "o princípio da reencarnação ressalta de muitas passagens das Escrituras, achando-se especialmente formulado, de modo explícito, no Evangelho" (*O Livro dos Espíritos*, n. 222). Opina mesmo que "sem o

princípio da preexistência da alma e da pluralidade das existências, são ininteligíveis, em sua maioria, as máximas do Evangelho” (O *Evangelho segundo o Espiritismo*, 39ª ed., p. 72).

O vocábulo “reencarnação” não ocorre nos Evangelhos. O mais importante, porém, não é a palavra e sim a doutrina acerca da reencarnação, que pode ser compendiada nestas quatro proposições:

1ª Pluralidade das existências: a nossa vida atual não é a primeira nem será a última existência corporal; já vivemos e ainda teremos que viver inúmeras vezes em corpos materiais sempre novos.

2ª Progresso contínuo para a perfeição: a lei do progresso impele a alma para sempre novas vidas e não permite não só nenhum regresso, mas nem mesmo um estacionamento definitivo a meio caminho, e muito menos comporta um estado definitivo de condenação sem fim (inferno): mais século, menos século, todos chegarão à perfeição final de espírito puro.

3ª Conquista da meta final por méritos próprios: em cada nova existência, a alma avança e progride na proporção dos seus esforços; todo o mal cometido será reparado com expiações pessoais, sofridas pelo próprio espírito em novas e difíceis encarnações (lei do carma).

4ª Definitiva independência do corpo: na proporção em que avança na incessante conquista para a perfeição final, a alma, em suas novas encarnações, assumirá um corpo sempre menos

material, até chegar ao estado definitivo, em que viverá, para sempre, livre do corpo e independente da matéria.

Sem estes quatro princípios, não há reencarnação. Quem proclama a reencarnação também afirma a pluralidade das existências terrestres, sustenta o progresso contínuo para a perfeição, garante a conquista da meta final por méritos próprios e defende uma vida definitiva independente da matéria.

Mas quem nega estes pontos, quem contesta as vidas sucessivas do homem sobre a terra, a marcha irreprimível e certa para o fim supremo, a necessidade de adquirir a perfeição final só por esforços pessoais e a definitiva independência da matéria, recusará também a ideia da reencarnação.

Por conseguinte, para sabermos se Jesus foi reencarnacionista, teremos o seguinte critério: basta verificar se aceitou ou não aqueles pontos. Daí surgem quatro indagações. ⁽¹²⁸⁾

Para ficar mais fácil o combate, muitos querem levar a reencarnação para o lado totalmente religioso; na verdade, ela é um princípio que deverá ter na Ciência o seu apoio, pois se trata de uma lei natural que é da alçada dela e, portanto, nada tem a ver com religião ou mesmo com a filosofia, embora sob esses dois pontos possamos também justificá-la.

Há dogmas e dogmas. Evidentemente que o mesmo significado que Allan Kardec atribuiu à palavra dogma não é o que a Igreja de Roma faz uso. Vejamos esses textos constantes, respectivamente, das obras ***O Evangelho Segundo o Espiritismo*** e ***O Livro dos Espíritos***:

A vida futura

2. Por essas palavras, Jesus claramente se refere à *vida futura*, que ele apresenta, em todas as circunstâncias, como a meta a que a Humanidade irá ter e como devendo constituir objeto das maiores preocupações do homem na Terra. Todas as suas máximas se reportam a esse grande princípio. Com efeito, sem a vida futura, nenhuma razão de ser teria a maior parte dos seus preceitos morais, donde vem que os que não creem na vida futura, imaginando que ele apenas falava na vida presente, não os compreendem, ou os consideram pueris.

Esse **dogma** pode, portanto, ser tido como o eixo do ensino do Cristo, pelo que foi colocado num dos primeiros lugares à frente desta obra. E que ele tem de ser o ponto de mira de todos os homens; só ele justifica as anomalias da vida terrena e se mostra de acordo com a justiça de Deus. ⁽¹²⁹⁾

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PLURALIDADE DAS EXISTÊNCIAS

222. Não é novo, dizem alguns, o **dogma** da reencarnação; ressuscitaram-no da doutrina de Pitágoras. Nunca dissemos ser de invenção moderna a Doutrina Espírita. Constituindo uma lei da Natureza, o Espiritismo há de ter existido desde a origem dos tempos e sempre nos esforçamos por demonstrar que dele se descobrem sinais na antiguidade mais remota. Pitágoras, como se sabe, não foi o autor do sistema da metempsicose; ele o colheu dos filósofos indianos e dos egípcios, que o tinham desde tempos imemoriais. A ideia da transmigração das almas formava, pois, uma crença vulgar, aceita pelos homens mais eminentes. De que modo a adquiriram? Por uma revelação, ou por intuição? Ignoramo-lo. Seja, porém, como for, o que não padece dúvida é que uma ideia não atravessa séculos e séculos, nem consegue impor-se a inteligências de escol, se não contiver algo de sério. Assim, a ancianidade desta doutrina, em vez de ser uma objeção, seria prova a seu favor. Contudo, entre a metempsicose dos antigos e a moderna doutrina da reencarnação, há, como também se sabe, profunda diferença, assinalada pelo fato de os Espíritos rejeitarem, de maneira absoluta, a transmigração da alma do homem para os animais e reciprocamente. ⁽¹³⁰⁾

Pelo contexto, a palavra dogma, usada por Allan Kardec, deve ser entendida como princípio; assim, querer igualar à finalidade que a Igreja dá a esse vocábulo há uma grande distância, uma vez

que, em relação a algum ponto considerado como dogma, não se admite nenhuma discussão sobre ele; já no Espiritismo, deve-se mesmo questionar tudo. O questionamento é a mola mestra que faz o homem evoluir no conhecimento; é por ele, também, que se deixa de ser “vaquinha de presépio” de pessoas que não têm compromisso com a verdade.

Adoramos a frase muito cristã do sr. bispo “se riscarmos de suas obras a reencarnação, sobrarão cacos sem valor”; mas não se poderia esperar coisa melhor de um adversário, não é mesmo? Poderíamos perguntar-lhe: se todas as obras assistenciais desenvolvidas pelos Espíritas são também cacos sem valor... Relembrando Jesus: *“Conhece-se a árvore pelos frutos.”*

E por falar em riscar, achamos uma coisa interessante; vejamos a passagem Tito 3,5: *“não por causa dos atos justos que houvéssemos praticado, mas porque, por sua misericórdia, fomos lavados pelo poder regenerador e renovador do Espírito Santo”* ⁽¹³¹⁾. Só que no texto em grego a palavra traduzida por regenerador é paliggenesia (Stephen 1550 e Westcott-Hot), que significa “'paliggenesia',

isto é, 'novo nascimento'." (Champlin, 2005, vol. 5, p. 439) Mas palingenesia é reencarnação, segundo o que entendemos do "Aurélio", que nos remete à expressão eterno retorno, cujo significado é: "Doutrina segundo a qual a alma se reencarna sucessivamente em diferentes corpos, realizando uma purificação progressiva até alcançar a perfeição." Vê-se, portanto, que, literalmente, riscaram a reencarnação da Bíblia.

Outra coisa que devemos ressaltar é que os que se tornam Espíritas o fazem por livre e espontânea vontade; não ameaçamos ninguém com fogueira tipo inquisição; não impomos absolutamente nada aos que nos seguem, pois sabemos que *"onde não existe liberdade não se acha o espírito do Senhor"* (2 Coríntios 3,17).

Realmente o sr. bispo tem razão já que o vocábulo "reencarnação" não ocorre nos Evangelhos; até mesmo porque só aparece num dicionário no ano de 1858, praticamente um ano após a publicação de *O Livro dos Espíritos*, deixando-nos, portanto, a certeza de que, tal fato, ocorreu por influência do Espiritismo. Entretanto, conforme demonstrado, a

palavra palingenesia existia, mas foi “riscada do mapa”.

Usando de suas palavras: “o mais importante, porém, não é a palavra e sim...”, provar que a crença de que alguém pudesse voltar a viver novamente em outro corpo não está no Evangelho, é outros quinhentos. Seguiremos, então as quatro proposições que o sr. bispo usou para negar a reencarnação no Evangelho.

Ah! Só para lembrar ao sr. bispo, o maior herético de todos os tempos chama-se Jesus; por isso, ficamos bem por estarmos com ele e não com a Igreja de Roma e suas derivações.

Pluralidade de existências?

Ensinou Jesus a pluralidade das vidas terrestres? Quem conhece, lê e medita habitualmente as sagradas páginas do Evangelho, verificará facilmente que Jesus, quando fala desta nossa atual vida terrestre, costuma atribuir-lhe um valor decisivo para toda a existência posterior à morte; verificará ainda que Jesus insiste muito na importância culminante da hora da morte, advertindo-nos frequentemente de que devemos estar sempre prontos e preparados para prestar contas da nossa vida ao Juiz Divino, prometendo

aos justos recompensa imediata depois do desenlace e contestando abertamente a possibilidade de arrependimento e perdão, uma vez passados os umbrais da eternidade; verificará ainda que Jesus desconhece quaisquer vagabundeios pelos espaços ou, como dizem os espíritas, na “erraticidade”, para “progredir continuamente”.

Já consideramos a parábola do pobre Lázaro e do rico epulão (Lc 16,19-31). Nela não encontramos nenhuma perspectiva para novas encarnações, nem para Lázaro, nem para o epulão. Ao ladrão arrependido, crucificado ao lado de Jesus, o divino Salvador prometeu: *Hoje mesmo estarás comigo no paraíso* (Lc 23,43). Naquele mesmo dia! Nada de purificar-se em sucessivas existências e de andar pela erraticidade. Desde que o homem se arrependa sinceramente dos pecados cometidos, por maiores que tenham sido, e receba o perdão divino, *entra no gozo do seu Senhor*.

Particularmente claro é São Paulo, fiel discípulo e zeloso Apóstolo de Jesus Cristo e que nos assegura ter recebido o seu evangelho diretamente de Jesus (Gal 1,12). Eis o que escreve aos Hebreus: *Está decretado que o homem morra uma só vez, e depois disto virá o julgamento* (Heb 9,27).

Morra uma só vez! Não mais vezes, não muitas vezes, não um número indefinido de vezes: uma só vez! É a afirmação explícita da unicidade da vida terrestre contra o princípio reencarnacionista da pluralidade das existências. É, em outras palavras, a condenação explícita da teoria da reencarnação.

Foi o que recentemente ensinou o Concílio Vaticano II na *Lumen Gentium*, n. 48: “Vigiemos constantemente, a fim de que, terminado o único curso da nossa vida terrestre, possamos entrar com Ele para as bodas e mereçamos ser contados com os benditos”. Por isso diz ainda a Escritura: “A cada um, no dia da sua morte, o Senhor retribuirá, conforme as suas obras” (Ecle 11,28). ⁽¹³²⁾

Ensinou Jesus a pluralidade das vidas terrestres? Resposta: *“Ainda tenho muitas coisas para dizer, mas agora vocês não seriam capazes de suportar.”* (João16,12)

Cita novamente a parábola do rico e Lázaro para justificar uma só vida; conforme já dissemos não se pode tomar todas as passagens ao pé da letra.

Também apresenta como prova o ladrão arrependido, ao qual Jesus teria dito: *“hoje mesmo estarás comigo no paraíso”* (Lucas 23,43). Mas é bom que se esclareça ao leitor que essa história de ladrão arrependido é um novo “conto do vigário”, pois o dito cujo nem mesmo se arrependeu, apenas reconheceu que ele e o outro tinham motivos de ser condenados, e como todo bom puxa-saco, desculpe-

nos essa expressão, disse a Jesus: quando estiveres no paraíso lembre-se de mim. Na sequência é que está colocada a frase citada pelo sr. bispo. Fazemos questão de colocar a passagem, para que não haja dúvidas:

Lucas 23,39-43: *“Um dos criminosos crucificados o insultava, dizendo: ‘Não és tu o Messias? Salva a ti mesmo e a nós também!’ Mas o outro o repreendeu, dizendo: ‘Nem você teme a Deus, sofrendo a mesma condenação? Para nós é justo, porque estamos recebendo o que merecemos; mas ele não fez nada de mal.’ E acrescentou: ‘Jesus, lembra-te de mim, quando vieres em teu Reino.’ Jesus respondeu: ‘Eu lhe garanto: hoje mesmo você estará comigo no Paraíso.’”*

Vejamos essa mesma narrativa, tomada dos outros evangelistas, para vermos até onde chega as contradições bíblicas, que o sr. bispo finge não ver:

Mateus 27,38.44: *“E foram crucificados com ele dois ladrões, um à sua direita e outro à sua esquerda. **E os mesmos impropérios lhe diziam também os ladrões** que haviam sido crucificados com ele.”*

Marcos 15,27.32: *“Com ele crucificaram dois*

*ladrões, um à sua direita, e outro à sua esquerda. **Também os que com ele foram crucificados o insultavam.***"

João 19,18: *"Onde o crucificaram, e com ele outros dois, um de cada lado, e Jesus no meio."*

Analisemos essa história, que, aliás, nos parece muito mal contada:

1 - Quanto ao diálogo: Mateus, Marcos e João nada relatam de qualquer diálogo entre os três crucificados.

2 - Quanto à atitude: Mateus e Marcos dizem que os ladrões estavam, isto sim, entre os que escarneciam de Jesus. Só Lucas diz que Jesus teria dito para um deles que hoje estarás comigo no Paraíso.

3 - Quanto à testemunha: João, que estava ao pé da cruz, ou seja, a testemunha ocular, nada diz sobre este diálogo de Jesus com um dos ladrões.

Para efeito de raciocínio estamos considerando que os autores dos Evangelhos, sejam aqueles cujos nomes constam dos títulos, como é a crença comum; porém, e a bem da verdade, atualmente, não se

sabe quem são, os estudiosos têm-nos como desconhecidos. Sugerimos nossa pesquisa sobre este tema: ***Os nomes dos títulos dos Evangelhos designam seus autores?***

Como ficaremos diante desses questionamentos?

Interessante que, quando a mãe dos filhos de Zebedeu (Mateus 20,17-28) pede um bom lugar para os seus dois filhos, Jesus responde: *“Mas não depende de mim conceder o lugar à minha direita ou esquerda”*; já aqui nesse episódio, só narrado por Lucas, ele promete ao bom ladrão um lugar no paraíso; estranho, muito estranho! Também há um problema sério, pois aconteceu que “o bom ladrão” chegou no paraíso antes de Jesus, que “subiu ao céu” somente no terceiro dia depois de sua morte.

Não bastasse isso, ainda temos mais; veja, por curiosidade, como está o versículo 43 em relação à pontuação:

Ave-Maria: *“Em verdade te digo, hoje estarás comigo no paraíso.”*

SBB: *“Em verdade te digo que hoje estarás*

comigo no paraíso.”

Paulinas: *“Em verdade te digo: Hoje estarás comigo no paraíso.”*

De Jerusalém: *“Em verdade, eu te digo, hoje estarás comigo no paraíso.”*

Novo Mundo: *“Deveras, eu te digo hoje: Estarás comigo no paraíso.”*

Como deve saber o sr. bispo, e, certamente, muito mais do que nós, os textos originais não possuíam pontuação; isso ficava ao sabor do interesse e da ótica do tradutor. Dessas que citamos escolhemos a que consta da Novo Mundo: *“Deveras, eu te digo hoje: estarás comigo no paraíso”*. Isso, porque, além de não contrariar o *“a cada um segundo suas obras”*, também se concilia com a resposta dada à mãe dos filhos de Zebedeu, citada um pouco atrás, ou seja, um dia o *“bom ladrão”* estará no paraíso, fato que, indiscutivelmente, acontecerá com todos nós.

Por estes motivos, com esse argumento usado, o sr. bispo pecou pela fragilidade.

É o cúmulo da insensatez aceitar que “desde que o homem se arrependa sinceramente dos

pecados cometidos, por maiores que tenham sido, e receba o perdão divino, *entra no gozo do seu Senhor*”, pois isso nivela, por baixo, todas as criaturas. De que adianta então passar toda uma vida praticando o bem se as pessoas más com um simples arrependimento poderão receber a mesma recompensa? Que diabos de justiça é essa? Aqui, na Terra, quando alguém comete um crime ouvimos: “fez, tem que pagar!”. Falamos assim, pois achamos justo que o criminoso receba um merecido castigo; entretanto, a justiça divina, que deveria ser infinitamente superior à nossa, não aplica esse princípio?

Gostaríamos de ver um juiz humano soltando um criminoso que, diante dele, e do júri, se diz arrependido e promete não matar mais ninguém. Será que irá ser absolvido e solto?

Sr. bispo, Paulo, ou quem tenha sido o autor de Hebreus, uma vez que hoje nem mesmo se sabe quem foi, está absolutamente certo, pois o homem físico só morre mesmo uma vez, valendo o mesmo para todas as suas possíveis reencarnações. Seria alguma coisa contrária à reencarnação, embora,

para nós, seja apenas a opinião de um autor bíblico, se ele tivesse dito: ao homem está destinado a viver uma só vez.

Mas, por coerência, o Sr. bispo deveria ter buscado em Paulo o apoio para acabar de vez com esse absurdo da ressurreição da carne, uma vez que ele disse: *“a carne e o sangue não podem herdar o reino dos céus”* (1 Coríntios 15,50).

Por outro lado, se no dia da nossa morte seremos julgados, repetimos: qual a utilidade do juízo final para os que já morreram?

E observando a sua colocação, “São Paulo, fiel discípulo e zeloso Apóstolo de Jesus Cristo e que nos assegura ter recebido o seu evangelho diretamente de Jesus”, vemos que por ela se confirma que os mortos se comunicam com os vivos. Comprovar em Atos 16,7, onde o Espírito de Jesus não permitiu a Paulo seguir para Bitínia.

Se fosse mais coerente teria visto que, pelo passo que cita, *“a cada um, no dia da sua morte, o Senhor retribuirá, conforme suas obras”* (Ecle 11,28); então, por conseguinte, Jesus não poderia ter

perdoado o bom ladrão, como dizem que tenha feito.

Mais uma vez, os argumentos do sr. bispo se mostram totalmente fracos.

Progresso contínuo?

Ensinou Jesus a lei do progresso irreprimível e universal para a perfeição? Para sermos claros e breves: há ou não há a possibilidade de condenação ao inferno? Esta é a questão.

Com absoluta unanimidade, os reencarnacionistas negam a doutrina cristã sobre o inferno. Todos sabem que a Igreja ensina a possibilidade de condenação eterna. Pondera Allan Kardec que “por este dogma a sorte das almas, irrevogavelmente fixada depois da morte, é, como tal, um travão definitivo aplicado ao progresso. Ora, a alma progride ou não? Eis a questão. Se progride, a eternidade das penas é impossível” (*O Céu e o Inferno*, 16ª ed. p. 77).

Ele é enfático e propõe um claro dilema: “O dogma da eternidade absoluta das penas, é, portanto, incompatível com o progresso das almas, ao qual opõe uma barreira insuperável. Esses dois princípios destroem-se, e a condição indeclinável da existência de um é o aniquilamento do outro. Qual dos dois existe de fato? A lei do progresso é evidente: não é uma teoria, é um fato corroborado pela experiência; é uma lei da Natureza, divina, imprescritível. E, pois, se esta lei existe inconciliável com a outra, é porque a outra não existe” (ib. p. 78).

Não será possível discutir aqui se a tal lei do progresso é compatível com o conceito de eternidade, nem pode ser este o lugar para um discurso sobre os problemas suscitados pela eternidade de um castigo. O que interessa no momento é o dilema proposto: ou admitimos a lei do progresso (e, portanto, a reencarnação), ou admitimos a possibilidade de condenação eterna (e, portanto, rejeitamos a reencarnação); os dois não podem coexistir: quem afirma a eternidade do inferno negará a reencarnação. Ora, não há dúvida de que Jesus de fato ensinou a eternidade das penas do inferno; logo, concluirá Allan Kardec, se quiser ser consequente, a mensagem de Jesus é incompatível com a filosofia da reencarnação.

Seria realmente prolixo citar aqui todos os textos dos quatro Evangelhos que os evangelistas colocam na boca do Divino Mestre e que nos falam do inferno. Basta lembrar que, no Juízo Final, a sentença definitiva sobre os maus será: *Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno preparado para 'o diabo e para seus anjos* (Mt 25, 46); e Jesus acrescenta que *estes irão para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna*.

Jesus estabelece um perfeito paralelo entre a sorte dos justos (que é de “vida eterna”) e a dos maus (que é de “castigo eterno”): uma e outra são simplesmente “eternas”. Se, pois, a vida “eterna” dos justos é sem fim, sem fim será também o castigo “eterno”. Pois a mesma palavra, na mesma proposição e em igual contexto, deve ser tomada no mesmo sentido. ⁽¹³³⁾

Ensinou Jesus a lei do progresso irreprimível e universal para a perfeição? Serve a mesma resposta do item anterior: *“Ainda tenho muitas coisas para dizer, mas agora vocês não seriam capazes de suportar.”* (João 16,12)

Respondendo ainda a questão proposta “se há ou não a possibilidade da condenação ao inferno?” Diremos, peremptoriamente, que não. Porque ele não existe, é cópia de culto pagão – dos persas –, mantido pela liderança religiosa como forma de ter seus fiéis sob domínio, através do medo. Agora, somos nós quem perguntamos: quando Deus criou o inferno, sr. bispo? O momento para sua criação deveria ter sido quando Deus estabeleceu normas de comportamento para a humanidade; presumimos que os dez mandamentos se enquadram nisso, certo? Bom, então quem for capaz que nos apresente onde está dito como penalidade a ida para o inferno se não os cumprisse. Se Ele o criou posteriormente e mandou almas para lá, sem que tivesse estabelecido essa pena, não agiu com justiça, coisa incompatível com Sua natureza.

Infelizmente, temos que dizer que a liderança

religiosa está, com seus dogmas, amesquinhando Deus, pois, ao atribuir atitudes a Ele que nem mesmo um pai humano teria coragem de fazer, O colocam em pior condição que uma de suas criaturas. E ainda não conseguimos encontrar uma explicação de como um ser finito consegue ofender a um ser infinito, a não ser por nossa ignorância sobre a grandeza incomensurável de Deus.

Qualquer pessoa, com um mínimo senso de justiça, irá ver que aplicar penas eternas para erros temporários e insignificantes é fora de propósito. Se, por exemplo, errássemos durante 100 anos, o máximo que, por questão de justiça, a nossa pena poderia ir seria de 100 anos; daí para a frente entraríamos no campo da injustiça, com o tempo de penalidade maior que o da própria falta. Pior ainda, quando admitem ser esse castigo eterno.

Evidentemente, poderão objetar que na Bíblia se fala em inferno eterno, ou que Jesus tenha falado nisso; e não seremos nós quem negará. Entretanto, cabe-nos, por mínima coerência, perguntar: será que o eterno aí tem o mesmo conceito que temos hoje? Não. Eterno significava, para os judeus, um tempo

muito longo, do qual não se tinha ideia do fim; não é, portanto, no sentido que damos hoje a essa palavra. Fato que podemos comprovar usando Eclesiástico 39,20: *“Seu olhar se estende de eternidade em eternidade, e para ele nada é extraordinário.”*, já que a palavra eternidade só pode ter um único sentido. Por isso, podemos afirmar categoricamente que o castigo será eterno; tão eterno enquanto dure.

Com relação à afirmativa do sr. bispo que “todos sabem que a Igreja ensina a possibilidade de condenação eterna”, contra-argumentamos usando Gandhi: “O erro não se torna verdade por se difundir e multiplicar facilmente. Do mesmo modo a verdade não se torna erro pelo fato de ninguém a ver.” ⁽¹³⁴⁾

Poderíamos, também, quem sabe, evocar o espírito Galileu Galilei para dar a sua opinião sobre essa questão; não seria uma boa?

O pior é que buscam apoiar-se nas palavras do Cristo, muito embora não as tenham entendido na profundidade desejada. Também podemos buscar várias outras passagens para rebater as que apresentam para justificar o inferno como, por

exemplo: *“Se vocês, que são maus, sabem dar coisas boas a seus filhos, quanto mais o Pai de vocês que está no céu dará coisas boas aos que lhe pedirem.”* (Mateus 7,11) e *“daí você não sairá, enquanto não pagar até o último centavo”* (Mateus 5,26).

Muitas vezes é difícil explicar determinada coisa a uma pessoa se ela não tem vivência pessoal daquilo. Como explicar a um padre o que um pai sente em relação a um filho? Mas não vamos usar o amor de pai; vamos apelar para o amor de mãe, que, segundo julgamos, é o grau mais elevado do amor que podemos encontrar num ser humano. Aqui, em nosso plano físico, vemos as mães até morrerem por seus filhos. Nas rebeliões, em penitenciárias públicas, todas elas, do lado de fora, aguardam ansiosas por notícias de seus filhos, que, para nós outros, são simplesmente criminosos.

Assim, aqui em vida, a mãe é abnegação e renúncia a favor do filho; porém, depois da morte elas não estarão mais nem aí para os seus filhos, uma vez que elas irão para o céu e os filhos para o inferno. Se a vida após a morte nos modifica, tornando-nos piores que éramos quando vivos, no

caso das mães que faziam tudo pelos filhos, depois indiferença total para o sofrimento deles, então de que vale a vida na prática do amor?

Leiamos Isaías: *“Mas pode a mãe se esquecer do seu nenê, pode ela deixar de ter amor pelo filho de suas entranhas? Ainda que ela se esqueça, eu não me esquecerei de você.”* (Isaías 49,15). Essa é a verdadeira atitude de Deus para com todos os seus filhos.

Redimir-se a si mesmo?

Ensinou Jesus a necessidade de conquistar a perfeição final por esforços e méritos pessoais?

O cerne da boa nova do Evangelho é precisamente este: Jesus, por sua vida, paixão, morte e ressurreição, reconciliou a humanidade com Deus, satisfazendo superabundantemente pelos pecados de todos os homens e de todos os tempos. A nossa redenção por Cristo é a medula da vida neotestamentária. Está em todas as páginas.

É a mensagem que os profetas predisseram e os anjos anunciaram na primeira noite de Natal; é a mensagem de João às margens do Jordão e na qual o próprio Jesus insistiu; é sobretudo a mensagem que os Apóstolos foram depois levar a todos os povos do mundo; é a mensagem mais cara que a Igreja nos conservou através dos

séculos e que se tornou o símbolo do Brasil religioso e cristão: Cristo Redentor no alto do Corcovado. *Ele é a vítima de expiação pelos nossos pecados. E não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo* (1 Jo 2, 2). *Vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou a si mesmo por mim* (Gal 2, 20).

Tal como a entendem os cristãos, a salvação não consiste apenas no perdão dos pecados, mas, e principalmente, na comunicação da vida divina ou, como dizia São Pedro, na *participação da natureza divina* (1 Pe 1, 4). Em virtude da redenção nos é oferecida a possibilidade de sermos filhos de Deus, *e se somos filhos, somos também herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo*, conclui São Paulo (Rom 8, 17).

Daí este ensinamento do Concílio Vaticano II que se recolhe no Decreto *Ad Gentes* (n. 8): “Ninguém por si só e com as próprias forças se liberta do pecado e se eleva acima de si próprio. Ninguém se desprende em definitivo de sua fraqueza, solidão ou servidão. Mas todos necessitam de Cristo exemplar, mestre, libertador, salvador, vivificador”

É a soteriologia cristã. A ela se opõe frontalmente a soteriologia reencarnacionista. Mas por isso mesmo deixa de ser cristã. O reencarnacionismo é visceralmente anti-cristão.
(¹³⁵)

Ensinou Jesus a necessidade de conquistar a perfeição final por esforços e méritos pessoais?

Continua valendo a mesma resposta: *“Ainda tenho muitas coisas para dizer, mas agora vocês não seriam capazes de suportar.”* (João 16,12)

Engana-se o sr. bispo quanto ao cerne do ensinamento da Boa Nova; veremos que ele está centrado tão somente no *“amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”*; obviamente, que, para entender assim, é necessário deixar o dogmatismo de lado.

Se alguma coisa Jesus disse de que pela sua morte haveria remissão dos pecados, só pode ser por adulteração de texto para se justificar algum dogma, já que não acreditamos que iria se contradizer com o *“a cada um segundo suas obras”* e no simbolismo da separação dos bons e maus, quando diz que irão para a direita os que praticaram o amor ao próximo (Mateus 25,31-46).

Estão fazendo com Jesus exatamente o que o povo hebreu fazia como prática de expiação dos pecados ao imolar um boi para o oferecer em holocausto à divindade.

Aos que querem fazer de Jesus esse “bode

expiatório” então haverão de concordar que de duas uma: ou todos os nossos pecados foram perdoados e, nesse caso, “comamos e bebamos”, ou então teremos que providenciar outro Cristo para pagar pelos nossos pecados, pois a vítima de sacrifício de expiação só poderia remir os pecados do momento do ritual para trás, ou seja, não poderia redimir pecados futuros. Assim, como é que ficamos sr. bispo? Mas a incoerência é evidente, pois, apesar de afirmarem que a morte de Jesus redimiou nossos pecados, o pecado de Adão e Eva continua sendo transmitido a todos que nascem; portanto, ficou fora dessa remissão. E pior ainda, todo mundo paga por ele, num pagamento perpétuo. Sem falar que é contrário ao *“Os pais não serão mortos pela culpa dos filhos, nem os filhos pela culpa dos pais. Cada um será executado por causa de seu próprio crime.”* (Deuteronômio 24,16).

A falha dessa hipótese é tão evidente que o sr. bispo se contradiz, quando diz que “a salvação não consiste apenas no perdão dos pecados”; com isso coloca a morte de Jesus como ineficaz para a remissão dos pecados, embora tenha defendido essa

tese.

No que cita sobre o Concílio Vaticano II, destacamos: “ninguém por si só e com as próprias forças se liberta do pecado”. Obviamente, não era de se esperar outra coisa, pois se colocarem nas mãos dos fiéis a sua própria salvação, qual será a necessidade de um padre para servir de intermediário?

Discordamos da frase usada de que “O reencarnacionismo é visceralmente anti-cristão”, pois na verdade o que o Sr. bispo quer dizer é: “o reencarnacionismo é visceralmente anti-católico”, porquanto, é exatamente isso o que é. Pela doutrina da Igreja de Roma só uns poucos se salvarão com certeza, embora tenham dito que já estamos salvos pelo sangue de Jesus, enquanto que, pela reencarnação, todos nós seremos salvos já que *“Deus não faz acepção de pessoas.”* (Atos 10,34). Devemos, também, ver que Jesus disse aos sacerdotes e anciãos do povo que *“os cobradores de impostos e as prostitutas vão entrar antes de vocês no Reino do Céu”* (Mateus 21,31), demonstrando que todos irão para o Reino do Céu; apenas que os

cobradores de impostos, detestados por todos, e as desprezadas prostitutas irão antes deles.

Outra passagem que merece uma reflexão mais profunda é a parábola do filho pródigo, que nos dá exatamente a ideia de que todos nós um dia voltaremos ao seio do Pai.

Independência do corpo?

Ensinou Jesus uma vida definitiva independente da matéria?

Seria a negação da doutrina cristã sobre a ressurreição dos mortos. “Creio na ressurreição da carne”: é a profissão de fé desde os tempos apostólicos. São outra vez unânimes os reencarnacionistas em negar a ressurreição.

Neste ponto, porém, a doutrina de Jesus também é clara e enfática: *Vem a hora em que todos os que repousam nos sepulcros ouvirão a voz do Filho do homem e sairão: os que tiverem feito o bem, para uma ressurreição de vida; os que tiverem feito o mal, para uma ressurreição de condenação* (Jo 5,28-29). E mais adiante declara: *Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o ressuscitarei no último dia* (Jo 6,54).

São Paulo dedica todo o longo capítulo 15 da primeira epístola aos Coríntios à defesa e explicação da ressurreição; e argumenta: *Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não*

ressuscitou. E se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia é também a nossa fé (1Cor 15,13-14). ⁽¹³⁶⁾

Ensinou Jesus uma vida definitiva independente da matéria? Eita, parece que não sairemos desta resposta: *“Ainda tenho muitas coisas para dizer, mas agora vocês não seriam capazes de suportar.”* (Jo 16,12)

Vejamos novamente essas passagens: *“Deus é Espírito”* (João 4,24), *“O espírito é que dá a vida, a carne não serve para nada”* (João 6,63), *“Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito”* (Lucas 23,46) e *“a carne e o sangue não podem herdar o reino dos céus”* (1 Coríntios 15,50). Observar que todas elas são, flagrantemente, contrárias à ressurreição da carne. Paulo, inclusive, em 1 Coríntios 15,35-50, é taxativo em dizer que ressuscitaremos no corpo espiritual. A clareza é tanta que ficamos admirados da coragem da Igreja de Roma em pregar exatamente o contrário.

O Espiritismo não nega a ressurreição; apenas não a admite conforme a ótica da Igreja, quer por ser

contrária aos ensinamentos de Jesus, quer por ser, também, anticientífica, já que a Ciência nos afirma a impossibilidade de, após a decomposição, se reagruparem os elementos que compunham o corpo físico para dá-lo novamente a vida que possuía. Isso só ocorre em filmes de terror, que, nos dias de hoje, nem mesmo às crianças causam medo.

Que Jesus ressuscitou é um fato incontestável, entretanto, apesar das narrativas adaptadas aos dogmas para levar o leitor a crer que Ele ressuscitou fisicamente, quando, na verdade, sua ressurreição foi no corpo espiritual; tal e qual acontecerá com todos nós.

Duas perguntas adicionais

Era João Batista a reencarnação de Elias? Para provar que também Jesus era partidário das vidas sucessivas, Allan Kardec nos manda ver o Evangelho segundo São Mateus, capítulo 17, onde Jesus teria afirmado que João Batista era a reencarnação do profeta Elias.

Mas a argumentação espírita é confusa. É certo que havia alguma relação entre o intrépido João Batista, precursor da primeira vinda de Jesus e o corajoso profeta Elias, o anunciado precursor do segundo advento de Cristo. Já o anjo que viera

anunciar a Zacarias o nascimento de João explicara: *Ele caminhará à sua frente com o espírito e o poder de Elias* (Lc 1,17).

Sabiam os fariseus e escribas que, segundo a profecia de Malaquias (4, 5), a vinda do Messias seria preparada por Elias. Ora, Jesus de Nazaré declarava ser o Messias: como era isso possível se Elias ainda não aparecera? Era a objeção que os fariseus alegavam contra a autenticidade da missão messiânica de Jesus (cf. Mt 17,10).

Eles confundiam de fato as duas vindas do Messias: a primeira como Redentor e a segunda como Juiz. Malaquias profetizara a vinda de Elias “antes que venha o dia grande e terrível” do Juízo Final, referindo-se, pois, ao segundo advento de Cristo. O precursor da primeira vinda seria João Batista que, consoante as palavras do anjo, viria “com o espírito e o poder de Elias”.

Daí dizer Jesus, para refutar a objeção dos fariseus e tranquilizar os discípulos: *Se quiserdes compreender, ele mesmo* (João Batista) *é Elias que deve vir. Quem tiver ouvidos, ouça* (Mt 11,14-15). E uma afirmação enigmática. As palavras de Jesus têm no contexto o sentido de que o enviado de Deus que devia preceder a primeira vinda do Messias (e que os judeus confundiam com Elias), já apareceu. E o evangelista acrescenta: *Então compreenderam os Apóstolos que Jesus se referia a João Batista* (Mt 17,13).

Por fim, diretamente interrogado por uma comissão de judeus se era Elias, o próprio João Batista respondeu categoricamente: *Não o sou* (Jo 1,21), com o que ele mesmo, João Batista, dirimiu

a questão.

E como entender o “nascer de novo”? Citando João (3,3), sustenta Allan Kardec que “as próprias palavras de Jesus não permitem dúvidas a tal respeito”. O texto citado seria este: *Respondendo a Nicodemos, disse Jesus: Em verdade, em verdade te digo que, se um homem não nascer de novo, não poderá ver o reino de Deus.*

A tradução do texto grego, que é o original do Evangelho segundo São João, não é exata. No original grego temos a palavra *ánōthen*, que quer dizer: nascer do alto, e não: nascer de novo. A tradução exata deve ser: *Quem não nascer do alto não pode entrar no reino de Deus.*

Mas também Nicodemos não entendera bem a afirmação de Jesus e pediu maiores esclarecimentos. Jesus explica então o seu pensamento: *Em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus. O que nasceu da carne é carne, o que nasceu do Espírito é espírito. Não te admires de eu te haver dito: deveis nascer do alto (Jo 3,5-7).*

Para Jesus, portanto, *nascer do alto* é o mesmo que *nascer da água e do Espírito*. E isso não é reencarnação. Também em outros lugares a Sagrada Escritura nos fala desta necessidade de uma “nova” vida, da regeneração espiritual: *Renovai-vos, pois, no espírito do vosso entendimento, e vesti-vos do homem novo, criado segundo Deus na justiça e na santidade verdadeira (Ef 4,23-24).* Noutra ocasião disse Jesus: *Se não vos converterdes e não vos fizerdes como*

crianças, não haveis de entrar no reino dos céus (Mt 18,3).

Por isso o sacramento do Batismo, instituído por Jesus Cristo (cf. Mt 28,19; Mc 16,16), mas negado pelos reencarnacionistas, foi sempre chamado de “sacramento da regeneração”.

São Paulo nos explica muito bem esta doutrina cristã: *Também nós antigamente éramos insensatos, desobedientes, extraviados, escravos de toda sorte de paixões e de prazeres, vivendo em malícias e inveja, odiados pelos homens e odiando-nos uns aos outros. Mas quando a bondade e o amor de Deus, nosso Salvador, se manifestaram, ele salvou-nos, não por causa dos atos justos que houvéssemos praticado, mas porque, por sua misericórdia, fomos lavados pelo poder regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele ricamente derramou sobre nós, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, a fim de que fôssemos justificados pela sua graça, e nos tornássemos herdeiros da esperança da vida eterna (Tit 2,3-7).*

Rico texto cristão, mas que não entra nas categorias reencarnacionistas. ⁽¹³⁷⁾

É hilariante a tentativa do sr. bispo em querer levar uma passagem clara sobre a reencarnação à conta de que Jesus queria apenas “tranquilizar os discípulos”. Esqueceu-se que a ideia de que uma pessoa poderia voltar é bem nítida em passagens do

Evangelho, especificamente quando Jesus pergunta aos seus discípulos quem o povo pensava que Ele era. A resposta é uma prova cabal de que acreditavam que uma pessoa poderia voltar num outro corpo, já que pensavam que Jesus poderia ser Jeremias, Elias ou algum dos profetas ressuscitados, palavra que possuía vários significados, entre eles o de reencarnar, conforme o exposto.

O povo hebreu não acreditava em duas vindas do Messias, mas em apenas uma, quando ele iria libertá-los e julgar os ímpios. Só mais tarde é que se passou a aceitar a segunda vinda; isso porque o próprio Jesus disse que voltaria novamente.

Pelas palavras de Jesus podemos acreditar que João Batista era de quem falava as escrituras (Mateus 11,10), relação direta à profecia de Malaquias. Jesus é categórico: João é o Elias que devia vir; como sabia que haveria muitos que não acreditariam arremata: *“Ouça quem tem ouvidos de ouvir.”* (Mateus 11,15). De fato ainda há muitos que não querem ouvir, como o sr. bispo, por exemplo, chegando a apresentar como argumento contra a reencarnação a informação de João, de que ele não

era Elias. Entretanto, o sr. Bispo “esquece” o que é dito em Malaquias 3,23 em umas traduções ou 4,5 em outras, onde Deus diz: *“Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível dia do Senhor”*, promessa essa confirmada pelo anjo do Senhor a Zacarias, conforme Lucas 1,13-17, constando neste último versículo *“Caminhará à frente deles, com o espírito e o poder de Elias [...]”*, ou seja, o novo corpo [João] viria com o espírito e o poder de Elias. Ora, se Deus diz que enviará Elias, o anjo do Senhor identifica quem virá com seu espírito e poder, e Jesus confirma tal fato, quem será capaz de negá-lo? O sr. bispo?!

Mais: o historiador Flávio Josefo nos informa que os fariseus acreditavam na ressurreição, com o significado de reencarnação mesmo. Orígenes, um dos pais da Igreja, também defendia essa crença, que, segundo alguns estudiosos, era aceita no cristianismo primitivo, só sendo “anatematizada” pelo Concílio de Constantinopla, em 553, quando foi “revogada” a ideia da preexistência defendida por Orígenes, forma capciosa de, por tabela, “acabar” com a reencarnação. A história registra isso; o sr.

bispo deve muito bem saber; ou se não sabe, deveria.

Vamos transcrever de um nosso texto intitulado **Ressurreição, o significado bíblico**, o seguinte trecho:

Vejamos agora o que ainda mais encontrarmos para desvendar qual era o conceito de ressurreição.

a) Voltar à vida no mesmo corpo

Elias, que ressuscitou um filho de uma viúva (1 Reis 17,14),

Elizeu, que fez o mesmo com um filho de uma sunamita (2 Reis 4,32-37),

Pedro, por ter ressuscitado a jovem chamada Tabita (Atos 9,36-40),

Paulo, que fez voltar à vida o menino Êutico, que havia morrido após ter caído de uma janela (Atos 20,9-12).

Jesus, a filha de Jairo (Mateus 9,24), o filho da viúva de Naim (Lucas 7,11-17) e Lázaro

(João 11,1-44).

Será que realmente houve propriamente uma morte? Devemos observar, que, no caso da filha de Jairo, Jesus disse: *“a menina não morreu, está dormindo”* (Mateus 9,24; Marcos 5,39 e Lucas 8,52). Em relação a Lázaro (João 11,1-44) a coisa é mais complicada, pois, apesar de Jesus ter afirmado que *“esta doença não é para a morte”*, e *“nosso amigo Lázaro dorme”*, o texto bíblico apresenta uma contradição a partir do versículo 13 a 16, dizendo que se trata de morte mesmo. Ora, isso, a nosso ver, para se justificar a tese da ressurreição corporal, fizeram um acréscimo ao texto original, cujo conteúdo se retirarmos da passagem não perde a solução de continuidade da narrativa.

Temos dito, em várias oportunidades, que os médicos de hoje se tivessem vivido naquele tempo seriam considerados “profetas”, pois, com certeza, com os atuais conhecimentos de medicina, iriam “ressuscitar” inúmeras pessoas. A grande questão é saber se Lázaro e

a filha de Jairo, e o filho da viúva de Naim estavam realmente mortos, ou se passaram por uma EQM – Experiência de Quase Morte, que tem despertado o interesse de vários pesquisadores nos tempos atuais.

Esse conceito é o popular, mas, como já demonstramos pelo Dicionário Bíblico, ele não é exato.

b) Voltar à vida em outro corpo

Lucas (9,7-9): *“O tetrarca Herodes, porém, ouviu tudo o que se passava, e ficou muito perplexo por alguns dizerem: ‘É João que foi ressuscitado dos mortos’; e outros: ‘É Elias que reapareceu’; e outros ainda: ‘É um dos antigos profetas que ressuscitou’”. Herodes, porém, disse: ‘A João eu mandei decapitar. Quem é esse, portanto, de quem ouço tais coisas?’ E queria vê-lo”. (ver Mateus 14,1-2; Marcos 6,14-16).*

Lucas (9,18-19): *“Um dia Jesus rezava num lugar retirado e seus discípulos estavam com ele. Ele lhes fez a seguinte pergunta;*

‘Quem sou eu no dizer das turbas?’ Eles responderam: ‘Para uns, João Batista, para outros, Elias ou algum dos antigos profetas ressuscitado’’. (ver também Mateus 16,13-19; Marcos 8,27-28).

Por essas passagens podemos perfeitamente saber que o povo realmente acreditava que alguém que já havia morrido poderia voltar como outra pessoa, senão não teria sentido o que o povo pensava a respeito de Jesus. E se isso não fosse possível, com certeza, Jesus teria dito dessa impossibilidade. Assim, fica claro que o conceito de ressuscitar aqui nessas passagens pode muito bem ser entendido por reencarnar.

Somente devemos fazer uma ressalva quanto a João Batista, que não poderia se enquadrar nesse conceito, nós o estaremos explicando no item “d”.

c) Ressurgir em Espírito

Qual a ressurreição foi pregada por Jesus, a da carne ou a do Espírito?

Para responder essa questão é necessário lermos a resposta que Jesus deu aos saduceus, negadores da ressurreição, sobre uma mulher que, para cumprir a lei mosaica, teve que casar com os sete irmãos. A dúvida deles era, quando da ressurreição ela seria mulher de qual deles? A isso responde Jesus: *“As pessoas deste mundo se casam. Contudo, as que são julgadas dignas de ter parte naquele mundo e na ressurreição dos mortos, lá não se casam. E já não podem morrer outra vez, porque são iguais aos anjos e filhos de Deus, sendo participantes da ressurreição”*. (Lucas 20, 34-36) São iguais aos anjos, isso significa que serão seres espirituais, daí não se justifica mais o casamento, que é coisa para os que possuem corpos materiais.

Jesus disse que *“O espírito é que dá vida a carne de nada serve”* (João 6,63), o que vem reforçar a nossa natureza como sendo a espiritual. Por outro lado, partindo de que *“Deus é Espírito”* (João 4,24) e que somos a sua imagem e semelhança, é inevitável

concluirmos que, na verdade, somos também Espíritos.

Seguindo a leitura de Lucas, temos: *“E que os mortos ressuscitem, é Moisés quem dá a conhecer através do episódio da Sarça Ardente, quando chama ao Senhor: o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó. Ora, Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos; para ele, então, todos são vivos”*. (Lucas 20, 37-38) Considerando que se afirma, na narrativa, que Abraão, Isaac e Jacó *“todos são vivos”* e que ainda não aconteceu o juízo final, para a esperada ressurreição dos corpos, se eles são vivos, são vivos, portanto, em Espírito. E concluindo, pela comparação de Jesus, eles já ressuscitaram, ou seja, estão vivendo a vida do Espírito, por isso não morrem mais.

Assim, concluimos que, o que Jesus ensinou foi a ressurreição do Espírito, não a do corpo físico, dogma de igrejas tradicionais. O que também poderá ser confirmado em Paulo, quando diz: *“a carne e o sangue não poderão herdar o reino de Deus”* (1 Coríntios 15,50).

d) Ressurgir em Espírito influenciando outra pessoa

Mateus 14,1-2: *“Naquele tempo, Herodes, o tetrarca, veio a conhecer a fama de Jesus e disse aos seus oficiais: ‘Certamente se trata de João Batista: ele foi ressuscitado dos mortos e é por isso que os poderes operam através dele!’”*.

Essa passagem nós a estamos colocando para explicar a questão de João Batista. Ora, se acreditavam que Jesus estava fazendo prodígios porque *“os poderes de João Batista operam através dele”*, isso, num português bem claro, seria a possibilidade de um morto exercer algum tipo de influência sobre um vivo. Confirmando, pelo menos como uma hipótese muito provável, que aceitavam a interferência dos mortos sobre os vivos, ou seja, isso nada mais é que a comunicação entre os dois planos da vida.

Assim, também, podemos dizer que ressurreição, neste caso, seria a volta de um

morto à condição de espírito.

Voltando ao nosso texto presente.

Quanto à justificativa para não se aceitar a reencarnação de que João Batista negou ser Elias, apesar de preferirmos ficar com Jesus que afirmou que ele é, podemos explicar com o que os Espíritos responderam a Allan Kardec, registrado em **O Livro dos Espíritos**:

392. *Por que perde o Espírito encarnado a lembrança do seu passado?*

“Não pode o homem, nem deve, saber tudo. Deus assim o quer em Sua sabedoria. Sem o véu que lhe oculta certas coisas, ficaria ofuscado, como quem, sem transição, saísse do escuro para o claro. *Esquecido de seu passado ele é mais senhor de si.*” ⁽¹³⁸⁾

Assim, por não se lembrar do seu passado como Elias é que João Batista negou essa possibilidade. Mas aqui há um fato muito interessante; leiamos:

Mateus 11, 11-12: “*Eu garanto a vocês: de*

todos os homens que já nasceram, nenhum é maior do que João Batista. No entanto, o menor no Reino do Céu é maior do que ele. Desde os dias de João Batista até agora, o Reino do Céu sofre violência, e são os violentos que procuram tomá-lo.”

Dois pontos a considerar. Primeiro, levando-se em consideração que “Deus não faz acepção de pessoas” (Atos 10,34); como explicar que nenhum homem é maior que João Batista a não ser aceitando que ele, em vidas anteriores, teve a oportunidade de se tornar “maior”, quando, evidentemente, evoluiu mais rapidamente que os outros homens? Segundo, para alguém que lhe é contemporâneo não se aplicaria a expressão “desde os dias”, por ser ilógico; entretanto, se entendemos que “desde os tempos em que João vivia como Elias”, as coisas se encaixam como uma luva ao conceito da reencarnação.

Sobre o “nascer de novo”, vamos, também, recorrer a um outro texto nosso intitulado **A conversa de Jesus com Nicodemos:**

O texto em exame

A passagem está em João capítulo 3, versículos de 1 a 12, leiamos:

1. *Havia, entre os fariseus, um homem chamado Nicodemos, um notável entre os judeus.* 2. *à noite ele veio encontrar com Jesus e lhe disse: “Rabi, sabemos que vens da parte de Deus como mestre, pois ninguém pode fazer os sinais que fazes, se Deus não estiver com ele”.* 3. *Jesus lhe respondeu: “Em verdade, em verdade, te digo: **quem não nascer de novo** não pode ver o Reino de Deus”.* 4. *Disse-lhe Nicodemos: “Como pode um homem nascer, sendo velho? Poderá entrar segunda vez no seio de sua mãe e nascer?”* 5. *Respondeu-lhe Jesus: “Em verdade, em verdade, te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus.* 6. *O que nasceu da carne é carne, o que nasceu do Espírito é espírito.* 7. *Não te admires de eu te haver dito: **deveis nascer de novo.*** 8. *O vento sopra onde quer e ouves o seu ruído, mas não sabes de onde vem nem para onde vai. Assim acontece com todo aquele que*

nasceu do Espírito” 9. Perguntou-lhe Nicodemos: “Como isso pode acontecer?” 10. Respondeu-lhe Jesus: “És mestre em Israel e ignoras essas coisas? 11. Em verdade, em verdade, te digo: falamos do que sabemos e damos testemunho do que vimos, porém não acolheis o nosso testemunho. 12. Se não credes quando vos falo das coisas da terra, como creereis quando vos falar das coisas do céu?” (Bíblia de Jerusalém)

O realce aos termos dos versículos 3 e 7, é nosso, já que devemos destacar isso mais à frente.

A Teologia Católica

A polêmica instala-se por conta do termo grego *anóthem*, que tanto pode ser entendido como “de novo” quanto “do alto”. Isso é um prato cheio para que os teólogos tirem dessa passagem a ideia da reencarnação, para introduzir a ideia do batismo.

Uma das traduções que destacamos é a da Bíblia de Jerusalém, pelo motivo dela ter

sido elaborada por uma equipe de tradutores católicos e protestantes. Nela lemos a seguinte explicação: “João emprega um termo grego, *anóthem*, que significa também ‘do alto’ (cf. 3, 7.31). **Esse duplo sentido não existe na língua de Jesus e de Nicodemos**”. (p. 1847). Aqui vemos um golpe de morte naqueles que querem buscar nisso um pretexto para retirar dessa passagem a ideia da reencarnação.

Vejamos o que encontramos em outras Bíblias católicas:

Ave-Maria: no v. 4 está dito “renascer”, e quanto ao v. 5 explicam que é uma alusão ao batismo.

Pastoral: apenas no v. 3 usaram “do alto”, buscam, também, relacionar essa passagem ao rito do batismo.

Barsa: aplicaram ao v. 3 a expressão “renascer de novo”, no v. 5 “renascer” e no 7 “nascer outra vez”. Embora não falem nada sobre batismo, implicitamente querem levar a essa ideia quando, no v. 5, ao invés de colocar

“e do Espírito”, mudam para “e do Espírito Santo”. Um detalhe importante dessa Bíblia é sua antiguidade; foi editada em 1965, do que concluímos que nas edições mais recentes, a preocupação de retirar a ideia da reencarnação fica mais evidente.

Santuário: Usam no v. 3 e 5 “de novo”, na explicação do v. 3, colocam:

“O termo grego aqui empregado é ambíguo. Tanto se pode traduzir por ‘nascer de novo’ como por ‘nascer do alto’. **Nicodemos entende-o no primeiro sentido, como se vê pelo contexto.** Jesus, porém, reconduz a conversa ao seu caminho: os que pertencem ao Reino, não são os que nasceram da carne e do sangue (os descendentes de Abraão, como pensavam os judeus), mas os que nasceram de Deus (cf. Jo 1,13). Tal nascimento realiza-se no batismo (Jo 3,5)”.

Do Peregrino: informam-nos que Nicodemos em grego quer dizer “vitória do povo”, aliás significativo para a ideia da

reencarnação.

Vozes: nos v. 3 e 7, aplicam o “do alto”, dando a seguinte explicação:

“A expressão *nascer do alto* (v. 3) **em grego pode ser entendida também como *nascer de novo*, como faz Nicodemos (v. 4)**, no sentido de ser concebido e dado à luz. Jesus, no entanto, fala de um novo nascimento de Deus, da água e do Espírito Santo (v. 5), numa referência direta ao rito do batismo (cf. 1,12s)”.

Aqui temos a confirmação de que, pelo contexto, a expressão deverá ser entendida como “nascer de novo”, pois foi assim que Nicodemos entendeu, conforme nos afirmam alguns tradutores da Bíblia. Não adianta, para justificar o contrário, querer comparar o significado de uma palavra colocada em textos diferentes, pois poderá muito bem ter significados distintos, o que somente o contexto de cada uma poderá dar a conhecer.

Retomando nosso texto atual.

Querer ligar a passagem de Nicodemos ao batismo é forçar a barra para justificar dogmas. Sobre esse ritual já falamos anteriormente.

Embora não seja do desejo do sr. bispo, a reencarnação está, sim, entre os ensinamentos de Jesus; entretanto, para ele deve ser necessário combatê-la, pois ela é uma arma terrível contra a exploração religiosa, já que a nossa salvação passa para nossas próprias mãos.

Conclusão

Sustenta Allan Kardec que, “sem o princípio da preexistência da alma e da pluralidade das existências, são ininteligíveis, em sua maioria, as máximas do Evangelho”.

Depois de tudo o que acabamos de ver, podemos inverter a frase e concluir: se admitimos a pluralidade das existências terrestres, a garantida salvação final de todos os seres racionais, a necessidades de conquistar a perfeição por esforços e méritos próprios e a vida espiritual definitivamente independente do corpo; se, em suma, admitimos o princípio da reencarnação, então, sim, seriam ininteligíveis, na sua maioria, as máximas do Evangelho.

A palavra “reencarnação” está preche de

postulados, pressuposições, princípios e conclusões diretamente contrários à mensagem do Evangelho. Na verdade, seria difícil encontrar outro termo tão carregado de elementos opostos à doutrina cristã. Em um só vocábulo estão compreendidas as mais radicais heresias contra a fé cristã: reencarnação.

Por tudo isso o católico não aceita o espiritismo.
(139)

Acreditamos que o sr. bispo defenderá até a sua morte essa ideia; mas a reencarnação, conforme já afirmamos, é uma questão de lei natural; nada tem a ver com religião. Achamos que Allan Kardec o ajudaria a entender melhor o Evangelho. Dia virá em que a reencarnação será provada cientificamente, temos absoluta certeza disso, dada as fortes evidências já acumuladas por inúmeros pesquisadores; a questão, agora, é só de tempo. Esperamos que, quando isso acontecer, o sr. bispo não leve uns quatrocentos anos para aceitá-la.

O ESPÍRITA PERANTE A IGREJA

Em 1953, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reafirmou a determinação feita pelo Episcopado Nacional na Pastoral Coletiva de 1915, revista pelos Bispos em 1948 nestes termos:

“Os espíritas devem ser tratados, tanto no foro interno como no foro externo, como verdadeiros hereges e fautores de heresias, e não podem ser admitidos à recepção dos sacramentos, sem que antes reparem os escândalos dados, abjurem o espiritismo e façam a profissão de fé”.

Segundo o novo Código de Direito Canônico (de 1983), “chama-se heresia a negação pertinaz, após a recepção do batismo, de qualquer verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou a dúvida pertinaz a respeito dela” (cân. 751).

E no cânon 1364 § 1, a nova legislação eclesiástica determina que “o herege incorre automaticamente em excomunhão”, isto é, deve ser excluído da recepção dos sacramentos (cân. 1331 § 1), não pode ser padrinho de batismo (cân. 874) nem de confirmação (cân. 892), e não lhe será lícito receber o sacramento do matrimônio sem licença especial do bispo (cân. 1071) e sem as condições indicadas pelo cânon 1125. Também não pode ser membro de associação ou irmandade católica (cân. 316).

Ao compararmos a doutrina espírita com a mensagem cristã, vimos que o espiritismo de fato nega quase todo o Credo Apostólico. E quando analisamos a teoria da reencarnação, ficou claro que a palingenesia se opõe, em pontos essenciais, à pregação de Nosso Senhor Jesus Cristo, negando, principalmente, toda a soteriologia cristã.

É evidente, pois, que o católico, quando adota a doutrina espírita, se enquadra na descrição que o citado cânon 751 faz da heresia, cometendo um “delito contra a religião”, segundo a terminologia do

novo direito eclesiástico, e incorre na penalidade prevista pelo cânon 1364 § 1. Ou, falando mais exatamente: o católico que resolve tornar-se espírita, por esse fato, exclui-se a si mesmo da Igreja Católica, perdendo todos os direitos de católico.

Mas, na prática pastoral, a aplicação destas determinações jurídicas encontra a seguinte dificuldade: o vocábulo “espírita” é, de fato, entre nós, polivalente. Já Allan Kardec observava em suas *Obras Póstumas* (20ª edição, p. 367 s.):

“O qualificativo de espírita, aplicado sucessivamente a todos os graus de crença, comporta uma infinidade de matizes, desde o da simples crença nas manifestações, até as mais altas deduções morais e filosóficas; desde aquele que, detendo-se na superfície, não vê nas manifestações mais do que um passatempo, até aquele que procura a concordância dos seus princípios com as leis universais e a aplicação dos mesmos princípios aos interesses gerais da Humanidade; enfim, desde aquele que não vê nas manifestações senão um meio de exploração em proveito próprio, até o que haure delas elementos para seu próprio melhoramento moral. Dizer-se alguém espírita, mesmo espírita convicto, não indica, pois, de modo algum, a medida da crença, essa palavra exprime muito com relação a uns, e muito pouco, relativamente a outros. Uma assembleia para a qual se convocassem todos os que se dizem espíritas apresentaria um amálgama de opiniões divergentes, que não poderiam assimilar-se reciprocamente, e nada de sério

chegaria a realizar, sem falar dos interessados a suscitarem no seu seio as discussões a que ela abrisse ensejo”.

Mas, pondo de lado as ambiguidades, pode-se dizer que, segundo Allan Kardec, “espírita” é todo o espiritualista que admite a prática da evocação dos falecidos. Sobre esta base mínima podem constituir-se os mais variados sistemas doutrinários. Assim, são “espíritas” os adeptos do espiritismo anglo-saxão que não aceitam a doutrina da reencarnação, como são “espíritas” os que fazem das ideias reencarnacionistas o ponto central da sua filosofia. E porque os partidários da Umbanda praticam assiduamente a evocação dos falecidos (e, aliás, endossam a doutrina da metemose), também eles são “espíritas” verdadeiros, no sentido original em que Allan Kardec entendia o vocábulo por ele criado.

E como não existe nenhum nexos necessário entre a prática da evocação dos falecidos e, a doutrina da reencarnação, é perfeitamente imaginável que alguém aceite e pratique a necromancia sem admitir a palingenesia, como é igualmente concebível que alguém adote a filosofia da pluralidade das existências sem endossar a prática da evocação das almas dos que morreram. Mas, a dimensão herética (isto é, negadora da doutrina de fé cristã) do espiritismo está principalmente na reencarnação. Pode-se admitir ainda que alguém professe sinceramente toda a doutrina cristã, tal como é proposta pela Igreja Católica, e ao mesmo tempo julgue ser possível e lícito evocar os falecidos.

Já é evidente que nem todos, embora se digam ou sejam chamados “espíritas”, podem ou devem ser considerados ou tratados. da mesma maneira. Há evidente necessidade de distinguir:

1.º Os que dirigem ou organizam o espiritismo (em qualquer de seus ramos) ou um centro espírita ou terreiro de Umbanda, e os que tomam parte ativa nas sessões (médiuns): são espíritas no sentido mais estrito do termo, valendo para eles a determinação do Episcopado nacional: “devem ser tratados como hereges”. Mas esta norma se aplica apenas aos que antes eram ou diziam ser católicos.

O mesmo não vale para os que já nasceram num ambiente espírita e nele foram educados. Os espíritas convictos e coerentes já não fazem batizar os seus filhos, visto que, como lhes fez saber em 1952 o Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, “o Espiritismo é religião sem ritos, sem liturgia e sem sacramentos”. Por conseguinte, já não são nem cristãos e devem ser considerados e tratados como os demais adeptos de religiões não-cristãs.

2.º Os que se inscreveram como sócios em alguma entidade espírita. Os espíritas costumam controlar a fidelidade de seus sócios mediante caderneta individual, carimbada cada mês. Quem deixar de cumprir durante seis meses os seus deveres de sócio é excluído.

Segundo os *Preceitos Gerais*, publicados pela Federação Espírita Brasileira e válidos para todas as sociedades espíritas do Brasil, os sócios inscritos têm os seguintes deveres:

a) estudar a doutrina espírita (que aqui no Brasil é reencarnacionista);

b) frequentar regularmente as sessões de estudo da doutrina;

c) pagar pontualmente as suas contribuições pecuniárias.

Deve-se, pois, supor que todo o sócio de mais de seis meses, não é apenas necromante, mas também reencarnacionista e, como tal, herege, e assim há de ser tratado.

3.º Os que, embora não inscritos, frequentam habitualmente, por mais de seis meses, sessões para consultar os mortos, receber receitas ou passes, etc. As assim chamadas “sessões públicas de estudo” são franqueadas a todos indistintamente. Mas toda sessão desta espécie é doutrinária: nela se ensina e administra a doutrina espírita (reencarnacionista). Por conseguinte, quem por mais de meio ano assiste habitualmente a tais sessões, já não pode ser tido apenas como necromante, mas com razão é considerado adepto da doutrina reencarnacionista. Logo, é herege e deve ser tratado como tal.

4.º Os que esporadicamente vão às sessões para consultar os falecidos, receber passes, receitas etc., levados talvez pela necessidade (doença, tristeza pela morte de alguém da família, situação embaraçosa) ou a convite insistente de amigos, vizinhos, etc.

Supondo que não vão por mera curiosidade, eles não são necessariamente reencarnacionistas; são, todavia, necromantes ou “espíritas” no sentido

lato do termo, tal como foi definido por Allan Kardec. Se admitem a reencarnação, são sem dúvida hereges e como tais deverão ser tratados.

Mas se não aceitam a pluralidade das existências, senão apenas a prática da evocação, serão também hereges?

A Santa Sé declarou que este tipo de práticas inclui um “engano inteiramente ilícito e herético” (em latim: “deceptio omnino illicita et haereticalis”, cf. Dz 1653 e 1654). Neste documento, de 1856 (naqueles anos começava na França a prática da evocação dos falecidos), a Santa Sé repete por duas vezes ser pecado de *heresia* querer aplicar meios puramente naturais com o fim de obter efeitos não-naturais ou supra-naturais. Por conseguinte, o espiritismo como evocação dos mortos, seja na forma de necromancia ou de magia, já é herético e, aliás, puro “engano”.

É preciso atender bem a este particular: estas práticas da evocação são rejeitadas não apenas como ilícitas (nisto está o pecado, pois, como vimos, a evocação é um ato severamente interdito por Deus) ou contra a moral, mas também como *heréticas* ou contrárias à fé cristã. A heresia está na suposição de se poderem produzir efeitos não naturais com meios naturais.

5.º Os que vão de quando em quando às sessões espíritas por motivo de estudo ou divertimento ou de mera curiosidade. A suposição é que não são reencarnacionistas, nem querem praticar a evocação. Podemos dividi-los em duas categorias:

a) Os que fazem isso sem nenhuma licença: não são espíritas (é a suposição), mas praticam um ato ilícito e expressamente proibido pela Igreja, pois pelo Decreto de 24 de abril de 1917 declarava a Santa Sé ser ilícito "assistir a sessões ou manifestações espiritistas, sejam elas realizadas ou não com o auxílio de um médium, com ou sem hipnotismo, sejam quais forem estas sessões ou manifestações, mesmo que aparentemente simulem honestidade ou piedade; quer interrogando almas ou espíritos, ou ouvindo-lhes as respostas, quer assistindo a elas com o pretexto tácito ou expreso de não querer ter qualquer relação com espíritos malignos".

b) Os que fazem isso devidamente autorizados. Bons moralistas interpretam a citada decisão de 1917 de tal maneira que. pode ser dispensada, em casos particulares, em favor de médicos, sociólogos ou outros estudiosos que vão, não por curiosidade, não apenas para ver, mas para estudar. Excluída, pois. toda a evocação e com a condição de que não ocorra perigo nenhum de perversão própria, nem de I escândalo para outros, poderia o bispo permitir a assistência.

6.º Os que nunca assistem às sessões, mas por qualquer motivo ajudam moral ou materialmente na construção ou manutenção de obras e empresas espíritas. São os fautores do espiritismo no Brasil. Tal cooperação consciente seria ilícita. E evidente, porém, que não devem ser tratados como espíritas ou hereges e sim como "fautores de heresia", conceito que já não ocorre na nova legislação canônica, mas que nem por isso deixa de ter o seu

valor.

7.º Os que assistem às sessões ou apoiam moral ou materialmente o espiritismo por ignorância. No Brasil, são muitos. Devem ser tratados como ignorantes; isto é: devem ser instruídos. O presente livrinho foi escrito também com este objetivo.

8.º Os que não querem praticar nem a necromancia nem a magia, não assistem às sessões espíritas, mas professam a doutrina da reencarnação, como os esoteristas, rosacruz, teósofos e outros ocultistas. São hereges formais e como tais devem ser tratados. ⁽¹⁴⁰⁾

Cita o sr. bispo, no início desta parte, o seguinte: “Em 1953, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reafirmou a determinação feita pelo Episcopado Nacional na Pastoral Coletiva de 1915, revistas pelos Bispos em 1948”, isso merece uma pergunta: será que não tem algo mais novo por aí? Mas, é impressionante que o que é fonte de orgulho para uns, para nós é sinal de pura ortodoxia. Imagine a primeira data citada que é o ano de 1915, provando a inflexibilidade da Igreja para determinados assuntos, como se os costumes e a humanidade não evoluíssem. Até mesmo para se chegar a bispo há que se ter muita experiência, o

que custa anos de estudo.

Assim, concluímos que os bispos que se juntaram em 1915 para tomar certas decisões não eram de membros jovens; é bem provável que já estejam até reencarnados novamente; certamente, eram os arcaicos de sua época, embora não seja da nossa alçada, será difícil assim à Igreja a renovação...

Agora, vamos provar a esperteza do sr. bispo que deveria fielmente seguir o “Catecismo da Igreja Católica”, um livro básico de sua crença, que diz:

2482 – “A mentira consiste em dizer o que é falso com a intenção de enganar.” O Senhor denuncia na mentira uma obra diabólica: “Vós sois do diabo, vosso pai, [...] nele não há verdade: quando ele mente, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira” (Jo 8,44).

2483 – A mentira é a ofensa mais direta à verdade. Mentir é falar ou agir contra a verdade para induzir em erro. Ferindo a relação do homem com a verdade e com o próximo, a mentira ofende a relação fundante do homem e de sua palavra com o Senhor.

2484 – A gravidade da mentira se mede segundo a natureza da verdade que ela deforma, de acordo com as circunstâncias, as intenções

daquele que a comete, os prejuízos sofridos por aqueles que são suas vítimas. Embora a mentira, em si, não constitua senão um pecado venial, torna-se mortal quando fere gravemente as virtudes da justiça e da caridade.

2485 – A mentira é condenável em sua natureza. É uma profanação da palavra que tem por finalidade comunicar a outros a verdade conhecida. O propósito deliberado de induzir o próximo em por palavras contrárias à verdade constitui uma falta à justiça e à caridade. A culpabilidade é maior quando a intenção de enganar acarreta o risco de consequências funestas para aqueles que são desviados da verdade.

2486 – A mentira (por ser uma violação da virtude da veracidade) é uma verdadeira violência feita ao outro porque o fere em sua capacidade de conhecer, que é a condição de todo juízo e de decisão. Contém em germe a divisão dos espíritos e todos os males que ela suscita. A mentira é funesta para toda a sociedade; mina a confiança entre os homens e rompe o tecido das relações sociais. ⁽¹⁴¹⁾

Como meia verdade é uma mentira inteira, leiamos, na íntegra, o que Allan Kardec disse que, para facilitar a identificação, no segundo e terceiro parágrafos colocaremos, em itálico, o trecho citado pelo sr. bispo, para não ficarmos com as meias

palavras e sujeitos à má-fé alheia, tomaremos de **Obras Póstumas** a seguinte explicação:

DO PROGRAMA DAS CRENÇAS

A condição absoluta de vitalidade para toda reunião ou associação, qualquer que seja o objeto, é a homogeneidade, quer dizer, a unidade de vistas, de princípios e de sentimentos, a tendência para um mesmo objetivo determinado, em uma palavra, a comunhão de pensamentos. Todas as vezes que homens se reúnem em nome de uma ideia vaga, jamais chegam a se entender, porque cada um compreende essa ideia à sua maneira. Toda reunião formada de elementos heterogêneos leva em si os germes da sua própria dissolução, porque ela se compõe de interesses divergentes, materiais, ou de amor-próprio, tendendo a um objetivo diferente, que se combatem, e muito raramente estão dispostos a fazer concessões ao interesse comum, ou mesmo à razão; que sofrem a opinião da maioria se não puderem fazê-lo de outro modo, mas que não se reúnem jamais francamente.

Assim o foi até este dia com o Espiritismo; formado gradualmente, em consequência de observações sucessivas, como todas as ciências, a aceitação tomou pouco a pouco mais amplitude. *A qualidade de Espírita, aplicada sucessivamente a todos os graus da crença, compreende uma afinidade de nuances, desde a simples crença nos fatos de manifestações, até às mais altas deduções morais e filosóficas; desde aquele que,*

detendo-se na superfície, nele não vê senão um passatempo de curiosidade, até aquele que procura concordância dos princípios com as leis universais, e suas aplicações aos interesses gerais da Humanidade; enfim, desde aquele que nele não vê senão um meio de exploração em seu proveito, até aquele que nele haure os elementos de sua própria melhoria moral.

Dar-se por Espírita convicto, não indica, pois, de nenhum modo, a medida da crença; essa palavra é muito dita por uns, e muito pouco pelos outros. Uma assembleia na qual se convocasse todos aqueles que se dizem Espíritas, apresentaria um amálgama de opiniões divergentes que não saberiam se assimilar e não desembocariam em nada de sério; sem falar dessas pessoas interessadas em nela semear a discussão, às quais abriria suas portas.

Essa falta de precisão, inevitável no início e durante o período de elaboração, frequentemente causou equívocos lamentáveis, naquilo que fez atribuir à Doutrina o que não era senão o abuso ou um desvio. Foi em consequência dessa falsa aplicação que é diariamente feita da qualidade de Espírita, que a crítica, que pouco se inquieta com o fundo das coisas, e ainda menos com o lado sério do Espiritismo, pôde encontrar matéria para a zombaria. Que um indivíduo se diga espírita ou pretenda fazer do Espiritismo, o que os prestidigitadores pretendem fazer da física, fosse ele um saltimbanco, é, aos seus olhos, o representante da Doutrina.

Tem-se feito, é verdade, uma distinção entre os bons e os maus, os verdadeiros e os falsos Espíritos, os Espíritos mais ou menos esclarecidos, mais ou menos convencidos, os Espíritos de coração, etc.; **mas essas designações, sempre vagas, nada têm de autênticas, nada que as caracterizem quando não se conhece os indivíduos, e quando não se teve ocasião de julgá-los pelas suas obras.**

Pode-se, pois, ser enganado pelas aparências. Disso resulta que a qualidade de Espírita, não permitindo senão uma aplicação incompleta, não é uma recomendação absoluta; essa incerteza lança nos espíritos uma espécie de desconfiança que impede estabelecer entre os adeptos um laço sério de confraternidade.

Hoje, que se fixou, entre todos, os pontos fundamentais da Doutrina, e sobre os deveres que incumbem a todo adepto sério, **a qualidade de Espírita pode ter um caráter definido que não tinha antes.** Um formulário de profissão de fé pode ser estabelecido, e a adesão, por escrito, a esse programa, será um testemunho autêntico da maneira de encarar o Espiritismo. Essa adesão, constatando a uniformidade dos princípios, será, além disso, o laço que unirá os adeptos numa grande família, sem distinção de nacionalidades, sob o império de uma mesma fé, de uma comunhão de pensamentos, de vistas, e de aspirações. A crença no Espiritismo não será mais uma simples aquiescência, frequentemente parcial, a uma ideia vaga, mas uma adesão motivada, feita com conhecimento de causa, constatada por um

título oficial entregue ao adepto. **Para evitar os inconvenientes da falta de precisão da qualidade de Espíritas, os signatários da profissão de fé tomarão o título de *Espíritas professos*.**

Essa qualificação, repousando sobre uma base precisa e definida, não dá lugar a nenhum equívoco, permite aos adeptos que professem os mesmos princípios e caminhem no mesmo caminho, se reconhecerem sem outra formalidade senão a declaração de sua qualidade, e, havendo necessidade, a produção de seu título. Uma reunião composta de Espíritas professos, será necessariamente tão homogênea quanto o comporta a Humanidade.

Um formulário de profissão de fé, circunscrito e nitidamente definido, será o caminho traçado; o título de *Espírita professo* será a palavra de união.

Mas, dir-se-á, esse título é uma garantia suficiente contra os homens de sinceridade duvidosa?

Uma garantia absoluta contra a má-fé é impossível, porquanto há pessoas que fazem um jogo dos atos mais solenes; mas convir-se-á que essa garantia é maior do que quando não a havia de todo. Tal, aliás, que se dá sem escrúpulos por aquilo que não é, quando não se trata senão de palavras que se evolvem, recua frequentemente diante de uma afirmação espírita que deixa marcas, e que lhe poderia ser oposta no caso em que se desviasse do caminho reto. Se, entretanto, houvesse os que não fossem retidos por essa consideração, o número deles seria muito pequeno

e sem influência. De resto, esse caso está previsto pelos estatutos, e é provido pela disposição especial.

Essa medida terá, inevitavelmente, por efeito afastar das reuniões sérias as pessoas que nela não estariam em seu lugar. Se delas se afastassem alguns Espíritas de boa fé, isso não seria sempre senão aqueles que não estão bastante seguros, por si mesmos, para se afirmar, os timoratos que temem se colocar em evidência, e aqueles que, em todas as circunstâncias, não são jamais os primeiros a se pronunciarem, querendo ver antes como as coisas amadurecerão. Com o tempo, uns se esclarecerão mais completamente, os outros tomarão coragem; até lá nem uns nem os outros poderão contar entre os sólidos defensores da causa. Quanto àqueles que se poderia lamentar, o número deles será pequeno e diminuirá a cada dia.

Não sendo nada perfeito neste mundo, as melhores coisas têm seus inconvenientes; querendo-se rejeitar tudo o que não está deles isento, nada seria admissível. Em tudo é preciso pesar a forma das vantagens e dos inconvenientes; ora, é bem evidente que aqui as primeiras levam a melhor sobre as segundas.

Nem todos aqueles que levam o nome de Espíritas aderem, pois, à constituição, isso é certo; também ela não é senão para aqueles que a aceitarão livre e voluntariamente, porque ela não tem a pretensão de se impor a ninguém.

O Espiritismo, não sendo compreendido do mesmo modo por todo o mundo, a constituição

chama àqueles que o encaram do seu ponto de vista, com o objetivo de lhes dar um ponto de apoio quando se encontrarem isolados, de cimentar os laços da grande família pela unidade de crenças. Mas, fiel ao princípio da liberdade de consciência, que a Doutrina proclama como um direito natural, respeita todas as convicções sinceras, e não lança anátema àqueles que têm ideias diferentes; delas não aproveitará menos as luzes que poderão emitir fora de seu seio.

O essencial, pois, é conhecer aqueles que seguem a mesma senda; mas como sabê-lo com precisão? É materialmente impossível aí chegar por interrogatórios individuais, e, aliás, ninguém pode estar investido do direito de perscrutar as consciências. O único meio, o mais simples, o mais legal, é **estabelecer um formulário de princípios, resumindo o estado dos conhecimentos atuais que ressaltam da observação, e sancionados pelo ensino geral dos Espíritos, aos quais cada um está livre para aderir. A adesão escrita é uma profissão de fé que dispensa de toda outra investigação, e deixa a cada um sua inteira liberdade.**

A constituição do Espiritismo tem, pois, por complemento necessário, um programa de princípios definidos no que toca à crença, sem o qual isso seria uma obra sem importância e sem futuro. Esse programa, fruto da experiência adquirida, será a baliza indicadora do caminho. Para caminhar com segurança, ao lado da constituição orgânica, é preciso a constituição da fé, um *credo*, se o quiserem, que seja o sinal de

referência de todos os aderentes.

Mas esse programa, não mais do que a constituição orgânica, não pode e nem deve acorrentar o futuro, sob pena de sucumbir, cedo ou tarde, sob as opressões do progresso. Fundado para o estado presente dos conhecimentos, deverá se modificar e se completar à medida que novas observações vierem demonstrar-lhe a insuficiência ou os defeitos. No entanto, essas modificações não devem ser feitas levemente e nem com precipitação. Serão obras dos congressos orgânicos que, na revisão periódica dos estatutos constitutivos, juntará a do formulário de princípios.

Constituição e *credo*, caminhando constantemente de acordo com o progresso, sobreviverão na sequência dos tempos. ⁽¹⁴²⁾

Como o leitor poderá notar o prelado quer intencionalmente levar as pessoas a conceituar os espíritas como sendo qualquer um que admite a prática da evocação dos falecidos. No trecho realçamos, em negrito, várias frases para demonstrar que não é exatamente o que o sr. bispo quer passar; ao contrário, preocupado com a vulgarização do uso do nome espírita Allan Kardec define que somente poderá ser considerado espírita confesso os que aderirem à constituição e ao credo do Espiritismo.

Assim, são espíritas, sr. bispo, somente os que aderem a essa constituição e credo, portanto, os adeptos do “espiritismo” anglo-saxão, os umbandistas ou qualquer outra pessoa que apenas acreditar na reencarnação ou na comunicação dos mortos, ou em ambos, não é espírita, apenas espiritualista; que fique isso bem claro!

E, mais uma vez, diremos Espiritismo não é necromancia, a não ser por má-fé de quem fala isso. Também não negamos a doutrina cristã; ao contrário, queremos restabelecê-la, já que ela foi inteiramente deturpada pelos dogmas da Igreja de Roma e suas derivações.

Em **Lampejos Evangélicos**, Rohden, faz, sobre isso, uma interessante colocação:

A epopeia do cristianismo começa com o maior paradoxo da história: a condenação do maior gênio religioso do mundo pela mais poderosa sociedade religiosa do tempo. A Sinagoga, detentora oficial da religião revelada, considerava Jesus como o maior pecador, herege, blasfemo e aliado de Satanás.

[...] Muitos dos grandes gênios religiosos da história foram condenados pelas igrejas e seitas como hereges ou ateus – alguns deles também

eram considerados santos, mas em geral só muito depois de sua morte. Alguns desses gênios religiosos foram condenados como hereges e endemoniados pela mesma Igreja que, séculos mais tarde, os canonizou como santos, como, entre outros, aconteceu com Joana d'Arc. ⁽¹⁴³⁾

É exatamente isso que estão fazendo com Allan Kardec, sem tirar nem por; um gênio em sua época.

A reencarnação é, com certeza, uma das mais radicais “heresias” contra o catolicismo, disso não temos dúvidas; mas, jamais o foi contra a fé cristã, já que consta dos ensinamentos de Jesus, o que, infelizmente, não conseguiu prevalecer contra os dogmas da Igreja de Roma.

Ainda bem que o sr. bispo teve um pouquinho de consciência e resolveu não tratar todos os que se dizem espíritas da mesma forma; por isso, listou alguns tipos para definir os que serão excomungados por ele, ou os que serão mandados, certamente a seu pedido, para o fogo do inferno.

Enquanto Jesus veio para salvar os doentes, o sr. bispo prefere condenar. O Mestre, repetimos, nem

mesmo a uma prostituta condenou; ele, talvez supondo-se com maior poder do que Jesus, o faz na maior tranquilidade e, ainda por cima, achando que está fazendo um grande bem à sua Igreja. É por esta, e muitas outras, que precisamos urgentemente resgatar os ensinamentos de Jesus das mãos desses fariseus dos tempos atuais.

Com razão está o teólogo Huberto Rohden quando, em **Lampejos Evangélicos**, disse:

O *egoísmo eclesiástico* proclama a sua religião, Igreja ou seita como a única verdadeira, considerando ao mesmo tempo como falsas todas as outras formas de culto divino. É esse o mais perigoso e funesto de todos os egoísmos humanos, pelo fato de vir aureolado de misteriosa sacralidade e ser inoculado no homem como dever de consciência baseado em revelação divina. É fora de dúvida que esse egoísmo sectário é o mais abominável e sacrílego de quantos têm desgraçado e estão ainda desgraçando o gênero humano, impossibilitando qualquer harmonia universal no seio da humanidade. ⁽¹⁴⁴⁾

Veremos agora o último tópico abordado pelo sr. bispo.

CARIDADE E FÉ

Diante da severidade da Igreja em preservar a pureza da doutrina cristã e punir os delitos contra a fé, surge espontaneamente a pergunta: Por que tanto rigor? Não basta a caridade?

Para conservarem as aparências cristãs e se acobertarem sob o manto cristão, os espíritas repetem as palavras de Jesus sobre a caridade e proclamam o princípio: “Fora da caridade não há salvação”. E sem dúvida certo: sem a caridade cristã, não há salvação; e quem não tiver a caridade, não é verdadeiro discípulo de Jesus Cristo. E a Igreja seguramente não condenou o espiritismo por causa deste princípio.

A Igreja Católica tem sido sempre e ainda hoje continua sendo a pregoeira máxima da caridade cristã. E preciso ter os olhos cegos pelo fanatismo para não vê-lo. Quem poderá contar as instituições de caridade mantidas, dirigidas ou inspiradas pela Igreja em todo o mundo? Quem poderá contar os inúmeros católicos que se dedicam exclusiva e totalmente à caridade? Os maiores heróis da caridade, mesmo aqueles apregoados pelos espíritas, como um São Francisco de Assis ou um Santo Antônio de Lisboa (ou Pádua), eram santos catolicíssimos.

O erro dos espíritas não consiste na pregação da caridade (nisso, pelo contrário, eles são dignos de aplauso e louvor); seu erro está em dizer que basta a caridade somente. Jesus Cristo nunca ensinou isso. Pois Jesus, o Evangelista da caridade, foi também o Evangelista da fé. A sua doutrina não é apenas moral. São Marcos nos refere as últimas e solenes palavras de Jesus, dirigidas aos Apóstolos pouco antes da sua

ascensão ao céu: *Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda a criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado* (Mc 16,15-16).

Quem não crer será condenado! São também palavras de Jesus. E em São Mateus damos com estas outras palavras de Jesus, não menos solenes e formais: *Toda a autoridade sobre o céu e sobre a terra me foi entregue. Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos* (Mt 28,18-20).

Instruídos por Cristo e fortalecidos pelo Espírito Santo, os Apóstolos saíram a pregar. Advertidos por Jesus, eles sabiam que o inimigo tudo faria para dispersar a grei que o Senhor queria una; alertados por Cristo, previam que os lobos viriam vestidos em pele de ovelha e que o anjo das trevas se apresentaria lisonjeiro como anjo da luz; prevenidos pelo divino Mestre, sabiam que o “homem inimigo” aproveitaria as sombras da noite e a desprevenção dos homens que dormem para espargir o erro e a discórdia. Por isso conservaram-se vigilantes e enérgicos.

E quando, por exemplo, na novel comunidade dos Gálatas se infiltrou o erro dos judaizantes, São Paulo não hesitou: *Ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anunciem um evangelho diferente do que vos anunciamos, seja anátema. Como já vo-lo disse, volto a dizê-lo agora: se alguém vos anunciar um evangelho diferente do que recebestes, seja anátema* (Gal 1,8-9).

E ao despedir-se da Ásia Menor, em Mileto, o que mais pesava em sua alma era a previsão dos primeiros vestígios de gnosticismo, de um sincretismo de seitas judaístas, de filosofias helenistas e de religiões de mistérios que rebaixavam Jesus Cristo a um dos espíritos cujo culto propagavam; e implora então os presbíteros responsáveis: *Sede solícitos por vós mesmos e por todo rebanho, do qual o Espírito Santo vos estabeleceu guias para apascentar a Igreja de Deus, que ele adquiriu para si pelo sangue do seu próprio Filho. Eu sei que, depois da minha partida, introduzir-se-ão entre vós lobos cruéis que não pouparão o rebanho, e que no meio de vós surgirão homens que farão discursos perversos com a finalidade de arrastar discípulos atrás de si. Por isso sede vigilantes, lembrando-vos de que durante três anos, dia e noite, não cessei de exortar com lágrimas a cada um de vós (At 20,28-31).*

Igual solicitude pela pureza da fé encontramos nas cartas aos Efésios, aos Colossenses e, sobretudo, nas cartas pastorais a Tito e Timóteo. Assim escreve a seu colaborador Timóteo: *Eu te conjuro, diante de Deus e de Cristo Jesus, que há de vir julgar os vivos e os mortos, pela sua aparição e por seu Reino: proclama a palavra, insiste, no tempo oportuno e no importuno, refuta, ameaça, exorta com toda a paciência e doutrina. Pois virá um tempo em que alguns não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, segundo os seus próprios desejos, como que sentindo comichão nos ouvidos, se rodearão de mestres. Desviarão os seus ouvidos da verdade, orientando-os para as fábulas (2 Tim 4,1-4).*

E a Tito recomenda: *Depois de uma primeira e de uma segunda admoestação, nada mais tens a fazer com um homem faccioso, pois é sabido que um*

homem assim se perverteu e se entregou ao pecado, condenando-se a si mesmo (Ti 3,10-11). O mesmo modo inexorável de tratar os hereges nos é recomendado por São Judas Tadeu e também pelo “discípulo do amor”, São João, que chega até a proibir qualquer relação com eles: *Não o recebais em vossa casa nem o saudeis. Aquele que o saúda participa de suas obras más* (2 Jo 10).

Foi neste mesmo espírito de apostólico zelo que os nossos Bispos denunciaram a heresia do espiritismo, para conservar no nosso povo não apenas a caridade, que é necessária e deve incendiar todos os corações cristãos, mas também a fé, ensinando-os a observar *tudo* o que Cristo ensinou e mandou. Pois *quem não crer será condenado* (Mc 16,16) e *sem fé é impossível agradar a Deus* (Heb 11,6).

Sejamos, pois, integralmente cristãos. Sigamos a Cristo, Evangelista da caridade; mas sigamos também a Cristo, Evangelista da fé. Caridade ardente e fé inabalável: eis as duas asas com que nos alçaremos ao céu, *para tomar posse do reino que nos está preparado desde o princípio do mundo* (Mt 25,34).

No nosso empenho de conservar e defender a pureza da fé devemos sempre distinguir entre a heresia e o herege, entre o pecado e o pecador. O erro ou o pecado são dados objetivos acerca dos quais a Igreja pode julgar e deve manter uma atitude firme e intransigente. O herege ou o pecador são pessoas subjetivas sobre as quais não devemos julgar (cf. Mt 7,1; Rom 2, 1-2; 1Cor 4,5).

Quem mata, rouba, comete adultério ou pratica a evocação dos falecidos, pratica algo que,

objetivamente, está errado. Diante de tais pessoas, porém, a caridade cristã nos impõe o dever de ajudá-las mediante o esclarecimento, socorrê-las fazendo-lhes ver que procedem mal, orientá-las para a verdade e a virtude, instruí-las com o conhecimento da vontade divina, reintegrá-las no convívio humano e conduzi-las a Deus e ao seu Reinado.

Seremos então sem dúvida intransigentes em denunciar o que está errado ou anunciar o que é pecaminoso; ao mesmo tempo, porém, seremos compreensivos, tolerantes, bondosos e caridosos para com aqueles que se desviaram ou pecaram. Colocado diante da adúltera (cf. Jo 8,2-11), Jesus condenou o adultério (*“não peques mais”*), mas poupou a pecadora (*“nem eu te condeno”*).

Ao escrever estas páginas não era minha intenção pronunciar um veredito sobre os espíritas, mas sobre o espiritismo, isto é, sobre a heresia da reencarnação e o pecado da evocação. Tomei certamente uma atitude clara e firme ao recordar o mandamento divino que proíbe a evocação e a doutrina cristã que se opõe à reencarnação. Não cumpriria o meu dever profético de pastor se ficasse omissivo ou calado diante da difusão do erro e da prática do pecado. Mas tenho outrossim a obrigação pastoral de procurar a ovelha extraviada (cf. Lc 15,4-7) e de ir ao encontro do filho pródigo (cf. Lc 15,11-32). Saiba o católico que se fez espírita, qualquer que tenha sido o motivo, que a casa por ele abandonada continua aberta à sua disposição. A própria firmeza na fé nos conduz necessariamente à bondade no amor. ⁽¹⁴⁵⁾

Allan Kardec, em ***Obras Póstumas***, disse:

Criamos a palavra Espiritismo pelas necessidades da causa; temos muito o direito de determinar-lhes as aplicações, e de definir as qualidades e as crenças do verdadeiro espírita. ⁽¹⁴⁶⁾

Assim, diante dessa prerrogativa que avoca a si, é Allan Kardec quem define o que é ou o que não é Espiritismo. Não cabe, portanto, a ninguém fazê-lo, por mais autoridade paramentada que tenha.

Vejamos o pensamento de Allan Kardec sobre esse assunto, conforme trecho que transcreveremos no nosso texto ***O Espiritismo é o que afinal?***:

No período de 1857 a 1863, Kardec buscou realçar apenas a característica de ser uma ciência. Mas, não deixou, algumas vezes, de dizer que era uma ciência filosófica, que tinha, portanto, consequências de ordem moral.

Sem muita ênfase, dizia: *“Todos aqueles que compreendessem verdadeiramente a essência do Espiritismo, deveriam praticar a caridade cristã, segundo os ensinamentos de Cristo”*.

As bases em que o Espiritismo, segundo Kardec, estava se apoiando era nesta nova ciência. Não queria que ele fosse confundido como uma nova religião, embora reconhecesse que ele era um poderoso auxiliar da religião. Nas conseqüências morais do Espiritismo, via o sentimento do Cristianismo.

O interessante é que, ao procurar de todas as maneiras colocar em evidência seu aspecto de ciência, não o fazia sem razão, pois, ao realçar a sua natureza científica, queria atrair para ele os intelectuais, os pensadores, as pessoas de mente aberta, não se importando com qual fosse a religião que abraçavam. Várias vezes, ele enumerou pessoas de outras religiões na hoste Espírita.

Assim, era proposital e deliberado não colocá-lo como uma nova religião, pois não via nele o que as religiões dogmáticas possuíam, como: culto, templos e ministros. E não via, também, misticismo algum, que era uma característica forte daqueles que professavam essas religiões. Ora, o Espiritismo vem,

exatamente, lançar isso por terra, já que, sob seu aspecto científico, estava longe, portanto, de qualquer ideia mística ou supersticiosa.

Dizia que, longe do Espiritismo ser antagonista das religiões, ele estava em todas elas.

Nesse período classificou os Espíritas em três categorias e, seguramente, ainda são válidas para os dias de hoje, apesar de quase um século e meio de existência da Doutrina Espírita, quais sejam:

* **Espíritas Experimentadores** - aqueles que só o viam como ciência de observação, sendo a filosofia e a moral para eles simples acessórios, com os quais não se preocupavam;

* **Espíritas Imperfeitos** - reconheciam a importância filosófica, admiravam a moral dela decorrente, mas não a praticavam;

* **Espíritas Cristãos** - seriam, segundo ele, os verdadeiros Espíritas, pois praticavam toda a moral espírita, e para eles a caridade era uma regra de conduta.

Em dezembro de 1863, referindo-se sobre a luta que o Espiritismo estava travando, para se implantar, disse que ele estava entrando numa nova fase, que seria o período religioso. Dizia isso porque já estava preparando o lançamento do livro “Imitação do Evangelho Segundo o Espiritismo”, cujo conteúdo era a explicação das máximas morais do Cristo. Acrescentando que: *“Esta obra é para o uso de todo o mundo; cada um pode nele haurir os meios de conformar a sua conduta à moral do Cristo”*, convidando, por isso, todos os espíritas à prática do Evangelho.

A partir daí, a ênfase científica foi perdendo destaque, para ceder lugar ao aspecto religioso do Espiritismo. Não sem antes fazer uma ligação entre as duas fases, dizendo: *“Se o acordo entre ciência e religião fosse impossível, não haveria religião possível”*. Pregava a possibilidade e, até mesmo, a necessidade desse acordo: *“A ciência e a religião são irmãs para a maior glória de Deus, e devem se completar uma*

pela outra, em lugar de se desmentir uma pela outra". Para Kardec, o Espiritismo seria "o traço de união" que permitirá "a ciência e a religião se olharem face a face, uma sem rir e a outra sem temer". Concluindo: "É pelo acordo da fé e da razão que ele conduz, cada dia, tantos incrédulos a Deus".

Em junho de 1865, reafirma que: "**O Espiritismo, que é o Cristianismo** apropriado ao desenvolvimento da inteligência, e livre dos abusos, ligando-o ao Consolador prometido por Jesus". Outra afirmação de Kardec, digna de nota, é a que disse em abril de 1866: "*Inscrevendo no frontispício do Espiritismo a suprema lei do Cristo, abrimos o caminho para o **Espiritismo Cristão**, e fomos instituídos, pois, em desenvolver-lhe os princípios, assim como os caracteres do verdadeiro espírita sob esse ponto de vista".*

Entendemos, finalmente, Kardec, quando do seu discurso de abertura na Sociedade de Paris, feito no dia 1º de novembro de 1868, dia consagrado aos mortos, quando ele disse:

Se assim é, dir-se-á, o **Espiritismo é, pois, uma religião?** Pois bem, sim! sem dúvida, Senhores; **no sentido filosófico, o Espiritismo é uma religião, e disto nos glorificamos**, porque é a doutrina que fundamenta os laços da fraternidade e da comunhão de pensamentos, não sobre uma simples convenção, mas sobre as bases mais sólidas; as próprias leis da Natureza.

Por que, pois, declaramos que o Espiritismo não é uma religião? Pela razão de que não há senão uma palavra para expressar duas ideias diferentes, e que, na opinião geral, **a palavra religião é inseparável da de culto**; que ela **desperta exclusivamente uma ideia de forma**, e que o Espiritismo não a tem. **Se o Espiritismo se dissesse religião, o público não veria nele senão uma nova edição, uma variante**, se assim nos quisermos expressar, dos princípios absolutos em matéria de fé; uma casta sacerdotal com um cortejo de hierarquias, de cerimônias e de privilégios; **não o separaria das ideias de misticismo, e dos abusos** contra os quais a opinião frequentemente é levantada.

O Espiritismo, não tendo nenhum dos caracteres de uma religião, na acepção usual da palavra, não se poderia, nem deveria se ornar de um título sobre o valor do qual, inevitavelmente, seria desprezado; **eis porque ele se diz simplesmente: doutrina filosófica e moral.** (KARDEC, 1993c, p. 359). (grifo nosso).

Assim, quando disse que não era uma nova religião, é porque não queria que fosse mais uma religião nos moldes das que já existiam. Queria, isto sim, separar o Espiritismo do conceito tradicional de religião. Fora isso, Kardec diz abertamente que o Espiritismo é uma Religião.

Voltando ao nosso texto.

Não bastasse isso, podemos colocar a fala de Paulo, que será, para nós, o mesmo que “ensinar o pai-nosso a seu vigário”: *“Olhem as coisas frente a frente. Se alguém está convencido de pertencer a Cristo, tome consciência, de uma vez por todas, de que assim como ele pertence a Cristo, também nós pertencemos a Cristo.”* (2 Coríntios 10,7)

Daí, não há porque dizer que “temos a aparência cristã”, senão por má-fé, já que essa posição de Allan Kardec é clara, sem meios termos, inclusive dos seguidores da Doutrina por ele formulada.

Parabenizamos ao sr. bispo por ter reconhecido

como princípio cristão a máxima do Espiritismo: “fora da caridade não há salvação”. Entretanto, peca ao dizer “a igreja não condenou o espiritismo por causa deste princípio”, uma vez que não reconhecemos na Igreja nenhuma autoridade moral para condenar a quem quer que seja. Será que temos aqui um discípulo querendo ser maior que o seu Mestre?

A história é a testemunha incorruptível para dizer se a Igreja é mesmo a pregoeira máxima da caridade cristã. Aliás, não sabemos o porque, mas a palavra pregoeira nos lembrou fogueira; teria alguma coisa a ver com acontecimentos registrados pela história?

Mas o que se deve esperar de fanáticos, que, na sua ingenuidade, acham que os outros é que são os cegos... Deles Jesus afirmou: “*são cegos guiando cegos.*” (Mateus 15,14)

Querer enxergar apóstolos da caridade só no meio católico, é outra prova incontestável da cegueira do sr. bispo: “A luz clareia aqueles que abrem seus olhos, mas as trevas se espessam para aqueles que querem fechá-los.” (SIMEON)

Rohden, também, percebeu isso; vejamos o que ele disse em **Lampejos Evangélicos**:

[...] O teólogo simplesmente erudito não admite que, para além das raias do cristianismo, possa existir o Cristo, porque, falto de verdadeira experiência espiritual, identifica cristianismo com Cristo. Por exemplo, a ideia de que um não-cristão como Mahatma Gandhi possa ter tido uma profunda experiência de Cristo e ter sido um homem cristificado, sem ser membro oficial do cristianismo – essa ideia não entra na cabeça de um erudito estudioso da letra do cristianismo, mas sem contato com o espírito de Cristo...⁽¹⁴⁷⁾

Sr. bispo, não somos fanáticos para não reconhecer os valores espirituais de uma pessoa por conta de seus rótulos religiosos, já que a nós, e ao Cristo, *“O homem bom, do bom tesouro do seu coração tira o bem.”* (Lucas 6,45), ou seja, do seu interior.

Vejamos se é mesmo o nosso erro dizer que basta a caridade para a “salvação”, nas palavras de Jesus:

Mateus 5,16: *“Assim também: que a luz de vocês brilhe diante dos homens, para que eles*

vejam as boas obras que vocês fazem, e louvem o Pai de vocês que está no céu.”

Aqui, Jesus realça a fé ou as obras?

Mateus 16,27: “Porque o Filho do homem há de vir na glória de seu Pai, com os seus anjos; e então retribuirá a cada um segundo as suas obras.”

A forma de retribuição será segundo a fé ou segundo as obras?

Mateus 19,16-21: “Um jovem se aproximou, e disse a Jesus: 'Mestre, que devo fazer de bom para possuir a vida eterna?' Jesus respondeu: 'Por que você me pergunta sobre o que é bom? Um só é o bom. Se você quer entrar para a vida, guarde os mandamentos'. O homem perguntou: 'Quais mandamentos?' Jesus respondeu: 'Não mate; não cometa adultério; não roube; não levante falso testemunho; honre seu pai e sua mãe; e ame seu próximo como a si mesmo'. O jovem disse a Jesus: 'Tenho observado todas essas coisas. O que é que ainda me falta fazer?' Jesus respondeu: 'Se você quer ser perfeito, vá, venda tudo o que tem, dê o dinheiro aos pobres, e você terá um tesouro no céu. Depois venha, e siga-me.'”

Por cumprir todos os mandamentos o jovem era realmente uma pessoa de fé. Entretanto, Jesus diz que ainda lhe falta uma coisa: vender tudo que tem e doar aos pobres, ou seja, mais obras.

Mateus 25,31-46: "Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado de todos os anjos, então se assentará em seu trono glorioso. Todos os povos da terra serão reunidos diante dele, e ele separará uns dos outros, assim como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. E colocará as ovelhas à sua direita, e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: 'Venham vocês, que são abençoados por meu Pai. Recebam como herança o Reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo. Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber; eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa; eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar'. Então os justos lhe perguntarão: 'Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos como estrangeiro e te recebemos em casa, e sem roupa e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso, e fomos te visitar?' Então o Rei lhes

responderá: 'Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram.' Depois o Rei dirá aos que estiverem à sua esquerda: 'Afastem-se de mim, malditos. Vão para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. Porque eu estava com fome, e vocês não me deram de comer; eu estava com sede, e não me deram de beber; eu era estrangeiro, e vocês não me receberam em casa; eu estava sem roupa, e não me vestiram; eu estava doente e na prisão, e vocês não me foram visitar'. Também estes responderão: 'Senhor, quando foi que te vimos com fome, ou com sede, como estrangeiro, ou sem roupa, doente ou preso, e não te servimos?' Então o Rei responderá a esses: 'Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês não fizeram isso a um desses pequeninos, foi a mim que não o fizeram'. Portanto, estes irão para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna."

Nessa passagem simbólica do juízo final o critério de separação entre os bons e os maus foi o da fé ou o das obras?

Lucas 10,25-37: *"Um especialista em leis se levantou, e, para tentar Jesus perguntou: 'Mestre, o que devo fazer para receber em*

herança a vida eterna?' Jesus lhe disse: 'O que é que está escrito na Lei? Como você lê?' Ele então respondeu: 'Ame o Senhor, seu Deus, com todo o seu coração, com toda a sua alma, com toda a sua força e com toda a sua mente; e ao seu próximo como a si mesmo'. Jesus lhe disse: 'Você respondeu certo. Faça isso, e viverá!' Mas o especialista em leis, querendo se justificar, disse a Jesus: 'E quem é o meu próximo?' Jesus respondeu: 'Um homem ia descendo de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos de assaltantes, que lhe arrancaram tudo, e o espancaram. Depois foram embora, e o deixaram quase morto. Por acaso um sacerdote estava descendo por aquele caminho; quando viu o homem, passou adiante, pelo outro lado. O mesmo aconteceu com um levita: chegou ao lugar, viu, e passou adiante, pelo outro lado. Mas um samaritano, que estava viajando, chegou perto dele, viu, e teve compaixão. Aproximou-se dele e fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. Depois colocou o homem em seu próprio animal, e o levou a uma pensão, onde cuidou dele. No dia seguinte, pegou duas moedas de prata, e as entregou ao dono da pensão, recomendando: 'Tome conta dele. Quando eu voltar, vou pagar o que ele tiver gasto a mais''. E Jesus perguntou: 'Na sua opinião, qual dos três foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes?' O especialista em leis

respondeu: 'Aquele que praticou misericórdia para com ele'. Então Jesus lhe disse: 'Vá, e faça a mesma coisa.'”

Nessa passagem podemos ver que o herético samaritano foi a quem Jesus mandou seguir o exemplo; qual ele seria o da fé ou o da obra? Não podemos deixar de ressaltar que os considerados “de fé”, representados pelo sacerdote e levita, tinham obrigação moral de ajudar ao próximo, mas não o fizeram. Qualquer relação que se possa fazer com a liderança religiosa dos nossos tempos, não é mera coincidência, já que deve ser a de outrora reencarnada.

Se pregarmos as obras como fator essencial de nossa “salvação”, o que demonstramos ser objetivamente o ensinamento do Cristo, então, mesmo que alguém ache que não é assim, seguiremos em frente, já que o que nos importa é seguirmos o exemplo de Jesus. E mais, Tiago enfatiza que: *“A fé sem obras é morta.”* (Tiago 2,26), numa evidente valorização das obras, ao contrário do que prega o sr. bispo.

A citação de Marcos 16,15-16, como

sustentação carece de base sólida, pois, conforme já falamos anteriormente, é tida por muitos eruditos como interpolação ao texto original. Mas, para justificar os dogmas do batismo e o da fé, só dentro da sua igreja, é obvio, é que, sem o menor constrangimento, ajustaram os textos a isso.

Quanto à citação de Gálatas 1,8-9: “[...] se alguém vos anunciar um evangelho diferente do que recebeste, seja anátema.”, podemos lhes trazer a opinião do teólogo Frei Betto, publicada no jornal **O Estado de Minas**:

[...] a religiosidade vaticana está impregnada de elementos judaicos e pagãos, herdados do Império Romano e da nobreza europeia. Basta conferir seus símbolos e rituais” (¹⁴⁸)

Oportuno também, é o que, em **Tratado Teológico-Político**, disse Espinosa:

[...] a igreja foi, desde os tempos dos apóstolos até hoje, incessantemente vexada e com certeza continuará a sê-lo até o dia em que a religião, finalmente, se aparte das especulações filosóficas e se reduza àquele pequeno número de dogmas muito simples que Cristo ensinou aos seus

discípulos. [...]. ⁽¹⁴⁹⁾

Isso nos coloca evidentemente na questão avocada contra o Espiritismo, que vem justamente para resgatar os ensinamentos de Jesus – adulterados pela Igreja de Roma e mantidos aprisionados no cárcere de dogmas inconciliáveis com a razão e a lógica.

Paulo, o apóstolo dos gentios, estava absolutamente certo; que o sr. bispo tire as vendas dos olhos e veja o que a sua Igreja fez em nome do Cristo; mas não leia só os livros produzidos pela própria igreja, busque a verdade fora dos muros dela, pois “a verdade que liberta” está lá fora.

Enquanto busca na Bíblia apoio para seu ataque insano ao Espiritismo, nós apenas podemos lhe lembrar: *“ame os seus inimigos, e rezem por aqueles que perseguem vocês”* (Mateus 5,44), *“com efeito, eu lhes garanto: se a justiça de vocês não superar a dos doutores da Lei e dos fariseus, vocês não entrarão no Reino do Céu”* (Mateus 5,20) e *“Seja, porém, o vosso falar: Sim, sim; não, não; pois o que passa daí, vem do Maligno”* (Mateus 5,37).

Jesus, diante da mulher surpreendida em adultério, tendo que enfrentar os que exigiam o cumprimento da lei, apenas disse: *“Eu também não a condeno. Pode ir, e não peque mais.”*, o que, segundo acreditamos, encaixa com uma luva na atitude do sr. bispo em querer cumprir determinadas exigências contra nós, os heréticos espíritas. Só que há um detalhe: quem taxa os outros de heréticos, conseqüentemente está se autodenominando de herético, pois, para os outros, ele também será um herético.

Quanto a querer manter fora dos ensinamentos de Jesus a reencarnação e a comunicação com os mortos, é perfeitamente compreensível, pois se isso for verdade, como ficaria a função do intermediário entre Deus e os homens, se os próprios fiéis podem diretamente conversar com Deus, não necessitando deles para que sejam salvos?

Conclusão

Se o sr. bispo se preocupasse mais com a salvação de seus fiéis, não teria tempo para ver coisas onde não existem. Sem dúvida, veria que o mais importante para ele seria cuidar do seu rebanho.

Certamente, que ele não se irritaria por outras pessoas pensarem diferente dele, o que é um direito delas, diga-se de passagem. Saberia também que a lei de amor pregada por Cristo é: fazer aos outros tudo o que queirais que os outros vos façam, conforme Mateus 7,12.

Devemos, para não sermos interpretados erroneamente, dizer que todas as vezes que usamos da expressão Igreja de Roma, não estamos querendo atingir a Instituição, já que, por justiça, ela não pode ser responsabilizada pelos excessos cometidos pelos seus membros.

Assim, deve ser entendido que estamos nos referindo à liderança ortodoxa que está no seu meio,

principalmente essa retrógrada, composta de indivíduos refratários ao progresso, esses que vivem ainda na era pré-histórica, no parque dos dinossauros.

Mas a verdade seja dita: graças a Deus que não são todos os bispos que pensam como este, cujo texto estamos comentando.

Vamos, para exemplificar, transcrever da **Revista Espírita Allan Kardec**, uma reportagem contendo a opinião de um outro bispo; leiamos:

As Ideias Arejadas do Bispo

Aureliano Alves Netto

“Sem uma ideia superior não pode subsistir nem um homem nem uma nação” - DOSTOIEWSKI

Graças à prestimosidade do confrade Wladimir Cabral de Araújo, alagoano radicado na Pauliceia, tomamos conhecimento dum importante pronunciamento do bispo D. Francisco, de Juiz de Fora, MG, publicado no jornal A LUZ, de Santa Rita de Jacutinga, MG, Edição de 10/12/1932.

Muito sensatamente, começa o antístite salientando:

“A verdade consegue, sempre, os seus fins. Se a aprisionam de um lado, ela sai de outro. A ciência avança incessantemente”.

E em seguida, declara incisivamente:

“Segundo a minha maneira de pensar, eu, bispo católico romano, digo que o Espiritismo não deve ser condenado como obra diabólica e que os espíritas não devem ser declarados fora das vias de salvação, nem chamados heréticos, nem reservados ao inferno. Se mais tarde têm de reconhecer a bem fundada CIÊNCIA, por que na hora atual se permitem considerá-la como sacrilégio? A ciência está acima de tudo. Que surpresas não reserva ela às gerações futuras?”

Reiterando e enfatizando seu ponto-de-vista, prossegue:

“Eu não sou espírita e não pretendo aqui tomar a defesa do Espiritismo, desta evolução de crenças que quotidianamente ganha terreno nas almas e nos cinco continentes. Mas, eu sou como muitos homens de boa fé, um observador dos fatos que não podem ser contestados, um estudante das ideias modernas, e inteiramente disposto a abraçar a verdade desconhecida, sejam quais forem as pessoas que me traga e me mostrem debaixo de formas aceitáveis”.

Com uma lógica irrefutável, ajunta:

“Se o Espiritismo fosse uma obra satânica, se todos os Espíritos que aparecem no mundo fossem maus Espíritos, então seriam também maus Espíritos os que aparecem a

todos os Santos personagens de que está provada a história do cristianismo. Todas as visões de Santos teriam sido visões diabólicas! E isso nós não podemos crer”.

De pleno acordo, Sr. bispo. Outra não seria a argumentação de um espírita. D. Francisco finaliza seu pronunciamento com estas judiciosas palavras:

“Condenam ex-abrupto todas as intervenções dos Espíritos nos assuntos humanos. É uma aberração. Esta ciência nova da qual, a bem dizer, a origem é anterior ao nascimento de Cristo, merece reter o máximo de nossa atenção. Vamos, ergamos os olhos para a luz. Voltemos para aquele que disse: CREDE E VIVEREIS”.

Infelizmente, nem todos os clérigos da Igreja Romana rezam pelo catecismo de D. Francisco. Ainda medram ali e alhures alguns quevedos e boaventuras. *Transcrito de “O Mundo Espírita”* ⁽¹⁵⁰⁾

E finalizando passamos, mais uma vez, a Allan Kardec a palavra, publicada na **Revista Espírita 1861**:

É verdadeiro prazer ver o trabalho que se dão os adversários do Espiritismo para atacá-lo com todas as armas que lhes caíam à mão; mas o que há de singular é que, apesar da multidão de setas que lhe atiram, apesar das pedras que se semeiam em seu caminho, *apesar das armadilhas que se lhe*

estendem para fazê-lo desviar de seu objetivo, ninguém ainda encontrou o meio de detê-lo em sua marcha, e que ganha um terreno desesperador para aqueles que creem abatê-lo dando-lhe piparotes. ⁽¹⁵¹⁾

Paulo da Silva Neto Sobrinho

Out/2005.

Referências bibliográficas

- A Bíblia Anotada*. 8ª ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.
- Bíblia Sagrada*. 68ª ed. São Paulo: Ave-Maria, 1989.
- Bíblia Sagrada*. Edição Barsa. s/ed. Rio de Janeiro: Catholic Press, 1965.
- Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. 43ª imp. São Paulo: Paulus, 2001.
- Bíblia Sagrada*. 37a. ed. São Paulo: Paulinas, 1980.
- Bíblia Sagrada*. 5ª ed. Aparecida-SP: Santuário, 1984.
- Bíblia Sagrada*. 8ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.
- Bíblia de Jerusalém*. nova edição. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia do Peregrino*. s/ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia Sagrada*. s/ed. Brasília - DF: Sociedade Bíblica do Brasil 1969.
- Escrituras Sagradas, Tradução do Novo Mundo das*.
Cesário Lange, SP: STVBT, 1986.
- ALMEIDA, J. S. *Origem e Desenvolvimento do Cristianismo*. São Paulo: Camille Flammarion, 2002.
- CAJAZEIRAS, F. *Elementos da Teologia Espírita*. Capivari-SP; EME, 2002.
- CHAMPLIN, R. N. *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*, vol. 3, São Paulo: Hagnos, 2005.
- CHAMPLIN, R. N. *O Novo Testamento Interpretado*

Versículo por Versículo. Vol. 5 São Paulo: Hagnos, 2005.

CHAMPLIN, R. N. e BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia*. vol. 2. São Paulo: Candeia, 1995.

CHAVES, J. R. *A Face Oculta das Religiões*. Santo André, SP: EBM, 2006.

CHAVES, J. R. *A Face Oculta das Religiões*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

CHAVES, J. R. *A Reencarnação Segundo a Bíblia e a Ciência*. São Paulo: Martins Claret, 2002.

DENIS, L. *Cristianismo e Espiritismo*. Rio de Janeiro: FEB, 1987a.

DENIS, L. *Depois da Morte*. Rio de Janeiro: FEB, 1987b.

EHRMAN, B. D. *O Que Jesus disse? O Que Jesus Não disse? - Quem Mudou a Bíblia e Por Quê*. São Paulo: Prestígio, 2006.

ESPINOSA, B. *Tratado Teológico-Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FLUSSER, D. *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo*. vol. I, Rio de Janeiro: Imago, 2000.

FLUSSER, D. *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo*. vol. II, Rio de Janeiro: Imago, 2001.

FREI BETTO. *O Papa é Nosso Rei*. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14. abr. 2005. Caderno Cultura, p. 10.

FREKE, T. e GANDY, P. *The Jesus Mysteries*. cap. 1, (Edição canadense).

FO, J.; TOMAT, S.; MALUCELLI, L. *O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil anos de Crimes em Nome de Deus*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

- GARDNER, L. *A Linhagem do Santo Graal: a Descendência Oculta de Jesus Revelada*. São Paulo: Madras, 2004.
- HUBER, G. *O Diabo, hoje*. São Paulo: Quadrante, 1999.
- JANUS, *O Papa e o Concílio*. vol. 1 e 2, Londrina, PR: Leopoldo Machado, 2002.
- JOSEFO, F. *História dos Hebreus*. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.
- KARDEC, A. *A Gênese*. Rio de Janeiro: FEB, 2007a.
- KARDEC, A. *O Céu e o Inferno*. Rio de Janeiro: FEB, 2007b.
- KARDEC, A. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Rio de Janeiro: FEB, 1996a.
- KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. Rio de Janeiro: FEB, 1991.
- KARDEC, A. *O Livro dos Médiuns*. Rio de Janeiro: FEB, 1996b.
- KARDEC, A. *O que é o Espiritismo*. Rio de Janeiro: FEB, 2001a.
- KARDEC, A. *Obras Póstumas*. Araras-SP: IDE, 1993d.
- KARDEC, A. *Revista Espírita 1858*. Araras-SP: IDE, 2001b.
- KARDEC, A. *Revista Espírita 1861*. Araras-SP: IDE, 1993a.
- KARDEC, A. *Revista Espírita 1866*. Araras-SP: IDE, 1993b.
- KARDEC, A. *Revista Espírita 1868*. Araras-SP: IDE, 1993c.
- KERSTEN, H. e GRUBER, E. R. *O Buda Jesus - as Fontes Budistas do Cristianismo*. São Paulo: Best Seller, s/d.
- KLOPPENGURG, B. *Espiritismo e Fé*. São Paulo: Quadrante, 1990.
- KUHN, A. B. *Um Renascimento para o Cristianismo*. Rio de

Janeiro: Nova Era, 2006.

LETERRE, A. *Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo que Remonta Há Mais de 8.600 Anos*. São Paulo: Madras, 2004.

MARTINS, C. *Nas Fronteiras da Ciência*. São Paulo: DPL, 2001.

MARTINS, S. P. *História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese*. Rio de Janeiro: CELD, 1993.

MELLO, F. G. *Reencontro Cristão - Reflexões para o Cristianismo do Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

ORÍGENES. *Contra Celso*. São Paulo: Paulus, 2004.

PACHECO, A. *Verdades e Mentiras Sobre o Homem Chamado Jesus*. São Paulo: DPL, 2003.

PALHANO JR, L. *Aos Gálatas: a Carta da Redenção*. Niterói, RJ: Lachâtre, 1999.

PALHANO JR, L. *Teologia Espírita*. Rio de Janeiro: CELD, 2001.

PASTORINO, C. A. *A Sabedoria do Evangelho*. vol. 4, Rio de Janeiro, 1964.

RENAN, E. *A Vida de Jesus*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

RENAN, E. *Paulo, o 13º Apóstolo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ROHDEN, H. *Lampejos Evangélicos*. São Paulo: Martin Claret, 1995.

ROHDEN, H. *Mahatma Gandhi, o Apóstolo da Não-Violência*. São Paulo: Martins Claret, 2012.

ROHDEN, H. *Que Vos Parece do Cristo?* São Paulo: Martins

Claret, 4ª ed. s/d.

SCHUTEL, C. *O Batismo*, Matão. SP: O Clarim, 1986.

SILVA, S. C. *Analisando as Traduções Bíblicas*. João Pessoa: ideia, 2001.

VAN DER LEEUW, J. J. *A Dramática História da Fé Cristã*. São Paulo: Pensamento, 1987.

VAN LOON, H. W. *A História da Bíblia*. São Paulo: Cultrix, 1981.

VERMES, G. *O Autêntico Evangelho de Jesus*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Jornal O Estado de Minas, 14/04/2005, caderno de Cultura, p. 10.

NETTO, A. A. *As Ideias Arejadas do sr. Bispo*. in. *Revista Espírita Allan Kardec*, nº 03, Goiânia Paulo de Tarso, dez/1988p. 20.

Catecismo da Igreja Católica, disponível em:

<http://angelgireh.tripod.com/tp11.html>. Acesso em: 12 out. 2005, às 14:38h.

Obras citadas de nossa autoria:

a) Livros:

SILVA NETO SOBRINHO, P. *Os Espíritos se comunicam na Igreja (As Almas do Purgatório Manifestam-se a Fiéis)*. Divinópolis (MG): Edições Geec, 2012.

SILVA NETO SOBRINHO, P. *Espírito de Verdade, quem seria ele?*. (formato digital) Divinópolis (MG): Ethos Editora, 2019.

b) E-books e artigos:

SILVA NETO SOBRINHO, P. *Os nomes dos títulos dos Evangelhos designam seus autores?*, disponível em:

<http://www.paulosnetos.net/artigos/summary/6-ebook/10-os-nomes-dos-ttulos-dos-evangelhos-designam-seus-autores0>

SILVA NETO SOBRINHO, P. *A Conversa de Jesus com Nicodemos*, disponível em:

<http://www.paulosnetos.net/artigos/summary/5-assuntos-biblicos/18-a-conversa-de-jesus-com-nicodemos-v3>

SILVA NETO SOBRINHO, P. *O Espiritismo é o que afinal?*, disponível em:

<http://www.paulosnetos.net/artigos/summary/4-artigos-refutados/240-o-espiritismo-e-o-que-afinal>

SILVA NETO SOBRINHO, P. *Ressurreição, o significado bíblico*, disponível em:

<http://www.paulosnetos.net/artigos/summary/5-assuntos-biblicos/352-ressurreicao-o-significado-biblico>

- ¹ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 3-5.
- ² KARDEC, *O Que é o Espiritismo*, p. 123.
- ³ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 5-8.
- ⁴ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 8-10.
- ⁵ KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 13.
- ⁶ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 10-15.
- ⁷ CHAMPLIN, *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*, vol. 3, p. 45.
- ⁸ *Bíblia Sagrada - Pastoral*, p. 1391.
- ⁹ KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 46-47.
- ¹⁰ KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 486.
- ¹¹ KARDEC, *Revista Espírita 1858*, p. 3.
- ¹² KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 15.
- ¹³ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 15-16.
- ¹⁴ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 16-17.
- ¹⁵ DENIS, *Depois da Morte*, p. 187-188.
- ¹⁶ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 17-18.
- ¹⁷ PACHECO, *Verdades e Mentiras Sobre o Homem Chamado Jesus*, p. 77.
- ¹⁸ Nota da Transcrição (N.T.): “As bíblias e os iniciadores religiosos da humanidade”, por Leblois, pastor de Strasburgo.
- ¹⁹ DENIS, *Cristianismo e Espiritismo*, p. 272.
- ²⁰ ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 154.
- ²¹ FLUSSER, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo. Vol. II*, p. 156.
- ²² FLUSSER, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo. Vol. II*, p. 170.
- ²³ FLUSSER, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo. Vol. II*, p. 170.
- ²⁴ VERMES, *O Autêntico Evangelho de Jesus*, p. 377-378.
- ²⁵ *Bíblia de Jerusalém*, p. 1758, explicação para Mateus 28,19.
- ²⁶ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 18-19.
- ²⁷ KARDEC, *A Gênese*, p. 354-355.
- ²⁸ N.T.: Não falamos do mistério da encarnação, com o qual não temos que nos ocupar aqui e que será examinado ulteriormente.

- ²⁹ KARDEC, *A Gênese*, p. 401-403.
- ³⁰ KARDEC, *A Gênese*, p. 403.
- ³¹ KARDEC, *A Gênese*, p. 404.
- ³² KARDEC, *Revista Espírita 1866*, p. 190-192.
- ³³ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 19-20.
- ³⁴ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 20-22.
- ³⁵ SCHUTEL, *O Batismo*, p. 15.
- ³⁶ MARTINS, *Nas Fronteiras da Ciência*, p. 30.
- ³⁷ LETERRE, *Jesus e sua Doutrina*, p. 172-173.
- ³⁸ *Bíblia de Jerusalém*, p. 1785.
- ³⁹ *Bíblia Anotada*, p. 1265
- ⁴⁰ *Bíblia Anotada*, p. 1265.
- ⁴¹ *Bíblia Sagrada - Pastoral*, p. 1307.
- ⁴² *Bíblia do Peregrino*, p. 2446.
- ⁴³ *Bíblia Sagrada - Ave-Maria*, p. 1344.
- ⁴⁴ Mateus 18,5; 18,20; 24,5; Marcos 9,39; 9,41; 16,17; João 14,13-14; 14,26; 15,26; 16,23-24.26.
- ⁴⁵ PALHANO JR, *Teologia Espírita*, p. 403
- ⁴⁶ PALHANO JR, *Aos Gálatas: a Carta da Redenção*, p. 173,
- ⁴⁷ VERMES, *O Autêntico Evangelho de Jesus*, p. 344-345.
- ⁴⁸ *Bíblia de Jerusalém*, p. 1751.
- ⁴⁹ N.T.: Luc., XXIV, 30-31, 35, representa a divisão do pão como um hábito de Jesus.
- ⁵⁰ N.T.: Luc., XXII, 20.
- ⁵¹ N.T.: I Cor., XI, 26.
- ⁵² N.T.: Mat. XXVI, 26-28; Marc., XI, 22-24; Luc., XXII,19-21; I Cor., XI, 23-25.
- ⁵³ N.T.: Cap. VI.
- ⁵⁴ N.T.: Cap. XIII-XVII.
- ⁵⁵ RENAN, *A Vida de Jesus*, p. 360-361.
- ⁵⁶ EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? - Quem Mudou a Bíblia e Por Quê*, 2006, p. 175-176.

- ⁵⁷ FLUSSER, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo. Vol. I*, p. 227.
- ⁵⁸ KERSTEN e GRUBER, *O Buda Jesus - as Fontes Budistas do Cristianismo*, p. 316.
- ⁵⁹ N.T.: Donini, Ambrogio – “História do Cristianismo: das origens a Justiniano”, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 262.
- ⁶⁰ MARTINS, *História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese*, p. 32.
- ⁶¹ ALMEIDA, *Origem e Desenvolvimento do Cristianismo*, p. 86.
- ⁶² João 6,8; 6,68; 13,6; 13,9; 13,24; 13,36; 18,10, 18,15; 18,25; 20,2; 20,6; 21,2; 21,3; 21,7; 21,11.
- ⁶³ João 13,37; 18,16, 18,17; 18,18; 18,26; 18,27; 20,3; 20,4; 21,7; 21,17; 21,19; 21,20; 21,21.
- ⁶⁴ Atos 10,5; 10,18; 10,32; 11,13.
- ⁶⁵ 1 Coríntios 1,12; 3,22; 9,5; 15,5.
- ⁶⁶ Gálatas 1,18; 2,9; 2,11; 2,14.
- ⁶⁷ Gálatas 2,7; 2,8.
- ⁶⁸ *Novo Mundo*, p. 1232.
- ⁶⁹ *Dicionário Prático da Barsa*, p. 51.
- ⁷⁰ VERMES, *O Autêntico Evangelho de Jesus*, p. 410.
- ⁷¹ MARTINS, *História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese*, p. 15-16.
- ⁷² PASTORINO, *A Sabedoria do Evangelho. vol. 4*, p. 32-38.
- ⁷³ *Dicionário Prático da Barsa*, p. 210.
- ⁷⁴ CHAMPLIN e BENTES, *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia. vol. 2*, p. 833-834.
- ⁷⁵ João 13,23; 19,26; 20,2; 21,7; 21,20.
- ⁷⁶ ROHDEN, *Lampejos Evangélicos*, p. 99.
- ⁷⁷ *Bíblia Sagrada - Ave-Maria*, p. 47.
- ⁷⁸ EHRMAN, *O Que Jesus disse? O Que Jesus Não disse? - Quem Mudou a Bíblia e Por Quê*, p. 63.
- ⁷⁹ *Bíblia Sagrada - Santuário*, p. 1798.
- ⁸⁰ *Bíblia de Jerusalém*, p. 2104-2105.
- ⁸¹ *Bíblia do Peregrino*, p. 2903.
- ⁸² *Bíblia Sagrada - Vozes*, p. 1435 e 1439-1440.

- ⁸³ ROHDEN, *Lampejos Evangélicos*, p. 97.
- ⁸⁴ RENAN, *Paulo, o 13º Apóstolo*, p. 235.
- ⁸⁵ N.T.: **Act.**, c. XV.
- ⁸⁶ N.T.: **Act.**, c. XV, 23-29.
- ⁸⁷ N.T.: J. H. NEWMAN, do Oratório: A letter addressed to his grace the duke of Norfolk on occasion of Mr. Gladstone recent expostulation. - London, 1875. - Pág. 29.
- ⁸⁸ N.T.: **Act.**, c. 1 e VI.
- ⁸⁹ N.T.: **Livr.** III. cap. II.
- ⁹⁰ JANUS, *O Papa e o Concílio - vol. 1*, p. 64-67.
- ⁹¹ *Dicionário Prático da Barsa*, p. 204.
- ⁹² *Bíblia de Jerusalém*, p. 1838.
- ⁹³ *Bíblia Sagrada - Pastoral*, p. 1440.
- ⁹⁴ VAN LOON, *A História da Bíblia*, p. 180.
- ⁹⁵ *Bíblia de Jerusalém*, p. 1896.
- ⁹⁶ *Bíblia de Jerusalém*, p. 1898.
- ⁹⁷ VAN LOON, *A História da Bíblia*, p. 186-187.
- ⁹⁸ ROHDEN, *Que vos Parece do Cristo*, p. 107-110.
- ⁹⁹ N.T.: Gladys Taylor, *Our Neglected Heritage*, Covenant Books, Londres, 1974, vol. 1, p. 42.
- ¹⁰⁰ GARDNER, *A Linhagem do Santo Graal: a Descendência Oculta de Jesus Revelada*, p. 101.
- ¹⁰¹ N.T.: "Et murus civitatis habens fundamenta duodecim, e in ipsis duodecim, nomina apostolorum Agni." (Tinha o muro da cidade doze fundamentos, e, em todos doze, os doze nomes dos apóstolos do Cordeiro.) (Do tradutor brasileiro.)
- ¹⁰² JANUS, *O Papa e o Concílio - vol. 2*, p. 67-69.
- ¹⁰³ LETERRE, *Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo que Remonta Há Mais de 8.600 Anos*, p. 326
- ¹⁰⁴ LETERRE, *Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo que Remonta Há Mais de 8.600 Anos*, p. 338-345.
- ¹⁰⁵ MELLO, *Reencontro Cristão - Reflexões para o Cristianismo do Terceiro Milênio*, p. 123

- ¹⁰⁶ VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã*, p. 112.
- ¹⁰⁷ N.T.: Ambrogio Donini, *Storia del cristianesimo - dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 306-7.
- ¹⁰⁸ Cf. *Storia della Chiesa* (séc. I-XII), Jesus: duemila anni di attualità, vol. III. Edizioni SAIE, Turim, 1981, p. 196-7. N.T.:
- ¹⁰⁹ FO; TOMAT; MALUCELLI, *O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil anos de Crimes em Nome de Deus*, p. 77-78.
- ¹¹⁰ KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 104.
- ¹¹¹ KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 121-123.
- ¹¹² KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 141-144.
- ¹¹³ N.T.: Vede *O Evangelho segundo o Espiritismo*, cap. XXVII - "Ação da prece".
- ¹¹⁴ N;T.: *Idem*, cap. III - "Progressão dos mundos".
- ¹¹⁵ KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 67-72.
- ¹¹⁶ N.T.: I Epíst. aos Coríntios, XV, 4-50 (traduzido do texto grego); ver também XV, 52-56; Epíst. Aos Filip., III, 21; depois S. João, V, 28 e 29; S. Inácio, Epíst. Aos Trallianos, IX, 1.
- ¹¹⁷ N.T.: Abade Petit, *A renovação religiosa*, págs. 48-53. Ver também nota nº 9, no fim deste volume.
- ¹¹⁸ N.T.: Abade Petit, obra citada, pág. 53.
- ¹¹⁹ DENIS, *Cristianismo e Espiritismo*, p. 98-99.
- ¹²⁰ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 22-26.
- ¹²¹ KARDEC, *O Livro dos Médiuns*, p.40.
- ¹²² KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 152-156.
- ¹²³ KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 161.
- ¹²⁴ KARDEC, *O Que é o Espiritismo*, p. 70-71.
- ¹²⁵ KARDEC, *O Que é o Espiritismo*, p. 103-104.
- ¹²⁶ HUBER, *O Diabo, Hoje*, p. 8.
- ¹²⁷ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 26-30.
- ¹²⁸ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 30-32.
- ¹²⁹ KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, p. 63-64.
- ¹³⁰ KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 143.
- ¹³¹ *Bíblia de Jerusalém*, p. 2080.

- ¹³² KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 32-34.
- ¹³³ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 34-35.
- ¹³⁴ ROHDEN, Mahatma Gandhi, *o Apóstolo da Não-Violência*, p. 155.
- ¹³⁵ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 35-37.
- ¹³⁶ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 37.
- ¹³⁷ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 38-40.
- ¹³⁸ KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 214-215.
- ¹³⁹ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 41.
- ¹⁴⁰ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 40-48.
- ¹⁴¹ Catecismo da Igreja Católica, disponível em:
<http://angelgireh.tripod.com/tp11.html>
- ¹⁴² KARDEC, *Obras Póstumas*, p. 355-359.
- ¹⁴³ ROHDEN, *Lampejos Evangélicos*, p. 85-87.
- ¹⁴⁴ ROHDEN, *Lampejos Evangélicos*, p. 73.
- ¹⁴⁵ KLOPPENBURG, *Espiritismo e Fé*, p. 49-54.
- ¹⁴⁶ KARDEC, *Obras Póstumas*, p. 369.
- ¹⁴⁷ ROHDEN, *Lampejos Evangélicos*, p. 178.
- ¹⁴⁸ *O Estado de Minas*, 14/04/2005, caderno de Cultura, p. 10.
- ¹⁴⁹ ESPINOSA, *Tratado Teológico-Político*, p. 194.
- ¹⁵⁰ NETTO, *As Ideias Arejadas do Bispo*, in. *Revista Espírita Allan Kardec*, p. 20.
- ¹⁵¹ KARDEC, *Revista Espírita 1861*, p. 217.



Paulo da Silva Neto Sobrinho é natural de Guanhães, MG. Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Católica (PUC-MG). Aposentou-se como Fiscal de Tributos pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. Ingressou no movimento Espírita em Julho/87.

Escreveu vários artigos que foram publicados em seu site www.paulosnetos.net e alguns outros sites Espíritas na Web.

Livros publicados:

a) impressos: 1) *A Bíblia à Moda da Casa*; 2) *Alma dos Animais: Estágio Anterior da Alma Humana?*; 3) *Espiritismo, Princípios, Práticas e Provas*; 4) *Os Espíritos Comunicam-se na Igreja Católica*; 5) *As Colônias Espirituais e a Codificação*; e 6) *Kardec & Chico: dois missionários*;

b) E-books: 1) *Espiritismo e Aborto*; 2) *Kardec & Chico: 2 missionários. Volume II*, 3) *Kardec & Chico: 2 missionários. Volume III*; 4) *Racismo em Kardec?*; 5) *Espírito de Verdade, quem seria ele?*; 6) *A Reencarnação tá na Bíblia*; 7) *Manifestações de Espírito de pessoa viva (em que condições elas acontecem)*; 8) *Homossexualidade, Kardec já falava sobre isso*; 9) *Chico Xavier, verdadeiramente uma alma feminina*; 10) *Os nomes dos títulos dos Evangelhos designam seus autores?*; 11) *Apocalipse: autoria, advento e a identificação da besta*; 12) *Francisco de Assis e Chico Xavier seriam o mesmo Espírito?*; 13) *A mulher na Bíblia*; 14) *Todos nós somos médiuns?*; 15) *Os seres do invisível e as provas ainda recusadas pelos cientistas*; 16) *O Perispírito e as polêmicas a seu respeito*; 17) *Allan Kardec e a lógica da reencarnação*; 18) *O fim dos tempos está próximo?*; 19) *Obsessão, processo de cura de casos graves*; e 20) *Umbral, há base doutrinária para sustentá-lo?*

Belo Horizonte, MG.

e-mail: paulosnetos@gmail.com